

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

BRUNNA CARVALHO ALMEIDA GRANJA

POLÍTICA DE ESPORTE E LAZER DO RECIFE, NO PERÍODO DE 2001 A 2012:
AVANÇOS, LIMITES E CONTRADIÇÕES

RECIFE

2016

BRUNNA CARVALHO ALMEIDA GRANJA

**POLÍTICA DE ESPORTE E LAZER DO RECIFE, NO PERÍODO DE 2001 A 2012:
AVANÇOS, LIMITES E CONTRADIÇÕES**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Educação.

Orientadora: Profa. Janete Maria Lins de Azevedo, Dra.

RECIFE
2016

G759p Granja, Brunna Carvalho Almeida.
Política de esporte e lazer do Recife, no período de 2001 a 2012: avanços, limites e contradições / Brunna Carvalho Almeida Granja. – 2016.
292 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Janete Maria Lins de Azevedo.
Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, CE. Programa de Pós-graduação em Educação, 2016.
Inclui Referências e Apêndice.

1. Esportes e Estado. 2. Lazer - Política governamental.
3. UFPE - Pós-graduação. I. Azevedo, Janete Maria Lins de. II. Título.

796 CDD (23. ed.) UFPE (CE2017-20)

BRUNNA CARVALHO ALMEIDA GRANJA

**POLÍTICA DE ESPORTE E LAZER NO RECIFE, NO PERÍODO DE 2001 A 2012:
AVANÇOS, LIMITES E CONTRADIÇÕES**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Aprovada em: 16 dezembro de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Janete Maria Lins de Azevedo, Dra. (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. João Ferreira de Oliveira, Dr. (Examinador Externo)
Universidade Federal de Goiás

Prof. Fernando José de Paula Cunha, Dr. (Examinador Externo)
Universidade Federal da Paraíba

Profa. Ana Lúcia Félix dos Santos, Dra. (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Edson Francisco de Andrade, Dr. (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Dedico esse trabalho às mulheres da minha vida:
D. Emília (bisavó), D. Ediême (avó), D. Norma
(mãe), Raquel e Debora (irmãs) e Emília (filha).

AGRADECIMENTOS

Agradeço novamente à vida pela oportunidade concedida.

Oportunidade que permitiu alongar a convivência com uma das experiências mais significativas da minha vida: viver o mundo dos “círculos populares”. Mas, aquilo que aparentemente seria fácil, tornou-se o trabalho mais difícil até então! Distanciar-se para enxergar o “fenômeno” e ao mesmo tempo reviver as histórias, rever as pessoas, reencontrar afetos e desafetos... quanto aprendizado e quanta gratidão!

Grata à Katiúcia Moutinho (in memoriam), em nome daqueles(as) que construíram essa experiência, mas à Kati por ter sido uma ponte entre mundo dos “círculos populares” e o projeto que viabilizou a minha entrada no doutorado.

Grata à Raquel (mãe de Clarinha), que me incentivou a tentar, mesmo às vésperas do nascimento da minha filha, Emília, e disse: “tenta, não custa nada!” Obrigada, Raquel, deu certo!

Grata à professora Janete que, “materialmente”, possibilitou essa experiência, acolhendo-me no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e que, em muitas, muitas vezes, foi mais do que uma orientadora. Sua postura como **Educadora**, no mínimo, me obrigará a tentar seguir na mesma direção enquanto docente. Obrigada, Janete!

Grata aos professores do PPGE com os quais tive a oportunidade de aprender e aqui destaco Alfredo Gomes e Ana Lúcia Félix. Aos professores que se disponibilizaram a avaliar este trabalho: João Oliveira, Vilde Menezes, Fernando Cunha, Alfredo Gomes, Ana Lúcia Félix e Edson de Andrade, obrigada pelo olhar atento.

Grata aos colegas do Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) por compreender as dificuldades de quem chega para assumir atividade docente, durante o processo de doutoramento. Aqui, agradeço a professora Jackeline Andrade por oportunizar a minha entrada no “mundo acadêmico” e à professora Geyza D’Ávila que teve sua carga de trabalho aumentada para que eu pudesse concluir esse trabalho.

Grata aos alunos com os quais aprendo diariamente! Em nome deles agradeço a Camila e Rhafanny por todo apoio na reta final desse trabalho.

Sou muito, muito grata aos “de casa”, que nos dão sustentação, mesmo sem perceber. E, em nome deles agradeço à D. Norma (minha mãe) e à D. Socorro (minha sogra) por todo o suporte durante esse trabalho e, principalmente, pela acolhida aos meus filhos nas minhas inúmeras ausências.

Grata aos amigos! Ah, os amigos. O que eu seria sem eles? Como seria sem o Sapato Velho que tanto afaga a alma? Obrigada, Andrezza, Claudinete, Mariana e Sílvia pelos socorros constantes. E, obrigada, Mari, pela companhia durante as longas madrugadas!

Grata aos amigos da Turma 11 e, em nome deles, agradeço às amigas Débora e Zélia pela acolhida. Obrigada, meninas!

E toda a minha gratidão aos meus amores: ao companheiro, Eduardo, pela cumplicidade, ao filho, João Ernesto, pela sua sensibilidade e compreensão e, à filha Emília, minha pequena guerreira, por todo amor do mundo!

“Que tempos são esses, em que é necessário defender o óbvio?”

(BRECHT, 1956, p. 1)

RESUMO

Este trabalho é resultado de processo de doutoramento (2012-2016), cujo objetivo foi analisar a política de esporte e lazer do Recife, no período compreendido entre 2001 e 2012, no que diz respeito aos seus avanços, limites e contradições, enquanto uma política que buscou a ampliação e consolidação do direito ao esporte e lazer como um direito social. A análise foi desenvolvida levando em consideração dois referenciais: a Abordagem Cognitiva de Políticas Públicas e a Abordagem do Ciclo de Políticas (*policy cycle approach*). A Abordagem Cognitiva trabalha com a noção de referencial estudada por Jobert e Muller (1987) e Azevedo (2004, 2011) que trata da importância concedida aos valores e princípios gerais que definem uma visão de sociedade que se relaciona dialeticamente entre essa visão mais global e a reprodução de cada setor onde uma política é criada. Já a Abordagem do Ciclo de Políticas (*policy cycle approach*), formulada por Bowe, Bal e Gold (1992), parte da ideia de que uma política pública é constituída a partir de três contextos: influência, produção de texto e prática, que são relacionados entre si, sem corresponder a uma dimensão sequencial ou temporal e são compostos por arenas onde diferentes grupos de interesse travam disputas pelo sentido da política. Sob essas duas abordagens buscou-se responder como os formuladores da política percebiam a situação problemática, alvo de ações (políticas públicas), de modo a solucioná-los; procurando-se identificar o conteúdo dos discursos presentes nos instrumentos (textos, normas e instituições) que deram suporte ao desenvolvimento da política em relevo; e, ainda estabelecer relações de possíveis avanços, limites e contradições entre o discurso da política e sua prática social. Para tanto, foram analisados documentos e realizadas entrevistas com atores que atuaram na política em diversas fases e níveis hierárquicos. Foi identificado que a referida política se constituiu, inicialmente, como uma política setorial contra hegemônica, com avanços nas ações sistemáticas, porém limitadas pela hierarquização de direitos imposta pela sociedade. Além disso, apontou-se para as contradições, de um lado, por de ter sido uma política que se utilizou de uma proposta pedagógica de intervenção no e para o tempo livre, com vistas à liberdade autodeterminada, mas, ao longo de sua trajetória foi consolidando-se como uma política de acesso ao esporte e lazer como direitos; e, de outro, por trazer o discurso da elevação da consciência crítica e da participação popular, mas que não conseguiu se enraizar como prática de política com instrumentos que viessem a alterar substantivamente valores socialmente arraigados sobre o esporte e o lazer, no entanto, deixando um legado importante no sentido de ter conseguido, de algum modo, abalar esses valores, o que foi sendo revestido com as especificidades próprias de cada conjuntura analisada.

Palavras-chave: Política de Esporte e Lazer na cidade do Recife. Governo municipal do PT. Esporte e lazer como educação no e para o tempo livre. Participação e direito social.

ABSTRACT

This is a result of a doctoral process (2012-2016), whose objective was to analyze the sport and leisure policy of Recife in the period between 2001 and 2012, regarding its advances, limits and contradictions while a policy that sought to expand and consolidate the right to sport and leisure as a social right. The analysis was developed taking into account two references: the Cognitive Policy Approach and the Policy Cycle Approach. The Cognitive Approach works with the notion of a framework studied by Jobert and Muller (1987) and Azevedo (2004, 2011), which deals with the importance given to the values and general principles that define a vision of society that is related dialectically between this more global vision and the reproduction of each sector where a policy is created. The Policy Cycle Approach, formulated by Bowe and Ball (1992), starts from the idea that a public is constituted from three contexts: influence, production of text and practice that are related between themselves without corresponding to a sequential or temporal dimension and are composed of arenas where different interest groups wage disputes over the meaning of politics. Under these two approaches we tried to answer how the formulators of politics perceived the problematic situation, the target of actions (public policies), in order to solve them; It was sought to identify the content of the speeches present in the instruments (texts, norms and institutions) that gave support to the development of the politics in relief; and to establish relations of possible advances, limits and contradictions between the discourse of politics and its social practice. For this purpose, documents were analyzed and interviews were carried out with actors who acted in politics, in several phases and hierarchical levels. It was identified that the policy was constituted, initially, as a sectoral policy against hegemonic, with advances in the systematic actions, but limited by the hierarchization of rights imposed by the society. On the other hand, it was pointed out to the contradictions, on the other hand, because it was a policy that used a pedagogical proposal of intervention in and on free time, with a view to self determined freedom, but, throughout its trajectory was consolidating itself as a policy of access to sport and leisure as rights; and on the other for bringing the discourse of raising critical awareness and popular participation, but failed to create instruments of participation as a municipal sports and leisure council that allowed society to become involved in the formulation, implementation and evaluation of public policy.

Key Words: Sports and Leisure Policy of the City of Recife. Municipal government of the PT. Sport and Leisure as Education in and for Free Time. Participation and Social Right.

RESUMEN

Este trabajo es el resultado de la tesis doctoral (2012-2016), cuyo objetivo fue analizar la política de deporte y ocio de Recife, en el período comprendido entre 2001 y 2012, con respecto a sus avances, las limitaciones y contradicciones, como una política que buscó la expansión y consolidación del derecho al deporte y la recreación como un derecho social. El análisis fue desarrollado teniendo en cuenta dos referencias: enfoque cognitivo con la Política de enfoque del ciclo de políticas. (Enfoque de ciclo de la política). El enfoque cognitivo trabaja con la noción referencial estudiado por Jobert y Muller (1987) y Azevedo (2004, 2011) que trata de la importancia que se concede a los valores y principios que definen una visión de la sociedad que se relaciona dialécticamente entre esta visión más global y reproducción de cada sector en el que se crea una política. Ya el enfoque del ciclo de políticas. (Enfoque de ciclo de las políticas), formulado por Bowe y Ball (1992), parte de la idea de que la política pública se hace de tres contextos: influencia, la producción y la práctica de texto, que están relacionados con cada uno sí mismo, sin que corresponde a una dimensión temporal y secuencial o consistir en arenas donde diferentes grupos de interés librar disputas el sentido de la política. Bajo estos dos enfoques tratado de responder a los responsables políticos perciben la situación problemática, el objetivo de las acciones (políticas públicas) con el fin de resolverlos; Hemos tratado de identificar el contenido de la presente reflexión acerca de los instrumentos (textos, normas e instituciones) que han apoyado el desarrollo de la política de alivio; y también establecer relaciones de los avances, limitaciones y posibles contradicciones entre el discurso de la práctica política y social. Por lo tanto, se analizaron y se llevaron a cabo con los actores que estaban activos en la política, en las distintas etapas y niveles jerárquicos. Se identificó que la política consistía, en un principio, como una política sectorial contra hegemónico, con los avances en las actividades sistemáticas, sin embargo limitadas por la jerarquía de los derechos impuestos por la sociedad. Además, se señaló que las contradicciones, por un lado, porque era una política que fue utilizado en una intervención propuesta pedagógica en y para el tiempo libre, con miras a la libertad de auto-determinado, sino a lo largo de su carrera fue consolidando su posición como una política de acceso al deporte y el ocio como los derechos; y por el otro, para que el discurso de la toma de conciencia crítica y la participación del público, pero no para crear instrumentos de participación como deportes ayuntamiento y de ocio que permitan que la empresa participe en la formulación, aplicación y evaluación de políticas públicas.

Palabras clave: Política Pública de Deporte y Ocio de la Ciudad de Recife. Gobierno Municipal del PT. Deporte y el Ocio como la Educación en y para el Tiempo Libre. Participación y Derecho Social.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Figuração social do CPEL	28
Figura 2 - Contextos do processo de formulação de uma política	44
Figura 3 - Concepção tridimensional do discurso	65
Figura 4 - Dimensões do tempo social	119
Figura 5 - Jornal da prefeitura do Recife	175
Figura 6 - Estrutura da proposta pedagógica dos círculos populares de esporte e lazer	179
Figura 7 - Diretorias do Geraldão e suas ações na gestão (2005-2008)	196
Figura 8 - Diretorias/órgãos do Geraldão e suas ações na gestão (2009-2012)	225

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 - Demonstrativo dos pontos obtidos nas votações dos setores de investimento nas plenárias do Orçamento Participativo, por ordem de prioridades, em 2002 170
- Gráfico 2 - Demonstrativo dos pontos obtidos nas votações dos setores de investimento nas plenárias do Orçamento Participativo, por ordem de prioridades, em 2003 172

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1 - Estrutura formal (Diretoria Geral de Esportes)	167
Organograma 2 - Estrutura real (Diretoria Geral de Esportes-DGE)	169
Organograma 3 - Autarquia Municipal de Esporte e Lazer em 2005.....	191

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Teses sobre políticas públicas de esporte e lazer	49
Quadro 2 - Documentos internacionais de referência sobre o esporte e lazer.....	51
Quadro 3 - Documentos nacionais de referência sobre o esporte e lazer	51
Quadro 4 - Documentos da política de esporte e lazer do Recife.....	52
Quadro 5 - Entrevistas realizadas	54
Quadro 6 - Ações que provocaram mudanças no conceito de esporte	102
Quadro 7 - Programas Integrados da Prefeitura do Recife (2002-2005).....	141
Quadro 8 - Programas de Governo da “velha gestão”	150
Quadro 9 - Primeiras ações da Política de Esporte e Lazer	158
Quadro 10 - Projetos vinculados ao Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer	165
Quadro 11 - Detalhamento dos programas por ações – Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer (CPEL)	194
Quadro 12 - Metodologia de Reuniões do Futebol Participativo	205

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACD	Análise Crítica do Discurso
ADTO	Análise de Discurso Textualmente Orientada
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBCE	Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte
CEDES	Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer
CELAR	Centro de Estudos de Lazer e Recreação
CELAZER	Centro de Estudos do Lazer do SESC
CMPPJ-Recife	Conselho Municipal de Políticas de Juventude do Recife
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONBRACE	Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte
CPEL	Círculos Populares de Esporte e Lazer
CSU	Centro Social Urbano
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DDC	Departamento de Difusão da Cultura
DDI	Departamento de Documentação e Informação
DFC	Departamento de Formação da Cultura
EMLURB	Empresa Municipal de Manutenção e Limpeza Urbana
ENAI	Encontro de Adultos e Idosos
ENAREL	Encontro Nacional de Recreação e Lazer
EPT	Esporte Para Todos
ESEF	Escola Superior de Educação Física
FAE	Fundo de Apoio ao Esporte
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INDESP	Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto
ITEL	Instituto Tempo Livre
JOMPI	Jogos Municipais da Pessoa Idosa
LOA	Leis Orçamentárias Anuais

MCP	Movimento de Cultura Popular
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
ME	Movimento Estudantil
ME	Ministério do Esporte
MEC	Ministério da Educação
MET	Ministério do Esporte e do Turismo
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OP	Orçamento Participativo
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PEC	Praças de Esporte e Cultura
PELC	Programa de Esporte e Lazer da Cidade
PFL	Partido da Frente Liberal
PGT	Partido Geral dos Trabalhadores
PPA	Plano Plurianual
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Cidadã
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PST	Programa Segundo Tempo
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC-RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RMR	Região Metropolitana do Recife
RPA	Região Política e Administrativa
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SESC	Serviço Social do Comércio
SNDEL	Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer
SNE	Secretaria Nacional do Esporte SNE
SNEAR	Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento
SNEE	Secretaria Nacional de Esporte Educacional
SNELIS	Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social
SNFDT	Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor
SRO	Serviço de Recreação Operária
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFBA	Universidade Federal da Bahia

UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciências e a Cultura
UPE	Universidade de Pernambuco
WLRA	Associação Mundial de Recreação e Lazer

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
2	PERCURSO TEÓRICO METODOLÓGICO	35
2.1	A ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO.....	35
2.2	AS ABORDAGENS COGNITIVA E DO CICLO DE POLÍTICAS	38
2.3	OS CAMINHOS DA PESQUISA	47
2.4	ANÁLISE CRÍTICA DOS DADOS	62
3	ESTADO, DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO	70
3.1	AS TRADIÇÕES POLÍTICO-FILOSÓFICAS SOBRE O ESTADO CAPITALISTA ..	70
3.1.1	O pensamento liberal e o neoliberalismo.....	70
3.1.2	O ideário marxista	79
3.2	DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO: QUESTÕES EM DEBATE	89
4	ESPORTE E LAZER: DELINEANDO O SETOR	101
4.1	ESPORTE: QUESTÕES CONCEITUAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS	101
4.2	O LAZER: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E SUAS INFLUÊNCIAS NAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS	109
4.3	O ESPORTE E O LAZER NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS LOCAIS	129
5	A POLÍTICA DE ESPORTE E LAZER DO RECIFE: O PRIMEIRO ATO	134
5.1	O RECIFE DE MOVIMENTOS HISTÓRICOS, SOCIAIS E POLÍTICOS.....	134
5.2	O CONTEXTO DE SURGIMENTO DA POLÍTICA DE ESPORTE E LAZER DO RECIFE: TENTATIVA DE RUPTURA COM A VELHA ORDEM	137
5.2.1	As tensões entre o novo e o velho	149
5.3	O NOVO ATRAVÉS DO PROGRAMA CÍRCULOS POPULARES DE ESPORTE E LAZER E SUA PROPOSTA PEDAGÓGICA	173
6	A POLÍTICA DE ESPORTE E LAZER DO RECIFE: SEGUNDO ATO	185
6.1	O CONTEXTO DE RECONDUÇÃO DO GOVERNO MUNICIPAL.....	185
6.2	A “NOVA” POLÍTICA NO “NOVO” CONTEXTO DE PRÁTICA.....	195
6.2.1	Diretoria de lazer e cidadania	196
6.2.2	Diretoria de esporte amador	202
6.2.3	Diretoria de gestão de espaços e equipamentos	208
6.2.4	Diretoria de esporte e juventude.....	211
6.3	COMPREENDENDO A NOVA POLÍTICA NA VELHA ESTRUTURA	215
7	A POLÍTICA DE ESPORTE E LAZER DO RECIFE: TERCEIRO ATO	219

7.1	O CONTEXTO EM QUE EMERGE A TERCEIRA GESTÃO DO PT	219
7.2	OS RUMOS DA POLÍTICA DE ESPORTE E LAZER NA TERCEIRA GESTÃO ..	224
7.2.1	Assessoria especial.....	226
7.2.2	Assessoria político pedagógica	231
7.2.3	Diretoria de lazer e cidadania	234
7.2.4	Diretoria de esporte amador	240
7.2.5	Diretoria de gestão de espaços e equipamentos.....	242
7.2.6	Diretoria de esporte e juventude.....	244
7.3	A EXPERIÊNCIA DA POLÍTICA DE ESPORTE E LAZER DO RECIFE NA ÓTICA DOS ATORES	251
7.3.1	A compreensão do referencial cognitivo da política	251
7.3.2	As facilidades e dificuldades no contexto de prática.....	256
7.3.3	O legado da política de esporte e lazer do Recife	259
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	264
	REFERÊNCIAS	271
	APÊNDICE A - Roteiro da entrevista.....	290

1 INTRODUÇÃO

Esta tese situa-se no campo de análise de políticas públicas e tem em sua gênese dois aspectos: o primeiro, em nossa formação “for a da academia”, que nos levou a ela e, desde o mestrado nos aproximamos do estudo de análise de políticas públicas e, segundo, pelo desejo de analisar uma experiência da qual fizemos parte e, com ela, pudemos compreender o sentido e as contradições dos termos “direito social”, democracia e participação.

No Brasil, a análise de políticas públicas ganha corpo na década de 1990, bem como na América Latina. Frisamos que o interesse na avaliação das ações governamentais pode ser explicado, de um lado, em virtude da importância dada à execução de programas de ajuda internacional ao “terceiro mundo”, para o qual os países desenvolvidos dispensaram volumosos recursos, sendo exigido criterioso acompanhamento através das diretrizes dos organismos internacionais Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, por exemplo. A contrapartida dos países que recebiam os recursos era realizar a avaliação de suas políticas como condição para o seu financiamento, passando a exigir maior racionalidade do gasto público e do rendimento dos recursos aplicados, como afirma Silva, M. (2001).

De outro, com o questionamento do modelo intervencionista do Estado, o discurso da “necessidade” de “modernização” do serviço público ganha força. Assim, as orientações dos organismos internacionais, atuam na consolidação do projeto político de redução do Estado, vinculado à revolução gerencialista, em curso desde a década de 1970, no qual o monitoramento e a avaliação de políticas ocuparam um lugar de destaque (FARIA, 2005; BARREIRA, 2002).

Apesar de exposta necessidade da avaliação de políticas, até a primeira metade da década de 1990, elas se apresentam pouco incorporadas ao cotidiano da administração pública brasileira. Este fato ocorre em virtude da “complexidade inerente às metodologias de avaliação [e], em parte devido ao desinteresse dos *policy makers*” (COTTA, 1998, p. 103). Entretanto, com o “aprofundamento” da crise do Estado e da inserção de um modelo “moderno” de administração pública, os estudos sobre a avaliação de políticas e programas sociais ganham corpo, no contexto nacional.

Ao contrário da política intervencionista, o Estado começa a tentar se retirar das atividades econômicas e a reduzir a sua participação na oferta de benefícios sociais, adotando elementos da perspectiva neoliberal, na sua forma de ação. Esta perspectiva privilegia a regulação social e econômica por meio do mercado. Configurava-se a crise das economias

capitalistas, à qual o Brasil não estava imune. Neste contexto, o Estado passa a contar com menos recursos financeiros e o exercício do poder assume outra configuração.

A busca de soluções estendeu-se da esfera econômica ao modelo político e administrativo, e assim têm início as medidas de modernização do setor público, resultando no modelo que se convencionou chamar de Administração Gerencial. Como critérios dessa modernização, elementos da administração empresarial foram adotados pelo Estado, tais como a ideia de que a gestão das políticas públicas deveria ser otimizada a partir da busca da efetividade e eficácia no modo de sua implementação. Assim, passou-se fortemente a privilegiar as soluções técnicas para os problemas segundo as orientações neoliberais (AZEVEDO, 2011).

Nesse contexto, a avaliação das políticas públicas é altamente privilegiada no campo governamental como instrumento fundamental para se alcançar melhores resultados e proporcionar uma melhor utilização e controle dos recursos nele (a) aplicados (COSTA; CASTANHAR, 2003). Ou seja, a avaliação assume um falso critério de neutralidade, enfatizando a técnica como meio para maximizar a eficácia das políticas públicas, no sentido da oferta de serviço e a eficiência, na alocação de recursos, valorizando o critério de “fazer mais com menos”.

Apesar da proximidade com os referenciais acima, em função da nossa formação em administração, afastamo-nos dessa perspectiva e, nesse trabalho nos propomos a realizar uma análise constituída por uma investigação que observou o que o governo (responsável pela política em estudo) fez, porque faz e que diferença suas ações provocaram. Com isso, esperamos produzir conhecimento acerca do processo de políticas públicas em sua dimensão descritiva – que proporciona o conhecimento sobre as causas e consequências das políticas públicas – e em sua dimensão normativa – que produz conhecimento sobre o valor das políticas no presente, no passado ou para as gerações futuras (CAVALCANTI, 2007).

No campo da educação, Mainardes (2006, 2009) vem dando importância para esse tema, apontando algumas metodologias que orientem as análises de políticas públicas no setor, tendo em vista a ampliação da agenda de pesquisa nesta área, na última década. Contudo, o autor alerta sobre alguns problemas decorrentes desses estudos: a falta de esclarecimento sobre os pressupostos teóricos que dão suporte à análise; a supervalorização dos processos locais, com pouca articulação com o sistema social, político e econômico mais amplo e a escassa preocupação em realizar uma análise na perspectiva crítica, pelo menos de forma explícita.

Chamou-nos a atenção o desafio lançado pelo autor para os interessados em trabalhar a análise de políticas públicas, principalmente, em nosso caso, onde existe uma relação estreita entre a pesquisadora e o objeto. Ao percorrer essa leitura, a frase “evitar análises voltadas à mera legitimação de políticas” ficou em nossa mente e se apresentou como um desafio que teremos que enfrentar nessa tese. Então, como elaborar uma análise, apesar da relação que temos com a política estudada, que não se configure uma mera justificação da política? Mainardes (2009) parece responder ao enfatizar a necessidade de deixar claro quais os aspectos teórico-metodológicos da pesquisa e, para tanto, é necessário definir uma abordagem analítica que dê sustentação à análise que se pretende fazer.

Nesse sentido, escolhemos dois referenciais de análise: abordagem cognitiva das políticas públicas apontada por Azevedo (2004, 2011) e a abordagem do Ciclo de Políticas (*policy cycle approach*) formulado por Bowe, Bal e Gold (1992), ambas enquadradas na perspectiva crítica de análise. A abordagem cognitiva privilegia, dentre outros aspectos, a relação estabelecida entre o Estado e os grupos sociais na defesa de políticas setoriais. Essa relação faz parte de uma complexa rede política que se expressa dialeticamente entre as determinações do global e do local influenciando um programa de ação, ou melhor, a implementação de uma política pública. Esse referencial analítico está pautado nas sugestões de análise produzidas por Joubert e Muller (1987) por considerarem que as demandas setoriais imprimem às políticas públicas seus interesses, contudo, essa não é uma questão dada, pois a atuação vitoriosa ou não desses grupos dependerá da sua organização e poder de pressão numa dada conjuntura.

Além disso, outra questão levantada pelos autores está naquilo que Azevedo (2004) aponta como a “dimensão ideológica”, que é considerada nesse tipo de análise, visto que as problemáticas e, conseqüentemente, as soluções propostas, dizem respeito às concepções políticas representadas por esses grupos. Desta forma, ao analisar as representações sociais impressas numa política pública, devemos considerar os referenciais normativos nela inserida, a partir da **dimensão cognitiva**, relacionada ao conhecimento técnico-científico, assim como as representações sociais dos gestores públicos; da **dimensão normativa**, envolvendo as relações entre as políticas global e local, seus valores e suas práticas culturais, que determinarão a **dimensão instrumental**, indicando os meios com os quais a sociedade atuará nos espaços e nos sentidos que orientam as relações entre os grupos sociais (AZEVEDO, 2004).

Já a abordagem do Ciclo de Políticas (*policy cycle approach*) compreende a política pública como discurso/texto e busca compreender sua trajetória a partir de três contextos: de

influência, de produção de texto e de prática, onde o **contexto de influência** versa sobre o espaço/tempo em que os discursos políticos são construídos; o **contexto de produção de texto** imbricado no primeiro permite analisar as contradições entre a filosofia político-ideológica e os textos produzidos, e o **contexto de prática** aponta ao processo de implementação da política, que estará sujeita às diversas interpretações e interesses dos atores envolvidos. Além desses contextos, Ball (1994) amplia o ciclo de políticas agregando dois novos: de resultados e de estratégias políticas. O primeiro versa sobre questões de justiça, considerando os padrões de acesso e inclusão social, e o segundo trata das estratégias e atividades necessárias para enfrentar as desigualdades geradas pela própria política. Apesar dessa ampliação, em nossa pesquisa, delimitaremos a análise aos três primeiros contextos do ciclo de políticas.

Para Mainardes e Marcondes (2009), em função da complexidade e das controvérsias que cercam uma política pública (para ele as políticas educacionais), tal referencial mostra-se dinâmico e flexível, bem como indica a necessidade de articulação entre os processos de micro e macro análise. Contudo, tais contextos não representam etapas de um ciclo, mas:

Podem ser pensados outra maneira e podem ser ‘aninhados’ uns dentro dos outros. Assim, dentro do contexto de prática, você poderia ter um contexto de influência e um contexto de produção de texto, de tal forma que o contexto de influência dentro do contexto da prática estaria em relação à versão privilegiada das políticas ou da versão privilegiada da atuação. Assim, podem existir disputas ou versões em competição dentro do contexto da prática, em diferentes interpretações de interpretações. E, ainda, pode haver um contexto de produção de texto dentro do contexto de prática, na medida em que materiais práticos são produzidos para utilização dentro da atuação. Assim, podem existir espaços dentro de espaços (MAINARDES; MARCONDES, 2009, p. 307).

Esse “aninhamento” constitui um grande desafio do nosso estudo, pois pressupõe a quebra de uma lógica linear na observação do um fenômeno.

Imbuídos desses instrumentos de análise, associamos o contexto de influência à dimensão cognitiva, o contexto de produção de texto à dimensão instrumental e o contexto de prática à dimensão normativa, pois consideramos importante, além de analisar as relações entre os contextos (influência, produção de texto e prática), compreender o papel das subjetividades e dos sistemas valorativos impressos na trajetória da política de esporte e lazer do Recife.

Ainda no segundo capítulo apresentamos os caminhos da pesquisa, assim como o método de análise dos dados realizado através da análise de discurso proposta por Fairclough (2001a), a Análise de Discurso Textualmente Orientada (ADTO), que buscará uma análise da

mudança discursiva em seu contexto sócio histórico. A escolha da ADTO deu-se em função da compreensão de política adotada por nós que é ao mesmo tempo texto (discurso) e ação. A política, portanto, ao mesmo tempo se completa e se modifica durante a prática social. Por isso, propomos uma análise que permita a análise da política, considerando a produção do seu texto/discurso e a forma como é colocado em prática.

Como afirmamos anteriormente, esta tese situa-se no campo de análise de políticas públicas, mas foca sua análise numa política de esporte e lazer municipal do Recife, no período compreendido entre 2001 a 2012. O interesse, portanto, em estudar essa experiência deu-se em função de uma série de fatores tais como: a atenção que vem sendo dada ao estudo sobre políticas públicas, com intensidade a partir da década de 1990; a crescente atenção que o setor de esporte e lazer vem tendo nos últimos anos, principalmente após o Brasil ter sido indicado como sede dos principais eventos esportivos do mundo – a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 (mesmo considerando a necessidade de problematizar sobre a realização desses eventos) e, nesse sentido, a importância de registrar a existência de uma política que, a priori, contrapunha-se à lógica desses megaeventos quando considera que o esporte e lazer são instrumentos de ocupação de um tempo que pode ser considerado “tempo livre”. Além disso, acreditamos ser o aspecto determinante na escolha do tema, o nosso envolvimento com a construção dessa Política Pública.

A nossa aproximação com a política ocorreu no início do ano de 2002, através do Movimento Estudantil (ME) da Universidade de Pernambuco. Na época, fazíamos parte do Diretório Central dos Estudantes (DCE-UPE) e, também, alguns eram integrantes do curso de Educação Física. (Escola Superior de Educação Física ESEF-UPE). Alguns desses alunos estavam assumindo tarefas na Prefeitura do Recife, como estagiários, para implementar um “Projeto Piloto” na área de esportes, que, na nossa compreensão (como estudante do curso de Administração), tratava-se de atividades de recreação para crianças em comunidades carentes da cidade. Em janeiro, participamos, voluntariamente, de uma Colônia de Férias no Centro Social Urbano (CSU) do bairro do Totó e, até o encerramento da gestão petista, em 2012, acompanhamos “ora de dentro, ora de fora” o desenrolar da política.

“De dentro”, integramos, informalmente, a equipe em novembro de 2002 a julho 2005, numa coordenação administrativa, da Diretoria Geral de Esportes/Secretaria de Turismo e Esportes. E, formalmente, de julho 2005 a março 2008, assumindo a gerência de contratos e convênios da autarquia de esportes – o Geraldão. “De fora”, entre 2008 a 2010, elaboramos uma dissertação de mestrado com a elaboração de um instrumento de avaliação desta política,

e até 2012 acompanhamos as ações no campo da política partidária, no Setorial de Esporte e Lazer do Partido dos Trabalhadores.

Até o ano de conclusão desta tese, identificamos a existência de uma produção acadêmica sobre a política de esporte e lazer do Recife. Há duas dissertações de mestrado e três teses de doutorado: (1) *Política de Esporte e Lazer como educação emancipatória da Juventude: contradições e possibilidades das políticas democráticas e populares* (Doutorado em Educação, UFBA, 2005); (2) *Formação de trabalhadores em Lazer: por uma educação no e para o tempo livre* (Doutorado em Educação, UFBA, 2005); (3) *Discursos transformadores e possibilidades para um 'novo organizar' na política de esporte e lazer do Recife* (Mestrado em Administração, UFPE, 2007); (4) *Política de esporte e lazer do Recife: a elaboração de um instrumento de avaliação* (Mestrado em Administração, UFPE, 2010); (5) *Sociologia processual de uma Política Pública de Esporte e Lazer* (Doutorado em Sociologia, UFPE, 2013). Esses trabalhos, mesmo tendo como objeto de estudo a experiência da Política de Esporte e Lazer do Recife, apresentam-se com enfoques diferenciados.

O primeiro faz uma discussão sobre a possibilidade de construir uma educação emancipatória com e para a juventude a partir de uma política de esporte e lazer. O trabalho se constitui de uma pesquisa-ação focando o Projeto Esporte do Mangue entre os anos de 2002 a 2004. Em seu desenvolvimento é realizado um memorial descritivo do Projeto, enfatizando as contradições e possibilidades durante a sua implementação. Com a experiência relatada, o autor chega à conclusão de que é possível construir, a partir de uma política pública, uma educação emancipatória para a juventude; entretanto, algumas condições são fundamentais: a existência de uma gestão democrática e popular que esteja em sintonia com os referenciais normativos da política de esporte e lazer, orçamento adequado às necessidades do projeto, equipe gestora e de educadores capacitada para o trabalho coletivo e militante, formação continuada como espaço sistemático de reflexão e reordenação da política pública e, não como mera capacitação; contato permanente com as inovações científicas no setor; sistematização de uma proposta pedagógica clara e que garanta a unidade das ações pedagógicas e; a extrapolação das ações para outros espaços políticos de disputa do governo e da cidade (SILVA, K., 2005).

O segundo trabalho, também uma pesquisa-ação, versa sobre a experiência da “Formação Continuada em um Programa Municipal de Esporte e Lazer” nos anos de 2001 a 2004 (SILVA, K., 2005, p. 7). Aqui cabe um parêntese: nas quatro pesquisas citadas, o Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer (CPEL) é referenciado como a Política de Esporte e Lazer. De fato, como o CPEL foi a primeira ideia que deu forma à Política de

Esporte e Lazer, essa “confusão” permeou toda a vida da Política. Contudo, em nossa compreensão, a Política de Esporte e Lazer do Recife é um sistema que engloba as três dimensões da política referenciadas por Frey (2000): *polity*, *policy* e *politics*¹ e o Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer se constitui como uma das ações dessa política, na dimensão de *policy*. Todavia, essas questões serão discutidas na análise da Política. Ainda sobre o segundo trabalho, a autora concluiu que para a consolidação de uma educação no e para o tempo livre, a formação continuada tem um papel fundamental, pois amplia o conhecimento dos sujeitos responsáveis pela intervenção pedagógica, além de ser considerado como um espaço de construção do Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer que visa garantir, democratizar e ampliar o acesso ao esporte e lazer para todos os segmentos da população (SILVA, K., 2005).

O terceiro trabalho utilizou como aporte teórico a Teoria Crítica em Administração sobre influência dos autores da Escola de Frankfurt e analisou como o Programa/Política se organizou entre junho de 2005 e abril de 2007. Na discussão, o autor considera que a forma de organização do Programa Círculos Populares e seus projetos Esporte do Manguê e Futebol Participativo (naquela ideia de que o CPEL é a Política e engloba todas as outras ações) é algo inovador no momento em que dialoga e “absorve” as práticas cotidianas das comunidades em sua implementação; no entanto, com a migração da Política para o Geraldão, a organização nas ações do Programa se submete à estrutura burocrática e hierarquizada do Estado e há predominância do “velho organizar”. Para o autor:

O novo organizar foi resgatado quando se falou do antes, do início, das primeiras ações, das primeiras raízes fincadas no Movimento Manguêbeat [fala sobre o projeto Esporte do Manguê], do antes do GEGM-Geraldão, do antes de entrar no Programa, do que advinha do cotidiano, do observar sua execução nas comunidades (ALCÂNTARA, 2007, p.175).

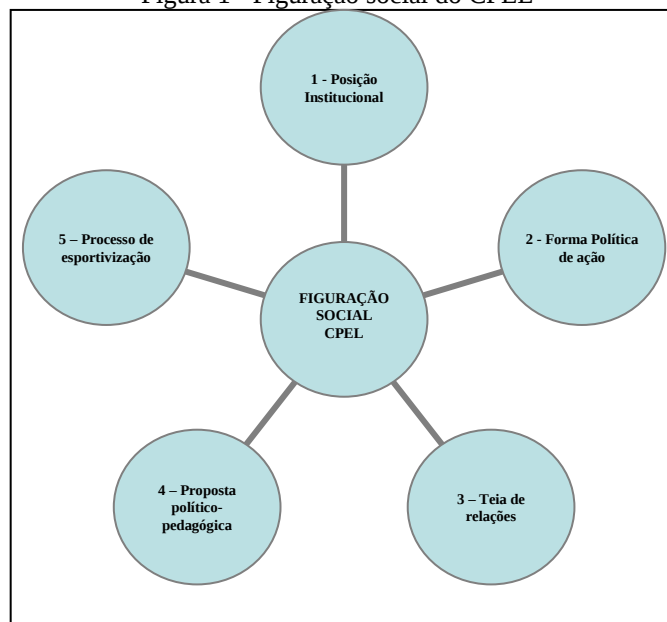
Nesse trabalho é possível observar uma comparação entre os quatro anos da primeira gestão e os dois anos da segunda gestão petista. Contudo, não foi objetivo do estudo realizar uma análise comparativa.

¹ Segundo Frey (2000), as políticas públicas podem ser compreendidas por: *Polity* - dimensão institucional: refere-se à esfera da política, à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político-administrativo; *Politics* – dimensão processual: refere-se à atividade ou aos processos políticos, normalmente conflituosos, que se estabelecem entre os atores da política numa determinada arena, a fim de atender seus interesses dentro de suas visões político-ideológicas; *Policy* – dimensão material da política: refere-se aos conteúdos da ação governamental, ou seja, à configuração de programas e projetos que passam, segundo o *policy cycle*, pelos processos de elaboração, execução e avaliação.

O quarto trabalho teve como objetivo elaborar um instrumento de avaliação para a política de esporte e lazer do Recife, ao observar esse aspecto avaliativo como uma das limitações da referida política. Para atingir o objetivo proposto foi realizado um estudo de caso e aplicada a técnica de grupo focal com os gestores responsáveis pela formulação e implementação da política na cidade do Recife. Com o desenvolvimento das discussões foram apontados indicadores que possibilitem uma futura avaliação da política em estudo. Os resultados apontaram para uma avaliação de processo, uma vez que se tem como foco as dimensões político-administrativas da política de esporte e lazer. No entanto, o instrumental, ao passo que norteia uma avaliação, também aponta elementos para a formulação de novas políticas para o setor que deseje trabalhar na concepção do esporte e do lazer como um direito social.

O quinto trabalho constituiu numa análise sociológica, utilizando-se da obra de Norbert Elias, “Mozart: Sociologia de um gênio, como base teórico-metodológica”. A autora faz um resgate da gênese do Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer, nos quatro anos da primeira gestão, resgatando as influências e inspirações para a criação dessa política pública. Em sua análise, considera o CPEL como uma figuração social que pode ser observadas por cinco dimensões, denominadas pela autora de “nós” (como pronome de primeira pessoa indicando os sujeitos criadores da experiência e os laços que os integram): a posição institucional, a forma política de ação de governo, a teia de relações, a proposta político-pedagógica e o processo de esportivização do Programa.

Figura 1 - Figuração social do CPEL



Fonte: Elaborado pela autora a partir de Silva, J., 2013.

A partir da discussão de cada dimensão, a autora constrói uma narrativa, com destaque nas relações afetivas, indicando os principais aspectos que influenciaram o surgimento da política: a experiência do Movimento de Cultura Popular em Pernambuco (MCP); os Círculos de Cultura de Paulo Freire; o desenvolvimento da recreação e do lazer como intervenções educacionais, as diferentes perspectivas do esporte. (Esporte participação, esporte escolar e esporte de rendimento); a Constituição de 1988 que elevou o esporte e o lazer como direitos sociais e; a perspectiva progressista da educação física como área de intervenção e formação a partir da cultura corporal (SILVA, J. L., 2013).

Os estudos acima nos possibilitaram um panorama da política e nos chamaram a atenção pela experiência vivenciada no Recife ter exposto outro olhar para o esporte e o lazer, como possibilidade de educação no e para o tempo livre. É nesse ponto que justificamos esse estudo no campo das políticas educacionais, pois a política em destaque atuou no campo da educação não formal, num dos seus principais programas: os Círculos Populares de Esporte e Lazer (CPEL), durante os doze anos de atuação. Contudo, até o final da segunda gestão (2001-2008), essa discussão ganhou relevo, período também em que os textos da política foram produzidos e divulgados.

A problemática relativa ao tempo livre e à condição em que ele se produz foram questões geradas a partir das sociedades industriais. Nesse contexto, o tempo livre é usualmente situado, como o oposto ao tempo do trabalho ou o tempo das obrigações. Uma das principais obras do século XIX que trata sobre essa temática é o *Direito à Preguiça*, de Paul Lafargue (2003). Para ele, a sociedade passava por grande desajuste, “uma estranha loucura”, pois o imperativo da civilização capitalista havia tomado todo tempo dos trabalhadores para a sua produção e o denominado “amor ao trabalho” trouxe como consequência misérias individuais e sociais à classe trabalhadora.

Ao analisar a condição do proletário francês, com jornadas de trabalho de até treze horas diárias, Lafargue defende que sua redução é vital para a produção do humano no homem, de forma que a cultura, a arte e a ciência fossem conteúdos a serem desenvolvidos no tempo livre (HUNGARO, 2008).

Do ponto de vista cultural, o antagonismo entre tempo de trabalho e tempo livre foi construído a partir da negatividade do ócio. Diferentemente das civilizações anteriores, onde o ócio era um tempo de produção de conhecimento e espiritualização do homem, na sociedade moderna, com a difusão da Ética Protestante como nos indicou Max Weber, o ócio passou a ter um valor negativo. Daí as máximas populares “tempo é dinheiro”, “o ócio é o maior de todos os males”, etc. e o “amor ao trabalho”, como ironizou Lafargue (2003).

A disputa entre empregados e patrões pela redução da jornada de trabalho levou centenas de anos, resultando em algumas conquistas para os trabalhadores, dentre elas uma jornada fixa semanal com “dois domingos” e férias remuneradas. Essa normativa, apesar de sofrer variações nos diferentes Estados, exigiu nova organização dos trabalhadores para ocupação do tempo de não trabalho. Daí surge a problemática de ocupação do “tempo livre” da classe trabalhadora e o surgimento do lazer como um elemento desse tempo livre.

Em meados do século XX, vários teóricos que discutiam sobre o mundo de trabalho indicavam a necessidade desse tempo livre, considerado, por alguns, como tempo de ócio, que representava uma compensação do trabalho – tempo necessário para a composição das forças produtivas e de fuga das relações de trabalho que mecanizavam o trabalhador.

Um dos mais influentes autores sobre essa temática é o sociólogo francês Joffre Dumazedier, que aprofunda seus estudos sobre a ocupação desse tempo de não trabalho e consolida a sociologia do lazer na Europa. Como um dos principais defensores de que a sociedade entrara na Era do Lazer, Dumazedier entendia que a redução de jornada de trabalho sem perda salarial garantiria um maior número de horas livres, surgindo assim um “tempo novo para seus atos e sonhos”. Esse tempo livre, para o autor, seria cada vez mais ocupado por atividades reais e possíveis, denominadas atividades de lazer. E, até mesmo quando a prática de lazer é limitada pela falta de tempo, dinheiro ou recursos, sua necessidade está presente e cada vez mais se torna premente (DUMAZEDIER, 2004).

As concepções teóricas de Dumazedier foram desenvolvidas a partir da realidade francesa, baseadas em pesquisas empíricas para investigar o que os trabalhadores compreendiam por lazer. Dessas enquetes, ele montou sua teoria e chegou à conclusão de que o lazer possui três funções: descanso, o tempo que libera da fadiga; o divertimento, atividade que libera da monotonia do trabalho cotidiano; e desenvolvimento, que representa o tempo em que o indivíduo participará de atividades recreativas, sociais e culturais.

O pensamento de Dumazedier foi aceito na Europa e obteve vasta repercussão na América Latina, sendo difundido pelos Congressos Intercontinentais organizados com a ajuda da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciências e a Cultura (UNESCO). No Brasil, sua obra foi inserida por Renato Requixa, no final da década de 1960, quando era Diretor Regional do SESC São Paulo. Interessado pela temática, Requixa se tornou um dos principais difusores da temática do Lazer no país. Em 1977, a obra *O Lazer no Brasil* trazia elementos das atividades de lazer desenvolvidas no Brasil, sobretudo com a influência do SESC e, em 1980, lança o título “Sugestões de Diretrizes para uma Política Nacional de

Lazer”, que influenciará o desenho das políticas públicas de esporte e lazer nos governos locais.

Apesar da inserção do tema ter tomado proporções maiores, nas décadas de 1970-80, “os autores que se dedicaram aos estudos do lazer como campo de conhecimento, cumprindo o papel de intelectuais que apontam caminhos para as políticas públicas, surgem a partir da década de 1930”, com experiências em Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro (PEIXOTO, 2007, p. 565).

Na década de 1980, o contexto sociopolítico do país, com o seu processo de redemocratização e posteriormente a experiência de implantação da política neoliberal do Governo Federal induziu muitos intelectuais a se envolverem em causas políticas. As obras nesse período trouxeram várias críticas à perspectiva liberal e funcionalista de perceber e desenvolver o lazer e as políticas públicas voltadas para esse setor.

Nas políticas públicas são desenvolvidas experiências inovadoras, compreendendo o lazer como uma possibilidade de desenvolvimento dos indivíduos no seu tempo livre. No campo acadêmico, uma das principais críticas à perspectiva dumazediana de lazer foi proposta por Frederic Munné, em sua obra, intitulada *Psicosociologia del Tiempo Libre* (1980). O autor destaca a contra funcionalidade das “funções do lazer” apontadas por Dumazedier e considera que a ocupação do tempo livre deve superar as dimensões de oposição ao tempo de trabalho. Considera a importância do tempo livre como um tempo de autodeterminação dos indivíduos e aponta a questão pedagógica como fundamental para se pensar uma educação no e para o tempo livre. Esse pensamento de Munné (1980) foi pouco difundido na produção acadêmica nacional, contudo, apesar disso, vários outros estudos, na perspectiva da visão marxista, também fizeram suas críticas à visão dumazediana.

No campo da política, com a redemocratização do país e a “institucionalização” de um novo pacto no contexto do regime federativo, os Estado e Municípios passaram a ter maior autonomia político-administrativa, tal como registrado na Constituição promulgada em 1988. Com isso, abriu-se a possibilidade do surgimento de políticas públicas locais dissociadas do governo federal. Essa autonomia gerou a possibilidade de serem vivenciadas algumas experiências de políticas públicas de esporte e lazer sob a lógica da autodeterminação dos sujeitos. Dentre outras, a experiência da Política de Esporte e Lazer do Recife, no período de 2001 a 2012, trouxe à tona uma discussão pouco travada nos setores de educação e da educação física que se trata da educação no e para o tempo livre, que para além de outros aspectos, considera o esporte e o lazer como instrumentos pedagógicos.

Partindo dessa premissa, os formuladores da política desenvolvem uma proposta de intervenção pedagógica de educação não formal, promovendo aprendizagens relacionadas à cultura corporal e organizando o esporte e o lazer com direção político-pedagógica. Essa experiência foi vivida nas três gestões municipais, capitaneado pelo Partido dos Trabalhadores, durante os anos de 2001 a 2012; de um lado, alinhada às diretrizes gerais desses governos, que traziam um discurso/texto democrático-popular, e de outro, considerando a ênfase que tem sido dada às políticas de esporte e lazer, no cenário nacional, sobretudo com a criação do Ministério do Esporte, em 2003, consideramos necessário dirigir um olhar a tais experiências e observar, no caso de Recife, como foi estruturada a política de esporte e lazer, durante os doze anos, com a defesa de uma educação *no* e *para* o tempo livre?

Diante do exposto, teremos como objetivo geral dessa tese **analisar a política de esporte e lazer do recife no que diz respeito aos seus avanços, limites e contradições enquanto uma política que buscou a ampliação e a consolidação do esporte e lazer como um direito social, através de uma intervenção pedagógica no e para o tempo livre.**

O foco que iremos dar à análise da política será descrito como objetivos específicos dessa pesquisa:

- **Analisar como os formuladores da política percebiam a situação problemática que seria alvo de ações, no sentido de como identificavam as causas dos problemas e o modo de solucioná-los;**
- **Identificar o conteúdo dos discursos presentes nos instrumentos (textos, normas e instituições) que deram suporte ao desenvolvimento da política em relevo;**
- **Estabelecer relações de possíveis avanços, limites e contradições entre o discurso da política e sua prática social.**

Perante o desafio de analisar essa experiência, esperamos contribuir com a ampliação dos estudos que envolvem a avaliação de políticas públicas e colaborar com a discussão sobre a concepção de uma política pública de esporte e lazer que não se apresenta nas correntes tradicionais do setor.

A nossa tese é que a política de esporte e lazer estruturou-se mais no discurso do esporte e do lazer como direitos sociais, do que como instrumento para a conquista da liberdade no tempo livre.

Os objetivos acima citados pautaram a organização final deste trabalho, o qual se estrutura em seis capítulos.

Após o capítulo da introdução, o segundo capítulo refere-se aos aspectos teórico-metodológicos escolhidos para análise da política de esporte e lazer do Recife (2001-2012). Foi realizada uma discussão sobre a análise de políticas públicas e como o tema vem sendo tratado no campo da educação, apresentaremos os referenciais escolhidos para a análise do objeto: o *policy cycle approach* (BOWE; BALL; GOLD, 1992) e o referencial normativo de políticas (AZEVEDO, 2004, 2011), assim como foi explicitado os caminhos metodológicos, a composição do *corpus* da pesquisa, e os procedimentos de análise de dados.

No terceiro capítulo foram discutidas as correntes teóricas acerca do Estado, assim como as ideias sobre democracia e participação, como as “questões de fundo”, fundamentais para identificar as decisões tomadas, as escolhas feitas e os caminhos de implementação traçados pelos gestores públicos, visto que cada interpretação sobre a concepção e o papel do Estado, nos levará a intenções sob forma de políticas públicas. Além disso, com o avanço do capitalismo, os temas “democracia” e “participação” têm ganhado “corpo” no debate público, revelando várias conotações, além de estar presente nos discursos/textos da política estudada.

O quarto tratou sobre o contexto de influência-dimensão cognitiva da política de esporte e lazer do Recife. Para tanto, foi discutido sobre o pensamento hegemônico do setor, como esse pensamento estrutura-se em torno das políticas públicas, no Brasil, e quais as possibilidades de políticas contra hegemônicas, considerando os avanços progressistas após o processo de redemocratização no país. Consideraremos dois percursos: o do esporte e do lazer que, embora sob trajetórias distintas, encontram-se nas políticas públicas governamentais.

Os capítulos cinco, seis e sete versaram sobre a trajetória da política e foram construídos a partir dos documentos e entrevistas.

De acordo com Bowe, Bal e Gold (1992), o contexto de prática corresponde ao momento em que os atores envolvidos numa política, dispostos numa espécie de palco, irão interpretar os seus textos e, de acordo com suas conveniências e preferências, colocarão em cena uma determinada política. Partindo desse entendimento, decidimos proceder à análise em três atos que representam as três gestões estudadas. No capítulo 5, portanto, foi reconstituída a trajetória da política, em seu primeiro ato, ou seja, no primeiro mandado, contextualizando o surgimento da política e suas nuances. No capítulo 6 consideramos a trajetória compreendendo a firmação do referencial trazido pelo grupo gestor e a organização da nova política sob a velha estrutura burocrática. No capítulo 7 destacamos o contexto no qual se deu a candidatura do sucessor ao cargo de prefeito da cidade e as tensões vivenciadas nessa gestão

e seu impacto na política setorial em destaque. Por fim, analisamos a percepção dos atores sobre a experiência de esporte e lazer, gestada entre 2001 a 2012.

Nas considerações finais retomamos o fio condutor do trabalho e sintetizamos os resultados da nossa pesquisa apontando para uma política que avançou no aspecto das ações oferecidas à população, principalmente àquelas de cunho sistemático, nas quais é possível a intervenção pedagógica. Apresentou limites no que diz respeito à consolidação de uma educação libertadora, de um lado, pela heterogeneidade na compreensão dos próprios atores e, de outro, pela dificuldade de compreensão da proposta pela população. Em relação às contradições, apontamos o fato da política apresentar em vários documentos a defesa de um governo democrático popular, mas durante sua trajetória pouco institucionalizou espaços de participação para a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas junto à população.

2 PERCURSO TEÓRICO METODOLÓGICO

Neste capítulo, iremos tratar do referencial teórico-metodológico escolhido para análise da política de esporte e lazer do Recife (2001-2012). Faremos uma breve discussão sobre a análise de políticas públicas e como o tema vem sendo tratado no campo da educação. Apresentaremos os referenciais escolhidos para a análise do nosso objeto, o *policy cycle approach* (BOWE; BALL; GOLD, 1992) e a Abordagem cognitiva das políticas públicas (AZEVEDO, 2004, 2011). Em seguida, explicitaremos os caminhos metodológicos, a composição do *corpus* da pesquisa, assim como os procedimentos de análise de dados.

2.1 A ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO

As políticas públicas, nas últimas décadas, têm se tornado importante objeto de pesquisa, tanto nas ciências políticas, sociais, sociais aplicadas, como no campo da educação. Desde a década de 1980 é possível observar maior interesse dos pesquisadores sobre a área, e esse crescimento pode ser visto no número de dissertações e teses desenvolvidas como produto dos cursos de pós-graduação (ARRETCHE, 2003).

Autores como Castro (1989), Cohen e Franco (1993), Rua (1997), Arretche (2003; 2009), Draibe (2001), Barreira (2002), Barreira e Carvalho (2001), Frey (2000), Costa e Castanhar (2003), Cotta (1998), Belloni; Magalhaes; Sousa (2007), Souza (2006), Rico (2009) e Silva, M. (2001; 2008) trazem contribuições significativas para a literatura nacional no âmbito das políticas públicas de forma geral e têm contribuído para o avanço das discussões sobre referenciais teórico-metodológicos de análise. Já no campo das políticas educacionais, visualizamos as contribuições de Dutra (1993), Azevedo e Aguiar (1999), Azevedo (2004) e Mainardes (2006, 2009). Contudo, para adentrar a discussão sobre análise de políticas cabe a reflexão do que Holfling (2001, p. 31) chamará de “questões de fundo”. Para a autora, a análise de política deve contemplar a compreensão conceitual das políticas públicas, a compreensão do seu processo de setorização e sua relação com o Estado, visto que “se situam no interior de um tipo particular de Estado²”.

Considerando esses aspectos, na revisão de literatura encontramos várias definições de políticas públicas. Para Souza (2006), não existe uma única ou melhor definição sobre o que

² No tocante a este capítulo, enfatizaremos a compreensão das políticas públicas. A sua relação com o Estado e seu processo de setorização, serão vistos nos capítulos 3 e 4 respectivamente.

seja política pública, que vai desde **um conjunto de ações do governo até o que o governo escolhe fazer ou não fazer**. Essas definições vão de encontro ao que Azevedo (2004) discute tendo as políticas públicas como o **Estado em ação**.

Além dessas assertivas, Muller e Surel (2002) fazem uma reflexão acerca das políticas públicas como uma ação pública inscrita em três “rubricas”: as políticas públicas constituem *um quadro normativo de ação* – que permite visibilidade à política, tais como recursos financeiros, intelectuais e materiais; as políticas públicas constituem *uma expressão do poder público* – que fundamenta a especificidade da ação do Estado, nas relações entre o público e o privado; e elas constituem, também, *uma ordem local* – já que esse quadro normativo e essa expressão do poder público se expressam a partir da intervenção dos atores nas diversas relações interorganizacionais, constituindo essa ordem local.

Refletindo sobre os elementos apontados nessas definições, percebemos que as políticas públicas dão materialidade e visibilidade ao Estado, mas representam também uma forma do exercício do poder desse Estado, mesmo concebendo as políticas públicas como resultado de uma disputa de projeto de sociedade. Tal projeto, na perspectiva da abordagem cognitiva, é construído pelas forças sociais que têm poder de voz e de decisão. Todavia, essas forças estão representadas na sociedade de forma setorizada, desenhadas a partir da divisão social do trabalho, conforme análise durkheiminiana³. Deste modo, as forças sociais que induzirão a tomada de decisão do Estado estarão organizadas, prioritariamente, em setores representados pela educação, cultura, esportes, saúde, segurança, dentre outros (AZEVEDO, 2004). Tais setores, ao passo que pressionam o Estado para reconhecimento das suas demandas, provocam o surgimento de políticas públicas específicas, mas associadas a um contexto mais amplo e complexo de relações que representam o projeto político de sociedade citado acima. Por isso, afirmamos que as políticas setoriais fazem parte de uma totalidade, no entanto, devemos pensá-la(s) “sempre em articulação com o planejamento mais global que a sociedade constrói como seu projeto e que se realiza por meio da ação do Estado”

³ Na análise de Durkheim, a sociedade industrial tinha a divisão social do trabalho como um “novo” mecanismo de integração social. Diferente da Igreja, da família e do Estado, que se mostravam ineficazes no controle da moral da sociedade, o trabalho seria o ícone da moralidade perdida. Assim, com a grande importância que o trabalho passa a apresentar, na sociedade capitalista moderna, as profissões tendem a ser a nova forma de controle e coesão social, a regulamentação das atividades profissionais aglutinarão indivíduos em torno de suas áreas de atuação e os indivíduos constituirão a solidariedade orgânica ao passo que se relacionam com outros setores dos quais necessitam para viver (DURKHEIM, 1999). Consequentemente, em torno de políticas públicas, os indivíduos (grupos de interesse) se aglutinarão para reivindicar respostas do Estado sobre problemas para determinada área (educação, saúde, lazer) específica.

(AZEVEDO, 2004, p. 60), o que nos leva à compreensão da necessidade de articulação entre as dimensões macro e micro no estudo de políticas.

No campo da educação esse debate tem sido travado por Ball (2001), Power (2006), Lopes (2006) e Brandão (2001). Partindo de referenciais distintos, os autores chamam a atenção para os limites das pesquisas que enfatizam uma perspectiva ou outra, representando as tensões epistemológicas entre agentes e estrutura.

Lopes (2006, p. 626) discute essas relações no tocante a pesquisas em currículo e afirma que a partir da década de 1990 há uma aproximação das duas dimensões “decorrente da produção de propostas curriculares em nível nacional”.

Brandão (2001, p. 156) discorre sobre as tradições na sociologia da educação no Brasil e aponta para “as novas sociologias que propõem perspectivas teóricas que podem elucidar tanto os processos que vão das estruturas sociais às interações, como os que vão das interações às estruturas sociais”.

Power (2006), de outro modo, discutindo o contexto britânico da educação, afirma que as concepções centradas no Estado pouco ajudam na compreensão do que acontece na escola. A autora problematiza as posições de Roger Dale e Jenny Ozga⁴ ao considerarem que as pesquisas em educação não levam em consideração o macro contexto. A Power (2006, p. 15) defende que o macro contexto não deve deixar de ser considerado, pois “o ponto de partida para qualquer análise adequada de política deve envolver o reconhecimento do Estado e da sua relação com o capital”, mas pondera que essas teorias não sejam adequadas para explicar as mudanças em contextos locais, contudo, sugere ao analista “localizar o detalhe dentro do macro-contexto” com o objetivo de ampliar o seu olhar sobre o fenômeno estudado.

Ball (2001), na discussão sobre as diretrizes globais e os seus impactos nas políticas locais em educação, questiona sobre o desaparecimento da concepção de políticas específicas do Estado-Nação visto que, com o fenômeno da globalização e a necessidade da manutenção de uma ordem global, os órgãos de representação mundial impõem diretrizes às políticas públicas desses Estados. Quanto às políticas educacionais não seria diferente, mas o autor chama a atenção para via de mão dupla desse processo. Ora, por mais que haja uma “imposição” de diretrizes internacionais, a criação de políticas se constitui num processo de

⁴ **Roger Dale** é professor da *University of Bristol* no Reino Unido e sua contribuição teórica tem sido no campo da sociologia da educação, discute a influência do Estado Capitalista que, cada vez mais apoia a infraestrutura do capital garantindo a sua expansão e legitimação do seu modo de produção, gerando impactos desastrosos para as políticas educacionais que passam a fazer parte desse processo.

Janny Ozga professora da Universidade de *Oxford* desenvolve pesquisas na área política de educação em contextos internacionais, com foco em governança, no contexto da europeização da educação.

“bricolagem” em que se leva em consideração os aspectos macro – de diretrizes impostas – e micro – de experiências locais, muitas vezes inovadoras.

Posto isso, cabe à análise da política de esporte e lazer do Recife levar em consideração tanto a perspectiva micro, representada pelas suas peculiaridades locais, assim como da perspectiva macro que se relaciona ao projeto político de sociedade e, conseqüentemente ao papel assumido pelo Estado, no âmbito de sua implementação. Para tal empreitada, escolhemos os elementos de dois referenciais analíticos: a abordagem do ciclo de políticas (*policy cycle approach*) e a análise cognitiva de políticas, pois ambas consideram essa relação entre a macro e a micro política e, se de um lado, a abordagem do ciclo de políticas aponta para a compreensão da política enquanto texto e enquanto discurso, de outro, a análise cognitiva considera a política como um construto social e busca enxergar como esse construto é formado através dos atores e do seu referencial normativo.

Os contornos desses instrumentos serão tratados nesta próxima seção, assim como suas relações com o nosso objeto de estudo.

2.2 AS ABORDAGENS COGNITIVA E DO CICLO DE POLÍTICAS

A abordagem cognitiva de política, na França, parte das contribuições das noções de paradigmas de Petter Hall (1993), da *advocacy coalition* de Sabatier e Jenkins-Smith (1993) e da noção de referencial de Jobert e Muller (1987). Essas noções correspondem ao que podemos chamar de correntes dentro da abordagem que se diferenciam pela “importância concedida aos valores, ideias e às representações no estudo das políticas” (MULLER; SUREL, 2002, p. 46). Apesar disso, de forma geral, a abordagem cognitiva considera a política pública como um constructo social e como um constructo de pesquisa e “questionam a influência das normas sociais globais sobre os comportamentos sociais e sobre as políticas públicas” (MULLER; SUREL, 2002, p. 46). Como constructo social, uma política pública representa muito mais do que a produção dos seus textos de referência ou da delimitação organizacional representada pela institucionalidade do Estado, mas dialoga com a estrutura da organização social ao passo que a sociedade organizada disputa o conteúdo e delimitação de uma política pública. Já o seu entendimento como um constructo de pesquisa está na condição de fenômeno, de categoria analítica que tanto se constitui como ação dos atores políticos como pela construção do objeto pelo pesquisador quando este se interroga sobre os mecanismos de estruturação da política analisada.

Considerando as correntes da abordagem cognitiva, destacaremos as contribuições de Jobert e Muller (1987), com a noção de referencial, também trabalhada por Azevedo (2004, 2011) como uma proposta analítica para as políticas educacionais. No entanto, antes de adentrarmos na discussão de análise é importante deixar claro porque enquadraremos a política de esporte e lazer do Recife no bojo das políticas educacionais. De acordo com os documentos analisados, seus textos apontam para uma ação pública em que a prática esportiva e de lazer desenvolvida pela política compreende o esporte e o lazer como instrumentos pedagógicos para transformação da realidade social (PREFEITURA DO RECIFE, 2002), logo, a intervenção da política se deu sob uma proposta pedagógica de educação não-formal, no e para o tempo livre.

A contribuição da **noção de referencial** de Joubert e Muller para a abordagem cognitiva está associada à “noção de referencial setorial”. Essa abordagem defende a existência de valores e princípios gerais que definem uma visão de sociedade e, para os autores, há uma relação dialética entre essa visão mais global e a reprodução de cada setor onde uma política é criada. Desta maneira, uma política setorial articula-se ao projeto de sociedade em curso, ou a um novo projeto que se pretende implementar. Isso ocorre, como mencionado anteriormente, pois as sociedades são organizadas a partir da divisão social do trabalho, na formação de setores específicos, que farão surgir as políticas públicas ‘setoriais’, organizados por atores (ou grupos) que levantarão questões relevantes para serem alvo da ação do Estado. Não obstante, esses atores irão disputar a sua visão sobre tais questões relevantes ao setor e, conseqüentemente, a forma de ação pública do Estado. Isso implica afirmar que no interior dos setores haverá, de um lado, a formação de uma identidade entre grupos sobre os valores e os princípios gerais de uma política pública e, de outro, a expressão desses valores serão associados aos interesses daqueles grupos que exercem maior influência na correlação de forças para a produção dos sentidos de uma política pública, permitindo ao pesquisador identificar elementos de identidade e poder em sua análise (AZEVEDO, 2004; MULLER; SUREL, 2002).

Sob essa ótica, a abordagem apontada por Azevedo (2004, 2011) privilegia, dentre outros aspectos, a relação estabelecida entre o Estado e os grupos de interesse que irão disputar determinada política pública, pois a composição de uma política envolve também os seus atores, tanto no nível de tomada de decisão como no nível de ação. Por conseguinte, uma política pública envolve a construção de uma imagem da realidade que se deseja intervir – por esses grupos – e a essa visão de mundo denomina-se o **referencial de uma política**. Por isso, sob o olhar da abordagem cognitiva há de se buscar quais grupos intervêm na decisão política,

de que forma eles se organizam, com que estrutura normativa. (Estatuto) e com quais objetivos.

Contudo, as políticas são muito mais do que apenas processos de decisão, elas representam o lugar onde uma sociedade constrói a sua relação com o mundo. Nesse sentido, analisar a política de esporte e lazer do Recife implica em mapear o processo de reconstrução da história dessa política, através dos processos sociais, políticos e administrativos, buscando responder à questão de Muller (2000): como ‘nascem’ e se transformam as políticas públicas?

Para tanto, identificar o **referencial de uma política** pressupõe compreender o conjunto de normas ou imagens de referência no qual são definidos os critérios de intervenção e os objetivos das políticas públicas. Essa compreensão pode ser feita a partir da **dimensão cognitiva**, que são os conhecimentos técnico-científicos utilizados pelos grupos de interesse que estão à frente do processo de tomada de decisões e das ações públicas; **da dimensão instrumental**, que tem como conteúdo a dimensão cognitiva, mas é representada pelos instrumentos e medidas que implementarão as políticas públicas; e a **dimensão normativa**, que representa a relação entre as políticas, os valores e as práticas sociais, ou seja, envolve as relações entre as políticas global e local, pois procura garantir os vínculos entre determinada política pública e o projeto global de sociedade em curso (AZEVEDO, 2004, 2011). Essas dimensões constituem o quadro normativo de ação do qual Muller e Surel (2002) chamam a atenção como uma das ‘rubricas’ que integram a noção de uma política pública. Esse quadro normativo nada mais é do que a composição dos elementos que irão dar “substância visível” à política, passível de ser analisada.

Sob esse prisma, o referencial (ou o quadro) normativo da política em sua dimensão instrumental observará quais instrumentos técnico-administrativos foram utilizados pelos atores públicos para a implementação da política, como e se eles representam os valores e princípios da política estudada. Ainda, o referencial poderá ser analisado considerando as relações entre o ‘macro’ projeto de sociedade e o projeto da política local, representando o ‘micro’ contexto. Poderemos inferir sobre a relação Estado (poder local) *versus* grupos de interesse e verificar que grupos intervêm na política e como eles se organizam, identificando, assim, as sutis fronteiras entre o público e o privado.

Associada à ideia do **referencial de política**, escolhemos trabalhar com a **abordagem do ciclo de políticas (*policy cycle approach*)** formulado por Bowe, Bal e Gold (1992).

A abordagem do ciclo de políticas, assim como a abordagem cognitiva enquadram-se numa perspectiva crítica de análise, pois superam o tradicional ciclo de políticas que tratam as políticas públicas como uma série de etapas sequenciadas. Se a abordagem cognitiva permite

uma interpretação política da política e das relações de poder na interpretação de uma política pública, a abordagem do ciclo de políticas permitirá que julguemos as políticas públicas como processo a partir de contextos interdependentes.

A noção de política como processo refere-se às políticas envolvidas no reconhecimento de um “problema” que exige uma resposta política, através dos estágios de formulação e implementação, incluindo as alterações feitas ao longo de sua trajetória. Tais processos são complexos pelo fato de que eles ocorrem em vários níveis e dentro de uma série de arenas, envolvendo a produção do texto, o texto em si, as modificações em curso ao texto e os processos de implementação, na prática. Deste modo, destacamos o caráter político, tanto do processo, como do texto, visto que, tais políticas representam compromissos e disputas de diferentes grupos (TAYLOR et al., 1997a). As políticas como texto e ação representam aquilo que é proposto pelos grupos de interesse mais influentes, bem como o que se pretende propor. Além disso, são incompletas na medida em que se relacionam com a prática local, ou seja, uma política se constrói na relação entre seus textos e a sua “prática”, em determinados contextos interrelacionados (BALL, 1994). Para compreendermos melhor o que são esses contextos na abordagem do ciclo de políticas, nos reportaremos ao livro *Reforming Education & Changing Schools: case studies in policy sociology*, no qual Bowe, Bal e Gold (1992) defendem essa abordagem analítica.

Os autores, ao discutirem a reforma do sistema educacional inglês de 1988, mostram-nos que no bojo das análises de políticas havia uma exclusão de algumas vozes de interesses no processo político, como as lutas de grupos ativistas, grupos de pressão e classes sociais que, em sua maior parte, eram estranhamente silenciadas. De outro lado, surgiam análises detalhadas. (Estudos etnográficos) de como as “intenções” por trás de textos políticos que foram incorporados nas escolas, bem como estudos que mostraram o poder potencial de professores e/ou alunos. Em tal caso, os autores afirmam que houve uma separação entre essas análises: umas ressaltando a formulação e outras a implementação da política. Para eles, isso tem reforçado a “perspectiva gerencial” no processo político, no sentido de que os dois são vistos como momentos distintos no qual primeiro vem a formulação e, em seguida, a implementação, levando-nos a crer num processo político linear.

Além disso, os autores chamam atenção para a produção dos textos da política e sua implementação. Por mais que seja associada a um modelo *top-down*, uma política não deve ser analisada de forma estanque, pois quem se envolve na ‘produção’ (formulação ou implementação) de uma política empenha-se numa combinação de procedimentos administrativos (que vão além da burocracia do Estado) e se envolvem em manobras e

disputas políticas. (Entre os diferentes grupos) para o acesso ao processo político. Portanto, quem implementa não trata somente de colocar em prática os textos de uma política. Deste ponto de vista, “uma tarefa fundamental para a análise política é a de compreender o significado da política como um texto, ou uma série de textos, para os diferentes contextos em que são usados” (BOWE; BALL; GOLD, 1992, p. 10). Mas, o que são esses textos? Como surgem e em que contextos?

Para Fairclough (1992), textos são instâncias específicas da língua falada, sendo assim, os textos de uma política refletem “as vozes” dos diversos grupos, geralmente daqueles que exercem maior influência na disputa de sua concepção e sentido. A percepção de Bowe, Ball e Gold (1992) e Ball (1994) é a de que os textos de uma política são produzidos a partir de um discurso que empregam explícita ou implicitamente o seu sentido e conteúdo, por isso, algumas influências e agendas são reconhecidas como legítimas e apenas algumas vozes são consideradas. Essa perspectiva da política enquanto discurso deriva da obra de Michel Foucault, como afirma Ball (1990, p. 17):

[...] o discurso é conceito chave na teoria da relação e inter-relação entre poder e conhecimento de Foucault. Foucault defende a tese de que o conhecimento e poder são arcos inseparáveis, que as formas de poder estão imbuídas no conhecimento e que formas de conhecimento são permeadas por relações de poder (Tradução nossa)⁵.

Assim, compreendemos que poder e conhecimento fazem parte de um mesmo processo discursivo, logo, o discurso não se limita à linguagem. Discursos são práticas que formam os objetos dos quais falam e demonstram seu poder sobre o que pode ser dito, sobre quem pode falar, quando, onde e com que autoridade. Discursos incorporam significados e relacionamentos sociais, pois as possibilidades de significado de um discurso manifestam-se através da posição social e institucional, de onde ele vem. Deste modo, palavras e proposições vão mudar de significado de acordo com sua utilização. (E de onde partem) e assim é possível perceber nos textos das políticas o surgimento de discursos conflitantes (BALL, 1990). Nesse sentido, a elaboração de uma política deve ser considerada como uma arena de luta sobre significado, e sua análise dará ênfase aos processos políticos onde o discurso é utilizado.

⁵ Discourse is the key concept in Foucault's theory of the relationship and inter-relationship between power and knowledge. It designates the conjunction of power and knowledge. Foucault puts forward the view that knowledge and power are inseparable, that forms of power are imbued within knowledge, and that forms of knowledge are permeated by power relations.

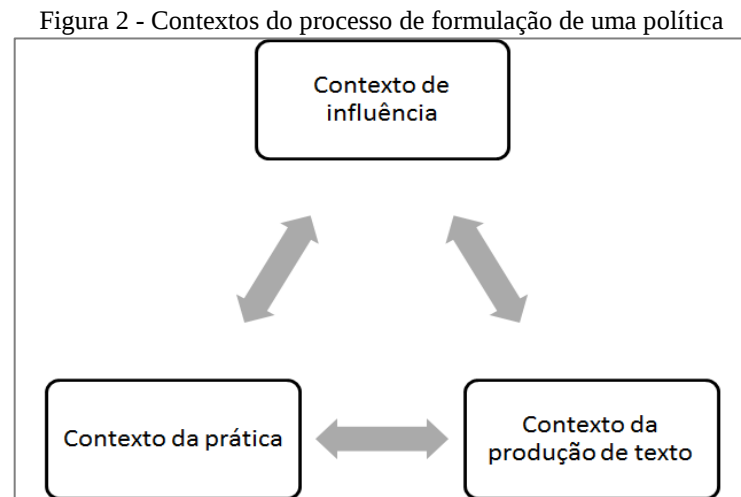
A política como texto e discurso é uma categoria defendida por Ball (1990, p. 12-13) e está vinculada às soluções e metas da política (vinculado ao conhecimento), assim como às especificações de métodos para atingir as metas propostas (vinculado à prática). Deste modo, a análise da política deve pesar sobre a formação do seu discurso representado em texto, pois “visa descobrir alguns processos pelos quais tais textos são gerados” e sobre a interpretação que os atores políticos envolvidos fazem desses textos-discurso, pois “os significados textuais influenciam e constroem os ‘implementadores’, mas suas próprias preocupações e constrangimentos contextuais vão gerar outros significados e interpretações” da política.

Considerando ainda a análise textual da política, os autores sugerem a identificação de dois estilos de textos que mostrarão em que medida os diferentes atores estão envolvidos na política: *writerly* – forma de texto que possibilita uma contribuição a ser dada pelo leitor, no qual o texto convida o leitor a ser um co-autor da política e *readerly* – uma forma de texto que limita a produção de sentidos pelo leitor, levado à condição de consumidor. Os autores consideram relevante a observação dos textos *writerly* e *readerly*, pois compreendem que ambos são produtos de um processo político, num contexto ao qual estão relacionados e permitirá ao analista perceber identificação, resistência, conformidades e confrontos entre discursos rivais, dado que “as intenções da política podem conter ambiguidades, contradições, omissões que oferecem oportunidades específicas para as partes no processo de implementação, o que poderíamos chamar de espaço para manobra” (BALL, 1990, p. 13-14). Esse espaço refere-se ao poder que os atores envolvidos no processo de implementação dispõem no momento de colocar as políticas públicas “em prática”, visto que eles, necessariamente, irão reinterpretá-las de acordo com os seus interesses.

Desta forma, concordamos com Mainardes (2006) na leitura de que a política como texto e discurso nos mostra a dialética desse fenômeno que, de um lado, assinala a delimitação da política em textos referendados por determinado discurso, mas, de outro, esses textos ao serem interpretados pelos atores envolvidos na implementação, mostram-nos que há, de certa forma, um controle deles em relação à política. Dado isso, observamos que a abordagem do ciclo de políticas permite uma análise onde há, de um lado, o papel da agência ao considerar ação dos atores na construção da história de uma política e, de outro, as condições materiais e suposições ideológicas que estabelecem limites sobre esses atores. E, para os autores, essas relações podem ser analisadas a partir de diferentes contextos: de influência, de produção de texto, de prática, de resultados e de estratégia.

A abordagem do ciclo de políticas proposto por Bowe, Bal e Gold (1992) parte da ideia de que cada contexto – influência, produção de texto e prática – consiste numa série de

arenas de ações públicas e privadas. Esses contextos estão relacionados entre si, sem corresponder a uma dimensão sequencial ou temporal, assim como cada um deles é composto por arenas onde diferentes grupos de interesse travam disputas pelo sentido da política, representados pela figura a seguir.



Fonte: Bowe; Ball e Gold, 1992, p. 20.

O **contexto de influência** – normalmente onde a política pública é iniciada – refere-se ao espaço em que os discursos políticos são construídos. Nesse contexto, os grupos de interesse se esforçam para influenciar a definição da política e atuam em torno de redes sociais⁶, dos partidos políticos, do governo e do processo legislativo. Além disso, “há um conjunto de arenas públicas formais como comitês, órgãos internacionais e nacionais, grupos representativos locais que também exercem influência nas políticas” (BALL, 1998, p. 20). Aqui, conceitos políticos fundamentais são estabelecidos, formatando um discurso para a iniciação da política pública; contudo, esse discurso pode ter apoio ou pode ser contestado por reivindicações mais amplas que buscam influenciar as arenas públicas de ação (particularmente na e através da mídia de massa), o que Yeatman (1990 apud BALL, 2006) chamará de “política do discurso”. No quadro da política de esporte e lazer, alguns grupos de interesse que influenciarão o sentido da política estão relacionados aos organismos internacionais como Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) – no caso do esporte –, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Associação Mundial de Recreação e Lazer (WLRA) – no caso do lazer –, no contexto

⁶ A ideia de atuação em redes sociais refere-se à circulação internacional de ideias, ao processo de empréstimo de políticas, aos grupos e indivíduos que vendem suas soluções apresentadas no mercado político e acadêmico por meio de periódicos, livros conferências e “performances” de acadêmicos que viajam para vários lugares para expor suas ideias (BALL, 1998).

internacional; ao Ministério do Esporte (criado em 2003), em nível nacional; aos partidos políticos, às universidades do estado e aos grupos que atuam no setor como associações e federações esportivas, no contexto local. Considerando esse elenco de atores, chamaremos a atenção para os organismos internacionais, pois cabe frisarmos, cada vez mais, a sua influência no cenário das políticas locais. A propagação de influências internacionais pode ser vista como “imposições” de determinadas diretrizes (que dizem respeito a um projeto de sociedade) para a formulação de políticas nos Estados. Nesse sentido, Ball (2001) questiona até que ponto não estaríamos assistindo ao desaparecimento de políticas específicas do Estado-Nação, fruto de um processo de globalização? Apesar da indagação, o autor reflete sobre o processo de recontextualização das políticas locais como consequência da migração de políticas globais. Para Ball (2001, p. 102), essa migração não passa por uma transferência ou empréstimo de política, visto que, em seu ambiente local, o discurso da política global ganhará novo sentido, produzindo políticas “híbridas”. Isto quer dizer que “a criação de políticas nacionais é, inevitavelmente, um processo de ‘bricolagem’; um constante processo de empréstimo e cópia de fragmentos e partes de outros contextos [...] de uso e melhoria das abordagens locais já tentadas e testadas”, expondo a relação dialética entre o macro e o micro ambiente político. Da mesma maneira, associaremos as influências de uma política nacional. (Em esporte e lazer) em relação à política local e, nesse sentido, verificaremos as correspondências entre esses dois ambientes, em nosso objeto de estudo.

O **contexto da produção de texto** possui uma relação simbiótica com o contexto de influência, mas, não significa que ele venha primeiro e, em seguida haja a produção do texto da política. Esses contextos, como já afirmamos, representam *locus* de disputa do sentido e da ação política. A principal característica do contexto da produção de texto está na “formatação” do discurso político, pois, tais textos, além de considerarem a visão de mundo dos grupos mais influentes, têm que dialogar com o interesse público. Isso quer dizer que a linguagem utilizada nesses textos também é baseada em reivindicações populares de senso comum. Podemos identificar como “texto da política” os textos oficiais, jurídicos e documentos políticos. As críticas formais e informais, que se oferecem para dar sentido aos textos oficiais (principalmente através da mídia), os discursos e apresentações públicas de políticos e funcionários, assim como vídeos oficiais, também são outro meio de representação da política considerados como texto. Bowe, Bal e Gold (1992) ainda chamam a atenção para dois pontos: (1) os conjuntos e textos individuais não são necessariamente claros e coerentes entre si, eles podem ser – e muitas vezes o são – contraditórios. Como a política não se inicia, nem termina no momento da produção de texto, ela evolui dentro e através dos textos que a

representam, por isso, eles devem ser lidos em relação ao tempo e ao local da sua produção, com e contra o (s) outro (s) textos, considerando a sua intertextualidade⁷; (2) os próprios textos são o resultado de disputas e acordos dos grupos de atores que competem o controle da representação da política. Por isso, políticas são intervenções textuais tanto possibilidades como limitações materiais, com consequências em outro contexto.

Os textos produzidos pelos “escritores da política” sofrerão interpretações e receberão respostas no **contexto da prática**. Para os autores, essa é a arena onde a política está sujeita à interpretação e recriação. Os atores que dela participam irão interpretá-la em relação ao seu próprio entendimento, desejos, valores e propósitos. Os meios de que dispõem as preferências na forma de trabalhar também serão fatores que influenciam o contexto de prática. Considerando que os textos da política podem ser *writely* ou *readerly*, é possível que algumas políticas sejam mais abertas às interpretações dos atores, contudo, no próprio contexto de prática encontraremos conflitos por essas interpretações. Deste modo, não podemos considerar que os profissionais envolvidos irão lidar com os textos políticos de forma ingênua. Eles têm suas histórias, experiências, valores, bem como interesse no sentido da política. Por conta disso, partes dos textos serão rejeitados, descartados, ignorados ou deliberadamente mal interpretados, já que os “escritores da política” não podem controlar os significados dados pelos atores. Por isso, Ball, Maguire e Braun (2012) compreendem o contexto da prática como a arena de “encenação das políticas”⁸, pois colocar uma política “em cena” resulta em interpretar o texto da política de acordo com os interesses e subjetividades dos atores, de um lado, e das limitações materiais, políticas sociais, econômicas que se apresentam na implementação de uma política, de outro. Isto posto, tão importante como os demais contextos, a prática de uma política permitirá uma análise que nos levará aos efeitos e resultados de determinada política.

Com o objetivo de complementar o ciclo de políticas, em obra posterior, *Education reform: a critical and post-structural approach*, Ball (1994) amplia o ciclo de políticas agregando dois novos contextos: de resultados e de estratégias políticas. O primeiro versa sobre questões de justiça, considerando os padrões de acesso e inclusão social, e o segundo

⁷ A intertextualidade aqui é considerada a partir das transformações que os textos “atuais” fazem dos anteriores reestruturando o que já foi tido. Para Fairclough (2001a, p. 114), “a intertextualidade é basicamente a propriedade que têm os textos de ser cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados e, que o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente, e assim por diante”.

⁸ *policy enactments*

trata das estratégias e atividades necessárias para enfrentar as desigualdades geradas pela própria política.

Em nossa pesquisa, delimitaremos a análise aos três primeiros contextos do ciclo de políticas, associados ao referencial de políticas da abordagem cognitiva. A escolha desses referenciais deu-se pela possibilidade de analisar uma política pública de esporte e lazer – que tem em seu bojo ações de cunho educacional, enquadrando-se no debate do campo da educação – numa perspectiva crítica, que compreende as políticas públicas como um processo complexo e dinâmico expresso por textos (discursos), sentidos e ações.

Por fim, esses referenciais nos possibilitarão uma análise das diversas fases da política; uma análise em relação ao macro e o micro ambiente, considerando as influências dos ambientes internacional e nacional na política local, assim como as relações entre a política local e o projeto de sociedade em curso; uma análise a partir da reconstrução da história da política identificando o seu caráter discursivo (no entendimento da política enquanto texto e discurso), de um lado, sistematizado pelo debate e pela oratória dos atores políticos e, de outro, estruturado nos seus textos e documentos, tudo isso rompendo com a ideia de uma política que passa por formulação, implementação e avaliação, mas, enxergando-a dentro de uma série de arenas de disputas políticas, que envolvem a produção do texto, o texto em si, as modificações ao texto no curso de sua história e nos seus processos de prática.

A seguir, apresentaremos os caminhos percorridos para o desenvolvimento dessa investigação.

2.3 OS CAMINHOS DA PESQUISA

Para viabilizar a nossa proposta de pesquisa e responder aos objetivos traçados, adotamos a abordagem qualitativa, através do estudo de caso único. Como trataremos de uma política pública de local e considerando que o estudo de caso contribui para a compreensão de fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos, julgamos pertinente à adequação da estratégia ao estudo. Além disso, algumas características do estudo de caso respaldam ao que buscamos para consolidar nossa estratégia de pesquisa, juntamente com proposta de desenho metodológico delineado anteriormente, tais como: ênfase na interpretação do contexto no qual o fenômeno está inserido; a busca de retratar a realidade de forma completa e profunda; a possibilidade de combinar várias fontes de informações, tais como documentos, entrevistas, observações, imagens, dentre outros; e o fato de procurar representar os diferentes pontos de vista numa determinada situação social (LUDKE; ANDRÉ, 1986; YIN, 2001).

Diante da possibilidade de adotar várias fontes para delimitar nosso objeto foi constituído o *corpus* da pesquisa. Para Bauer e Aarts (2003), o *corpus* representa a uma coleção finita de materiais com os quais o analista irá trabalhar. Consideram ainda que tais materiais representam uma decisão arbitrária do pesquisador, em função da escolha do seu objeto, do recorte realizado e como pretende efetuar a análise. Contudo, é necessária atenção para alguns aspectos: o primeiro diz respeito à **homogeneidade** do *corpus*, nesse aspecto Bauer e Aarts (2003, p. 45) afirmam que “o sentido acentua a natureza proposital da seleção, e não apenas textos, mas também de qualquer material com funções simbólicas”. Por isso, quaisquer materiais de interesse do pesquisador devem ser inclusos, desde que haja sentido; o segundo refere-se à **relevância**, pois o assunto abordado deve ser teoricamente relevante e “deve possuir apenas um foco temático” (BAUER; AARTS, 2003, p. 55); e o terceiro, a **sincronicidade**, considera que o *corpus* constitui uma interseção da história, com ciclo de estabilidade e mudança, por isso, a importância de delimitar temporalmente o material que será trabalhado (BAUER; AARTS, 2003, p. 56).

Desta forma, a seleção dos materiais necessários à realização dessa pesquisa terá como ponto de partida o campo conceitual, que nos dará condições de situar teoricamente o objeto de estudo tais como Estado e Políticas Públicas, Participação e Democracia, Poder Local e Políticas de Esporte e Lazer no Brasil. A construção do campo conceitual, mediante pesquisa bibliográfica, permitirá a contextualização da nossa temática, assim como, a definição das categorias teóricas de análise. Além desse material, as produções acadêmicas acerca do tema. (Esporte e lazer), os documentos globais divulgados por entidades de relevância internacional como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), os documentos institucionais da política local, as notícias do Diário Oficial do Município do Recife, as imagens (da implementação da política) e as entrevistas, também fizeram parte da construção do *corpus*.

Ao decidirmos pelo nosso objeto, uma das primeiras ações foi tentar levantar a produção de teses sobre políticas públicas de esporte e lazer, no Brasil, no período de 2003 a 2015. Primeiramente, investigamos a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD); em seguida, exploramos o Banco de Teses da CAPES e o Núcleo Brasileiro de Dissertações e Teses em Educação, Educação Física e Educação Especial. Após organização e “garimpagem” do material, encontramos 28 trabalhos, conforme tabela a seguir:

Quadro 1 - Teses sobre políticas públicas de esporte e lazer

TÍTULO	AUTOR	ANO	INSTITUIÇÃO
Formação de professores: a possibilidade da prática como articuladora do conhecimento	Solange Lacks	2004	UFBA
O jogo da capoeira em jogo e a construção da práxis capoeirana.	José Luiz Cirqueira Falcão	2004	UFBA
(In)Visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência	Mione Apolinário Sales	2005	USP
Formação de trabalhadores em lazer: por uma educação no e para o tempo livre	Katharine Nínive Pinto Silva	2005	UFBA
Política de esporte e lazer como educação emancipatória da juventude: contradições e possibilidades das políticas democráticas e populares	Jamerson Antônio de Almeida da Silva	2005	UFBA
Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer	Fernando Mascarenhas	2005	UNICAMP
Diagnóstico de esporte e lazer: conhecer para transformar um estudo em Municípios do Rio Grande do Sul	Ademir Muller	2006	UFG
Contribuições e enraizamento do Esporte: uma prática moderna de lazer na cultura urbana de Belo Horizonte (1894-1920)	Marilita Aparecida Arantes Rodrigues	2006	UFMG
Análise do desenvolvimento das práticas urbanas de lazer relacionadas a produção cultural no período nacional-desenvolvimentista a globalização através da Teoria da Ação Comunicativa	Marco Antonio Bettine de Almeida	2008	UNICAMP
Gestão democrática e política municipal de esporte: o caso de Santana de Parnaíba	Flávia Cunha Bastos	2008	USP
Trabalho, tempo livre e emancipação humana: os determinantes ontológicos das políticas sociais de lazer	Edson Marcelo Hungaro	2008	UNICAMP
Pressupostos ontológicos da produção do conhecimento do lazer no Brasil-1972 a 2008: realidade e possibilidades na pós-graduação e graduação em educação física	Kátia Oliver de Sá	2008	UFBA
Juventude, violência e ação coletiva	Fátima Madalena Campos Lico	2009	USP
O espetáculo da educação: os centros educacionais unificados do município de São Paulo como espaços públicos de lazer	Reinaldo Tadeu Boscolo Pacheco	2009	USP
As tecnologias da informação e da comunicação na organização do trabalho pedagógico na educação física: possibilidades emancipatórias no ensino do esporte	Wellington Araújo Silva	2008	UFBA
Parque agroambiental em quadrilátero do interior paulista: uma estratégia de planejamento paisagístico ambiental	Alessandra Natali Quairoz	2012	USP
Um estudo das políticas públicas de lazer de Brotas/SP	Olívia Cistina Ferreira Ribeiro	2012	UNICAMP
Políticas públicas de esporte e lazer na Bahia: um estudo analítico do território litoral norte e agreste baiano	Luiz Carlos Rocha	2012	UFBA
Estudos do Lazer no Brasil: apropriação da obra de Marx e Engels	Elza Margarida de Mendonça Peixoto	2013	UPBA
Esportes e lazer como instrumentos políticos da Era Vargas e governo Lula: aproximações e particularidades	Paulo Antônio Cresciulo de Almeida	2013	UERJ

Arenas do esporte: a disputa dos rumos da política nas conferências nacionais e na produção do conhecimento em um período de transição	Erika Suruagy Assis de Figueredo	2013	UFBA
E-Gov e as políticas de Lazer: análises dos projetos da Rede CEDES do Ministério do Esporte	Cristiane Kawaguti Naomi	2013	UERJ
Hegemonia e contra hegemonia na construção de políticas de esporte e lazer: a experiência do consórcio de Brasília	Roberto Liao Junior	2013	UNICAMP
Gestão da informação e do conhecimento na Rede CEDES (2003 a 2010)	Giselle Helena Tavares	2013	UNESP
Sociologia Processual de uma política pública de esporte e lazer	Joanna Lessa F. Silva	2013	UFPE
O ornitorrinco de chuteiras: determinantes econômicos da política de esporte e lazer do governo Lula e suas implicações sociais	Pedro Fernando Avalone Athayde	2014	UNB
Participando na cidade: um estudo etnográfico sobre a participação em políticas públicas de esporte e lazer no Parque Araribóia em Porto Alegre/RS	Leandro Forell	2014	UFRGS
Em busca do elo perdido: a produção de conhecimentos científicos e tecnológicos a serviço da qualificação das políticas públicas de esporte e lazer	Wilson Luiz Lino de Souza	2014	UNICAMP

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Silva, 2006; BDTD, Banco de Teses da CAPES e Nuteses, 2016.

A *a priori* não levantamos as dissertações produzidas na área; contudo, para complementar a produção *strictu sensu*, consideremos duas dissertações que tratavam especificamente da política de esporte e lazer do Recife, ambas defendidas no Programa de Pós-Graduação em Administração da UFPE (PROPAD/UFPE). A primeira, sob o título *Discursos transformadores e possibilidades para um 'Novo Organizar' na política pública de esporte e lazer do Recife* de Bruno C. S. de Alcantara, em 2007 e, a nossa, sob o título *Política de esporte e lazer do Recife: a elaboração de um instrumento de avaliação*, Brunna C. Almeida, em 2010. O levantamento dessas produções nos deu um panorama de como o assunto vem sendo tratado na academia, o que fortalece a relevância de trabalhar a análise uma experiência local no setor, destacando qual o discurso dessa política, como se deu a implementação, quais relações estabeleceu com o projeto de sociedade em curso e em que medida, a política enquanto discurso-texto contribuiu para mudanças sociais.

Destacamos, por fim, que a sistematização dos trabalhos relacionados à política de esporte e lazer do Recife nos levou ao livro intitulado *Círculos Populares de Esporte e Lazer: Fundamentos da Educação para o Tempo Livre* (SILVA, J; SILVA, K., 2004). E, pelo fato do livro versar sobre a proposta pedagógica e metodológica para implementação do principal programa da política estudada, trataremos esse livro como um documento da política.

A pesquisa documental será decomposta em três “etapas”: os documentos de representação internacional; os documentos nacionais sobre a política nacional de esporte e lazer e os documentos da política local.

Os documentos de reconhecimento internacional selecionados buscaram enfatizar a relação entre o esporte, o lazer e a educação, tendo em vista a pertinência ao objeto de estudo. Desta forma, muitos documentos de relevância que tratavam somente do aspecto esportivo, como a Carta Olímpica e o Código de Ética Desportivo, por exemplo, não foram considerados nessa seleção, conforme tabela a seguir.

Quadro 2 - Documentos internacionais de referência sobre o esporte e lazer

DOCUMENTO	ENTIDADE	ANO
Declaração Universal dos Direitos Humanos	ONU	1948
Carta Internacional da Educação Física e Esporte	UNESCO	1978
Carta Internacional de educação para o Lazer	Associação Mundial de Recreação e Lazer (WLRA)	1993
Declaração de São Paulo	5º Congresso Mundial de Recreação e Lazer	1998

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

A seleção dos documentos nacionais levou em consideração as prerrogativas do esporte e do lazer para a garantia de direitos sociais e para a formação de uma política nacional para o setor. Desta feita, tanto outros documentos, tais como leis que versam sobre a regulamentação de áreas específicas do esporte, como o esporte de rendimento e o futebol, não foram contemplados em nossa lista, a seguir.

Quadro 3 - Documentos nacionais de referência sobre o esporte e lazer

DOCUMENTO	ENTIDADE	ANO
Lei nº 9.615 (Lei Pelé)	Presidência da República – Casa Civil	1998
Parâmetros Curriculares Nacionais: educação física	Ministério da Educação	1997
I Conferência Nacional do Esporte: documento final	Ministério do Esporte	2004
Política Nacional do Esporte	Ministério do Esporte	2005
Resoluções da II Conferência Nacional de Esporte: Fundamentos sobre o Sistema Nacional de Esporte e Lazer	Ministério do Esporte	2006
Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer	Ministério do Esporte	2009
Carta de Brasília: documento final da III Conferência Nacional de Esporte	Ministério do Esporte	2010

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Os documentos da política local são compostos por documentos oficiais, e outros de produções internas, durante as três gestões analisadas (2001-2004/2005-2008/2009-2012). O acesso aos materiais internos se deu através dos membros que formaram a equipe, no último

período de gestão e, que, durante a transição, entre 2012 e 2013, fizeram cópias de vários deles. O teor dos materiais é de ordem diversa, passando de relatórios de prestação de contas à circular interna e organização de ações e projetos, conforme apresentado a seguir:

Quadro 4 - Documentos da política de esporte e lazer do Recife

DOCUMENTO	ENTIDADE	ANO
Plano Plurianual (2002-2005/2006-2009/2010-2013)	Prefeitura do Recife	2002, 2006, 2010
Lei Orçamentária Anual (2002 a 2012)	Prefeitura do Recife	2002 a 2012
Relatório do I Encontro de Professores de Educação Física dos Centros Sociais Urbanos	Diretoria Geral de Esportes – Secretaria de Turismo e Esportes	2001
Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer: construindo uma proposta pedagógica	Diretoria Geral de Esportes – Secretaria de Turismo e Esportes	2002
Plano de Ação da Política Municipal de Esporte e Lazer (2001-2004)	Diretoria Geral de Esportes – Secretaria de Turismo e Esportes	2002
Carta do Recife. (Etapa municipal da I Conferência Nacional de Esporte)	Diretoria Geral de Esportes – Secretaria de Turismo e Esportes	2004
Balanco da I Conferência Nacional de Esporte – Etapa estadual	Diretoria Geral de Esportes – Secretaria de Turismo e Esportes	2004
Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer (Projeto Básico protocolado no Ministério do Esporte)	Diretoria Geral de Esportes – Secretaria de Turismo e Esportes	2004
Relatório de planejamento	Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães (Geraldão) – Secretaria de Educação, Esporte e Lazer	2005
Relatório de Transição (2005-2008)	Geraldão – Secretaria de Educação, Esporte e Lazer	2008
Extrato de convênio entre o Geraldão e a Secretaria de Assistência Social	Geraldão – Secretaria de Educação, Esporte e Lazer	2009
Circular Interna nº223/09 (Relatórios das reuniões de Comissão de Usuários)	Geraldão/Diretoria de Espaços e Equipamentos – Secretaria de Educação, Esporte e Lazer	2009
Relatório do III Espetáculo de Dança dos Círculos Populares de Esporte e Lazer	Geraldão/ Diretoria de Lazer e Cidadania – Secretaria de Educação, Esporte e Lazer	2009
Plano Integrado de Atenção à Problemática do uso do Crack do Recife	Prefeitura do Recife	2010
Relatório de balanço geral dos Círculos Populares de Esporte e Lazer	Geraldão/Diretoria de Lazer e Cidadania – Secretaria de Educação, Esporte e Lazer	2010
Relatório geral do Seminário de Avaliação e planejamento (2011-2012)	Geraldão/Assessoria Pedagógica – Secretaria de Educação, Esporte e Lazer	2012
Projeto Dia de Lazer para as mulheres do Bom Pastor (penitenciária feminina)	Geraldão/ Diretoria de Lazer e Cidadania – Secretaria de Educação, Esporte e Lazer	2012
Projeto do X Encontro de Formação Continuada de Esporte, Lazer e Participação Popular: um trabalho coletivo	Geraldão/ Assessoria Pedagógica– Secretaria de Educação, Esporte e Lazer	2012
Relatório de Transição (2009-2012)	Geraldão – Secretaria de Educação, Esporte e Lazer	2012

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

A análise dos documentos selecionados no âmbito internacional, nacional e local tem por propósito a compreender como se estruturou a política de esporte e lazer do Recife,

considerando as aproximações e distanciamento das políticas nacionais e das normativas internacionais no tocante ao setor. Para tanto, os aspectos de construção dos textos são evidenciados, assim como o sentido em que pretendem dar ao discurso formado. Foi observado também os aspectos de intertextualidade e interdiscursividade abordados por Fairclough (2001a), assim como o estilo *reardely* ou *writely* dos textos formulados, indicado por Bowe, Bal e Gold (1992). É importante frisar que, apesar de procedermos à análise dos documentos, estes não contaram com um fim em si, mas constituíram um meio para compreensão da política. Contudo, assinalamos que o discurso produzido nos documentos escolhidos são tomados por ideologias com as quais os produtores dos textos se vinculam e que tanto a sua produção quanto a sua reprodução formam uma arena de disputa.

As notícias também compuseram as nossas fontes de dados e foram pesquisadas ano a ano no site da Prefeitura do Recife – campo do Diário Oficial, com as palavras “esporte” e “lazer”, no período de 2001 a 2012. Dessa busca, encontramos 289 registros, entre as ações da política, as orientações e as normatizações dos órgãos responsáveis pela execução da política e ações desenvolvidas com outras Secretarias e Órgãos da Prefeitura. Diferentemente dos documentos, a análise das notícias buscaram observar como e em que frequência as ações da política de esporte e lazer eram no repertório de notícias da Prefeitura como um todo. Deste modo, podemos observar a disputa por espaço político (de visibilidade) das ações promovidas pela política de esporte e lazer em detrimento às demais ações da prefeitura como um todo.

Finalizando a constituição do *corpus* e aprofundando o olhar sobre nosso objeto, adotamos também a entrevista semiestruturada. A entrevista, para além de uma técnica de coleta, significa o envolvimento num processo de interação entre o pesquisador e o pesquisado, importante nas pesquisas sociais (MANZINI, 1991). Desta forma, a entrevista semiestruturada, nos permitiu o aprofundamento dessa interação, sem deixar de lado a necessidade de um roteiro pré-estabelecido, conduzindo o entrevistado ao nosso objetivo de pesquisa.

A entrevista semi-estruturada está focalizada em um objetivo sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista [...] [e mostra-se] mais adequada quando desejamos que as informações sejam fruto de associações que o entrevistado faz emergindo, assim, de forma mais livre (MANZINI, 1991, p. 154).

Como o objetivo das entrevistas foi averiguar a percepção dos atores sobre a prática da política e, pelo fato das entrevistas ocorrerem somente três anos após o término da gestão, os

entrevistados precisaram de maior liberdade para rememorar eventos que perpassaram um período, para muitos, de quatorze anos atrás.

O conteúdo das entrevistas versou sobre a (1) atuação dos entrevistados na política, (2) sobre as relações políticas da política, (3) sobre a dimensão pedagógica e (4) sobre a percepção dos atores em relação às dificuldades, facilidades, legado e continuidade da política de esporte e lazer do Recife. O roteiro da entrevista, disponível no Apêndice A, foi elaborado considerando as orientações de Mainardes (2006), no tocante às questões norteadoras para a aplicação da abordagem do ciclo de políticas. O parâmetro empregado na escolha dos entrevistados deu-se, prioritariamente, pela participação nas três gestões que foram de 2001 a 2012, pela representatividade das diferentes diretorias que compunham o organograma do órgão gestor da política e, de cada diretoria, os diferentes níveis hierárquicos. Infelizmente, muitos dos atores contatados não responderam às nossas solicitações, mas conseguimos realizar quinze entrevistas com datas e locais, de acordo com disponibilidade dos entrevistados, dispostos na tabela a seguir:

Quadro 5 - Entrevistas realizadas

ENTREVISTA	DIRETORIA ⁹	DATA
Entrevista nº01	Assessoria da Presidência do Geraldão	20/02/2015
Entrevista nº02	Diretoria de Esporte Amador	20/02/2015
Entrevista nº03	Presidência do Geraldão	20/02/2015
Entrevista nº04	Diretoria de Juventude	06/03/2015
Entrevista nº05	Assessoria Pedagógica	09/03/2015
Entrevista nº06	Diretoria de Juventude	09/03/2015
Entrevista nº07	Diretoria de Lazer	10/03/2015
Entrevista nº08	Diretoria de Juventude	10/03/2015
Entrevista nº09	Diretoria de Esporte Amador	13/03/2015
Entrevista nº10	Diretoria de Esporte Amador	13/03/2015
Entrevista nº11	Diretoria de Esporte Amador	25/03/2015
Entrevista nº12	Diretoria de Espaços e Equipamentos	26/03/2015
Entrevista nº13	Assessoria da Presidência do Geraldão	16/04/2015
Entrevista nº14	Presidência do Geraldão	17/04/2015
Entrevista nº15	Diretoria de Lazer	30/04/2015

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

A percepção dos atores envolvidos na prática é fundamental para compreender como funcionava, por dentro, a política estudada; contudo, é necessário convir que a leitura desses atores, em relação a sua experiência e de como a política se estruturou tem a ver com a

⁹ A denominação diretoria foi dada para localizar organizacionalmente os entrevistados, mas, cabe frisar que todos eles passaram por mais de uma função e, por vezes, por mais de uma diretoria. Desta forma, indicamos na tabela, a última função assumida, na gestão.

concepção de mundo que eles trazem consigo. Desta forma, a interpretação dos textos da política e a implementação, na prática, serão conduzidas de acordo com os seus interesses, com as disputas políticas travadas e a visão de mundo daqueles envolvidos. É nesse sentido que sintetizaremos a história de cada entrevistado como oportunidade de nos situar em relação ao ponto de partida de cada discurso.

a) Entrevista nº01¹⁰

Professora de Educação Física, aproxima-se da política através do movimento estudantil, mais especificamente, pela relação entre o Diretório Acadêmico da Escola Superior de Educação Física da Universidade de Pernambuco (DA/ESEF-UPE) com o Setorial de Esporte e Lazer do Partido dos Trabalhadores. Passa a atuar na política como estagiária do Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer (CPEL) em sua experiência piloto. Incorpora-se ao Setorial de Esporte e Lazer do Partido dos Trabalhadores e filia-se ao partido em 2004. Participou das três gestões (de 2001 a 2012), atuando como estagiária, estagiária de coordenação, coordenadora de núcleo do CPEL (por um período de cinco anos onde estreitou relação com o segmento dos adultos e idosos), diretora (Diretoria de Lazer e Cidadania) e Assessora Especial da Presidência do Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães (Geraldão). No período em que concedeu a entrevista, com 36 anos, atua como professora da Rede Estadual de Pernambuco.

b) Entrevista nº02

Professor de Educação Física, iniciou a relação com políticas públicas de esporte e lazer, a partir do meio acadêmico, nas discussões da disciplina prática de ensino com importante docente, líder na área. Entre 2001 e 2002 houve um encontro do CBCE, na Universidade Federal de Pernambuco e, no evento, encontrou o então Diretor Geral de Esporte da Prefeitura do Recife (2001-2004) e seu assessor, na ocasião em que estavam assumindo a direção da política na prefeitura. Nesse encontro acontece o convite para compor a equipe da diretoria e assume o cargo de coordenador de núcleo do CPEL (bairro da Macaxeira), depois a coordenação do que era chamado, à época, de Projetos Especiais (tudo o que não estava dentro dos CPEL, ou seja, políticas voltadas para as mulheres; esporte e lazer

¹⁰ As informações relacionadas no histórico dos atores estão contidas no conteúdo das entrevistas.

para pessoas com deficiência, etc.) e, em seguida, o Departamento de Espaço e de Equipamento de Esporte e de Lazer, com a missão de organizar a gestão dos espaços públicos de esporte e lazer da cidade e equipamentos. É filiado ao Partido dos Trabalhadores e participa do Setorial de Esporte e Lazer do PT. No período de 2009 a 2012 atua como Assessor Especial da Presidência, assumindo, posteriormente, o cargo de Diretor de esportes. No período em que concedeu a entrevista, com 41 anos, atua como professor da Rede Estadual de Pernambuco.

c) Entrevista nº03

Professora de Educação Física, foi militante do movimento estudantil de educação física da Universidade de Pernambuco (UPE) e da executiva de curso. Aproxima-se da gestão através de trabalhos voluntários, no que denominou de “arrastão do lazer”, na época, ainda como estudante. Entra como trabalhadora na política, em 2002, a partir de uma seleção para professores do Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer (CPEL) e permanece até o final da gestão em 2012. Filia-se ao Partido dos Trabalhadores e faz parte do Setorial de Esporte e Lazer do PT. Assume a Coordenação Pedagógica do CPEL, a diretoria de Lazer, a Assessoria Pedagógica e a Presidência do Geraldão. No período em que concedeu a entrevista, com 37 anos, atua como Secretária Executiva da Secretaria de Habitação da Prefeitura do Recife.

d) Entrevista nº04

Skatista, licenciado e bacharel em Educação Física (formado em 2015), iniciou a relação com a política de esporte e lazer do Recife, como usuário do Projeto Esporte do Mangue na comunidade da Guabiraba. Entrou para a gestão como trabalhador após seleção para monitor de comunicação, com trabalho de mobilização em comunidades para as atividades sistemáticas do CPEL, em seguida atuou como agente comunitário nos Projetos Parabólica e Satélite do Mangue. (Em rodas de diálogos com as juventudes); atuou como monitor de skate (ministrando aulas sistemáticas de skate para crianças e jovens) e, por fim, como coordenador de núcleo do convênio entre Prefeitura do Recife, Ministério do Esporte e Ministério da Justiça, no combate à violência, realizado pelo Geraldão (PELC-PRONASCI). É filiado ao Partido dos Trabalhadores e participa do Setorial de Esporte e Lazer do PT. No

período em que concedeu a entrevista, com 28 anos, atua como professor de ginástica de uma academia e como *personal trainer*.

e) Entrevista nº05

Doutora e Mestre em Sociologia, professora de Educação Física, aproxima-se da política através do movimento estudantil, mais especificamente pela relação entre o Diretório Acadêmico da Escola Superior de Educação Física da Universidade de Pernambuco (DA/ESEF-UPE) com o Setorial de Esporte e Lazer do Partido dos Trabalhadores. Em 2001 realiza algumas ações da política em parceria com o D.A. Em 2002 entra para composição do projeto piloto do CPEL, no bairro de Brasília Teimosa, como estagiária. Assume, posteriormente, como estagiária de coordenação e, em seguida, passa à coordenação do núcleo (de Brasília Teimosa). Integra a equipe da Coordenação de Espaços e Equipamentos de Esporte e Lazer, até 2006, quando se desliga da política para fazer o mestrado. Em 2004 filia-se ao Partido dos Trabalhadores e atua no Setorial de Esporte e Lazer do PT. Retorna, já na terceira gestão, assume a Diretoria de Lazer e, em seguida, a Assessoria Pedagógica, estando paralelamente no processo de doutoramento. Defende, em 2013, sua tese sobre a gênese do CPEL. No período em que concedeu a entrevista, com 34 anos, atua professora do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

f) Entrevista nº06

Professora de Educação Física. Em 2007, como especialista em Educação e Políticas para a Juventude, participou de seleção para professores do CPEL, contudo, só é chamada em fevereiro de 2008 para trabalhar como qualificadora do arco profissionalizante de Esporte e Lazer do PROJOVEM Urbano, que acontecia em parceria com o Geraldão, através da Diretoria de Juventude. Em 2009 acumula as funções de qualificadora do arco de esporte e lazer e a Coordenação Geral do Programa PELC-PRONASCI (ainda sob a responsabilidade da Assessoria Pedagógica e posteriormente integrando à Diretoria de Juventude). Filiada ao Partido dos Trabalhadores, fez parte do Setorial de Esporte e Lazer do PT. Em 2012 assume como diretora de Juventude e atua no Conselho Municipal de Juventude, desde sua formação, até 2015. Sua última ação profissional foi no Instituto Empreender, que trabalha com qualificação profissional para jovens, vindo a falecer em 25 de maio de 2015, aos 35 anos.

g) Entrevista nº07

Professora de Educação Física, aproximou-se da política de esporte e lazer a partir de uma seleção para professores, em 2004. Sua primeira função foi como professora do segmento de adulto e idoso, assumindo, posteriormente, a gerência de atividades sistemáticas do CPEL e, em 2012, a Diretoria de Lazer e Cidadania. Sua atuação na política foi relacionada aos idosos e teve grande participação na criação de eventos como o Encontro de Adultos e Idosos. (ENAI) e os Jogos da Pessoa Idosa. É filiada ao Partido dos Trabalhadores e participa do Setorial de Esporte e Lazer do PT. No período em que concedeu a entrevista, com 49 anos, atua como professora da Rede Estadual de Pernambuco.

h) Entrevista nº08

Professor de Educação Física e capoeirista, aproximou-se das discussões sobre políticas públicas de esporte e lazer partir dos debates acadêmicos sob a influência de importante docente, líder na área. Foi contemporâneo, na Universidade de Pernambuco, do Diretor Geral de Esportes (2001-2004) que, em 2004, faz convite para compor a equipe de trabalho do CPEL. À época, atuava na rede privada de hotéis, no segmento de lazer hoteleiro. Entra no Programa Círculos Populares como professor de núcleo e, posteriormente, atua como coordenador. Mostra afinidade com o segmento de juventude, participando de projetos como os Festivais das Juventudes, promovidos pela política. Filia-se ao Partido dos Trabalhadores e participa do Setorial de Esporte e Lazer do PT. Em 2006, desliga-se, por discordâncias em relação às mudanças ocorridas na organização e metodologia do Programa. Retorna, em 2009, assumindo o cargo de Diretor de Juventude e desliga-se, novamente, por questões pessoais, em 2012, após a última edição do evento Esporte do Mangue. No período em que concedeu a entrevista, com 37 anos, atua professor da Rede Municipal de João Pessoa – Paraíba.

i) Entrevista nº09

Professor de Educação Física e árbitro de futebol profissional, aproximou-se da política por indicação de um amigo que já atuava no Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer. Em 2003 entra como professor do núcleo de Campo Grande e passa quinze dias nessa função. Posteriormente, é deslocado para atuar junto às demandas de futebol e participa da criação do Projeto Futebol Participativo – um campeonato de futebol de várzea – e trabalha

como coordenador. Em seguida, assume a gerência de esporte de rendimento (Diretoria de Esporte Amador), depois a coordenação de núcleo do convênio PELC-PRONASCI e, por fim, a coordenação do Esporte Educação, na relação com a rede municipal de ensino, na realização dos Jogos Municipais da Rede. Continuou na gestão que se iniciou em 2013 por um curto período. É filiado ao Partido dos Trabalhadores e participa do Setorial de Esporte e Lazer do PT. No período em que concedeu a entrevista, com 45 anos, atua como árbitro de futebol profissional e como professor de educação física em escolas particulares do Recife.

j) Entrevista nº10

Professor de Educação Física e árbitro de futebol profissional, aproximou-se da política ainda como estudante. Ao ter conhecimento do Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer, executado pela Prefeitura do Recife, procurou a Diretoria de Esportes e conseguiu uma vaga como estagiário. Em seguida, pela afinidade e experiência com o futebol, foi deslocado para trabalhar na formulação do projeto Futebol Participativo, atuando como coordenador. Nas segunda e terceira gestões atuou como gerente de esporte comunitário, gerente de esporte e juventude e gerente de esporte de rendimento, na Diretoria de Esporte Amador. É filiado ao Partido dos Trabalhadores e participa do Setorial de Esporte e Lazer do PT. No período em que concedeu a entrevista, com 41 anos, atua como professor da Rede Estadual de Pernambuco e presidente do Sindicato dos Árbitros de Pernambuco.

l) Entrevista nº11

Professor de Educação Física e pós-graduado em Educação Física Escolar, aproximou-se da política por indicação de amigos e por ter conhecido o Diretor da primeira gestão, ainda na universidade, durante o movimento estudantil. Entrou ainda na primeira gestão como professor de núcleo do Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer (CPEL). Em seguida, passou a ser coordenador de núcleo, “supervisor de RPA” (Região Política e Administrativa) – função logo extinta na reformulação da metodologia do programa – e, gerente de eventos, na Diretoria de Lazer e Cidadania. No final da segunda gestão, afasta-se para assumir uma experiência profissional fora da cidade e retorna na terceira gestão, assumindo os cargos de Diretor de Futebol Amador e gerente de esporte educacional. No período em que concedeu a entrevista, com 41 anos, atua como professor da Rede Municipal de Ensino do Recife e atua como gestor escolar.

m) Entrevista nº12

Professor de História, atuante do movimento estudantil da Universidade Federal Rural de Pernambuco, foi filiado ao Partido dos Trabalhadores e trabalhava na assessoria socioambiental da Empresa Municipal de Manutenção e Limpeza Urbana na cidade de Recife, na EMLURB, no início da gestão petista. Nesse período iniciou diálogo com a política de esporte e lazer através das atividades conjuntas entre as duas políticas. Casado com professora de educação física, militante do setor e gestora da política de esporte e lazer, foi convidado pelo então Diretor-Presidente do Geraldão (2005-2008) a compor a equipe. Assumiu a função de gerente da rede de equipamentos públicos de esporte e lazer, em seguida, a Diretoria de Gestão e de Espaços e Equipamentos de Esporte e Lazer. Participou, nesta época, do Setorial de Esporte e Lazer do PT e, em 2010, assumiu a Assessoria da Secretaria Municipal de Juventude até o final da gestão, em 2012. No período em que concedeu a entrevista, com 41 anos, é recém-filiado ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e trabalha no gabinete do Deputado Estadual da legenda.

n) Entrevista nº13

Mestre em Educação e professor de Educação Física, foi integrante do movimento estudantil de educação física na Universidade de Pernambuco. Filiado ao Partido dos Trabalhadores, foi um dos fundadores do Setorial de Esporte e Lazer do PT, em Pernambuco. Com a vitória de João Paulo para prefeito do Recife, em 2001, iniciaram-se as discussões em torno dos membros do Setorial de Esporte e Lazer para a composição e contribuição do Setorial na gestão. Um dos membros tomou a iniciativa e iniciou as articulações dentro e fora da prefeitura, garantindo, em julho de 2001, a primeira nomeação do partido para a composição da Diretoria Geral de Esportes. Nessa organização, assumiu o cargo político de Assessor do Diretor Geral (também cargo político). Sua função estava em estruturar fisicamente o espaço para as condições de trabalho, realizar organização documental, levantar informações sobre a gestão anterior, trabalhar a articulação com as comunidades e outras secretarias. Atuou na formulação do Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer e as primeiras ações da política. Em 2003, com a criação do Ministério do Esporte (ME), foi indicado pelo Setorial de Esporte e Lazer de Pernambuco para compor a Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer (SNDEL), contribuindo na formulação do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). Em 2004, trabalha na consolidação do 1º convênio do

PELC entre Prefeitura do Recife e ME como forma de viabilizar recurso para o desenvolvimento da política de esporte e lazer do município. Em meados de 2006 há um afastamento com o grupo político de Recife e, em 2008, sai do Ministério. No período em que concedeu a entrevista, com 45 anos, é filiado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), professor da Universidade Federal do Pará (UFPA) e doutorando em educação na Universidade Federal da Bahia (UFBA).

m) Entrevista nº14

Professor de Professor de Educação Física, especialista em Ciência Política, aproxima-se da política através do movimento estudantil, mais especificamente pela relação entre o Diretório Acadêmico da Escola Superior de Educação Física da Universidade de Pernambuco (DA/ESEF-UPE) com o Setorial de Esporte e Lazer do PT. Nessa relação, entre diretório acadêmico e prefeitura, é convidado para compor a equipe como estagiário da Diretoria Geral de Esportes. Em seguida, realizou um trabalho de mapeamento e construção de um projeto para os jovens que praticavam esportes alternativos ou esportes radicais (patins, skate, bicicross), o Esporte do Mangue, atuando como coordenador do projeto. Posteriormente, assumiu o cargo político de Assessor do Diretor Geral de Esportes que, no contexto atual, já demandava outras tarefas, como o acompanhamento institucional da diretoria, articulação da política de esporte com as outras políticas (saúde, assistência, orçamento participativo, serviços públicos) e o trabalho de potencializar a comunicação da DGE dentro e fora da prefeitura. Em 2008, assumiu o cargo de Diretor Presidente do Geraldão, substituindo o anterior, que foi descompatibilizado para disputar a candidatura de vereador da cidade. Em 2010 acumula as funções de Diretor Presidente e Secretário de Juventude e, em 2012, é afastado para disputar as eleições proporcionais. Em 2013, permanece na gestão seguinte assumindo o cargo de Secretário de Habitação, ficando até 2014. No período em que concedeu a entrevista, com 36 anos, atua como empresário do setor de esportes e lazer.

o) Entrevista nº15

Artista de rua: percussionista, ator, compositor, poeta, cordelista e mágico. Integrante da Banda Afros Mangues, aproximou-se da política por volta de 2002. Os integrantes da banda e demais grupos culturais da comunidade do Alto de Santa Terezinha estavam ocupando o Centro Social Urbano Afrânio Godoy, na tentativa de realizar atividades para as

crianças, com oficinas de percussão, de dança e de música, até que certo dia chegou uma equipe da prefeitura do Recife, da Diretoria Geral de Esportes, com uma proposta de fazer um “arrastão” (arrastão do lazer) na comunidade e solicitou a contribuição dos grupos presentes. O primeiro contato foi breve, porque era uma reunião específica para preparar o arrastão. Em seguida, foi feito o convite para a banda Afros Mangues atuar num momento musical, de uma ação da Diretoria. Posteriormente, veio a participação através do teatro, numa ação de conscientização dentro do projeto Futebol Participativo. No final desse período, já em 2004, houve a abertura de processo seletivo para educadores, onde foi convidado a participar. Nesse processo, entrou na equipe como educador social e, na mudança da DGE para o Geraldão (transição da primeira para a segunda gestão) foi escalado para a gerência de arte, e, por fim, na gerência de eventos, da Diretoria de Lazer. No período em que concedeu a entrevista, com 54 anos, atua como artista de rua.

Considerando os caminhos dessa pesquisa e o entendimento de política pública como construção político-social que passa a existir pela ação e práticas discursivas dos sujeitos sociais (GOMES, A., 2011), adotamos como método de análise dos dados a Teoria e a Análise do Discurso. Partiremos do modelo analítico de Fairclough (2001b), no qual o discurso pressupõe a linguagem como uma forma de prática social, podendo ser observada em três dimensões: o texto, a prática discursiva e a prática social. Essa análise mostra-se pertinente, pois se relaciona com a Abordagem Cognitiva e a Abordagem do Ciclo de Políticas, como discutiremos na próxima seção.

2.4 ANÁLISE CRÍTICA DOS DADOS

Mesmo com a proposta de desenho metodológico que nos indica estratégias de análise da política de esporte e lazer do Recife, consideramos importante um método que nos ajude a explorar o *corpus* selecionado. Diante das “pistas” dadas por Bowe, Bal e Gold (1992), ao considerarem a política como texto e como discurso, supomos que a análise de discurso seria um caminho interessante para direcionar nossa pesquisa, sendo necessário, portanto, compreender suas nuances.

O contexto intelectual da análise de discurso se apresenta como consequência da “virada linguística” – com origens no construtivismo – trazendo algumas características como uma postura crítica em relação à linguagem, uma compreensão de mundo histórica e culturalmente situada, e a ideia de que o conhecimento é socialmente construído – que a

construção social de pessoas, fenômeno ou problemas estão ligados a ações e/ou práticas. Associadas a essas características, sugeriram algumas tradições teóricas que se relacionam com a análise da conversação, através da teoria do ato da fala; com os trabalhos interessados nos detalhes dos textos falados focando na historicidade dos discursos; e na abordagem crítica, que mostra preocupação entre linguagem e política (GILL, 2003).

Para exploração do nosso objeto de estudo, aproximamo-nos da abordagem crítica que se desdobrará em duas tendências: de um lado, com a contribuição de Michel Pêcheux e colaboradores, no desenvolvimento de uma abordagem da análise de discurso que articula os métodos de análise textual com a teoria marxista de ideologia feita por Althusser, denominada Análise de Discurso Francesa (ADF) e, de outro, as contribuições de Teun van Dijk (1984), Ruth Wodak (1989) e Norman Fairclough (1989, 1992) que, articulando linguagem, prática social, poder e hegemonia, farão surgir a Análise Crítica do Discurso (ACD), na década de 1990. Ainda buscando um método de análise de dados para nosso estudo, chegamos ao enfoque dado por Fairclough (2001b) à ACD. Em sua obra *Language and Power*, Fairclough inicia uma proposta de metodologia em análise crítica do discurso, mas somente em *Discourse and social change* apresenta o que chamará de Teoria Social do Discurso. A proposta de Fairclough associa as Teorias do Discurso (com grande influência dos conceitos de Foucault) e as Teorias Sociais (sob as influências de Althusser, Giddens e Gramsci) como forma de investigação da mudança na própria linguagem e nas mudanças sociais e culturais (MAGALHÃES, 2001).

A teoria social do discurso proposta por Fairclough (2001b) pretende reunir a análise de discurso orientada linguisticamente e o pensamento social e político – a partir da teoria social – relevante para o discurso e a linguagem. Sua proposta para o uso na pesquisa científica social é a Análise de Discurso Textualmente Orientada (ADTO), calcada no que denominou de Teoria Social do Discurso. Da análise de discurso orientada linguisticamente trouxe a ideia de que o discurso deve ser estudado de forma dinâmica, evidenciando a sua dimensão histórica e sua condição de constituição dos sujeitos sociais, das relações sociais e dos sistemas de crenças e sentidos. E, na perspectiva social e política, a busca de elementos para proporcionar uma análise do discurso que indique “o modo como o discurso contribui tanto para a reprodução como para a transformação da sociedade” (FAIRCLOUGH, 2001b, p. 59). Dessa perspectiva, as obras de Foucault foram fundamentais para a formação da

ADTO, em dois momentos: no seu trabalho arqueológico¹¹ inicial, que traz a ideia da natureza constitutiva do discurso (o discurso constitui o social, os objetos e o sujeito), a ideia da interdiscursividade e intertextualidade (na forma em que a prática discursiva é definida por suas relações com outras e recorre a outras de forma complexa); e, no seu trabalho genealógico¹², com a natureza discursiva do poder (com as práticas e as técnicas do biopoder moderno), a natureza política do discurso (a luta por poder ocorre tanto no discurso quanto subjacente a ele) e a natureza discursiva da mudança social na forma de que “as práticas discursivas em mutação são um elemento importante na mudança social” (FAIRCLOUGH, 2001b, p. 82). A partir dessas influências, Fairclough lança a proposta da Teoria Social do Discurso, que buscará uma análise da mudança discursiva em seu contexto sócio-histórico, trabalhando em três dimensões: discurso (como texto), prática discursiva e prática social.

O discurso, no estudo da linguística, possui várias interpretações, mas Fairclough (2001b) utilizará o termo naquilo que se refere ao uso da linguagem (*parole* – fala), mas, considerando-o como uma forma de prática social. E, sendo um modo de ação, é a partir do discurso que as pessoas podem agir sobre o mundo e sobre os outros, implicando numa relação dialética entre o discurso e a estrutura social, ou seja, o discurso pressupõe uma relação entre a prática (discurso) e a estrutura. É importante essa dialética na relação entre estrutura e discurso, pois:

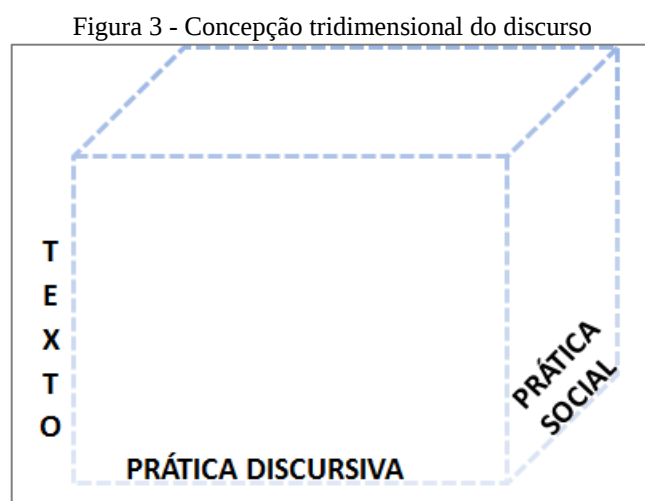
[...] a constituição discursiva da sociedade não emana de um livre jogo de ideias nas cabeças das pessoas, mas de uma prática social que está firmemente enraizada em estruturas sociais materiais, concretas, orientando-se para elas [...] a perspectiva dialética considera a prática e o evento contraditórios e em luta, com uma relação complexa e variável com as estruturas, as quais manifestam apenas uma fixidez temporária, parcial e contraditória (FAIRCLOUGH, 2001b, p. 93-94).

¹¹ O trabalho arqueológico de Foucault, a que se refere Fairclough, está na obra *Arqueologia do saber* (1972) e sua contribuição para a ADTO se dá em duas esferas: a primeira está na noção de discurso constituindo a sociedade nas dimensões dos objetos de conhecimento, dos sujeitos, nas formas sociais do eu, nas relações sociais e nas estruturas conceituais; e a segunda na concepção de que existe interdependência nas práticas discursivas, ou seja, que os textos sempre recorrem a outros textos atuais ou anteriores e os transformam (a ideia de interdiscursividade e intertextualidade) (FAIRCLOUGH, 2001b).

¹² Já trabalho genealógico tratado pelo autor está na obra *Vigiar e punir* (1979) onde há uma descentração do discurso em detrimento aos sistemas de poder. Nessa obra Foucault discute sobre as características do poder moderno (biopoder) e sua relação com o discurso e a linguagem. Explicita a relação dialética entre poder e conhecimento, onde, de um lado as técnicas de poder são desenvolvidas na base do conhecimento que é gerado em determinados círculos (ciências sociais, medicina, educação) e, de outro, as técnicas que são relacionadas ao exercício de poder no processo de aquisição de conhecimento. Por isso, analisar as instituições e as organizações em termos de poder, significa entender e analisar suas práticas discursivas. E, partindo dessa ideia, a ADTO buscará compreender as transformações históricas das práticas discursivas e suas relações com as mudanças sociais (FAIRCLOUGH, 2001b).

Essa perspectiva de discurso corrobora com a ideia de Bowe, Bal e Gold (1992) e Ball (1994), ao trabalharem a política enquanto texto e discurso. A política é ao mesmo tempo texto (discurso) e ação, é o dito e o que se pretende dizer, mas ao mesmo tempo se completa. (E se modifica) durante a prática social. Por isso, propõem uma análise de política considerando a construção do texto/discurso e a forma que esse discurso é colocado em prática. Outro aspecto relevante como características do discurso (texto) é a noção de intertextualidade, ou seja, a capacidade de articulação que um discurso/texto possui com outros (atuais ou passados), porque para Fairclough (2001b), a historicidade é inerente aos discursos/textos e isso lhes dá a capacidade para atuarem na mudança social. Além dessas questões, o autor ainda chama a atenção para o discurso como prática política e ideológica. A primeira estabelece, mantém e transforma as relações de poder, e a segunda constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo nas relações de poder. Esse construto sobre o discurso dará elementos para consolidação da sua proposta de análise tridimensional – a ADTO.

A análise de discurso textualmente orientada propõe a observação do discurso em três dimensões simultâneas: texto, prática discursiva e prática social, advindas das tradições de análise linguística e textual; da análise microssociológica, que considera a prática social como algo produzido ativamente pelas pessoas; e da análise macrosociológica, que estuda a prática social em relação às estruturas sociais, expresso na figura a seguir:



Fonte: Elaborado pela autora a partir de Fairclough, 2001b.

A nossa interpretação gráfica das três dimensões do discurso corrobora com a análise de Magalhães (2001) quando defende que essa noção integrada permite ao quadro de análise superar uma dimensão plana (de texto e do processo de interação – produção e recepção do

texto) e inserir uma dimensão de “profundidade”, nesse caso, representada pela prática social. E essa dimensão do discurso enquanto prática social dará condições de analisar sua relação com a ideologia, hegemonia e poder. A inserção do texto na ação social permitirá, como defende Fairclough (2001b), um foco nas mudanças históricas de como diferentes discursos se combinam em determinadas condições sociais para produzir um novos discursos e novas práticas. Essa concepção encontra-se em sintonia com a proposta de análise cognitiva de políticas que busca, através dos referenciais cognitivo, instrumental e normativo, observar a relação de uma política com o projeto de sociedade mais amplo. Desta forma, analisar os textos/discursos da política, observando a dimensão da prática social, nos levará a compreender como tais discursos empreenderam relações de enfrentamento ou alinhamento às condições sociais postas, em determinada sociedade, num contexto específico.

A dimensão de **análise do discurso enquanto texto** está calcada na análise de tradição textual e linguística e envolve quatro elementos em movimento ascendente: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. É importante recordar que:

[...] a análise não pode consistir simplesmente em descrição dos textos levadas a efeito isoladamente de sua interpretação [...] A interpretação é necessária em dois níveis. Um nível é **tentar construir um sentido para os aspectos dos textos, observando-os como elementos da prática discursiva**, em particular como ‘traços’ de processos de produção textual (incluindo a combinação intertextual e interdiscursiva de elementos e de convenções heterogêneas) e como ‘pistas’ nos processos de interpretação textual [...] O outro nível de interpretação é uma questão de tentar-se construir um sentido dos aspectos dos textos e de nossa interpretação de como eles são produzidos e interpretados, **considerando ambos, aspectos e interpretação, como encaixados numa prática social mais ampla** (FAIRCLOUGH, 2001b, p. 245, grifo nosso).

Nesse sentido, ao procedermos à análise textual do discurso deveremos considerar no elemento vocabulário, por exemplo, não somente palavras “ditas”, mas focar o seu significado, pois as escolhas para a produção, assim como para a interpretação de um texto, não é de natureza totalmente individual, essas escolhas estão social e culturalmente comprometidas e, em última instância, produzirão efeitos na prática social. Os elementos gramática, coesão e estrutura textual seguirão a mesma lógica. No âmbito gramatical serão observadas as três funções da linguagem: a *função identitária* – buscando perceber quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso; a *função relacional* – identificando como as relações sociais entre os participantes do discurso são negociadas; e a *função ideacional* – constatando de que modo os textos significam o mundo. Já os elementos de coesão e estrutura textual dizem respeito à coerência que um texto, que de um lado representa como suas partes

são relacionadas de forma que o todo expresse algum sentido, mas, de outro, um texto só fará sentido para quem é capaz de interpretá-lo, por isso, uma leitura coerente de um texto depende dos princípios interpretativos a que se recorre.

A **análise da prática discursiva** corresponde aos aspectos de produção, distribuição (reprodução) e consumo (interpretação) dos textos e está ancorada na tradição microsociológica ou interpretativa de análise do discurso. No que se refere à produção do texto, devemos levar em consideração duas categorias trabalhadas por Fairclough (2001b): a interdiscursividade e intertextualidade. Intertextualidade é um termo que o autor utiliza, tomado da autora Júlia Kristeva, a partir das contribuições de Michael Bakhtin nos anos de 1960 e diz respeito à relação dialética entre texto e história. De um lado, a inserção da história no texto se dá na medida em que um texto é construído de textos do passado e, de outro, a inserção do texto na história, quando um texto “reacentua” textos passados e contribui para processos de mudança mais amplos moldando produções posteriores. Nesse sentido, a intertextualidade permite observar como os textos podem transformar os anteriores gerando outros novos, mas, sem deixar de considerar que tais transformações são socialmente limitadas, visto que a produção e distribuição textual são condicionadas pela estrutura e contexto. Já a interdiscursividade tem a ver com a relação estabelecida entre os elementos de uma ordem do discurso, ou seja, a constituição de um tipo de discurso (que pode reproduzir, criar ou transformar formas sociais de linguagem) e sua relação com outros. Para o autor, a ordem do discurso refere-se à totalidade das práticas e discursivas de uma instituição e as relações entre elas. Por exemplo, num domínio social – escola, a ordem do discurso seriam as práticas discursivas da sala de aula, da avaliação escrita, da área recreativa, da sala dos professores e, num domínio social mais amplo – bairro, seriam as práticas discursivas da escola, do comércio local, da associação de bairro, etc. Nesse sentido, analisar a interdiscursividade é compreender como esses discursos “dialogam” numa determinada arena (FAIRCLOUGH, 2001b). A análise da prática discursiva nos remete à discussão travada por Bowe, Bal e Gold (1992) quando, no contexto da produção de texto, os atores irão materializar o discurso da política num instrumento normativo referencial (conforme denominação de análise cognitiva) como orientação de sua prática. Nesse sentido, analisar o contexto da produção de texto pressupõe analisar as condições de intertextualidade e interdiscursividade do discurso (texto) escolhido.

A **análise da prática social**, pautada na análise macrosociológica com características interpretativas, evidencia a relação dialética entre prática social e prática discursiva. Para o autor, o objetivo geral dessa análise é especificar “a natureza da prática social da qual a

prática discursiva é uma parte para explicar por que a prática discursiva é como é; e os efeitos da prática discursiva sobre a prática social” (FAIRCLOUGH, 2001a, p. 289). Isso porque considera que a prática social é uma dimensão do que se denomina por evento discursivo (instância do uso da linguagem a ser analisada), da mesma forma que o texto, portanto, ao passo que a prática social condiciona ou limita a prática discursiva, esta, por sua vez, poderá impactar a prática social legitimando ou transformando-a. Na condução dessa análise, os conceitos de ideologia, poder e hegemonia¹³ são utilizados permitindo ao analista constatar se as práticas sociais e discursivas conduzem a uma reprodução, reestruturação ou contestação da hegemonia e ideologia existente e das relações de poder postas em determinada arena. Para conduzir tal análise, Fairclough (2001b) sugere três elementos: a **matriz social do discurso**, na qual iremos observar as relações, a estrutura social e a estrutura hegemônica de tal matriz, identificando seus efeitos (reprodução ou transformação de uma ordem hegemônica); as **ordens do discurso**, onde iremos especificar a relação entre as práticas sociais e discursivas e os seus efeitos (reprodução ou transformação) das ordens do discurso e; **efeitos ideológicos e políticos do discurso**, nos quais identificaremos no discurso analisado os sistemas de conhecimento e crenças, as relações sociais existentes e a formação das identidades sociais. Sinteticamente, a análise da prática social permite apreender como as práticas discursivas influenciarão o social, identificando se tais práticas (discursivas e sociais) alteram ou mantêm determinado projeto de sociedade. Essa dimensão de análise será a mais adequada ao nosso

¹³ Fairclough discutirá ideologia, poder e hegemonia a partir das obras de Althusser (1971), Larraín (1979), Pêcheux (1988) e Gramsci (1971). Na concepção de Althusser, a ideologia e poder se relacionam na medida em que a dominação é estabelecida pela imposição unilateral e pela reprodução de uma ideologia dominante através dos aparelhos ideológicos do Estado. Contudo, ideologia, para Fairclough (2001b, p. 117), corresponde às “significações/construções da realidade (mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, reprodução ou a transformação das relações de dominação”, isto é, os sujeitos são posicionados ideologicamente, mas, também são capazes de agir no sentido de realizar suas próprias conexões e reestruturas as práticas da quais fazem parte. “As ideologias surgem nas sociedades caracterizadas por relações de dominação com base na classe, no gênero social, no grupo cultural, e assim por diante e, à medida que os seres humanos são capazes de transcender tais sociedades, são capazes de transcender a ideologia” (FAIRCLOUGH, 2001b, p. 121). A hegemonia, a partir da produção gramsciana, fornece um modo de teorização da mudança em relação à evolução das relações de poder. Fairclough (2001b) relaciona hegemonia como: (1) liderança e dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade; (2) o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais; (3) a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento; (4) um foco constante de luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação que assume formas econômicas, políticas e ideológicas. Isso mostra que a noção de hegemonia utilizada pressupõe uma relação dialética entre a prática dos agentes moldada pela estrutura social, assim como, a prática dos atores influenciando as estruturas, as relações e lutas sócias. Dessa forma, ideologia, poder e hegemonia, para Fairclough, não são condições “dadas” de uma determinada realidade, mas, passível de transformações e calcadas em disputas constantes.

estudo, visto que as políticas públicas estão inseridas no contexto de produção de sentidos que reafirmam determinada proposta política. Num contexto local, como é o nosso caso, identificaremos, com essa análise, se a política de esporte e lazer reproduz, reestrutura ou desafia a hegemonia do projeto político do governo local, estadual e federal, assim como a sua relação com as políticas hegemônicas do setor.

3 ESTADO, DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO

Neste capítulo discutiremos as correntes teóricas acerca do Estado, assim como as ideias sobre democracia e participação. O tema se justifica pela defesa de que na análise de políticas públicas, as “questões de fundo”, mencionadas anteriormente, são fundamentais para identificar as decisões tomadas, as escolhas feitas e os caminhos de implementação traçados pelos gestores públicos, visto que cada interpretação sobre a concepção e o papel do Estado, nos levará a intenções sob forma de políticas públicas; segundo, com o avanço do capitalismo, os temas “democracia” e “participação” têm ganhado “corpo” no debate público revelando várias conotações, além do mais, tais temas constituíram os discursos da política estudada na defesa de uma “gestão radicalmente democrática” e a garantia da “participação popular”.

Primeiramente, trabalharemos as matrizes filosóficas do liberalismo/neoliberalismo e do marxismo sobre a concepção de Estado e as implicações para as políticas públicas (sociais), em seguida, traremos as discussões sobre democracia e participação à luz dessas matrizes teóricas.

3.1 AS TRADIÇÕES POLÍTICO-FILOSÓFICAS SOBRE O ESTADO CAPITALISTA

O desenvolvimento do capitalismo e o surgimento do Estado Moderno possuem uma estreita relação, contudo, o entendimento do papel e das funções do Estado é visto de diferentes formas, o que implicará em diferentes políticas de intervenção social. Diante disto, consideramos necessária a discussão sobre as principais matrizes teóricas que se debruçaram sobre o assunto a fim de compreender a qual projeto de sociedade se aproxima a política em relevo.

3.1.1 O pensamento liberal e o neoliberalismo

As discussões acerca do Estado moderno se deram a partir do século XVII em decorrência das grandes mudanças de poder político e econômico, com o declínio das monarquias nacionais. As produções de Hobbes, Locke e Rousseau constituíram o arcabouço teórico que fundou a teoria clássica do Estado. Suas teorias, apesar das peculiaridades, eram baseadas na natureza humana, no comportamento individual e na relação entre os indivíduos.

No tocante à natureza humana, Hobbes (2011)¹⁴, em sua obra *Leviatã*, faz uma descrição pessimista e negativa dos seres humanos, para ele:

Na natureza do homem encontramos três causas principais de discórdia. Primeiro, a competição; segundo, a desconfiança; e terceiro, a glória. A primeira leva os homens a atacar os outros tendo em vista o lucro; a segunda, a segurança; e a terceira, a reputação (HOBBS, 2011, p. 95).

Nessa perspectiva, o autor defende que diante dessa natureza de discórdia o homem vive num permanente ao estado de guerra.

Para Locke (1978)¹⁵ o homem é visto com cordialidade, é um homem que convive com os outros de sua espécie, no chamado “Estado de Natureza”, gozando de plena liberdade e igualdade, numa convivência relativamente harmônica.

Já Rousseau concebe o homem nas dimensões física, metafísica e moral. Para ele, só é possível compreender a essência desse homem em seu estado natural, ou seja, deslocando-o da vida em sociedade. Nesse estado natural, o homem se manifesta em busca do seu bem estar (amor de si), “com uma repugnância inata de ver sofrer o seu semelhante” (pieté). Nesse sentido, observa-se que o homem em Rousseau, no seu estado natural, goza de uma determinada liberdade, mas difere daquela concebida por Locke (1978), que fundamentará o individualismo.

[...] uma leitura superficial do ‘Prefácio’ ao *Discurso* poderá dar uma falsa impressão de que o ponto de partida antropológico-filosófico de Rousseau é o mesmo de Hobbes e Locke [...], isto é, o individualismo. [...] Em Rousseau, a concepção do indivíduo é distinta, as determinações do homem enquanto homem não são atributos naturais, pré-sociais, mas, resultam precisamente do processo de socialização (COUTINHO, 1996b, p. 7, grifo do autor).

Tendo em vista as diferentes concepções de homem expostas pelos contratualistas, é possível inferir sobre as diferenças na concepção desse Estado Moderno que começa a tomar forma a partir da filosofia política desses autores. Deste modo, a análise de três dimensões, presente neles são fundamentais para a compreensão do Estado Moderno: a liberdade, o estado de natureza e o contrato social.

¹⁴ Publicação original em 1651.

¹⁵ O texto *Segundo tratado sobre o governo civil*, publicado pela editora Vozes e distribuído pelo Clube do Livro Liberal foi acessado pela internet e não consta o ano de publicação. Publicação original 1692.

Quanto à liberdade, é possível observar que há mais semelhanças entre a perspectiva de Hobbes e Locke, e que estas influenciam o pensamento capitalista atual, no entendimento de que a liberdade é fazer aquilo que se deseja. Nesse sentido, Hobbes (2011), confirma essa hipótese quando considera a liberdade como um direito natural que cada homem possui para preservar sua própria vida, sendo tudo permitido. Para ele, liberdade:

É a ausência de empecilhos externos, que podem, muitas vezes, tirar parte do poder de cada um agir como quiser, mas não impedir que cada pessoa use o poder restante de acordo com seu julgamento e razão e lhe indiquem como meios mais adequados a esse fim (HOBBS, 2011, p. 97).

Compreende-se, portanto, que todo homem age em acordo com o seu direito natural de preservar-se enquanto ser vivo, mas, além da defesa dessa liberdade, ele busca recursos para preservar a sua conservação. Por isso, a perspectiva de liberdade em Hobbes ultrapassa a ideia de indivíduo em si e considera o direito à vida.

Em Locke (2001), a ideia de liberdade relaciona-se com o direito de posse e pode ser vista sob duas visões: a liberdade natural e a política. Para o autor, liberdade natural consiste “em estar livre de qualquer superior sobre a terra e não estar submetido à vontade ou autoridade legislativa do homem, mas ter por regra apenas a lei da natureza¹⁶”. Além disso, defende a propriedade como um direito desse homem nesse estado de natureza, pois a propriedade representa o direito à própria liberdade, a vida, e aos bens. Os bens naturais à disposição do homem é propriedade comum, mas não pode o homem sobreviver sem se apropriar de parte dessa natureza, afinal, “a Terra e tudo que nela contem foi dada aos homens para o sustento e conforto de sua existência”. Reside, nessa concepção, a defesa de Locke (2001) quanto à relação liberdade e propriedade.

A liberdade política, por sua vez, refere-se à liberdade do homem que, em sociedade, “não está submetido a nenhum outro poder legislativo senão àquele estabelecido no corpo político (governo) mediante consentimento (dos próprios homens) [...] a liberdade dos homens sob um governo consiste em viver segundo uma regra permanente, comum a todos”, portanto, a liberdade política faz referência à sociedade mediante contrato social estabelecido entre os homens, que será tratada mais adiante.

Em Rousseau, a liberdade tomará outra conotação, diferente da liberdade voltada ao indivíduo apresentada em Hobbes (2011) e Locke (2001).

¹⁶ Compreende-se lei da natureza aquela que rege o “estado de natureza”, estado em que os homens vivem “juntos segundo a razão, sem um superior na terra com autoridade para julgar entre eles”.

Conforme defende Coutinho (1996a, p. 12), em Rousseau a liberdade adquire uma dimensão social e histórica, entendida como autonomia e está articulada com o caráter dinâmico do homem. Para Rousseau, a liberdade é a faculdade de aperfeiçoar-se, faculdade que, com o auxílio das circunstâncias [sociais], desenvolve sucessivamente todas as outras e se encontra entre nós tanto na espécie como no indivíduo.

Diante das diferentes concepções sobre o indivíduo e a liberdade, pode-se inferir que há diferenças na concepção do Estado de Natureza e, conseqüentemente, do contrato social proposto por eles.

O Estado de Natureza, em Hobbes (2011), é uma visão negativa de uma ordem social onde predomina a guerra, pois os homens são livres e iguais. E, dessa igualdade, reside o desejo de usufruir das mesmas condições, contudo, eles não podem tê-las e, quando isso acontece, tornam-se inimigos. Seria “o caminho que conduz ao fim da humanidade” e, para evitar que isso aconteça, propõe que o homem restrinja seu direito de igualdade e liberdade de forma a garantir e preservar sua própria existência, concebendo, assim, o contrato social.

Locke (2001), discordando da visão de Hobbes, não considera o Estado de Natureza como o um Estado de Guerra. Para esse autor, há uma diferença entre ambos e o primeiro se constitui num estado de relativa paz, até que os indivíduos questionem sobre os limites da propriedade – considerada por ele um “direito inalienável” –, que poderá os levar ao Estado de Guerra. Para Locke (2001), o estado de guerra é um estado de “inimizade” e de “destruição” [...] “Por isso, aquele que tenta colocar outro sob o seu poder absoluto entra em estado de guerra com ele; esta atitude pode ser compreendida com a declaração de uma intenção contra a sua vida”, ou seja, contra sua “principal” propriedade.¹⁷ Então, se para Locke (2001) esse estado de guerra não coloca a humanidade em risco de existência, o que justificaria o contrato entre os indivíduos?

Evitar este estado de guerra (que exclui todo apelo, exceto ao céu e, onde até a menor diferença corre o risco de chegar, por não haver autoridade para decidir entre os contentores) é uma das razões principais porque os homens abandonaram o estado de natureza e se reuniram em sociedade. Pois, onde há uma autoridade, um poder sobre a terra, onde se pode obter reparação através do recurso, está excluída a continuidade do estado de guerra e a controvérsia é decidida por aquele poder. (LOCKE, 2001, p. 40).

¹⁷ Locke considera o direito do próprio corpo como um direito à propriedade.

No entanto, como pano de fundo desse estado de guerra está à regulação do direito à propriedade. Nesse caso, com uma autoridade soberana constituída, será legítimo arbitrar sobre tais questões sem o enfrentamento gerado no estado de guerra.

Rousseau, por sua vez, tendo uma concepção dinâmica do homem e, considerando que sua liberdade está relacionada à autonomia e responsabilidade individual e social, considera o contrato social como uma passagem do estado de natureza para o estado civil. Essa passagem “produz no homem uma mudança muito significativa, substituindo, em sua conduta o instinto pela justiça e dando a moralidade que antes lhes faltava” Rousseau (2011, p. 37). Considerando, ainda, a liberdade do povo, este escolhe seus representantes e a forma de governo que mais adequada. Firmam, portanto, o pacto social de forma que essa associação defenda e proteja a pessoa comum e seus bens.

Esse pacto nada mais é do que um compromisso recíproco do público com os indivíduos e desses indivíduos consigo mesmos, formando um corpo moral e coletivo. Esse corpo, composto por um soberano, representa a vontade geral. Vontade esta, por sua vez, não pode ser contrária a de seus súditos, seus membros. Nessas duas perspectivas, vê-se o pacto social sob duplo aspecto: os indivíduos como membro do soberano em relação aos demais e como membro do Estado em relação ao soberano. Assim, cada indivíduo pode vir a ter opiniões diversas das do soberano, mas deve respeitá-las e cumpri-las como cidadão, senão estaria indo contra ele mesmo, contra sua própria liberdade, pois o soberano nada mais é do que a expressão do coletivo contido numa “pessoa”.

Diante das concepções desses teóricos podemos inferir sobre suas contribuições para o entendimento de Estado existente na atualidade, principalmente o que concerne à relação Estado e Sociedade Civil.

Como resultado do contrato social o Estado toma uma conotação de entidade política soberana, superior aos indivíduos que têm como objetivo regular vida social para garantir a existência da humanidade. (Em Hobbes), para garantir o direito aos bens. (Em Locke) e para garantir uma elevação moral dos indivíduos. (Em Rousseau). São nesses termos, portanto, que se desenvolve a teoria do Estado liberal.

A teoria do Estado liberal, já no século XVIII, tem como principal referência o teórico Adam Smith e sua obra *A Riqueza das Nações* (1776). Apesar de trabalhar efetivamente no campo econômico, sua tese tomou o indivíduo como foco de análise, assim como o fizeram os teóricos da doutrina clássica. Na obra *A Teoria dos Sentimentos Morais* (1759), que antecedeu *A Riqueza das Nações*, Smith tece uma análise sobre o processo de formação dos juízos morais e do que denominará de amor-próprio “entendido como característica da natureza

humana realizando [e] como tal, é bastante genérico e pode desencadear resultados bem diferentes: irrefreado, pode degenerar em egoísmo vicioso; bem orientado, pode converter-se na virtude da prudência” (SANTOS; BIANCHI, 2007, p. 643), contudo, a visão de Smith parecia bastante positiva, pois, em sua segunda obra, de cunho fortemente econômico, ratificará a noção de amor-próprio (também considerado como autointeresse e interpretado como egoísmo) quando afirma que:

O homem, entretanto, tem necessidade quase constante da ajuda dos semelhantes, e é inútil esperar esta ajuda simplesmente pela benevolência alheia. Ele terá maior probabilidade de obter o que quer se conseguir interessar a seu favor a auto-estima dos outros, mostrando-lhes que é vantajoso para eles fazer-lhe ou dar-lhe aquilo que precisa, [pois] [...], não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo próprio interesse (SMITH, 1996, p. 74).

Ainda nessa perspectiva, Hirschman (1979) destaca a mudança e a criação de um novo paradigma a respeito do comportamento humano quando defende o “interesse” e a “vantagem” como novos guias da consciência humana. Para Sell (2006), Smith rompia com a essência da moral cristã na esfera privada – o altruísmo – pois, este não produz efeitos benéficos na esfera econômica, ao contrário os princípios do interesse e da vantagem é que produz efeitos desejáveis para todos.

Construindo sua defesa para a constituição de uma “nova ordem social”, pautada nesses princípios, alegou que os homens eram impulsionados pelo desejo de melhorar sua condição e o aumento de seus bens, pois elimina a competição entre os diversos desejos ou aspirações da existência humana, que existiam na economia política anterior, reduzindo todas as outras causas ao fator econômico; que o indivíduo agindo pelo seu próprio interesse econômico, maximizaria o bem-estar coletivo, colocando toda a ênfase e responsabilidade acima de tudo no funcionamento livre e ilimitado do mercado para atingir-se o bem-estar coletivo; e que a realização do bem-estar coletivo através da ação individual era resultado inconsciente da motivação pelo ganho econômico, mostrando que o indivíduo era movido pelas vantagens e pelos seus próprios interesses, mas, isso era desejável, porque resultou num bem maior para o maior número de pessoas (CARNOY, 1990). Esses argumentos constroem a transição do pensamento de Smith do campo filosófico para uma discussão que se aproximará ao campo político-econômico. No campo econômico, trabalha a lógica de que o interesse comum é uma espécie de somatório dos interesses individuais que gerará riqueza à nação e, no campo político, defende que o bem-estar coletivo só será possível a partir da

liberdade, caracterizada pela liberdade de comércio. Essa liberdade garantirá a autorregulação comercial, conhecida como a “mão invisível”:

Já que cada indivíduo procura, na medida do possível, empregar seu capital em fomentar a atividade nacional e dirigir de tal maneira essa atividade que seu produto tenha o máximo valor possível [...], na realidade, ele não tenciona promover o interesse público nem sabe até que ponto o está promovendo. [...] ele tem em vista apenas sua própria segurança; e **orientando sua atividade de tal maneira que sua produção possa ser de maior valor, visa apenas a seu próprio ganho e, neste, como em muitos outros casos, é levado como que por mão invisível a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções.** Aliás, nem sempre é pior para a sociedade que esse objetivo não faça parte das intenções do indivíduo. Ao perseguir seus próprios interesses, o indivíduo muitas vezes promove o interesse da sociedade muito mais eficazmente do que quando tenciona realmente promovê-lo (SMITH, 1996, p. 438, grifo nosso).

Essa seria a “ordem natural” da sociedade liberal, contudo, Santos e Bianchi (2007) chamam a atenção sobre o real sentido da expressão “mão invisível” que, para os autores, pouco tem a ver com a ideia de “equilíbrio automático do mercado”, mas trata fundamentalmente de crescimento econômico. Independentemente dessa discussão, destacamos o caráter político dessa assertiva smithiana, pois o que garante a riqueza de uma sociedade ou o equilíbrio automático do mercado é a não intervenção do Estado. Sob esse aspecto, cita Smith (1996, p. 420, grifo nosso):

Com plena segurança achamos que a **liberdade de comércio sem que seja necessária nenhuma atenção especial por parte do governo**, sempre nos garantirá o vinho de que temos necessidade; com a mesma segurança podemos estar certos de que o livre comércio sempre nos assegurará o ouro e a prata que tivermos condições de comprar ou empregar, seja para fazer circular as nossas mercadorias, seja para outras finalidades.

Portanto, o que nos interessa é o caráter político que caracterizará, além dos itens aqui debatidos, a “separação” entre Estado e Sociedade, ficando esta última responsável pelo desenvolvimento econômico, restando ao Estado a defesa da sociedade contra os inimigos externos (segurança nacional); a proteção dos indivíduos das ofensas que a eles possam dirigir outros indivíduos (regulação do direito); o provimento de obras públicas que não poderiam ser confiadas à iniciativa privada (BOBBIO, 1992).

É nesse ambiente de produção filosófica, política e econômica que se constitui o debate sobre a função do Estado capitalista nos séculos XIX e XX. O desenvolvimento do capitalismo garantiu mais lucros e acúmulo de capital para a burguesia em franca expansão, como previa Smith. Contudo, as consequências para a classe trabalhadora pareciam não

corresponder à “ordem natural” de harmonia social. Se de um lado a classe burguesa era beneficiada com a concentração de renda, de outro, a classe trabalhadora sofria com os baixos salários e uma elevada jornada de trabalho e péssimas condições de vida. Do ponto de vista estrutural houve um crescimento desordenado das cidades e uma elevação significativa nos níveis de desigualdade social, o que acarretou na organização do mundo do trabalho (a partir da constituição dos sindicatos). As ideias socialistas começaram a ganhar força entre a classe trabalhadora, a denúncia de um sistema que tem em seu bojo a exclusão social, fica ainda mais evidente, todavia, mesmo com as crises geradas pelo seu aparente esgotamento, as ideias liberais persistiam e continuavam a influenciar o pensamento filosófico, político e principalmente, econômico das nações. No contexto do pós-guerra, não obstante, num cenário de intervenção estatal na economia, com regulação econômica e social, surge uma reação de teóricos e ativistas que, pautados nos tradicionais princípios liberais do individualismo, da garantia das liberdades individuais, de garantia da propriedade privada, assim como a intervenção limitada do Estado na sociedade, representará o que denominamos de *neoliberalismo*.

O neoliberalismo corresponde, portanto, ao renascimento do ideário liberal no contexto do capitalismo avançado, tendo como principal expoente Frederich A. von Hayek¹⁸ com *O Caminho da Servidão* (1944), considerada a obra seminal do neoliberalismo. Além de Hayek, Mises¹⁹ e Milton Friedman²⁰ (*Capitalismo e Liberdade*, 1962) foram nomes que reconheceram e denunciaram “a ameaça implícita ao individualismo” frente à propagação do bem-estar, no pós guerra.

O Caminho da Servidão caracteriza-se, principalmente, pelo ataque a quaisquer intervenções estatais, seja no modelo social democrata europeu, no modelo econômico keynesiano²¹, ou nos regimes totalitários (fascista e soviético, que para o autor se igualavam), pois quaisquer formas de controle da liberdade individual levariam os indivíduos à servidão.

¹⁸ Hayek possui uma vasta literatura onde defende as ideias liberais, contudo, *O Caminho da servidão* (1944), *Os fundamentos da liberdade* (1960) e *Direito, legislação e liberdade* (Vol.I, 1973; Vol.II, 1976; Vol.III, 1979), consistem nas principais obras. Escolhemos trabalhar com a primeira em virtude ser o marco inicial do neoliberalismo.

¹⁹ Ludwig von Mises, pertencente à escola austríaca de economia, uma de suas obras mais influentes foi *Ação Humana: um tratado sobre economia* (1949).

²⁰ A escolha pela obra de Friedman se deu em função de seu alcance na defesa dos princípios (neo)liberais.

²¹ O Keynesianismo diz respeito a uma corrente econômica, a partir das ideias de John Keynes, economista britânico que, na década de 1930, se opôs à ideia da economia neoclássica de defesa dos mercados livres. Propôs a intervenção do Estado na economia, com adoção de políticas fiscais e com o objetivo atingir o pleno emprego. Para ele, o Estado possui papel fundamental no estímulo às economias em momentos de crise e recessão econômica. Apesar de ser muito criticado pelos neoliberais, as ideias de Keynes não pretendiam mudar o *status quo* do sistema capitalista, servindo como mais uma “válvula de escape” para possíveis “correções” do sistema.

Defende, nesse sentido, que a ordem social seja regida pelo estado de direito, de forma a assegurar a mínima liberdade dos indivíduos:

A característica que mais claramente distingue um país livre de um país submetido a um governo arbitrário é a observância, no primeiro, dos grandes princípios conhecidos como o **estado de Direito**.

Deixando de lado os termos técnicos, isso significa que todas as ações do governo são regidas por normas previamente estabelecidas e divulgadas – as quais tornam possível prever com razoável grau de certeza de que modo a autoridade usará seus poderes coercitivos em dadas circunstâncias, permitindo a cada um planejar suas atividades individuais com base nesse conhecimento. Embora esse ideal nunca venha a ser de todo realizado, uma vez que os legisladores e os homens incumbidos de aplicar a lei são criaturas falíveis, fica, porém, bem clara a questão essencial, ou seja, a necessidade de reduzir tanto quanto possível o arbítrio concedido aos órgãos executivos que exercem o poder de coerção. Se toda lei restringe até certo ponto a liberdade individual, alterando os meios que cada um pode empregar na busca dos seus objetivos, sob o estado de Direito impede-se que o governo anule os esforços individuais mediante ação *ad hoc*. (HAYEK, 2010, p. 90, grifo nosso).

Assim como critica a intervenção estatal e o planejamento centralizado no Estado.

Para ele:

A autoridade que [dirigiria] toda a atividade econômica [e] controlaria não só o aspecto da nossa existência que envolve as questões inferiores; controlaria também a alocação dos meios escassos e os fins a que seriam destinados. [...] **o planejamento econômico importaria o controle da quase totalidade da nossa vida. Não existiria praticamente nenhum aspecto desta – desde as necessidades primárias até as relações de família e de amizade, da natureza do nosso trabalho até o uso que fazemos de lazer – sobre o qual o planejador não exercesse seu ‘controle consciente’**. (HAYEK, 2010, p.103-104, grifo nosso).

Contudo, por mais que Hayek faça críticas à planificação, ele a concebe associada à concorrência quando “se planeja visando à concorrência”. Desta forma, compreendemos que o autor considera, em certa medida, a intervenção estatal necessária desde que haja reforço nas atividades econômicas e à livre concorrência, ou seja, o Estado intervindo em benefícios das atividades econômicas.

Sob a mesma filosofia, Milton Friedman, economista da escola de Chicago, defenderá as ideias liberais em sua obra *Capitalismo e liberdade* (1962); Friedman retoma as ideias de Smith e Hayek, defendendo o papel do capitalismo competitivo, pautados nos fundamentos da liberdade e do sistema de livre-mercado, assim como o papel do Estado nos moldes liberais. A redução da intervenção estatal estará sempre ligada ao direito à liberdade, por isso defende que “a preservação da liberdade [seja] a principal razão para a limitação e descentralização do poder do governo” (FRIEDMAN, 1988, p. 13). Desta maneira, a principal função do Estado,

para o autor, “deve ser a de proteger [a] liberdade contra os inimigos externos e contra nossos próprios compatriotas; preservar a lei e a ordem; reforçar os contratos privados e promover mercados competitivos” (FRIEDMAN, 1988, p. 12).

Por outro lado, mesmo considerando a liberdade e o livre mercado, Friedman, reconheceu a necessidade de um tipo de intervenção estatal.

[...] a existência de um mercado livre não elimina, evidentemente, a necessidade de um governo. Ao contrário, um governo é essencial para a determinação das ‘regras do jogo’ e um árbitro para interpretar e pôr em vigor as regras estabelecidas (FRIEDMAN, 1988, p. 23).

As regras as quais Friedaman se refere constituem unicamente as condições para o reforço da liberdade econômica e da livre concorrência. Apesar disso, desenvolveu questões sobre as políticas sociais, principalmente no tocante à educação, habitação, salário mínimo, previdência, dentre outros. Contudo, repudia as políticas de caráter “discriminatório”, pois quaisquer ações no sentido de minimizar as desigualdades geradas pelo sistema capitalista tornam-se ineficazes, pois tais desigualdades são dadas como naturais ao sistema e, portanto, não se justifica quaisquer esforços para eliminá-las. Ademais, quando o governo imputa aos indivíduos uma taxa via impostos para a garantia de educação para todos, garantia de salário para os idosos ou habitação para os mais pobres tira desses indivíduos contribuintes a liberdade de usufruir de sua renda como bem entender.

Conhecendo os princípios teóricos que fundamentaram o ideário neoliberal, é possível compreender como os receituários dessa linha político-econômica ganharam corpo com a crise do capital, na década de 1970, atingindo de forma categórica a organização do trabalho, na redução dos direitos e conquistas dos trabalhadores, na reorganização estrutural do Estado, através do estado mínimo com corte de “gastos” nas políticas sociais, além de constituir, do ponto de vista cultural, a ideologia dominante do século XX, apesar das contribuições do pensamento marxista.

3.1.2 O ideário marxista

A tradição do pensamento marxista não constitui uma só teoria, ao contrário, é possível constatar várias tendências que fazem parte deste ideário, contudo, sob a égide das formulações clássicas de Karl Marx. A sua produção envolveu aspectos filosóficos, políticos e econômicos. Seu pensamento, além de provocar uma mudança no paradigma da ciência dos

séculos XVIII e XIX, inspirou ações sociais ligadas à classe trabalhadora, na organização do mundo do trabalho e na inspiração de um “novo” Estado – o Estado Socialista²², pois suas formulações trataram, principalmente, sobre as categorias que constituem a estrutura interna da sociedade capitalista, abordando a origem, dinâmica, expansão e crise do capitalismo, em sua principal obra *O Capital* (1867)²³, deixando um legado para a classe trabalhadora de compreensão e elementos para a superação do sistema capitalista.

Nada obstante, a condensação do seu pensamento nessa obra não explicita uma teoria política sobre o Estado, por isso, as diferentes percepções dentre as teorias marxistas utilizar-se-ão de alguns de seus fundamentos para elaborar suas próprias concepções de Estado. Uma de forma “ampla”, outras de forma “restrita”, dependendo das determinações do fenômeno estatal, como afirma Coutinho (1996b)²⁴. Para o autor, o próprio pensamento de Marx transita entre a perspectiva “restrita” e “ampliada” do Estado.

Do ponto de vista “restrito”, ainda partindo dos pressupostos hegelianos, Marx considera a sociedade civil e o Estado como esferas sociais distintas, onde a sociedade civil constituiria a esfera das relações econômicas e o Estado, a esfera da universalização. Contudo, apoiado na crítica da alienação, aponta que o homem da sociedade moderna está dividido: de um lado, luta pelos interesses particulares (assemelhando-se ao homem “livre” do liberalismo) e, de outro, pelos interesses “da comunidade”. Isso posto, questiona essa universalidade do Estado, uma vez que o homem ainda está preso aos interesses particulares e, assim sendo, tal universalidade não passa de aparências. Desse ponto, mostra que o Estado origina-se no âmbito das relações sociais. Posteriormente²⁵, mostrará que a constituição desses “interesses particulares” é causa e efeito da divisão da sociedade em classes opostas: burgueses e proletários e o Estado, mesmo apresentando-se como “representante da universalidade, na verdade, defenderá os interesses da classe dominante – a burguesia. Desse ponto, defendeu junto a Engels em *O Manifesto do Partido Comunista* que o governo não é senão um comitê

²² Falo da Revolução Russa de 1917.

²³ *O Capital* é uma produção editada em três volumes, onde, somente o primeiro foi publicado com Marx em vida, no ano de 1867. O volume II foi publicado em 1885 e o Volume III, em 1894.

²⁴ A ideia de forma “ampla” e “restrita”, para o autor, possui duas dimensões: uma *gnosiológica*, referente ao menor e maior nível de abstração conceitual em relação ao objeto e, a dimensão *histórico-ontológica*, que se refere ao maior ou menor complexificação da realidade objetiva. Para Coutinho (1996b, p. 15-17), do ponto de vista gnosiológico, as formulações de *O Manifesto do Partido Comunista*, são situadas num nível de abstração relativamente alto se comparadas com as análises mais concretas de *O 18 Brumário*, contudo, a passagem do abstrato ao concreto reproduz não apenas um movimento do pensamento, mas também a própria diacronia histórico-objetiva do real. É nesse sentido que emprega o conceito de ampliação do Estado. Desta forma, considera que a análise realizada por Marx em *O 18 Brumário* tenha sido a mais rica e concreta em relação ao Estado.

²⁵ Em os Manuscritos econômicos e filosóficos (1844), A ideologia alemã (1945) e no Manifesto do Partido Comunista (1848).

para gerir os negócios comuns da classe burguesa e, que além disso, era uma espécie de instrumento para a opressão de uma classe em detrimento de outra (COUTINHO, 1996b).

Numa perspectiva “ampliada”, os estudos de Marx sobre os acontecimentos revolucionários na França, entre 1848 e 1871 – analisando a ascensão e decadência do bonapartismo em *O 18 Brumário*²⁶ e *Guerra civil na França*, respectivamente – nos levam a perceber que há um aprofundamento na percepção do Estado enquanto um “comitê da burguesia”. Na verdade, ele ratifica a posição de que o Estado moderno é um Estado de classes, mas amplia a polarização entre burgueses e proletários, pois a experiência do bonapartismo e dos acontecimentos revolucionários, na França, mostram as relações entre as burguesias (comercial, industrial, financeira), a pequena burguesia (pequenos proprietários), os camponeses e os proletariados. Para Sader (1998), tal qual a análise de Marx em *o Capital*, que tinha como objetivo investigar as leis centrais do capitalismo, *O 18 Brumário* não retrata simplesmente uma ocorrência particular da burguesia, mas trata do liberalismo, esquema proposto politicamente pela ascensão burguesa. Deste modo, a compreensão do mecanismo que torna possíveis os governos na França, revelam as relações políticas no mundo moderno que, “entre a predominância de uma classe no nível das relações de produção e a apropriação de Estado por outra classe, não hegemônica naquele nível, [...] sustentaria a autonomia do Estado, possibilitando-lhe aparecer [...] como unificador da sociedade acima das classes” (SADER, 1998, p. 59), contudo, a tarefa de Marx é a de desmascarar o caráter unificador de um governo que pretende estar acima dos interesses privados e mostrar que o Estado representa:

[...] a relação dos interesses das classes dominantes com as das outras classes sociais, [mas], isso não quer dizer que a classe dominante tem posse do Estado, mas quer dizer que o Estado, enquanto preserva as relações sociais que lhes favorecem, funciona como instrumento seu (SADER, 1998, p. 110-111).

Mesmo diante dessas produções, não podemos afirmar que Marx desenvolveu uma teoria política do Estado, todavia, suas contribuições podem ser sistematizadas em três pontos principais, conforme Carnoy (1990):

- 1 - De que as condições materiais de uma sociedade são a base de sua estrutura social e da consciência humana, portanto, as formas do **Estado emerge das**

²⁶ O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte (1852) e Guerra Civil na França (1871).

relações de produção, não do desenvolvimento geral da mente humana ou das conduções das vontades humanas. Deste modo, Marx coloca o Estado em seu contexto histórico quando admite que a Sociedade é que o molda, mas, por outro lado, essa sociedade é moldada pelo modo dominante de produção.

- 2 - De que o **Estado emergindo das relações de produção não representa o bem-comum, mas é a expressão política da estrutura de classe inerente à produção.** Como Marx chegou à formulação de que a sociedade capitalista é uma sociedade de classes, dominada pela burguesia, necessariamente, o Estado seria a expressão política dessa dominação. O Estado não está acima dos conflitos de classes, mas profundamente envolvidos nele. Como a classe capitalista tem um controle especial sobre o trabalho no processo de produção capitalista, essa classe dominante estende seu poder ao Estado e a outras instituições.
- 3 - **De que o Estado aparece como parte da divisão do trabalho, isto é, como parte do aparecimento das diferenças entre os grupos na sociedade e da falta de consenso social, por isso,** atuará como força repressiva para manter sobre controle os antagonismos de classe. Assim, a repressão é parte do Estado. Por definição histórica, a separação do poder em relação à comunidade possibilita a um grupo na sociedade usar o poder do Estado contra outros grupos.

A partir desses pontos, as diversas tendências marxistas estruturam a sua compreensão sobre o Estado, mas, nesse estudo, nos detemos às contribuições de Gramsci, pois acreditamos ser a teoria que mais se aproxima da análise que nos propomos a realizar.

Uma das principais contribuições de Gramsci ao marxismo está na sistematização de uma “ciência marxista da ação política”²⁷. Para Gramsci (1980), a inovação introduzida pelo marxismo para a política e para a História é a demonstração de que não existe uma “natureza humana” abstrata, fixa e imutável; mas que a natureza humana é o conjunto das relações

²⁷ O ponto preciso onde me parece residir o movimento de renovação dialética dos clássicos, na obra madura de Gramsci, é o terreno da teoria política. De certo modo, poderíamos dizer que, para essa renovação, contribuiu a relativa subestimação gramsciana da economia: o fato de ter dado por suposto que a análise de economia já havia sido feita por Marx e Lenin permitiu a Gramsci desenvolver de modo criador os aspectos prioritariamente políticos da teoria marxista, que haviam sido tratados superficialmente pelo economicismo da Segunda Internacional e voltariam a sê-lo na época de Stalin. **Essa concentração no político significa que Gramsci tende a ver todas as esferas do ser social a partir do ângulo de sua relação com a política** (COUTINHO, 2003, p. 89-90).

sociais historicamente determinadas, sendo assim, a política, como atividade humana, deve ser concebida no seu conteúdo concreto como um “organismo em desenvolvimento”.

Essa percepção tem relação direta com sua biografia, visto que Antônio Gramsci, nascido na Sardenha, em 1891, prova as duras condições de vida numa das regiões mais pobres da Itália. Um estudioso das obras de Marx, Engels e Lênin, foi influenciado pelos neo-hegelianos, Benedetto Croce e Giovanni Gentile²⁸. Diretamente vinculado aos movimentos sociais e políticos de sua época, participou do Partido Socialista Italiano e, posteriormente, da fundação do Partido Comunista, do qual foi deputado. Presenciou a derrocada do movimento revolucionário dos trabalhadores e a ascensão do fascismo, contraditoriamente, apoiado por parte da classe trabalhadora. Foi preso político do regime reacionário, quando desenvolveu sua obra da maturidade, os *Cadernos do Cárcere*, entre 1926 a 1937.

Sua análise sobre as mudanças ocorridas nas sociedades de capitalismo avançado o levou a um enfoque marxista alternativo do Estado – a Teoria ampliada do Estado²⁹ – no qual a sociedade civil assume grande relevância, ampliando à teoria marxista clássica o seu conceito de “sociedade civil” ou “aparelhos privados de hegemonia”. Na perspectiva do marxismo tradicional, a sociedade civil – onde se encontram as relações de produção e as forças produtivas – representa o conjunto das relações econômicas e interesses privados, compreendida como **estrutura**. Para Gramsci (1980), ela representará o conjunto das instituições responsáveis pela representação dos interesses de diferentes grupos sociais, bem como pela elaboração e/ou difusão dos valores simbólicos e de ideologia, ou seja, os organismos de participação política aos quais se adere voluntariamente e que não se caracterizam pelo uso da repressão. Constituem, portanto, a sociedade civil os partidos políticos, as organizações profissionais, os meios de comunicação, o sistema escolar, as igrejas, etc. Essas “classes” pretendem exercer sua hegemonia e, para tanto, buscam aliados através da direção e do consenso.

Em Marx e Engels, a sociedade civil e o Estado pertencem a “momentos” diferentes onde a primeira representa a *estrutura* e o Estado (sociedade política) a *superestrutura*. E,

²⁸ Filósofos radicalmente contrários à tradição positivista que dominara, em fins do século XIX, nos meios culturais do norte da Itália. (Essa hegemonia cultural do positivismo era resultado de uma mentalidade cientificista, ligada ao rápido desenvolvimento industrial daquela região italiana.) Contra o evolucionismo vulgar, contra o cientificismo empirista e positivista, Croce e Gentile pregavam o valor de uma cultura filosófica, humanista; contra o apego aos fatos, defendiam o valor do espírito, da vontade e da ação (COUTINHO, 2003, p. 10).

²⁹ Expressão utilizada por Christine Buci-Glucksmann em Gramsci e o Estado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

conforme Marx (2002, p. 104): “o fundamento real sobre o qual se ergue uma superestrutura política e jurídica e ao qual correspondem formas definidas de consciência social”.

A superestrutura está subordinada à estrutura, ou seja, o Estado está subordinado à sociedade civil, que tem como uma das funções preservar as relações de classe. Já em Gramsci, a sociedade civil e sociedade política. (Estado estrito), ambos pertencem ao mesmo nível superestrutural, no qual o primeiro corresponde à função de hegemonia – em que são elaborados os valores simbólicos e a ideologia – e, o segundo, à dominação direta, fundada na coerção. Deste modo, na noção geral de Estado entram elementos que também são comuns à noção de sociedade civil (nesse sentido, poder-se-ia dizer que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção) (GRAMSCI, 1980, p. 149).

Portanto, para Gramsci (1980) o Estado possui duas denominações: o Estado, que se identifica com o governo, que exerce uma ditadura e, por isso, é revestido de coerção, conhecido como o Estado-coerção ou Estado estrito, e o Estado ampliado, que toma as características de hegemonia escudada pela coerção.

A diferença entre a perspectiva de Estado no marxismo clássico e a proposta gramsciana está na atenção que o autor italiano dará à hegemonia que, enquanto figura social, receberá uma base material própria. Se a materialidade da sociedade política reside nos aparelhos repressivos do Estado (burocracia, justiça, política), já conhecidos e analisados pelos “clássicos”, os portadores materiais da sociedade civil serão os aparelhos privados de hegemonia, que são relativamente autônomos em relação à sociedade política. Considerando essa autonomia, Gramsci, de um lado, enfatizou o papel da superestrutura na perpetuação das classes, mas, de outro, admitiu que os trabalhadores tivessem condições de desenvolver a consciência de classe nesse espaço autônomo da sociedade civil, mesmo considerando os diversos obstáculos, visto que os aparelhos privados de hegemonia – tais como a escola e a religião – seriam responsáveis por manter a classe trabalhadora longe da autoconsciência. Nesse ponto, consideramos residir outra diferença, pois a disputa de consciência não se dará somente pelo Estado, mas, principalmente na sociedade civil, na disputa pela hegemonia dos valores simbólicos e de ideologia. Dado isso, o Estado deixa de ser uma encarnação direta dos interesses da classe dominante, mas passa a ser também o resultado de um equilíbrio dinâmico entre classes dominantes e subalternas, em que essas últimas podem conseguir implantar posições de poder no interior dos aparelhos do Estado (COUTINHO, 1998, 2003).

Para essa disputa, o conceito de hegemonia torna-se fundamental nas análises de Gramsci (1980), visto que a hegemonia representa o predomínio ideológico das classes dominantes sobre as classes subalternas, na sociedade civil e, o Estado ampliado, corresponde

à hegemonia segmentada pela coerção, a estratégia da classe trabalhadora, deve passar necessariamente pela conquista de tal hegemonia. Para tanto, é necessário considerar que sua disputa nas relações de força.

[...] assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que **as ideologias** germinadas anteriormente se transformam em ‘partido’, **entram em choque e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma combinação delas, tende a prevalecer, a se impor, a se irradiar em toda a área social**, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral [...] **criando assim, a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados** (GRAMSCI, 1980, p. 50 grifo nosso).

Nesse sentido, duas questões podem ser refletidas: que a luta de classes se dará, primeiramente no campo da sociedade civil, através dos “aparelhos privados de hegemonia”, na medida em que essa luta visa à direção político-ideológica de uma classe, e que chega ao Estado quando este, numa perspectiva ampliada, incorpora o aparelho de hegemonia no Estado. E, segundo, que essa perspectiva de hegemonia compreende o indivíduo no processo formativo de transformação, ou seja, permite que a classe trabalhadora possa disputar, no campo ideológico, a hegemonia. Desta forma, a perspectiva de hegemonia em Gramsci corresponde a sua estratégia de transição ao socialismo³⁰, através de uma hegemonia proletária.

Considerando a estratégia para a superação do Estado burguês, Gramsci afirma que a forma de luta social e o tipo de enfrentamento à classe burguesa não mais seria empreendida contra o Estado, deste modo, o que fora caracterizado como “revolução permanente”³¹, no marxismo clássico, passa a ser considerado, numa perspectiva dialética, como “hegemonia civil”.

O conceito político da chamada ‘revolução permanente’ surgido antes de 1848, como expressão cientificamente elaborada das experiências jacobinas de 1789 em Termidor. A fórmula é própria de um período histórico em que não existiam ainda os grandes partidos políticos de massa e os grandes sindicatos econômicos e a sociedade ainda estava, por assim dizer, no estado de fluidez sob muitos aspectos [...]. **Em virtude da expansão colonial europeia, todos estes elementos se**

³⁰ Gramsci considera uma diferença na esfera onde se trava a luta de classes nas sociedades ocidentais e orientais. Sua análise indica que, em sociedades não há o desenvolvimento de uma sociedade civil forte e autônoma, a luta de classes se dará na esfera da sociedade política, muitas vezes, monopolizada por ela, enquanto que nas formações sociais – no ocidente – onde há uma relação equilibrada entre sociedade civil e sociedade política, a luta se dará, principalmente, através dos aparelhos privados de hegemonia, no campo da sociedade civil (COUTINHO, 1996b, p. 57-58).

³¹ Formulação de Marx e Engels, em “Mensagem do Comitê Central à liga dos Comunistas (1850).

modificam, as relações de organização internas e internacionais do Estado tornam-se mais complexas e maciças, **e a fórmula jacobino-revolucionária da ‘revolução permanente’ é elaborada e superada na ciência política pela ‘hegemonia civil’**. Verifica-se na arte política aquilo que ocorre na arte militar: **a guerra de movimento transforma-se cada vez mais em guerra de posição [...]**. Na estrutura de massa das democracias modernas, **tanto as organizações estatais como o complexo de associações estatais na vida civil constituem para a arte política o mesmo que as ‘trincheiras’** e as fortificações permanentes da frente na guerra de posição: elas fazem com que seja apenas ‘parcial’ o elemento do movimento que antes constituía ‘toda’ a guerra (GRAMSCI, 1980, p. 91-92, grifo nosso).

Deste modo, a hegemonia não mais deveria estar associada à luta contra o Estado, numa perspectiva militar (na formação de milícias contra o Estado)³², caracterizada pelo que denominou de “guerra de movimento”, mas as novas “trincheiras” deveriam estar localizadas, principalmente, no bojo da sociedade civil, porque:

No ocidente³³, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e em qualquer abalo do Estado imediatamente descobria-se uma poderosa estrutura da sociedade civil. **O Estado era apenas uma trincheira avançada**, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas (COUTINHO, 2003, p. 75).

Isto quer dizer que, somente a tomada do Estado não significava o controle da sociedade e, portanto, a constituição de uma hegemonia proletária. Por isso, a necessidade da intervenção nos diversos aparelhos da sociedade civil e de uma nova estratégia, a guerra de posição que, para Carnoy (1990), abarca os seguintes elementos: (1) a particularidade de cada país para instituir sua estratégia perante a sociedade, aqui Gramsci critica a estratégia de internacionalização da revolução socialista, sem considerar as particularidades na formação social e política de cada país; (2) a ideia de que uma guerra de posição pressupõe a organização da classe trabalhadora como os alicerces de uma nova cultura, para então sitiar o aparelho do Estado com uma contra-hegemonia, e não atacá-lo frontalmente; (3) a ênfase na consciência como integrante chave no processo de transformação, pois a guerra de posição é a luta pela consciência da classe trabalhadora e; (4) a ideia da ideologia em ação, através dos partidos políticos, que são considerados instrumento de elevação da consciência e de educação junto à classe trabalhadora.

³² Essa posição refere-se à sociedade ocidental. Nas formações sociais do oriente, com a predominância do estado-coerção, a estratégia da classe trabalhadora seria o ataque frontal ao Estado, ou seja, a guerra de movimento (COUTINHO, 2003, p. 147).

³³ A questão relativa ao ocidente não é somente um questão geográfica, mas, histórico. Pois, refere-se aos processos histórico-sociais, que levam uma formação social a se “ocidentalizar” (COUTINHO, 2003, p. 148).

Considerando os aspectos acima, a guerra de posição como estratégia socialista no ocidente traz uma questão fundamental que se refere à tomada de consciência dos trabalhadores e, nessa lógica, seremos conduzidos ao entendimento de intelectual orgânico trazido por Gramsci. Isto porque a sua concepção de Estado ampliado (sociedade política + sociedade civil) pressupõe o entendimento da hegemonia civil como uma unidade pela qual se explica a forma de dominação da classe dominante na sociedade moderna. Essa dominação, não se dá somente no campo econômico, das relações de produção, mas também no campo dos valores, da moral, da forma de enxergar a vida, ou seja, a partir dos valores culturais de uma sociedade. Por isso, se posiciona:

[...] pode haver reforma cultural, elevação civil das camadas mais baixas da sociedade, sem uma precedente reforma econômica e uma modificação na posição social e no mundo econômico? Eis por que uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica. E mais, **o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral** (GRAMSCI, 1980, p. 9, grifo nosso).

Essa reforma intelectual e moral citada por Gramsci (1980), como vimos, é articulada através dos aparelhos privados de hegemonia. (Escola, religião, entidades de classe, partidos, etc.), pois são nesses aparelhos que atuam os intelectuais vinculados aos grupos dominantes, com o objetivo de educar e alcançar o consenso ativo dos demais grupos sociais. Para Gramsci (1980), contudo, o principal instrumento que atuaria sobre o “povo disperso e pulverizado” para despertar e organizar a sua vontade seria o “moderno príncipe”, que “não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto; só pode ser um organismo [...] determinado pelo desenvolvimento histórico, é o **partido político**: a primeira célula na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a se tornar mais universais e totais” (GRAMSCI, 1980, p. 6).

O partido político, portanto, representará um dos elementos mais característicos da rede de organizações que forma a moderna sociedade civil e, nesse ponto, há uma forte relação entre a percepção de Lênin e Gramsci quanto à importância dos partidos políticos na luta da classe trabalhadora, como destaca Coutinho (2003, p. 169), pois representa o instrumento onde uma classe passa de uma situação “econômico-corporativa” para a formação de uma “vontade coletiva nacional-popular”. O partido político, portanto, não é uma entidade corporativa, mas um organismo universalizante, onde os elementos de um grupo social superam esse corporativismo econômico e tornam-se agentes de atividades gerais,

representando lutas de caráter nacional. Agora, se o partido é capaz de promover essa “transição” entre uma fase econômico-corporativa à fase política, ou seja, da necessidade à liberdade, “é natural que essa mesma elevação – ainda que em diferentes níveis – ocorra também em cada um de seus membros individuais”, ou seja, os indivíduos, mesmo que parcialmente, da mesma forma que os partidos políticos, também passam pela “transformação” da necessidade à “consciência” que será convertida em potencial prática transformadora.

Essa transformação, que pressupõe uma reforma intelectual e moral, passa, dessa forma, não somente pelos partidos políticos, mas, fundamentalmente, pelos indivíduos que serão denominados por Gramsci de intelectuais. Aqui consiste uma diferença entre a concepção gramsciana e a leninista. Se para Lênin os intelectuais e, portanto, líderes de um partido, estão acima da classe trabalhadora, para Gramsci, qualquer pessoa possuidora de uma capacidade técnica é um intelectual. Nada obstante, quando pensamos no termo “intelectual”, normalmente associamos a um tipo de categoria profissional de intelectuais, mas Carnoy (1990, p. 114, grifo nosso) explica que:

Gramsci caracteriza essa definição como ‘relacionada aos **intelectuais profissionais tradicionais**’ literários, científicos, etc., cuja posição nos ‘interstícios’ da sociedade traz consigo uma certa aura, mas **deriva, em última análise, de relações de classes passadas e presentes e esconde uma vinculação a várias formações históricas de classe**. [Mas], por exemplo, **cada classe produz tais intelectuais ‘organicamente’** – isto é, intelectuais de sua própria classe, **que atuam para construir a hegemonia daquela classe**.

Sendo assim, esses intelectuais orgânicos terão uma função de destaque na conquista da hegemonia, do consenso e da direção político-ideológica, portanto, responsáveis pela batalha cultural que, numa proposta de transição para o socialismo, terá uma importância decisiva. Sem uma nova cultura, as classes subalternas continuarão reféns da hegemonia da classe dominantes obstruindo o acesso à condição de nova classe hegemônica. Desta forma, a importância desses intelectuais está no estímulo e mobilização dos trabalhadores para as suas potencialidades intelectuais, através das funções educacionais do partido político, visto que, para Gramsci, num partido todos são intelectuais, embora em funções distintas.

Desta maneira, concluímos a breve discussão sobre a teoria ampliada do Estado, em Gramsci (1980), compreendendo esse Estado como a representação da hegemonia escudada na coerção, que representa a disputa da luta de classes. Contudo, a principal disputa não será realizada através dos aparelhos desse Estado (burocracia), mas, sobretudo, nas instâncias

privadas de hegemonia que representam a os valores culturais de uma sociedade. Isto porque Gramsci (1980) afirmou não estar somente na perspectiva econômica a forma de dominação da classe burguesa, está também na forma de pensar e de agir transferido para as novas gerações nos sistemas educacionais, religiosos, nas formações das entidades de classes, dentre outros. Por isso, os intelectuais orgânicos de uma classe – da classe trabalhadora – e dos partidos políticos que a representam têm um papel fundamental nessa disputa.

3.2 DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO: QUESTÕES EM DEBATE

As discussões travadas em torno da democracia e participação, desde o século XIX, foram concebidas a partir do legado das doutrinas políticas do liberalismo e do marxismo. E, considerando o desenvolvimento e complexidade das sociedades é possível afirmar que, atualmente, esse debate não se encontra restrito à designação das formas de governo, mas aos diversos espaços da sociedade civil e das relações sociais. É nesse sentido que problematizaremos sobre as possíveis formas de participação, na atualidade, considerando os diversos arranjos formados, entre sociedade civil e Estado, no contexto das atuais democracias.

O conceito contemporâneo de democracia emerge de um processo histórico, no qual se apresenta a formação do Estado moderno, assim como a emergência dos primeiros governos republicanos, cujo referencial no debate em torno da “soberania popular” e de “governo do povo” encontra-se na obra de Rousseau. Tratado na seção 2.1 como um dos autores do contratualismo, Rousseau diferencia-se, principalmente de Locke, por se contrapor à ideia de “hereditariedade aristocrática”, ou seja, contra a naturalização da propriedade privada. Propõe o contrato entre sociedade e Estado a partir da soberania popular, através da democracia direta, onde os cidadãos decidem e deliberam diretamente os assuntos políticos. Nesse sentido, a sociedade civil constituir-se-á como povo que se gesta como sujeito coletivo, mas o que irá mover esse sujeito é precisamente a “vontade geral”. Entretanto, essa vontade geral não representará a soma dos interesses particulares, mas o interesse comum da coletividade. Sendo assim, uma posição democrática, na perspectiva rousseauriana, só se legitima numa sociedade fundada na soberania popular, na construção de um sujeito coletivo que, com base na vontade geral, atua segundo o interesse comum, subordinando a ele os interesses privados (COUTINHO, 1996a). Essa perspectiva da democracia com ênfase na participação direta e da vontade geral será pontuada por Pateman (1992) como “formulação clássica da teoria democrática”.

Apesar da contribuição de Rousseau para a teoria clássica da democracia, a complexidade das sociedades modernas, o avanço do sistema capitalista e o desenvolvimento da teoria liberal conferiram à democracia e à participação novos sentidos. O desenvolvimento do Estado liberal, na modernidade, traz uma concepção de liberdade individual como manifestações concretas das liberdades civis e da liberdade política. Se a liberdade clássica (rousseauriana) apresenta-se através da participação direta, a democracia (liberal) “propriamente dita” afirmou-se através dos teóricos (liberais) como a única forma compatível com o Estado nascente: a participação indireta, através da representação. Desta forma, o Estado liberal reconhece e garante os direitos civis e políticos, contudo, a democracia representativa não dirá mais respeito a todo o povo “reunido em assembleia”, mas a um corpo restrito de representantes eleitos por cidadãos com seus direitos políticos reconhecidos (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2010, p. 323-24).

As inspirações para a construção do modelo da democracia ocidental têm como referência as formulações de James Madison³⁴, o principal designer do modelo norte-americano de democracia. Sob a justificativa de evitar a tirania, mesmo que exercida pela maioria, desenvolve um sistema legal evitando as possíveis “injustiças” das maiorias. Segundo Chomsky (1997), no debate sobre teoria e prática da democracia, Madison considera que as injustiças estão pautadas na insegurança dos “interesses permanentes do país, que são os direitos de propriedade”. Para ele, a responsabilidade primeira do governo seria a de “proteger a minoria dos opulentos contra a maioria”, ou seja, o princípio madisoniano consiste no governo preservar os direitos das pessoas em geral, mas fornecer garantias especiais para uma determinada classe – os possuidores de propriedades. Previu ainda que a ameaça da democracia poderia se tornar mais aguda, visto que a maioria da população, que aspirava por uma distribuição mais equitativa de bens, pudesse se tornar influente. Portanto, seria um “perigo futuro” se o direito de voto colocasse o “poder sobre a propriedade nas mãos dos que não tinham parte nela”, por isso, a solução seria manter o poder político nas mãos daqueles que “procedem *da* e representam *a* riqueza da nação, considerado o conjunto de homens mais capazes” (CHOMSKY, 1997, p. 262).

Do legado de Madison surge, por conseguinte, a ideia de governo representativo que se tornará a base política para o exercício da soberania popular, reduzida à delegação do poder, através do voto. A democracia, que em Rousseau teria a “vontade geral” como o

³⁴ James Madison (1751-1836), um dos idealizadores da Constituição norte americana, quarto presidente dos Estados Unidos.

interesse comum de uma coletividade, ganha novo sentido, reproduzido pela “vontade popular” que se expressa através do voto para a escolha dos representantes que governarão em seu nome. Esse último sentido de democracia torna-se hegemônico e dominará o pensamento das teorias democráticas nos séculos XIX e, principalmente, no século XX, onde, dentre vários autores, destacaremos a contribuição de Joseph Schumpeter (1961)³⁵, Giovanni Sartori (1976, 1987) e Robert Dahl (1997, 2001)³⁶. Nesse paradigma, além dos aspectos de preservação da “classe detentora de propriedade”, a “virada” no sentido do termo democracia e, conseqüentemente, a limitação da participação popular, para Pateman (1992), estavam ligadas aos “perigos” que a ampla participação popular na política poderia acarretar, tais como a estabilidade do sistema político e as condições ou pré-requisitos necessários para assegurar tal estabilidade e, portanto, era necessária uma revisão da teoria clássica que almejava a tal “participação do povo”.

Schumpeter (1961), à vista disso, compromete-se com a revisão da “teoria democrática clássica” e elabora uma proposta colocando em evidência uma “nova” perspectiva de democracia. A inovação de sua proposta, afirma Avritzer (1999), consiste na capacidade de responder à contradição entre governabilidade democrática e participação política. Ao invés de negar a participação política, propõe mudanças **na forma** de exercício da democracia tal como foi concebida nos séculos XVIII e XIX. A ideia está em articular a complexidade do Estado moderno à sociedade de massas. Contudo, para tal encargo, lança uma dúvida sobre os fundamentos do conceito de soberania popular ao questionar como é possível que o povo governe. Sua constatação, nessa lógica, é de que o sentido amplo do conceito de soberania – enquanto formação e determinação do conteúdo da vontade geral – seria impossível. Por isso, torna-se necessário um “deslocamento” do conceito de soberania popular retirando o seu conteúdo a ideia de busca por um determinado interesse comum, passando a representar, simplesmente, uma forma de escolha de governantes. É nesse sentido, que conceitua **democracia** como:

Um método político, isto é, um certo tipo de arranjo institucional para chegar a uma decisão política (legislativa ou administrativa) e, por isso mesmo, **incapaz de ser um fim em si mesmo**, sem relação com as decisões que produzirá em determinadas condições históricas (SCHUMPETER, 1961, p. 296, grifo nosso).

³⁵ Data original 1942.

³⁶ Data original 1971 e 1998.

Desta forma, a democracia passa a representar a “vontade geral” na autorização dos governantes. Esses, por sua vez, fazem parte de uma elite que se colocará acima do povo, pois são preparados moral e intelectualmente para tomar as decisões por todos. Essa nova ideia de soberania, como parece, oferece ao autor a possibilidade de integrar, no interior da teoria democrática, duas outras teorias: a teoria das elites e a teoria da sociedade de massas, pois, com a soberania no interior da própria operacionalidade da democracia, reduzida à escolha, Schumpeter (1961, p. 328) consegue harmonizar a relação entre democracia e as elites. Essa afinidade dar-se-á através da “concorrência livre entre os possíveis líderes do voto do eleitorado”, pois o “papel do povo é produzir um governo”, visto que “o método democrático [se constitui num] sistema institucional para a tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor”.

Considerando as contribuições de Schumpeter para o estudo da democracia no debate contemporâneo, é possível observar como afirma Avritzer (1999) que a democracia deixa de ser formada por um conjunto de indivíduos cuja atividade constitui a discussão e a procura pelo bem comum e passa a lidar com as particularidades do indivíduo “autointeressado”, almejando a partilha a seu favor da maior quantidade possível de bens públicos, compartilhando com a essência do liberalismo para a compreensão de democracia.

Assim como Schumpeter, Dahl influenciará a concepção liberal de democracia, contudo, imprimirá na ideia de poliarquia, algumas questões que, de certa forma, relativizam a democracia como um instrumento de escolha de lideranças, mas concordam com a ideia de democracia competitiva, ou seja, no conceito de poliarquia está a pluralidade da participação democrática. Conforme Pateman (1992), a teoria de Dahl compreendendo a democracia como método político, permitirá uma discussão do processo eleitoral como principal arranjo institucional democrático. Contudo, tal processo é percebido como uma das numerosas técnicas de controle social que, de fato, coexistem nas políticas democráticas modernas. Mesmo considerando esse aspecto não se pode dizer que Dahl tenha defendido uma teoria que exige o máximo de participação popular para exercer tal controle sobre a classe política. Ao contrário, corroborando com a ideia schumpeteriana de que as pessoas são desinteressadas e apáticas em relação à política, Dahl põe em evidências a hipótese de que uma porcentagem relativamente pequena de indivíduos, em qualquer forma de organização social, aproveitará as oportunidades de tomada de decisão. Desta forma, a competição não se dará especificamente através dos representantes de uma elite política, mas, da competição “um grupo de líderes”. Para ele, a competição é o elemento que representará o método democrático e a principal vantagem do sistema democrático proposto – a poliarquia –comparado com outros métodos

políticos está no fato de ser possível uma ampliação do número, do tamanho e da diversidade das minorias que podem mostrar sua influência nas decisões políticas e no conjunto do caráter político da sociedade³⁷. Essa proposta envolve também a ideia de igualdade política dos grupos, conferida pela igualdade do voto. Desta forma, a igualdade de oportunidades de acesso à influência daqueles que tomam as decisões permite que as reivindicações sejam ouvidas, pois os “representantes oficiais” escutam os vários grupos em concorrência (AIRES, 2009, p. 16-20).

Mesmo considerando a pluralidade no processo democrático, a perspectiva de Dahl se alinha ao pensamento de Schumpeter, no qual a democracia não passa de um mecanismo de escolha e de autorização para que um governo esteja no poder. A ideia de equilíbrio também é defendida, por isso, um eventual aumento da taxa de participação, poderia representar um perigo à estabilidade do sistema democrático. Macpherson (1978), na sua proposta de classificação das democracias, denomina esse modelo de “democracia de equilíbrio” que, de um lado, é representado pelo “equilíbrio” da oferta e da demanda – tal qual o livre comércio defendido pelos liberais – e, de outro, pelo esvaziamento do conteúdo moral da democracia que é defendida como método, tal qual mecanismo de mercado.

No mesmo sentido, Pateman (1992) afirma que a teoria da democracia mais aceita é aquela na qual o conceito de participação assume menor valor, ou seja, a participação está restrita à escolha de representantes para formação de governos, além de uma preocupação com a estabilidade do sistema político e as condições para assegurar tal estabilidade, questão que se origina da relação entre democracia e totalitarismo³⁸. Deste modo, fica claro nesse tipo de democracia defendido pelos “modernos”, a representação como “carro chefe”, contudo, apoiados nos elementos da delegação sem, muitas vezes, a atuação em favor dos interesses dos representados e sem a prestação de contas, necessários à representação democrática.

Além dessas questões, que se apresentam no contexto do final do século XX e início do século XXI, as críticas à democracia representativa ganham espaço, principalmente no final da década de 1960, quando uma onda de reivindicações – por parte dos estudantes e grupos sociais diversos – almejava a abertura de novas áreas de participação, pois queriam, na

³⁷ Nessa perspectiva de ampliação, Dahl mostra-se preocupado com a questão da inclusão, pois, para ele, os indivíduos devem participar do processo democrático, mesmo em níveis diferentes. Para tal participação ele considerará alguns critérios como o direito à liberdade de expressão, o acesso a fontes diversificadas de informação e o direito à autonomia de associação, visto que as organizações independentes do governo constituem-se como forma de ampliar a participação democrática através da criação dos espaços de deliberação. A observação desses critérios é que vai garantir uma participação efetiva e igualitária dos cidadãos no processo democrático, visando estabelecer uma política inclusiva (AIRES, 2009, p. 17).

³⁸ Falar sobre a relação entre o totalitarismo e a questão da democracia – Pateman (1992).

prática, a implementação de direitos teoricamente garantidos. Nesse sentido, as contribuições de Rousseau e Stuart Mill (1964) influenciaram as produções de Pateman (1992) e Macpherson (1978) que se destacaram com a proposta da “democracia participativa”, na segunda metade do século XX, recolocando a dimensão do político e da soberania popular – com o desenvolvimento das capacidades dos indivíduos – em contraponto à representação trazida pela teoria da competição democrática.

A concepção participativa de democracia, portanto, defenderá, de um lado, a participação como um ideal a ser buscado, pois representa a liberdade, o desenvolvimento e o crescimento dos cidadãos, ou seja, constitui uma dimensão educativa e, de outro, defenderá a redistribuição mais ampla de poder, pois sua concentração provocaria um esvaziamento da democracia, portanto, a ampliação da participação aos espaços da vida cotidiana é necessária para garantir a democratização, em última instância, das estruturas do Estado.

No tocante à dimensão educativa da teoria participativa de democracia, encontramos em Pateman (1992) uma discussão na qual a autora se remete à teoria rousseauiana. Para Rousseau, afirma a autora, a participação está apoiada na perspectiva individual de cada cidadão, no processo político de tomada de decisões, o que compreende a relação entre os indivíduos e as instituições. A função educativa, dessa maneira, permite o desenvolvimento de uma ação responsável, individual, social e política, como resultado do processo participativo, levando em consideração assuntos bem mais abrangentes do que os seus próprios e imediatos, compreendendo, desta forma, que o interesse público e o privado encontram-se ligados. Além disso, relação entre participação e controle é fundamental, pois, subjacente a essa relação está a noção de liberdade em Rousseau. A liberdade, no seu entendimento, é obediência à lei que alguém prescreve a si mesmo. Nesse sentido, tanto a sensação de liberdade do indivíduo quanto sua liberdade efetiva aumenta (na tomada de decisões) porque tal participação permite um grau de controle sobre o curso de sua vida e sobre a estrutura do meio em que vive. Deste modo, quando alguém é dono de si mesmo e da própria vida, a liberdade é então salientada pelo controle sobre essa vida. Nesse sentido, o processo participativo assegura, na visão rousseauriana, que nenhum homem ou grupo seja senhor de outro, todos são igualmente dependentes entre si e igualmente sujeitos à lei, logo, as decisões tomadas em espaços participativos permitem, mais facilmente, adesão pelos indivíduos. A partir dessas questões, Pateman (1992, p. 35-38) apresentará a participação como um elemento que transcenderá uma série de arranjos institucionais, para a autora, a participação provoca um efeito psicológico sobre os que participam, assegurando uma interrelação contínua entre o funcionamento das instituições e as qualidades e atitudes psicológicas dos indivíduos que interagem dentro delas.

No que diz respeito à redistribuição de poder com a ampliação da participação aos espaços da vida cotidiana, aproximaremos-nos das discussões de Macpherson (1978), que também se dedicou ao debate da democracia participativa. Em sua obra, analisa os modelos liberais e tece críticas, principalmente ao modelo de democracia proposto por Schumpeter, denunciando, de um lado, que tal modelo, para manter sua funcionalidade, estimula a apatia dos cidadãos, forçada pelas desigualdades econômicas e sociais, deixando nas mãos da elite econômica o poder político.

A apatia dos cidadãos, para o autor, está intrinsicamente ligada às desigualdades sociais e econômicas. Essas desigualdades desestimulam a participação gerando, conseqüentemente, uma reduzida capacidade de organização e reivindicação das classes populares. Por isso: “a baixa participação e a iniquidade social estão de tal modo interligadas que uma sociedade mais equânime e mais humana exige um sistema de mais participação política” (MACPHERSON, 1978, p. 98). Isso quer dizer que há uma relação dialética na perspectiva do autor, pois, se de um lado a melhoria da qualidade de vida pode permitir maior participação dos cidadãos na vida política, de outro, para que os cidadãos elevem sua condição é necessária a participação nos espaços de tomada de decisão. Contudo, sob o prisma da ampliação e/ou redistribuição do poder há duas questões a serem colocadas: a primeira, diz respeito à ampliação da dimensão política, vinculada às instituições formais de poder. (Estado) para as várias instituições e organizações da sociedade civil, e a segunda refere-se à problemática, discutida pelos liberais, quanto à participação direta nas sociedades complexas.

Com referência ao primeiro ponto, tanto Macpherson (1978) quanto Pateman (1992) defenderam que os espaços locais – que fazem parte do cotidiano dos cidadãos – seriam trincheiras importantes para a prática democrática participativa. Para Pateman (1992, p. 61-62), essa participação nos espaços locais refere-se à possibilidade de igualdade de poder nas decisões, o que é uma definição bastante diferente daquela fornecida pela teoria contemporânea, pois as teorias da democracia contemporânea e participativa podem ser comparadas, inclusive quanto à própria caracterização de “democracia” e à definição de “político”, que na teoria participativa não está confinado à esfera habitual do governo nacional ou local, mas a uma ampliação para a vida cotidiana dos indivíduos.

Considerando as contribuições de James Mill, Pateman (1992) defenderá o nível local para o cumprimento do verdadeiro efeito educativo da participação, porque na localidade não apenas as questões tratadas afetam diretamente o indivíduo e sua vida cotidiana, mas é por meio da participação no nível local que o indivíduo aprende a democracia; contudo, enfatiza

que esse espaço compete ao local de trabalho. Macpherson (1978) também considera o local de trabalho como espaço para o exercício da participação. Para ele, tais espaços:

Estão ausentes as forças que ocasionam a apatia da pessoa comum no processo político formal de toda a nação. Desinteresse quanto ao resultado de questões políticas aparentemente inacessíveis; distância dos resultados, se os houver, da participação; falta de confiança; falta de confiança em sua própria capacidade de participar – nada disso se aplica à participação no local de trabalho (MACPHERSON, 1978, p. 107).

Além disso, nesses espaços locais, os “indivíduos participativos” são menos deslocados pelas forças que os têm mantido apáticos e, por isso, mais capazes de raciocinar sobre a maior distância política dos resultados e mais aptos a perceber a importância das decisões a distâncias maiores de seus interesses imediatos, que não deixa de expressar o caráter educativo da participação.

Pateman (1992) completaria afirmando que as teorias participativas de democracia, defendem uma “sociedade participativa”, pois somente assim é possível que exista uma forma de governo democrática, isto é, onde todos os sistemas políticos tenham sido democratizados e onde a socialização por meio da participação pode ocorrer em todas as áreas. Contudo, Macpherson (1978) adverte que possa haver muito que aprender sobre a qualidade de vida da democracia observando essas experiências de contato interpessoal direto, mas isso não nos mostrará como uma sociedade de participação poderia atuar numa sociedade moderna de vinte milhões, duzentos milhões de pessoas. Por isso, defende que, em nível nacional, haja certo tipo de sistema representativo, e não democracia completamente direta.

Essa questão nos levará ao segundo ponto – a participação direta nas sociedades complexas, defendida como inviável pelos teóricos da democracia liberal. Macpherson (1978) parece concordar, nesse aspecto, com os pressupostos da democracia liberal ao indicar a necessidade dos sistemas de representação nas sociedades de grande escala. Considerando essa questão, o autor defenderá um “modelo” de democracia participativa em que haja a associação da dimensão de representação e de atuação direta.

A combinação de um aparelho democrático piramidal direto e indireto com a continuação de um sistema partidário parece essencial. Nada, a não ser um sistema piramidal, incorporará qualquer democracia direta numa estrutura de âmbito nacional de governo, e exige-se certa significativa quantidade de democracia direta para o que quer que se possa chamar de democracia da participação (MACPHERSON, 1978, p.114).

Portanto, a proposta de Macpherson (1978), consiste num sistema de participação piramidal onde em sua base teríamos os instrumentos e espaços de participação direta, mas em seu topo teríamos o sistema de delegação.

Uma democracia direta ao nível da fábrica ou vizinhança – discussão concreta face a face e decisão por consenso majoritário, e eleição de delegados que formariam uma comissão no nível mais próximo seguinte, digamos, um bairro urbano ou subúrbio ou redondezas. Os delegados teriam que ser suficientemente instruídos pelos que os elegessem, e responsáveis para com eles de modo a tomar decisões em nível de conselho em caráter razoavelmente democrático. Assim prosseguiria até o vértice da pirâmide, que seria um conselho nacional para assuntos de interesse nacional, e conselhos locais e regionais para questões próprias desses segmentos territoriais. Seja em que nível for além do primeiro em que as decisões finais sobre diferentes assuntos fossem tomadas, as questões teriam certamente de ser formuladas por uma comissão do conselho (MACPHERSON, 1978, p. 112-113).

Diferentemente de Pateman (1992), Macpherson (1978) dedicou-se a elaborar uma proposta de materialização do funcionamento da democracia direta, ao passo que a autora centrou-se na discussão dos fundamentos da participação democrática. Para ela, não discordando com o autor canadense e que:

A teoria da democracia participativa é construída em torno da afirmação central de que os indivíduos e suas instituições não podem ser considerados isoladamente. A existência de instituições representativa a nível nacional não basta para a democracia; pois, o máximo de participação de todas as pessoas, a socialização, ou treinamento social, precisa ocorrer em outras esferas, de modo que as atitudes e qualidades psicológicas necessárias, possam se desenvolver (MACPHERSON, 1978, p. 60).

Nesse sentido, concluímos que a proposta de democracia participativa, apresentadas pelos autores, em primeiro lugar, denuncia a ordem vigente, apontando a desigualdade social e econômica como uma das principais causas da apatia e desinteresse dos cidadãos em relação à participação política, propondo que uma mudança da consciência popular, saindo da visão de mero consumidor, para agente e executor de suas próprias decisões passa necessariamente pelo alargamento dos espaços de participação, ou seja, a participação precisa estar no cotidiano da sociedade civil, para que se tenham governos efetivamente democráticos. Em segundo lugar, há uma defesa, principalmente de Pateman (1992) de que o sistema de participação é educativo e, necessariamente retroalimentado, ou seja, à medida que os cidadãos aprendem a participar eles se tornam cada vez mais participativos, elevando o nível de consciência estritamente individual para uma dimensão mais coletiva das questões públicas. E, terceiro lugar, a proposta da pirâmide de participação de Macpherson (1978)

aponta mais para uma adequação do que já foi proposto pela democracia liberal, do que para uma possibilidade de mudança da ordem vigente.

A ideia de mudança de ordem, no debate democrático, será encontrada na literatura marxista, que tem o socialismo como fim. Portanto, ao tratar de democracia sob esse cânone, devemos ter em mente que para o socialismo o ideal democrático representa um elemento integrante e necessário, mas não constitutivo. Integrante, porque a meta é o reforço da base popular do Estado; e necessário, porque sem esse reforço não seria alcançada a transformação para o socialismo. Não é constitutivo, pois a essência do socialismo sempre foi a ideia da revolução das relações econômicas e não apenas das relações políticas, portanto, há uma diferença fundamental da proposta liberal e o modo de entender o processo de democratização do Estado e da sociedade. Ao passo que a representação, através do voto universal para os liberais, representa o ponto de chegada da democracia, para os socialistas, seria um ponto de partida (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, p. 324-325). Uma das principais contribuições marxistas, da atualidade, para se pensar a democracia como estratégia de transição socialista, encontra-se na obra de Gramsci³⁹.

Uma questão importante de ser colocada antes de seguir com as aproximações de Gramsci no debate da democracia está no entendimento desse fenômeno como “valor universal”. Coutinho (1980), sobre esse aspecto, afirmará que muitas das liberdades democráticas em sua forma moderna, tais como a soberania popular e o reconhecimento legal do pluralismo, têm nas resoluções burguesas sua gênese. Entretanto, esses aspectos acabam por abrir espaço político necessário à consolidação e reprodução da economia capitalista. E, mesmo considerando essas questões, afirmará que nem objetivamente – com o aparecimento da sociedade burguesa que lhe serviu de gênese – nem subjetivamente – com seu possível desaparecimento – a questão da democracia perde seu valor universal. Isto porque, enquanto categoria ontológica social, a democracia atua em formações econômico-sociais, capitalista e socialista⁴⁰.

Apesar disso, destacamos que há uma diferença significativa na compreensão da democracia numa perspectiva socialista, pois para aqueles:

³⁹ Além de Gramsci, Nicos Poulantzas, em sua obra **O estado, o poder, o socialismo** (1985), discute sobre a participação das classes sociais no Estado, sendo este uma esfera de disputa de hegemonia. Nesse sentido, a defesa de mecanismos de democracia direta torna-se fundamental para que as classes subalternas tenham condições de acentuar as contradições internas do Estado e, promover a transição ao socialismo. Mas, em nosso trabalho iremos priorizar as contribuições gramscianas.

⁴⁰ Não falamos aqui das experiências do socialismo real, mas, da categoria fundamental na definição do socialismo, que é a liberdade, tal como expressa por Coutinho (1980, p. 24), “na convicção de que somente o socialismo é capaz de promover a libertação de toda a humanidade”.

Que lutam pelo socialismo [...], a democracia política não é um simples princípio tático. É um valor estratégico permanente, na medida em que é condição tanto para a conquista quanto para a consolidação e aprofundamento dessa nova sociedade [socialista] (COUTINHO, 1980, p. 24-25).

A democracia socialista ou democracia de massa, termo cunhado por Pietro Ingrao⁴¹, não irá se destacar como um mecanismo formal de participação através do voto, por exemplo, mas, pelo processo de participação, em diferentes estruturas, que permitirá a criação de novos institutos políticos, a supressão das relações de produção capitalista e, conseqüentemente, a eliminação do domínio da classe dominante sobre o Estado. Contudo, não se trata, simplesmente, da luta pela conquista do Estado. No sentido que estamos apontando, o socialismo não representa unicamente um sistema econômico-social, representa antes, a “liberdade plena”.

Essa liberdade significa uma forma de sociabilidade na qual é o homem, e não forças estranhadas, quem dirige – de modo consciente e planejado – o seu processo de autoconstrução social. É claro que, por força de sua natureza, este patamar é necessariamente social e universal (coletivo/global). **Liberdade plena é, pois, autodeterminação.** Mas, para que esta autodeterminação possa existir, ela tem como condições necessárias um alto grau de desenvolvimento tecnológico (capaz de reproduzir riqueza para satisfazer as necessidades de todos), a diminuição do tempo de trabalho necessário (que deixe um grande tempo livre à disposição omnilateral dos indivíduos), a substituição do trabalho assalariado pelo trabalho associado (como ato ontológico primário) e a substituição do valor de troca pelo valor de uso. (TONET, 1997, p. 4, grifo nosso).

Portanto, a democracia de massa ou socialista pressupõe a participação direta dos cidadãos, porém, constitui-se como um *processo* na busca de uma sociedade de indivíduos autodeterminados, visto que a democracia não se estabelece como um caminho, mas “o caminho” necessário para o socialismo enquanto sociedade livre. Isso não quer dizer que devemos nos eximir da discussão sobre a forma que a democracia deve tomar na transição da proposta liberal para a socialista.

Sobre esse aspecto, é possível verificar as contribuições de Gramsci acerca das estratégias de luta para se atingir o socialismo, pois, segundo o autor. (E, já discutimos anteriormente), a sociedade civil seria o espaço de luta pela hegemonia, portanto, os espaços

⁴¹ Pietro Ingrao, marxista italiano que faz uma discussão sobre **democracia progressiva**, onde busca articular aspectos da democracia representativa e democracia e tem por objetivo, a proteção do movimento popular no Estado. A democracia para ao autor deve servir de superestrutura à transição de uma sociedade socialista que surge da articulação entre as formas de representação tradicionais e os organismos de democracia direta (COUTINHO, 1980).

de participação e disputa de consenso. Para ele, uma classe que consegue estabelecer um consenso e tornar hegemônico o seu pensamento estará na condição de classe dirigente e com mais condições de tornar-se classe dominante, quando conquistar o Estado em sentido estrito. Mas tal hegemonia se aproximará da perspectiva de liberdade autocondicionada quando atingir a *catarse* que, para Gramsci (1980), refere-se à passagem do nível egoístico-passional para o nível ético-político onde assenta o interesse universal. Se a posição democrática numa sociedade só é legítima fundada na construção de um sujeito (coletivo), que atua segundo o interesse comum, então, a ideia de hegemonia que se constrói com base no consenso será a posição democrática na concepção gramsciana (COUTINHO, 1996a).

Essa perspectiva de democracia, considerando a disputa de consensos no bojo da sociedade civil, aceita a ideia do pluralismo, contudo, difere daquele retratado pelos liberais como indivíduos privados, lutando por seus interesses econômicos imediatos, mas, de um pluralismo que atua com diferentes atores coletivos, em busca do interesse comum. Desse entendimento, concluímos que a democracia, sob o prisma da luta para a conquista de uma sociedade socialista, passa pela democratização dos meios e dos processos que governam o conjunto da vida social, seja na sociedade civil, seja na no Estado (Estrito).

Com esta reflexão, acerca das teorias que envolvem democracia e participação, podemos identificar três modelos de participação vigentes: o *modelo de participação limitada* que, sob a influência da teoria liberal, estabelece a democracia e a participação, associada ao sistema capitalista, compreendo uma participação limitada dos cidadãos, com o objetivo de manter o equilíbrio do sistema de representação e garantir a estabilidade da elite política, escolhida para governar a sociedade; o *modelo de participação ampliada*, que não rompe com o sistema capitalista, mas defende que a ampliação da participação para os espaços de convivência cotidiana, possibilitará aos indivíduos reverterem o quadro de apatia pela participação nas decisões públicas, uma vez que, tendo uma função educativa, a participação garantirá uma experiência democrática e retroalimentará um sistema de participação contínua; e o *modelo de participação democrática* que, compreendendo os espaços da sociedade civil como arenas na busca do consenso e da constituição da hegemonia de determinada classe social, enfatiza a democratização dos meios e dos processos como um caminho para se chegar a um novo tipo de sociedade pautada na liberdade autocondicionada.

4 ESPORTE E LAZER: DELINEANDO O SETOR

Neste capítulo, iremos tratar sobre o contexto de influência-dimensão cognitiva da política de esporte e lazer do Recife. Para tanto, discutiremos sobre o pensamento hegemônico do setor, como esse pensamento estrutura-se em torno das políticas públicas no Brasil e quais as possibilidades de políticas contra hegemônicas considerando os avanços progressistas após o processo de redemocratização no Brasil. Para tanto, consideraremos dois percursos: o do esporte e do lazer que, embora sob trajetórias distintas, encontram-se nas políticas públicas assumidas pelo Estado.

4.1 ESPORTE: QUESTÕES CONCEITUAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Nesta seção procuramos situar o leitor acerca do entendimento do esporte, no campo teórico e como esse setor vem sendo tratado pelo Estado. O esporte, conforme Melo (2007), é uma das práticas sociais mais fortes e que possui uma transnacionalidade manifestada, principalmente, em duas organizações: os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo de Futebol. O esporte ou desporto corresponde, portanto, a uma produção sociocultural e econômica capaz de se adequar a diversos interesses e necessidades vinculando-se à perspectiva do espetáculo de alto rendimento, à dimensão do ensino, à dimensão de saúde e à dimensão lúdica (MENEZES, 2009).

Contudo, o arcabouço conceitual da teoria crítica do esporte vincula sua gênese ao desenvolvimento do sistema capitalista, com o fortalecimento do processo de industrialização e, conforme Brohm (1989), apresentado por Vaz (2008), é concebido como um aparelho ideológico utilizado pelo Estado no cumprimento dos seguintes papéis: a reprodução ideológica das relações sociais burguesas de hierarquia e de obediência; a propagação de uma ideologia organizacional específica para a instituição esportiva que envolve a competição e os records; e a transmissão em larga escala do mito do super-homem, do individualismo, da ascensão social, dentre outros. Apesar disso, analisando as obras de Elias (1984) e Dunning (1992, 1999), Vaz (2008) indica que, apesar da análise crítica ao esporte que o considera um instrumento de alienação de “controle” do capital, para esses autores não há uma relação de causa e efeito entre a industrialização e o esporte; para eles, as transformações sociais, das quais o esporte seria fruto, teriam nascido de uma combinação de aspectos políticos e normativos, sendo uma simplificação associar as raízes do esporte exclusivamente ao contexto do capitalista.

Aliada a essa reflexão, a perspectiva crítico-superadora, trazida pelo “Coletivo de Autores”, o esporte é encarado como um dos elementos da cultura corporal sendo evidenciado pelos valores e normas que o regulamenta dentro do nosso contexto histórico. Isso quer dizer que, diante daquilo que produzimos como cultura, o esporte será tomado como uma de suas expressões, portanto, não há um determinismo no sentido de que o esporte é um elemento da ideologia burguesa, mas um fenômeno histórico cultural considerado como fator de desenvolvimento humano, logo, um direito social. Isso não quer dizer que, durante sua trajetória, ele não tenha sido utilizado como instrumento de controle social.

Como discutimos em Almeida (2010), o esporte chega ao Brasil a partir da influência europeia no final do século XIX e até a década de 1930 há uma autonomia da sociedade para organizar o setor no meio privado. Somente na Revolução de 1930 e no Estado Novo nota-se a intervenção do Estado no setor esportivo. Para Linhares (1996), ainda que houvesse uma atenção estatal, a organização esportiva brasileira ainda era abraçada por entidades específicas de direito privado voltadas ao esporte de rendimento, que perpetuou até a década de 1960, quando tem início uma movimentação internacional que questiona as concepções desse tipo de esporte de rendimento, resultando numa mudança conceitual do termo. Tais movimentos podem ser caracterizados pela manifestação de intelectuais e, pela manifestação de organismos internacionais, através de documentos como a Carta Internacional de Educação Física e Desportos, e pelo surgimento do Movimento Esporte para Todos (1967), apresentados no quadro a seguir:

Quadro 6 - Ações que provocaram mudanças no conceito de esporte

AÇÕES	CARACTERÍSTICAS
1. Manifestações dos intelectuais contra as exacerbações desportivas da época.	Sociologia do Esporte , discutida por intelectuais na contestação dos exageros cometidos nas competições esportivas. O grupo que deu início a esse movimento foi Antonielli (Itália), Prieto. (Espanha), Cagigal. (Espanha), Claves (Bélgica), Feio (Portugal), Sergio (Portugal), Pociello (França), Magnane (França), Lüschen (Alemanha), Weiss (Alemanha), Laguillaumie (França), Lyra Filho (Brasil), Curtis. (EUA), Lenk (Alemanha), Simon. (EUA), dentre outros.
2. Documentos esportivos filosóficos internacionais	Manifesto Mundial do Esporte (Conseil, 1964), assinado por um prêmio Nobel da Paz (Sir. Phillip Noel Baker), foi a primeira manifestação que reconheceu o esporte para além do rendimento, considerou-o na escola e como um esporte do tempo livre, aberto para todos; Carta internacional de Educação Física e Desportos (UNESCO, 1978), serviu de marco para um novo conceito de esporte e lançou a perspectiva do direito à prática esportiva, aumentando a significação social do esporte. Este documento serviu de inspiração para a inclusão do esporte enquanto direito social na Constituição de diversos países;
3. Surgimento e desenvolvimento do Movimento Esporte para Todos , a partir da concepção do programa TRIM, na Noruega, em 1967	O Esporte para Todos teve seu lançamento a partir da campanha TRIM, que, através da utilização do marketing, procurava estimular os sedentários à prática de atividade física. Procurou estimular a sociedade para a utilização saudável e cooperativa do seu tempo livre. No Brasil , o Esporte para Todos teve apoio da Rede Globo, em 1983, com o desenvolvimento da campanha MEXA-SE.

Fonte: Almeida, 2010, p. 20.

Tais documentos, em nossa análise, representa o contexto de influência apontado por Bowe, Bal e Gold (1992), principalmente ao perceber como há uma mudança na concepção do esporte no Brasil que, a partir de 1985, com a criação da Comissão de Reformulação do Esporte, abre novas frentes com o pressuposto do direito de todos à prática esportiva. Nesse sentido, o esporte passa a ser compreendido através de três manifestações: o esporte-performance, o esporte-educação e o esporte-participação, como aponta Tubino (1992). Para o autor:

- O **esporte performance ou de rendimento** refere-se à dimensão social que prevalece, principalmente, até a década de 1960. Normalmente é praticado pelos talentos esportivos e exibido em grandes espetáculos que exigem complexa organização de investimento;
- O **esporte educação** é considerada uma dimensão social no qual o esporte é notado como uma manifestação educacional e está vinculada a três conteúdos pedagógicos: à interação social, ao desenvolvimento psicomotor e às atividades físicas e educativas;
- O **esporte participação ou popular** é uma dimensão social que referencia o esporte como princípio do lazer lúdico e que tem como finalidade o bem-estar social dos seus praticantes.

Com a ampliação da concepção do esporte para as dimensões educacional e de participação, consideramos que houve um avanço do ponto de vista conceitual e, na prática, daquilo que o esporte representa para a sociedade. E, como uma esfera da vida social, o esporte passa também a ser regulado pelo Estado considerando-se as suas três dimensões.

Para Veronez (2005, p. 160), a intervenção do Estado sempre irá acontecer, independentemente do estágio de desenvolvimento do capitalismo e ainda alerta que o esporte participação – que atua mais próximo ao lazer – foi utilizado como um instrumento para disciplinar e adequar as classes que vivem do trabalho, pois havia uma preocupação em controlar as atividades fora do tempo de trabalho; deste modo, “o esporte era tido como uma prática que disciplinava o corpo e mantinha-o saudável e disposto, condição necessária ao novo tipo de trabalhador da sociedade industrial”. Nesse sentido, em 1941 é criado o do Sistema Esportivo Nacional (SEN), no qual o esporte era visto como uma estratégia para fortalecer o disciplinamento moral e corporal dos indivíduos, além da consolidação do ideário de disciplina num discurso nacionalista, moral e cívico tornando o esporte, através da

educação física, um instrumento fundamental, pois passa a ser matéria obrigatória em todos os níveis de ensino (LINHALES, 1996).

Desde o Estado-Novo (1930 a 1945) até o fim do Regime Militar (1964-1985), para Veronez (2005), a educação física escolar foi uma das principais alternativas de acesso ao esporte. Entretanto, como elemento da educação formal, perpetua-se o objetivo de garantir a disciplina e a ordem para crianças e adolescentes. A Política Nacional nesse período revela uma intenção de ampliar o acesso às práticas esportivas e, para tanto, foi criada a Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura (MEC), em 1937, sob comando de representantes militares, depois transformada em Departamento de Educação Física e Desportos, em 1970, permanecendo ligada aos militares e, somente em 1978, a divisão é transformada em Secretaria de Educação Física e Desporto, também ligada ao Ministério da Educação, cuja formação permanece até 1989. Nessa última composição, vários nomes passaram pelo seu comando, inclusive o professor Manoel Gomes Tubino, que possui vasta literatura no setor, além de mostrar o grande enfoque à dimensão do esporte educacional, atuando nas esferas formais da educação.

Castellani Filho (2001) indica que nem sempre as intenções desse acesso ao esporte explicitaram seu papel ideológico. Para o autor, principalmente durante o Regime Militar, a utilização do esporte era tida como instrumento de alienação política. O incentivo à prática esportiva tinha como fator principal favorecer a disciplina e desviar a atenção da população das questões políticas. Em 1969, no Decreto Lei 705, a educação física é transformada em prática obrigatória para todos os alunos universitários com a tarefa de colaborar, através do seu caráter lúdico-esportivo, com o esvaziamento de qualquer tentativa de rearticulação política do movimento estudantil.

Além disso, em 1975, é criado o Plano Nacional de Educação Física e Desporto, que altera o SEN no que se refere à organização do esporte em classista, militar, comunitário e estudantil. Apesar de tais alterações não houve mudanças substantivas quanto às políticas públicas para o setor, pois o Estado não consegue ampliar sua intervenção e a Política Nacional continuou apresentando o esporte de rendimento como principal ação do Estado (LINHALES, 1996). Por outro lado, neste mesmo período, sob influência do movimento esportivo internacional, é implementado no Brasil o Esporte Para Todos (EPT) oportunizando os movimentos sociais ligados ao setor reivindicarem nova concepção de esporte pelo poder público, notando uma forte influência internacional nas políticas públicas nacionais.

Essa movimentação social no final da década de 1970, aliado ao processo de redemocratização, no pós Regime Militar, permitiu que fossem travadas discussões na defesa

da democratização do esporte, passando a ser encarado como um “direito de todos”. Todavia, faziam-se necessárias mudanças institucionais tais como a constitucionalização do esporte, a substituição da legislação infraconstitucional e a mudança de estruturas administrativas para que esse direito fosse reconhecido (TUBINO, 1996). E, como nos aponta Bowe, Bal e Gold (1992), nenhum contexto político está isento de disputas constituindo-se como verdadeiras arenas. Deste modo, as discussões acerca dos direitos ao esporte. (E do lazer) apontaram divergências daquilo que foi consolidado no texto da Constituição de 1988, que, em seu artigo 217, estabelece como dever do Estado o fomento de práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados: I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento; II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento; III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não- profissional; IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional. § 1º - O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei. § 2º - A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final. § 3º - O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social (BRASIL, 1988).

Analisando sob a ótica de Bowe, Bal e Gold (1992), podemos afirmar que a produção desse texto evidenciou algumas vozes, de um lado, mas também, silenciou outras. Essa questão fica evidente quando Lúcio Vaz (1987), do editorial de política do Correio Brasiliense, em 1987, traz o seguinte enunciado no caderno de esportes: “Cartolas decidem na Constituinte: atletas ficam de fora outra vez”. Para o jornalista, mesmo com a participação de representantes dos atletas, estes não tiveram a menor influência nos trabalhos que antecederam a aprovação do texto constitucional, explicitando as disputas inerentes ao setor. As mesmas incorporadas à Constituição Federal de 1988 foram tomadas pelos Estados e Municípios, integrando às suas Leis Orgânicas a inclusão do esporte. (E lazer) como dever do Estado.

No tocante às políticas públicas em nível federal, Veronez (2005) aponta que após a CF de 1988, somente no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), pelo PSDB, entre 1995 e 2002, haverá uma preocupação do Estado no desenvolvimento de programas de esporte e lazer com ações direcionadas à sociedade, cuja maior expressão deu-se no desenvolvimento do Programa de Mobilização da Sociedade pela Ação Desportiva Comunitária, onde estava inserido o Programa Esporte Solidário e o Esporte Direito de

Todos. Institucionalmente, foi criado o Ministério Extraordinário do Esporte com Edson Arantes do Nascimento (Pelé) como Ministro, assessorado pela Secretaria de Desportos do Ministério da Educação que passou a se assim denominada, em 1990, no Governo de Fernando Collor de Melo. No mesmo ano, em 1995, foi criado o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (INDESP), que permaneceu vinculado ao Ministério da Educação e do Desporto até o momento da criação do Ministério do Esporte e do Turismo (MET), em 1999. Com curto tempo de vida, o INDESP foi extinto, em 2000, sob acusação de corrupção na liberação para funcionamento de bingos, quando foi criada, então, a Secretaria Nacional do Esporte (SNE), vinculada ao MET (VERONEZ, 2005).

Mesmo considerando um avanço a atenção dada ao setor no Governo FHC, este estava alinhado à agenda neoliberal que vinha se desenhando no país, no final da década de 1980. Como indica Azevedo (2002), um novo padrão de ação do Estado vai aparecer com maior nitidez, durante seu primeiro governo, ao colocar como medida imprescindível a Reforma do Estado justificada pela presença de modelo de administração burocrática que se mostrava como um forte empecilho para a superação da crise fiscal e econômica que possibilitará, por sua vez, o ajuste do país às exigências da nova ordem mundial. E, diferentemente das reivindicações das forças organizadas da sociedade civil quando das lutas pela redemocratização do país, a reforma administrativa do Estado nos anos de 1990 tomam caminhos distintos. A descentralização, por exemplo, que sempre foi identificada pelas forças progressistas com aspirações por maior participação nas decisões e, portanto, com práticas democráticas substantivas, é inteiramente ressignificada. Considerada como um instrumento de modernização gerencial da gestão pública, a descentralização será difundida como um instrumento de otimização dos gastos, promovendo a eficácia e a eficiência no serviço público. E, além disso, apresenta-se como justificativa da transferência de competências da esfera central de poder para as locais, visando à redução do Estado às suas funções mínimas. Essa foi a tônica durante os dois governos de FHC e, não seria diferente em relação ao setor de Esporte. (E lazer).

Nesse período, contudo, se o avanço do processo de descentralização de políticas, foi uma justificativa para redução do Estado, por outro lado, permitiu o surgimento de várias experiências locais – municipais e estaduais – sob a lógica das coalizões de centro-esquerda, geralmente capitaneadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT), conduzindo políticas de esporte. (E lazer) na compreensão das três dimensões sociais do esporte. Na década de 1990, os governos com essas coalizões carregavam, em sua maioria, diretrizes como a defesa da cidadania, a melhoria da qualidade de vida da população, pela democratização do poder

público e recuperação dos espaços e serviços públicos. Não sendo diferentes, as políticas setoriais voltadas ao esporte. (E lazer) vão seguir a mesma linha e, avançar no sentido de políticas inovadoras para o setor. Vale destacar que consideramos inovadoras as políticas que, tendo como referência a Constituição Federal de 1988, vão garantir os direitos sociais, a participação da sociedade e a defesa de uma sociedade justa e igualitária, prezando pelas diretrizes de inversão de prioridades, melhoria da qualidade de vida e defesa da cidadania classe trabalhadora estas gestões locais, imprimiram uma concepção alternativa de esporte (BITTAR, 1992).

Se de um lado ressignificada no governo de FHC, a descentralização passa a ser considerada um instrumento de modernização gerencial da gestão pública; de outro, este foi um campo fértil para o desenvolvimento de políticas inovadoras, em várias áreas, que priorizavam a democratização e a participação. No campo do esporte. (E lazer), como aponta Bittar (1992), experiências das prefeituras de São Paulo, Porto Alegre e Santo André, Piracicaba e Vitória demonstraram ser possível atuar considerando as três dimensões do esporte, mas com prioridade ao esporte-participação. Considerando a análise de Bowe, Bal e Gold (1992), o contexto de influência no qual estamos desenhando inspirará uma determinada política – como vimos em relação à discussão internacional e sua influência na concepção de esporte no Brasil – mas, na relação governo central e governos locais, percebemos que as experiências locais gestadas na década de 1990 e no início dos anos 2000 influenciarão, sobremaneira, as políticas desenvolvidas pelo governo federal a partir de 2003.

A mudança de governo nas eleições de 2002, para Sader (2010), representou o fracasso do governo FHC, da consequente reprovação da sua gestão e da resistência dos movimentos populares golpeados pelas políticas neoliberais. A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), pelo PT, não se deu por um processo onde o mesmo havia se transformado em favorito para ganhar as eleições. Somente após a “Carta aos Brasileiros”, conseguiu atingir soma eleitoral que lhe permitiu a vitória, mas vinculada à rejeição do governo anterior. Em função dos “consensos” durante o período eleitoral, o governo eleito configurou num quadro contraditório ao passo que manteve elementos do governo anterior como a política econômico-financeira e a política agrícola nacional, de um lado, e a rejeição desse modelo, de outro no que se pode observar a promoção significativa de políticas sociais, além da adoção de uma política externa inovadora.

No campo do esporte. (E lazer), o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), entre 2003 a 2010, rompe com a lógica do governo FHC e separa o “Esporte” e o “Turismo”, criando assim o Ministério do Esporte (ME). Ainda que de menor orçamento entre todos os

Ministérios, segundo Alves e Pieranti (2007), o órgão adotou estratégias para possibilitar a prática do esporte de forma massificada, em diversos níveis e com finalidades distintas, a partir de uma estrutura administrativa que buscou desenvolver ações nas três dimensões sociais do esporte: o **esporte participação** – com a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer (SNDEL), desenvolvendo o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), o Centro de desenvolvimento do esporte recreativo e do Lazer, e o Prêmio Brasil de Esporte e do Lazer de inclusão social; o **esporte educacional** – com a Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEE) desenvolvendo o Programa Segundo Tempo (PST) e Projetos Esportivos Sociais; e, o **esporte de rendimento** – com a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR) atuando com as ações: Descoberta do Talento Esportivo, Jogos da juventude, Olimpíadas Universitárias, Olimpíadas Escolares, Bolsa Atleta e Centros de Excelência Esportiva - Rede CENESP (ALMEIDA, 2010).

Ainda que o Ministério contemple as três manifestações do esporte, é possível observar na Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento um maior número de ações, mostrando que a Política Nacional do presente governo ainda sofre fortes influências da concepção hegemônica do esporte, reverberando as contradições inerentes a este governo. Essa evidência, citada acima, ficará mais forte com a reestruturação do órgão em 2011. E, apesar do ME afirmar que é responsável por construir uma Política Nacional de Esporte e Lazer desenvolvendo além do esporte de alto rendimento, ações de inclusão social garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano, a reestruturação organizacional demonstra a priorização do esporte competição. Isto porque o esporte educacional e de participação sofrem com a fusão da SNDEL e da SNEE, que passará a se chamar Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS). O esporte de rendimento ganha destaque sendo representada pela Secretaria Nacional de Alto Rendimento (SNEAR) e pela Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor (SNFDT), criada em agosto de 2011 (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2016).

Ainda persistindo no movimento contraditório do governo Lula, podemos afirmar que um marco fundamental no processo de elaboração de políticas públicas (de esporte e lazer) está na realização das Conferências Nacionais como um dos canais de participação popular, bem como um espaço de disputa política onde circulam diferentes visões político-ideológicas. A primeira (2004) e a segunda (2006) Conferências de Esporte versaram sobre a criação de um Sistema Nacional de Esporte e Lazer como forma de superar a configuração do antigo Sistema Brasileiro de Desporto (Lei 9615/98), contudo, essas discussões deram lugar às

pautas ligadas à realização dos grandes eventos e da transformação do Brasil em potência olímpica, principal debate da terceira Conferência, realizada em 2010. A estruturação dos megaeventos e a transformação do Brasil em potência esportiva surgem como princípios para a elaboração de um Plano Decenal de Esporte, distanciando-se da consolidação de um Sistema Nacional de Esporte e Lazer esse movimento demonstra, mais uma vez, as instituições do Estado como uma arena política, onde os grupos mais organizados (política e financeiramente) direcionam as políticas públicas (ESPÍRITO SANTO FILHO, 2013). Desta feita, Castelan (2011) observa que as propostas aprovadas nas Conferências não têm sido implementadas e a pauta prioritária do Governo Federal são os megaeventos esportivos, que por seu turno, não foram deliberados em nenhum espaço de participação popular. E, mesmo reconhecendo as conferências como espaço privilegiado para deliberação dos rumos das políticas públicas, aponta a autora que importantes resoluções não se concretizaram.

Nesta seção, buscamos tratar sobre o conceito de esporte, sua compreensão como um fenômeno social e como foi assimilado pelo Estado brasileiro até o momento atual. Na seção a seguir versaremos sobre o lazer e discorreremos sobre as correntes teóricas que discutem o lazer, além de sua adoção pela esfera governamental, no Brasil.

4.2 O LAZER: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E SUAS INFLUÊNCIAS NAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS

Nessa seção, discutiremos as contribuições teóricas sobre o lazer e o tempo livre, pois constituem os elementos fundamentais a compreensão do nosso objeto – a política de esporte e lazer do Recife, no período compreendido entre 2001 a 2012. Inserida no bojo das experiências do setor que consideram o lazer e o esporte enquanto direitos sociais (apresentados no Plano de Ação 2001-2004, analisados no capítulo 5), a política destaca-se ao propor uma intervenção pedagógica de educação no e para o tempo livre em suas ações. Sendo assim, além da compreensão do lazer propriamente dito, mas a sua relação com o tempo livre faz-se necessária nesse estudo.

A maioria dos autores que trabalham a concepção de tempo livre defende que essa problemática surge na modernidade, apresentada na dicotomia entre trabalho e tempo livre. A modernidade, representada pela ascensão da burguesia e pela consolidação do novo modo de produção do capital, trouxe um ritmo frenético que será uma característica dessa sociedade, interferindo diretamente no controle do tempo (seja no tempo de trabalho ou no tempo livre) pelos donos do meio de produção impondo nova rotina ao ser humano.

Na reestruturação do capital essa nova rotina torna-se evidente e a nova dinâmica estabelecida econômica e socialmente através do processo de globalização e do avanço tecnológico permite uma nova perspectiva da luta pela redução da jornada de trabalho, que defendida por Marx, no século XIX, visava o tempo livre como tempo de desenvolvimento humano.

Para Harvey (1992), essa nova reestruturação é apontada pela transição do modelo fordista de produção para modelo que denomina de “acumulação flexível”. Este se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e de padrões de consumo, pois se relaciona ao contexto de inovação comercial, tecnológica e organizacional. Tal flexibilidade gerará um movimento denominado pelo autor de “compressão do espaço-tempo”, resultante da nova ordem que possibilita cada vez mais a difusão imediata de decisões descentralizada, impactando, num mesmo tempo, diferentes espaços. Essa seria a lógica baseada no processo de globalização, que permite a ampliação do capital e sua interferência no tempo livre dos indivíduos, pois sob a noção da “acumulação flexível” o tempo também se tornará “flexível” e intensamente marcado pela aceleração e pela lógica de que o “tempo é dinheiro” e “tempo não para”.

Noutra análise, Rifkin (1996) aponta que tal processo (de globalização), extremamente influenciado pela incorporação das tecnologias, será responsável, em última instância, pelo desemprego de milhares de pessoas. Esse processo, em sua face perversa, provoca o aumento da precarização das relações de trabalho e, conseqüentemente, o crescimento da desigualdade de renda aumentando também a diferença entre ricos e pobres. Isso acontece desde a década de 1970 e, juntamente com essa nova organização do capital, volta à questão da redução de jornada de trabalho. Para o autor, essa seria uma das soluções de modo que o mercado de trabalho. (Ele fala tomando por referência os Estados Unidos) pudesse proporcionar com a redução da jornada mais tempo livre para o lazer e o entretenimento. Em nossa análise, o autor faz uma leitura correta dos impactos da reestruturação do capital na sociedade pós-industrial, mas a sua solução denota, na verdade, a necessidade do capital em incorporar o tempo livre dos trabalhadores, buscando completar o ciclo de reestruturação do capitalismo, como bem percebido por Marcellino (1996), levando à ideia do mercolazer, que se trata da mercadorização do lazer como um bem de consumo.

Na sociedade onde tudo é tratado como mercadoria, inclusive o homem, o tempo livre não fugirá à regra, assim, longe de representar um tempo para o desenvolvimento intelectual e cultural dos indivíduos, o tempo livre, será um espaço de consumo daquilo que é produzido no tempo de trabalho, gerando um ciclo que reforçará as relações de trabalho capitalistas.

A partir dessas questões, as doutrinas sociais do século XIX irão analisar tempo livre a partir do tripé filosófico, econômico e sociológico. De um lado, teremos as doutrinas pautadas no pensamento liberal e, de outro, as teses subsidiadas no pensamento marxista que colocará, em termos de lutas de classes, a disputa do tempo livre sob a “moral burguesa”.

A corrente de pensamento liberal – com grande expressão nas obras de John Locke, considerado o seu principal representante – fundada sobre os ideais da liberdade e da igualdade, terá um olhar sobre o ócio como um tempo subjetivo, inerente ao indivíduo, contudo, negativo. Em Locke (1978), a ideia de liberdade se relaciona com o direito de posse e é vista sob duas visões: a liberdade natural e a política. Para o autor, liberdade natural consiste “em estar livre de qualquer superior sobre a terra e não estar submetido à vontade ou autoridade legislativa do homem, mas ter por regra apenas a lei da natureza⁴²”. Além disso, defende a propriedade como um direito desse homem nesse estado de natureza, pois a propriedade representa o direito à própria liberdade, à vida, e aos bens. A liberdade política, por sua vez, refere-se à liberdade do homem que, em sociedade, não está submetido a nenhum outro poder legislativo senão àquele estabelecido no corpo político (governo) mediante consentimento (dos próprios homens); deste modo, a liberdade dos homens sob um governo consiste em viver segundo uma regra permanente, comum a todos, portanto, a liberdade política, em Locke (1978), faz referência à sociedade mediante contrato social estabelecido entre os homens (representada pelo Estado).

Essa perspectiva de liberdade associada à propriedade privada instituirá a base econômica do pensamento liberal, aprofundada por Adam Smith, ao defender que a riqueza das nações resultava da atuação interessada dos indivíduos. Para ele, o trabalho tem origem na propriedade privada e dela se promove o crescimento econômico e a inovação tecnológica.

Assim, associada à questão filosófica e econômica, a perspectiva religiosa, sob influência do pensamento de Santo Agostinho e da teoria escolástica de Tomás de Aquino, de onde o progresso do homem não dependia da vontade de divina, mas de seu próprio esforço, construíram um lastro importante para o liberalismo fundamentar o trabalho e a acumulação como a finalidade da vida humana. Sob esta lógica, a crítica ao tempo livre. (Entendido como tempo de ócio) será um elemento central nos debates sobre o desenvolvimento.

De acordo com Lanfant (1978), na visão de que o progresso social estava atrelado ao trabalho e à acumulação de capital, o tempo de ócio/livre será encarado como um obstáculo a

⁴² Compreende-se lei da natureza aquela que rege o “estado de natureza”, estado em que os homens vivem “juntos segundo a razão, sem um superior na terra com autoridade para julgar entre eles”.

esse progresso, pois seu estilo de vida se opõe à lógica acumulativa. Abertamente condenado, o ócio toma forma de protesto contra as formas parasitárias de atividades sociais. E aquele que está num estado de ociosidade, que se refere ao simples fazer nada e, portanto, socialmente inútil, configura uma sobrecarga para a sociedade.

Em outra ótica, a corrente do pensamento marxista vai de encontro à lógica acima. Sua ideia de tempo livre encontra-se como um prolongamento das categorias econômicas do trabalho, onde a principal análise está referenciada nas obras de Marx. Para ele, o que diferencia o homem do resto dos seres vivos é o trabalho humano que transforma a natureza. Ao modificar a natureza, o homem se transforma, com a sua produção e natureza transforma-se em obra do homem. Mas, quando essa relação toma por base a acumulação, esse trabalho perde as características humanas, pois o homem produzirá objetos que não lhe pertencem, daí o produto do seu trabalho será algo estranho para ele. Essa “estranheza”, por sua vez, representa a alienação do homem pela sua própria atividade, o trabalho.

O objeto que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um ser estranho, como um poder independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa, é a objetivação do trabalho (MARX, 2004, p. 80, grifo nosso).

O homem que vende sua força de trabalho torna-se economicamente escravo de sua produção, e se aprofunda cada vez mais a diferença daquilo que ele produz e o que pode possuir. E, nessa condição, ele fica cada vez mais próximo de uma mercadoria.

O homem se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz [...] O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. **O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria**, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral (MARX, 2004, p. 80, grifo nosso).

Nessa condição de mercadoria, Waichman (1997) nos leva a refletir que há uma inversão na própria essência do homem, pois o trabalho alienado ensina ao indivíduo que ele deve viver para produzir, assim, o homem torna a sua essência um meio de existência, de forma que a luta pela existência aliena a consciência de sua essência. E, nessa situação, o homem não se reconhece como livre.

Já Lafargue (2003), em *O Direito à Preguiça*, obra que representa uma ruptura ideológica do pensamento revolucionário no século XIX, indica que “uma estranha loucura

dominou as classes operárias das nações onde reina a civilização capitalista” e essa loucura é o “amor ao trabalho”. Sem dúvida, uma das mais importantes contribuições para a reflexão sobre a consciência de classe dos trabalhadores, na época, assim como uma crítica ao “amor ao trabalho” – como ideologia do trabalho. Em sua obra, afirma, consciente de sua tarefa, mas aponta a dificuldade de:

Convencer o proletariado de que a palavra que lhe impingiram é perversa, que o trabalho desenfreado a que se dedica desde o início do século é o mais terrível flagelo que já se atingiu a humanidade, **que o trabalho só se tornará um condimento de prazer da preguiça, um exercício benéfico para o organismo humano quando for devidamente regulamentado e limitado a um máximo de três horas por dia** (LAFARGUE, 2003, p. 43, grifo nosso).

Essa reflexão parte do entendimento de que os trabalhadores, envolvidos na lógica do trabalho, exigiam direito ao trabalho em suas pautas reivindicatórias, ao invés, de lutar pela redução da jornada de trabalho, por exemplo. Para Lafargue (2003), os trabalhadores não se davam conta de sua condição enquanto indivíduos alienados pelo processo de divisão do trabalho e, que a cada dia perdia sua humanidade ao inserirem-se nos perversos processos e relações de produção.

O Direito à Preguiça, não representa, pois, uma apologia ao não fazer nada, como a se constituía socialmente o ócio na modernidade. O ócio, representado pela “preguiça”, em seu texto, constituía um tempo/espço de dignidade humana, onde o homem poderia encontrar-se consigo e atuar na ação revolucionária. Dessa forma, Lafargue (2003, p. 45) evidenciava as virtudes da preguiça:

Ao proporcionar um tempo livre do trabalho a preguiça gera virtude: o fortalecimento do corpo e do espírito da classe operária, preparando-a para a ação revolucionária de emancipação do gênero humano. A principal virtude da preguiça é ensinar a maldição do trabalho assalariado e a necessidade de aboli-lo.

Diametralmente oposta à perspectiva de Lafargue, De Masi (2000), ao defender o ócio criativo, elabora a ideia de superação de tempo de trabalho e tempo livre. Para o autor que carrega a famosa frase “o homem que trabalha perde um tempo precioso” não quer dizer com isso que os indivíduos devam priorizar o seu tempo livre, ou propõe uma redução da jornada de trabalho. Mesmo considerando que a sociedade industrial supervalorizou o trabalho em detrimento de outras esferas da vida humana; para ele, há uma necessidade de transformação dessa lógica. Pela sua análise, esse processo de transformação foi iniciado com a globalização

e o avanço da tecnologia com a destituição de milhões de postos de trabalho, em sua maioria priorizando o trabalho físico. Nesse sentido, a transformação também estaria atrelada à natureza da atividade que cada vez mais passa a ser intelectual. Assim, os indivíduos que buscam trabalho devem priorizar as atividades intelectuais de criação. É por esse ângulo que consideramos certa seletividade na solução proposta por De Masi, pois julga que todos teriam a mesma condição de desenvolver trabalhos intelectuais. Além disso, avança na sua proposta de ócio criativo indicando que os indivíduos deveriam criar valor em todas as suas atividades e, nessa acepção, o ócio criativo representa a mistura do trabalho, tempo livre e entretenimento (o que chamará de jogo). Com isso, o autor procura estabelecer uma lógica de contentamento e sentimento de satisfação dos indivíduos que, no seu tempo livre, serão chamados (sem perceberem) a compor a força de trabalho para o capital.

Voltando a Lafargue (2003), sua concepção de tempo livre é apresentada como uma das consequências do sobretrabalho e, que após a superprodução, esse tempo será convertido numa das molas dos processos de produtividade. Aqui o tempo livre surgirá como uma contradição do capitalismo, pois, ao passo que o sistema produtivo necessitava de mais horas de trabalho para produzir mais mercadorias, ao mesmo tempo, era necessário de consumidores para esses produtos. Assim, a relação produção *versus* consumo será instalada, e o ócio, que culturalmente é condenado como tempo improdutivo, será cada vez mais necessário para que o capital possa compor a força de trabalho. Sobre isso, Lafargue (2003, p. 47, grifo nosso) nos indica que:

A classe operária com sua boa fé simplista, deixou-se doutrinar, porque, com a sua impetuosidade natural, precipitou-se cegamente para o trabalho e, para a abstinência, a classe capitalista achou-se condenada à preguiça e ao prazer forçado, à improdutividade e ao superconsumo.

Daí, enfatizamos a questão levantada pelo autor quanto ao ócio irá se converter numa das principais molas do processo de produção e consumo de mercadoria. Se, de um lado era visto como um tempo improdutivo, um tempo dos preguiçosos, agora o ócio será necessário como um tempo disponível para os trabalhadores consumirem aquilo que produzem. Por isso, Lafargue irá condenar o ócio burguês, nascido das tradições do sistema capitalista, cujo objetivo é assegurar a vantagem do capital em detrimento do gozo e humanização do trabalhador.

Esses autores levantaram questões sobre o tempo livre que nos leva a analisá-lo em sua dimensão ideológica, quando evocam a classe trabalhadora a refletir sobre a sua condição

de trabalhadores alienados com a necessidade de um tempo para a sua humanidade; em sua dimensão filosófica, quando consideram que tempo livre reflete num espaço/tempo para o gozo da liberdade do homem; em sua dimensão econômica, quando consideram tempo livre como um fator de desenvolvimento da economia quando gera consumo e, acrescentaríamos, em sua dimensão cultural, quando o tempo livre passa a ser vivido seguindo algumas “regras sociais” de determinada classe.

Esse conjunto de ideias será muito significativo para o debate teórico que surgirá no século XX, pois há um grande interesse pelo estudo do lazer, culminando na formação de uma disciplina, a Sociologia do Lazer, que aborda as transformações do mundo do trabalho e os gêneros da vida cotidiana, putada em sua maioria, por estudos de conotação empírica (LANFANT, 1978). Identificamos nesses estudos, as três dimensões no entendimento do lazer e do tempo livre: a dimensão liberal, com filiação dos autores norte-americanos e anglo-saxões; a dimensão marxista, com filiação dos autores soviéticos, alemães e alguns autores europeus; e uma dimensão que a denominaremos de socialdemocrata, com autores europeus, tendo como expoente o francês Jofre Dumazedier, que influenciou o pensamento mundial na concepção sobre o lazer.

A **Dimensão liberal** possui seus primeiros estudos realizados nos Estados Unidos, na década de 1920, a partir de várias pesquisas empíricas que trabalham o lazer/tempo livre como mais uma fonte de consumo do sistema capitalista. Nesse primeiro momento, o principal problema dessas pesquisas era saber como os trabalhadores utilizavam o seu tempo livre do trabalho, o que consumiam e como se comportavam. Considerando as relações de trabalho do sistema capitalista como uma realidade dada, esses estudos traziam em seu bojo, uma concepção burguesa de lazer, que passou de algo moralmente condenado como tempo improdutivo, à tábua de salvação na resolução dos problemas econômicos do capitalismo. Desvencilhando-se cada vez mais da polaridade trabalho *versus* não trabalho, o lazer passa a ser investigado a partir do estilo de vida norte-americano e os costumes do tempo de não-trabalho são reveladores de uma “nova” cultura.

Não podemos afirmar, com isso, que o estudo estadunidense trace uma linha comum entre os seus autores, sendo necessário apontar os vários períodos e correntes: década de 1930, com o acesso da classe média ao lazer; o período de grande prosperidade econômica no pós Segunda Guerra, com o desenvolvimento da sociedade de consumo, e as teorias da personalidade, finalizando com o tempo livre da sociedade de massas e cultura de massa.

No que se refere à dimensão teórica, destacamos a influência do pensamento de David Riesman (1971), em *A Multidão Solitária*, quando analisa a nova classe média da sociedade

americana depara-se com três estágios da história moderna, com representação no comportamento do homem. No primeiro estágio encontra o homem tradicional, fundado nos valores da família; no segundo estágio, quando a sociedade passa pelo processo de industrialização do sistema capitalista, para se proteger das inúmeras mudanças, o homem desenvolve um comportamento autodeterminado, centrado em si mesmo; e o terceiro estágio, representado pela sociedade de consumo, gerando um comportamento heterodeterminado, pois, nesse formato de sociedade, os meios de comunicação de massa se tornam uma das maiores expressões da ocupação do tempo de não-trabalho, formando novas necessidades e falsas relações sociais. Com essa reflexão sobre o comportamento heterodeterminado, constituirá numa pedra angular da problemática do “*novo lazer*”, compreendido como um tempo liberado da produção para o consumo.

Além da escola norte-americana, a escola anglo-saxônica, filiada à perspectiva liberal, desenvolve pesquisas que têm como principal objetivo mostrar o comportamento dos trabalhadores em seu tempo de lazer. As contribuições teóricas mais significativas foram a de Karl Mannheim (1972), com *Liberdade, poder e planificação democrática* que tentou abrir uma terceira via entre o capitalismo e o socialismo, indicando que a democracia planificada como solução para as crises do século XX e Stanley Parker em *O The future of work and leisure* (1971)/ *Sociologia do lazer* (1978), que defende o lazer como uma atividade livre, exercida pelo homem, contudo, possui relações ora de identidade, ora de oposição ao trabalho.

Atualmente, as principais correntes dos estudos nas áreas da administração, marketing, turismo, hotelaria e entretenimento, consideram o tempo livre e o lazer como uma oportunidade de negócios e, portanto, um campo aberto para o consumo de novos produtos e serviços.

A **Dimensão marxista** foi tradicionalmente representada pela escola soviética, composta por autores dos países do leste europeu e sua produção foi pouco difundida no mundo, por questões políticas, tal o contexto de Guerra Fria que vivenciou esses países na segunda metade do século XX. Mesmo filiados à tradição marxista, muitos tecem críticas ao sistema totalitário socialista e uma peculiaridade dos seus estudos está na terminologia para designar o fenômeno equivalente ao lazer, considerado por eles, uma representação burguesa da organização do tempo. Em contraposição a essa nomenclatura, os marxistas utilizavam o termo “tempo livre”.

O tempo livre, nesse contexto, possui uma noção socialmente valorizada, como uma conquista do socialismo. Apesar de representar um tempo de liberdade dos indivíduos, o

tempo livre também aparecerá como um espaço para a elevação do nível de cultura socialista junto aos trabalhadores.

Contemporaneamente à escola soviética, os integrantes da Escola de Frankfurt utilizando-se das teorias freudianas e marxistas, desenvolveram estudos sobre o lazer e o tempo livre. Sob forte influência do pensamento marxista e frankfurtiano, Frederick Munné (1980), defenderá a possibilidade do exercício da liberdade no tempo livre como uma ação autocondicionada do indivíduo como uma forma de desequilibrar a lógica do sistema capitalista. Essas ideias desenvolvidas pelo autor influenciarão o referencial teórico-normativo da proposta pedagógica da política estudada, conforme veremos no capítulo 5.

A Dimensão social democrata, sem dúvidas, foi a que mais influenciou o pensamento sobre o lazer no mundo, tendo Jofre Dumazedier como um dos seus expoentes. Personalidade com larga produção na temática, além de acadêmico foi um ativista do setor. No tocante a sua produção acadêmica, influenciado pelo pensamento de Georges Friedmann (1902-1977) e Karl Mannheim (1893-1947), Dumazedier (1915-2002) constrói uma trajetória, tornando-se um dos principais responsáveis pela existência de uma Sociologia do Lazer. Uma de suas principais obras, *Lazer e Cultura* (1966), é fruto de uma pesquisa empírica, realizada em Annecy⁴³.

Diferentemente de outros autores, Dumazedier dará ao lazer uma autonomia em relação ao trabalho, compreendendo-o como um fenômeno específico que, segundo ele, transforma todos os setores da vida cotidiana. No que se refere à filiação teórica, apesar de sua simpatia ao pensamento marxista e de ter feito parte do Partido Comunista francês, de um lado rechaça o capitalismo de livres competências e, de outro, as ditaduras totalitárias. Nesse “meio termo”, desenha sua proposta de lazer, considerando a ação dos sujeitos numa sociedade capitalista, sensível às inovações técnicas e sociais, orientada por um modelo de democracia pluralista. Em função desse posicionamento é considerado por alguns teóricos como liberal e sofre várias críticas, por configurar uma sociologia empírica do lazer.

Analisando as relações de trabalho da sociedade do século XX, no contexto francês, Dumazedier (2004, p. 34) definirá o lazer como:

Um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda para

⁴³ Annecy é uma comuna (município) francesa da região Rhône-Alpes situada entre os maciços de Bornes e Bauges e na margem norte do Lago de Annecy. Annecy é a capital do departamento francês de Alta Saboia e conta com uma população de 52.890 habitantes (2008) e uma aglomeração urbana de cerca de 133.329 habitantes.

desenvolver a sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Essa definição nos indica que a dicotomia entre tempo de trabalho e tempo de lazer, assim, como estabelece uma relação de negatividade à obrigação do trabalho, sendo necessário um tempo oposto para compensar essa obrigação.

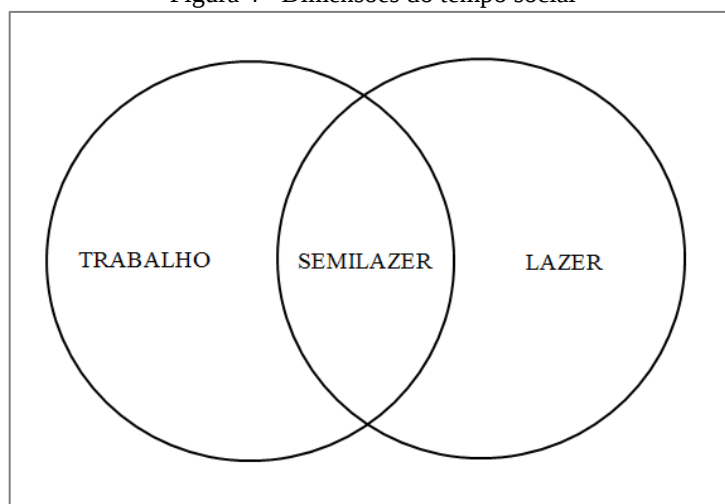
O lazer, então, é assimilado como um tempo/espço propício para o desenvolvimento de determinadas atividades praticadas no *tempo livre* das obrigações, com a finalidade de gerar *descanso*, *diversão* e *desenvolvimento* aos trabalhadores, como afirma Dumazedier (2004).

Essas funções, que constituem os famosos 3D's do lazer, foram respostas encontradas pelo autor após realizar uma pesquisa na França, em 1954, e descobrir que, na realidade daqueles trabalhadores, a necessidade de lazer ocupava o primeiro lugar. Deste modo, observou que o lazer poderia exercer a função de *descanso*, quando libera da fadiga gerada no âmbito do trabalho, poupando o organismo de transtornos físicos; de *divertimento* quando de atividades que liberam da monotonia do trabalho cotidiano, atuando como reequilibrador diante das obrigações diárias e; de *desenvolvimento* – atuando no “aprimoramento” da personalidade dos indivíduos, para se liberar dos automatismos do pensamento e da ação cotidiana.

Além dos aspectos citados acima, Dumazedier (2004, p. 31-37) observou ainda como resultado de sua pesquisa, que a maioria dos interrogados definiu o lazer como um tempo e, a quase totalidade definiu o lazer opondo-o às preocupações da vida. Com isso, o autor afirma que “o lazer é definido, [...] sobretudo, por oposição ao conjunto das necessidades e obrigações da vida cotidiana”. Refletindo sobre essa questão, mostra-nos que algumas atividades desenvolvidas no tempo de não-trabalho, não podem ser consideradas atividades de lazer, pois estão vinculadas a essas obrigações cotidianas. Ademais, identificou a existência de grupos que “necessitam” se engajar em “atividades utilitárias”, tais como o cuidado com o jardim, atividades manuais de ordens diversas, etc. (conhecidas como *bricolage*). Para caracterizar essas atividades, criou a categoria de semilazer. Segundo o autor, na França da década de 1950, essas atividades ocupavam quase a metade do total do tempo reservado ao lazer e era conhecida como a moda do “faça você mesmo” (*do-it-yourself*), e eram, contudo, atividades importantes para a cultura como afirma: “os locais onde se pratica o *bricolage* e onde os pequenos inventores desenvolvem seus trabalhos são exemplos da possível função que o trabalho manual poderá vir a ter na cultura popular”.

A partir dessa reflexão, o autor amplia a relação bipolar existente entre tempo de trabalho e tempo livre (onde estaria inserido o lazer) passando a considerar uma estrutura social tríplice: trabalho, semilazer e lazer. A principal característica do semilazer é a interseção entre as atividades em que o lazer se mescla com o trabalho, com as obrigações sociais, políticas e familiares, todas realizadas depois do tempo de trabalho. Graficamente, apresentada da seguinte forma:

Figura 4 - Dimensões do tempo social



Fonte: Elaborado pela autora a partir de Dumazedier, 2004 e Munné, 1980.

Na dimensão do trabalho estão as atividades de caráter obrigatório, na dimensão do semilazer as atividades “ambíguas” e, na dimensão do lazer as atividades que têm a função de descanso, diversão e desenvolvimento.

A relação estabelecida entre as atividades de trabalho, lazer e semilazer nos leva a refletir sobre a organização do tempo social, uma vez que o lazer como tempo foi uma das categorias encontradas por Dumazedier (2004) em sua pesquisa.

O tempo social da vida cotidiana, que para Dumazedier (2004) está relacionado com o tempo de trabalho, tempo de lazer e tempo de semilazer, também é discutido por Totti (1971) e Lafèbvre (1991). Para Totti, o tempo cotidiano é dividido em: (1) tempo desocupado, involuntário; (2) tempo de trabalho ou de produção; (3) tempo fisiológico; (4) tempo cultural e (5) tempo livre propriamente dito. Já em Lafèbvre (1968), o cotidiano é dividido em: (1) tempo necessário, ocupado pelo trabalho profissional; (2) tempo restrito/comprometido (*contraint*), dedicado às exigências fora do trabalho e, (3) o tempo livre, dedicado aos lazes.

Dessas construções Munné (1980) levanta as seguintes conclusões: nas categorias elaboradas por Totti (1971) há uma sobreposição de atividades que podem acontecer em mais

de um dos tempos propostos pelo autor, como por exemplo, as atividades de cunho cultural que estão ligadas simultaneamente ao tempo cultural e ao tempo livre propriamente dito, pois pressupõe uma atividade de auto-humanização. Na divisão social do tempo proposta por Lafèbvre (1968), o que ele chama de tempo comprometido, revela uma espécie de condicionamento do indivíduo em função de sua posição social. Isto por que esse tempo não é formado por atividades estritamente obrigatórias, mas por uma série de atividades requeridas pela vida social que nos pressiona cerceando nossa liberdade. Por conseguinte, esse debate sobre tempo social nos levará a refletir sobre o conceito de tempo livre, que para esses autores, é igual. Isto é, tempo livre é o mesmo que tempo do lazer.

Considerando as funções do lazer – descanso, divertimento e desenvolvimento – dizemos que o lazer, nessas características, não rompe com a lógica da sociedade capitalista moderna atuando como uma espécie de compensação às frustrações decorrentes do mundo do trabalho. Desta forma, como indica Munné (1980), o lazer tem um papel compensador na vida social e do trabalho, por isso se descansa para compensar o cansaço do trabalho, diverte-se para compensar o tédio do trabalho e se desenvolve para compensar a racionalidade e alienação da divisão do trabalho. Considerando essas questões é possível pensar em lazer como tempo livre?

Apesar da reflexão acima, a proposta de Dumazedier tinha dimensão prática que ajudou na propagação de dimensão teórica. Dumazedier, como jovem estudante, participou, no período de pré-guerra, no movimento da Frente Popular que chegaria em 1936 às leis de quarenta horas semanais e as férias remuneradas. Foi dirigente do Movimento de Educação Popular – “Povo e Cultura”, em 1945, e conselheiro da Secretaria de Desportos e Lazer. Convencido da necessidade de sustentar a ação em uma análise social desenvolveu uma investigação sociológica e construiu uma problemática em função de um projeto de democratização social e cultural, cujo objetivo era dar acesso à cultura ao maior número de pessoas, sem passar pela revolução proletária (LANFANT, 1978). Nesse sentido, vemos em sua obra uma referência ao lazer como um tempo de desenvolvimento humano, possível através da educação.

As ideias do movimento “Povo e Cultura” ganharam dimensão internacional e, no Brasil, dentre outras experiências, influenciaram diretamente as ações do Movimento de Cultura Popular (MCP), em Pernambuco, assim como a ideia dos círculos de cultura, desenvolvido por Paulo Freire, na década de 1960. À época, em encontros promovidos pelo MCP, Dumazedier chegou a participar, socializando a experiência francesa, assim como expoentes do MCP estiveram na França para conhecer o movimento em voga.

Buscando afinidades entre as ideias de lazer e tempo livre com o ideário freireano, encontramos em sua obra Educação como prática para a liberdade (1967) uma aproximação daquilo que se caracteriza por tempo livre numa visão marxista, até mesmo o que se propõe de uma educação para o tempo livre com o que se apresenta como uma educação para a liberdade. Pinto (1993) considera que uma das pontes realizadas entre lazer/tempo livre e Paulo Freire está na gênese do seu pensamento que reflete sobre as contradições da sociedade e da cultura brasileira que vivendo da história de opressão e crescente processo de industrialização aprisiona os indivíduos no “jogo” do ter.

Este autor (Paulo Freire) fala tanto da criação⁴⁴, que é um ato de liberdade, que é um ato de conquista, que é um ato de utopia, que é um ato de desejar, que demanda um ato de dialogar consigo mesmo, com o outro, com o espaço-tempo e com o lugar onde se vive. Nessa interação constrói-se a palavra corpo, expressada por suas linguagens – falada, escrita, gesticulada. Essa aventura é desafiada por um projeto de humanização, fundado no desejo de revolução da lógica como vem sendo construída a nossa cultura, lógica esta que, cada vez mais, aniquila com os desejos dos sujeitos e com seu envolvimento na construção de sua espacialidade e temporalidade. Para a superação desta circunstância de opressão pelo ‘jogo’ do ser, ter poder e saber, Paulo Freire aposta na educação caminhando pelas trilhas da conscientização e da alegria mesmo sabendo dos seus limites (PINTO, 1993, p. 86).

Nessa perspectiva, apesar da grande influência de Dumazedier, no desenvolvimento do MCP e este ter influenciado a organização das ações da política de esporte e lazer do Recife. (Em seu principal programa, os Círculos Populares de Esporte e Lazer), apresenta como referencial teórico de sua proposta pedagógica o tempo livre como uma dimensão temporal/espacial para atuação da liberdade do indivíduo, a partir do ideário marxista. Assim, o lazer supera a proposta de Dumazedier quanto à compensação ao cansaço, ao tédio e à racionalidade do trabalho.

Apesar de serem usados como sinônimo, em nossa opinião, existe uma diferença ontológica em relação aos termos: lazer e tempo livre. Enquanto o **lazer** pressupõe – em sua definição mais propagada a partir da reflexão de Dumazedier (2004) – a noção de **tempo** que se opõe às obrigações e de **atividade** que de certa forma restaura o indivíduo para a rotina dessas obrigações, o **tempo livre**, pelo próprio termo pressupõe a **liberdade** dos indivíduos num determinado período do tempo social. Mas, como atingir essa liberdade, se esse tempo o tempo social é permeado por obrigações, necessidades e compensações?

⁴⁴ Neste ponto a autora relaciona a ideia de criação trazida por Paulo Freire com a origem da palavra recreação – que aponta a criação.

Para tentar responder a essas indagações buscamos em Munné (1980) sua reflexão sobre tempo livre que apresenta a **temporalidade** e a **liberdade** como elementos constitutivos. No tocante à **liberdade**, o autor estabelece uma relação direta com o condicionamento. Defende a tese de que todo o tempo social está sujeito ao condicionamento e, por conseguinte, o tempo livre também o está. Para ele, a liberdade e o condicionamento não se opõem, ao contrário, complementam-se, apresentando-se diferentemente da liberdade na moral burguesa, que se refere ao direito de escolha. Essa ideia de liberdade estará presente no referencial da proposta pedagógica da política estudada, quando se refere à educação no e para o tempo livre, visto que a atuação pedagógica para o tempo livre, pressupõe direcionar os indivíduos na construção de uma ação **autocondicionada**, discutida com mais detalhes no capítulo 5.

O condicionamento a que se refere o autor apresenta-se no sentido social, uma vez que tais condições são fatos que facilitam ou obstaculizam outros fatos ou fenômenos. Cada fato social está constituído de condições intervenientes ou por um quadro condicionante que formam o contexto do fenômeno no tempo e no espaço. E uma condição dada não determina a realização do fato, só implica uma possibilidade tendencial. Sendo assim, o condicionamento não se opõe à ação da liberdade, mas ao determinismo.

A obrigação como ação humana consiste em estar condicionada à ação de fora, o que será denominado pelo autor de *heterocondicionamento*. Enquanto que a essência da liberdade está em condicionar-se a si mesmo ou *autocondicionamento*, pois o homem livre é aquele que se autocondiciona. Assim, a liberdade estaria representada na “fala” de Marx quando considera que a “liberdade começa quando cessa o trabalho por necessidade e pela coerção externa”.

A **temporalidade** como elemento do tempo livre refere-se à dimensão do tempo social representada num contínuo entre *heterocondicionamento* – onde há escassa possibilidade de liberdade o e *autocondicionamento* – (tempo livre) tempo em que o homem desenvolve ações que não têm uma necessidade externa que os direcione a fazê-las, são as ações que tendem a satisfazer as necessidades autocriadas pelo indivíduo. E dizemos que o tempo **é livre** porque a liberdade é que define a necessidade.

Deste modo, o tempo livre constitui aquele aspecto do tempo social em que o homem autocondiciona, com maior nitidez, sua conduta pessoal e social, ou seja, o tempo ocupado por aquelas atividades em que a liberdade predomina a necessidade (MUNNÉ, 1980). Enquanto o lazer, como atividade que promove o descanso, a diversão e o desenvolvimento, necessariamente não implica em liberdade, mas numa liberação, visto que essas funções

buscam compensar o indivíduo para “livrá-lo” das tensões da vida cotidiana. Então, que funções ou atividades são possíveis tendo em vista da liberdade no tempo livre? Esse é sobre esse desafio que a política em epígrafe busca atuar, numa de suas principais ações e, nossa análise perpassa pela observação dessa questão.

No Brasil, a discussão sobre o lazer toma vários contornos e Peixoto (2007), ao catalogar 2.624 trabalhos publicados entre 1891 a 2006, sobre a temática, ajuda-nos a compreender as diferentes nuances que a cercam. A produção encontrada diz respeito a várias áreas do conhecimento, dentre elas, a sociologia do lazer e do trabalho, a educação física (recreação e lazer) e a pedagogia. (Educação lúdica, educação para e pelo lazer), dentre outras. Para a autora, a produção nacional pode ser dividida em quatro ciclos, considerando uma ordem cronológica: o primeiro de 1930 até a primeira metade da década de 1960; o segundo, da segunda metade da década de 1960 ao final da década de 1970; o terceiro entre as décadas de 1980-90, e o quarto com início no final da década de 1990.

Seguindo os “ciclos de produção” de Peixoto (2007) nos debruçaremos na compreensão da produção teórica sobre a temática do lazer no Brasil. Não obstante, torna-se necessário tecer algumas considerações: (1) a produção nacional, assim como a norte-americana e a europeia está muito ligada à empiria, (2) as produções têm seus primeiros contornos, associadas às políticas públicas do setor de lazer, tendo em vista a necessidade de ocupação dirigida do tempo livre dos trabalhadores, após a consolidação da redução da jornada de trabalho, descanso e férias remuneradas e (3) focaremos nas produções que tenham interface com a educação física, uma vez que estamos estudando uma política de esporte e lazer.

Partindo desses pressupostos, indicamos que, apesar de ampla divulgação nas décadas de 1960-70, com ajuda do Serviço Social do Comércio (SESC), uma discussão embrionária do lazer já vinha sendo feita, desde os anos de 1920, com foco na recreação como ocupação do tempo livre.

As primeiras atividades de recreação/lazer, registradas no Brasil, no século XX, remetem às experiências dos Jardins de Recreio, em Porto Alegre, com destaque para o professor Frederico Gaelzer, também responsável por várias publicações na época. Seguindo a experiência porto-alegrense, em São Paulo, na década de 1930, foi criada a Divisão de Educação e Recreio do Departamento de Cultura de São Paulo, onde foram criados os Parques Infantis, como política de lazer, direcionada às crianças. Esse trabalho foi encabeçado por Nicanor Miranda, que também produziu várias publicações sobre recreação. Uma de suas principais obras, cujo título “200 jogos infantis” (1947) foi premiada pelo Ministério de

Educação e muito elogiada pela crítica da época, cumpriu os objetivos de elaborar um manual prático de jogos para instrutores dos Parques Infantis; realizar um estudo experimental sobre o nível de interesse demonstrado pela criança nos jogos livres; e orientar a organização dos jogos infantis no sentido de contribuírem com a educação do senso social. Outra experiência de caráter “inovador” que tratou do lazer, em nível nacional, foi o Serviço de Recreação Operária (1943-64), oferecido pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, com atuação no então, Distrito Federal, o Rio de Janeiro, tendo Arnaldo Sussekind como principal responsável (GOMES; MELO, 2003).

Esses autores foram considerados por Peixoto (2007) como integrantes do primeiro ciclo das produções sobre lazer, no Brasil, e caracteriza-se pela similaridade entre os termos recreação e lazer. Para Miranda (1993), essas palavras aparecem juntas e a recreação, que provém do verbo recrear, significa proporcionar recreio, divertir, brincar, alegrar. No entanto, o seu conceito está revestido de uma necessidade de se formar um homem social como um patrimônio coletivo, sendo assim, a recreação foi vista como parte de uma religião, da educação e do próprio trabalho (WERNEK, 2000).

As experiências institucionais e as produções acadêmicas desse período sofreram uma influência do “movimento pela recreação” difundido nos *playgrounds* norte-americanos que eram constituídos por espaços públicos dotados de equipamentos especializados para a recreação, com atividades dirigidas por profissionais. As ideias dos jardins de infância do pedagogo alemão Friedrich Fröebel inspiraram esse modelo de recreação norte-americana como uma estratégia educativa, pois imprimia uma dimensão pedagógica às suas atividades. Esse pensamento pedagógico foi disseminado no mundo inteiro e contribuiu com a transformação da educação, focando na atividade e colocando a criança como um ser ativo no centro do processo educativo, tendo a pedagogia um papel de destaque no desenvolvimento cultural. Com a importância dada à recreação nos Estados Unidos, em 1906 foi Fundada a *Playground Association of America* e, já nas primeiras décadas do século XX, os *playgrounds* tornaram-se o padrão dos parques urbanos com papel fundamental na educação não-formal, importante para imprimir as normas e os valores essenciais na manutenção da ordem social (GOMES; MELO, 2003; MIRANDA, 1993).

A experiência paulista, sob a *Divisão de Educação e Recreios*, com os *Parques Infantis*, *Campos de Atletismo*, *Estádio e Piscina* e os *Divertimentos Públicos*, funcionavam como uma espécie de *playground*, no modelo norte-americano, contudo, com a finalidade de recrear, assistir e educar. Isto, em função do público assistido – crianças pobres, filhos de operários – e, pela ideia de se construir, através dessas atividades, “uma nova pátria” sob a

influência da educação escolar e extraescolar. As atividades oferecidas nesses espaços eram vinculadas ao esporte por existir à época:

Um *moderno* conceito de educação física, afirmando que prezar pela saúde, considerando o dispêndio de energia do cotidiano, seria essencial à reeducação da população, colaborando para a promoção de uma vida longe de vícios e próxima às condições de higiene ideal (DANAIOLOF, 2013, p. 172, grifo nosso).

Essa perspectiva reafirma a necessidade de utilidade do tempo livre dos indivíduos, como afirma Gomes e Melo (2003, p. 235):

A proposta de recreação constituída pelo poder público paulistano não objetivava promover meros passatempos para crianças e jovens, mas desenvolver atividades educativas que poderiam evitar que as horas de lazer propiciassem a ocorrência do ócio ou fossem ocupadas com alcoolismo, promiscuidade, delinquência, jogos de azar e todo o tipo de vício que pudesse provocar a degradação física, moral e social da miserável população operária.

A partir dessas experiências, várias publicações foram realizadas, principalmente pela Revista de Educação Física (do Exército) e da Revista Educação *Physica*, com foco na educação infantil, em espaços extraescolares tais como os parques infantis, disseminando as suas finalidades educacionais, compreendendo a educação física como uma educação complementar à ocorrida na escola (BERTO et al., 2009).

O *Serviço de Recreação Operária* (SRO), realizado no Rio de Janeiro entre 1943 a 1964, diferentemente das experiências anteriores, foca a sua intervenção nas horas livres dos trabalhadores, utilizando os sindicatos na oferta do serviço público. Um dos idealizadores e o primeiro diretor do SRO, Arnaldo Sússekkind, foi escriturário e assistente jurídico do Conselho Nacional do Trabalho e membro da Comissão que elaborou a consolidação das Leis do Trabalho. O contexto do Governo Vargas, que consolidou as leis trabalhistas, gerou um problema para o Estado, concernente à ocupação do tempo livre do trabalhador. Nesse sentido:

A regulamentação do direito do trabalhador ao repouso semanal remunerado enfatizou ainda mais a necessidade de organização social do lazer, **evitando o ócio e as atividades perniciosas ao indivíduo e à sociedade**. Todavia, este direito foi outorgado aos trabalhadores de diversas nações somente depois da segunda guerra mundial, cabendo observar que os países da América Latina, dentre os quais o Brasil, figuram na vanguarda da difusão desse princípio de justiça social (SUSSEKIND et al., 1952 apud GOMES; MELO, 2003, p. 246, grifo nosso).

Uma das principais fontes sobre o SRO consiste no relatório de Sussekind (1946) sobre os seus dezenove primeiros meses de trabalho. Segundo Brêtas (2007), o relatório elenca atividades oferecidas através do *Serviço* e, dentre elas, a leitura, o cinema, o teatro, o escotismo e as atividades esportivas que, através da educação física, era vista como uma forma de recuperação física, equilibrando o sistema biológico constituindo-se como um elemento de “compensação” da classe trabalhadora. Para Gomes e Melo (2003), o que estava em jogo, em princípio, não era a questão do mero emprego das atividades. (Esportivas, culturais e recreativas), mas a necessidade de controlar, gerir e organizar, racionalmente, o direito concedido aos trabalhadores na forma de ampliação da “horas de folga”, decorrente da regulamentação do tempo de trabalho.

O SRO manteve suas atividades até 1964, com auge até 1945. Neste ano, acontece a queda do Estado Novo de Getúlio Vargas e Eurico Gaspar Dutra ocupou a presidência da República. Em 1946, é promulgada uma nova constituição, conferindo o direito ao voto a todos os brasileiros (homens e mulheres), maiores de 18 anos. A ampliação das perspectivas políticas e econômicas do Brasil e um ano após o surgimento da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), é criado o SESC, instituição privada, sem fins lucrativos, através do Decreto-Lei nº 9.853, de 13 de setembro de 1946. Essa entidade, mantida por empresários do comércio de bens, serviços e turismo, com atuação no âmbito nacional, é encarregada de desenvolver o serviço social em benefício do trabalhador e sua família (SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, 2016).

Em 1950, o SESC cria uma divisão de Recreação e Cultura que terá Renato Requiça o principal expoente na divulgação do lazer, no país atuando como orientador social e descreve como aconteciam as atividades desenvolvidas pela entidade:

Através das entidades sociais, era um serviço de orientação social. [...] Unidades móveis de orientação social. Então, eram caminhões que a gente equipava muito bem com tudo, com projetores de cinema, na época eram projetores de cinema [...]. Tudo muito bem bolado lá dentro da equipe de três orientadores sociais. Percorremos as cidades do interior [de São Paulo] [...] Nós levamos filmes, filmes bons, filmes de arte, então as pessoas que se interessassem por arte, corriam, assistiam, os filmes depois eram estudados, debatidos, chamava uma atenção extraordinária nas cidades! Na linha esportiva, por exemplo, nós fazíamos, nós incentivávamos a comunidade a criar recursos para a prática de atividades de esportes, inclusive criando campos de esportes, quadras esportivas [...] e a população reagiu muito bem. Então, foi um trabalho que nós até chamávamos de ação comunitária (REQUIXA, 2004, p. 3-4).

Podemos enquadrar essas atividades desenvolvidas pelo SESC numa espécie de transição entre o primeiro e o segundo ciclos de produção sobre o lazer de Peixoto (2007),

pois, a partir dessas experiências e do contato com as obras do francês Joffre Dumazedier, Requixa irá disseminar a ideia do lazer, no Brasil:

Em 64, um assistente meu pediu uma licença do SESC e foi para a Suécia fazer um trabalho, um estudo sobre sociologia do trabalho, que na época era o maior. Mas ele sempre lembrava que tinha muita experiência mais nessa área de recreação. Então ele me mandou de lá um livro, aliás, uma revista de sociologia onde havia um artigo do Joffre Dumazedier sobre o lazer, a importância do lazer. Quando eu li aquilo eu disse, ai me deus, era aquilo que a gente estava fazendo, é aquela história do – mais eu faço prosa – e **nós fazemos lazer e nem usamos a palavra para explicar as atividades recreativas, esportivas e culturais.** [...] eu curioso a respeito do assunto, comecei a ler, a procurar, viajei para a Europa, procurei material sobre o lazer. Em, 1969, nós fizemos o primeiro Congresso do Lazer em São Paulo, no Brasil. Eu abri o Congresso com uma palestra chamada ‘As Dimensões do Lazer’ (REQUIXA, 2004, p. 5, grifo nosso).

Observamos na fala de Renato Requixa a crença de que o lazer surgiu no Brasil a partir da sua “descoberta”, todavia, havia uma série de publicações que tratavam da recreação enquanto atividades desenvolvidas no tempo livre. Além dos autores citados, através das experiências porto-alegrense, paulistana e carioca, Inzil Marinho, que publicou *Fundamentos e Técnicas de Recreação e Educação física, recreação e jogos* (1957), Ethel Bauer Medeiros com *Importância e a necessidade da recreação* (1954), *Recreação e parques públicos* (1957), e Acácio Ferreira, com sua pesquisa empírica *Lazer operário: um estudo de organização social das cidades* (1959) foram destaques nesse primeiro ciclo de produções sobre o lazer.

No entanto, por obter respaldo de uma entidade privada, com atuação em todo o país, Renato Requixa, torna-se um dos principais nomes associados ao lazer, nas décadas de 1960-80. Com sua influência, traz Dumazedier ao Brasil que, participa de vários encontros do SESC para discutir a temática. Este, por sua vez, irá influenciar, de forma decisiva, a produção científica e as ações de lazer do país. Entre 1961-63, o autor francês vem ao Brasil a convite da Universidade de Brasília (UNB), do Movimento de Cultura Popular da Cidade do Recife e das autoridades eclesiásticas de Pernambuco (GOMES, 2004).

O segundo ciclo de produções será marcado pela ampliação de obras sobre o tema, personalidades como Gilberto Freyre, Burle Marx, interessam-se pelo assunto. Em relação aos autores, daremos destaques ao Renato Requixa, Ethel Medeiros, Lenea Gaelzer (filha de Frederico Gaelzer), Luiz Otávio Camargo e Manuel Gomes Tubino. É criado o primeiro Centro de Estudos de Lazer e Recreação (CELAR) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), em 1973, sendo constituído por membros desta universidade e do poder público municipal, também responsável pela realização do primeiro Curso de Especialização em Lazer, oferecido no ano seguinte. Em 1970, é criado o curso de pós-

graduação sobre Sociologia do Lazer e do Trabalho, na escola de Sociologia e Política de São Paulo, sob a coordenação de Renato Requixa, que também fundou, em 1977, o Centro de Estudos do Lazer do SESC (CELAZER) que será fundamental no estímulo à produção científica na área. Em 1974 acontece o Seminário Nacional do Lazer, em 1975, o I Encontro Nacional de Recreação e em 1976, o Congresso para uma carta do lazer. (GOMES, 2004; GOMES; MELO, 2003; PEIXOTO, 2007; WERNECK, 2000). Em 1978, é criado o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) é uma entidade científica que congrega pesquisadores ligados à área de Educação Física/Ciências do Esporte e, em 1979, é realizado o seu evento científico nacional, o Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE), realizado a cada dois anos, está em sua 19ª edição, em 2015 (COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 2016).

O terceiro ciclo de produção é fortemente influenciado pelo pensamento dumazediano, e os trabalhos de Luiz Camargo *O que é Lazer* (1986) e de Nelson Marcellino com *Lazer e humanização* (1983), dentre outras, são destaques na década de 1980, Que para Werneck (2000) é considerado, na atualidade, a mais expressiva referencia sobre estudos do lazer.

Nesse período, entre as décadas de 1980-90 são criados Departamentos que priorizam o estudo do lazer como a UNICAMP e a UFMG. Ainda nesse ciclo destacamos o I Encontro Nacional de Recreação e Lazer. (ENAREL), que aconteceu em 1989. A Revista Brasileira de Ciência do Esporte (RBCE) somente em 1992 configurou a primeira edição focalizando o tema do lazer, e é publicado o primeiro número da Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer (LICERE), dedicada a discutir o tema lazer a partir de uma ótica multidisciplinar. O terceiro ciclo, portanto, caracteriza-se pela institucionalização de grupos de pesquisa e um aumento considerável em relação à produção científica em comparação ao ciclo anterior.

O quarto ciclo, segundo Peixoto (2007), caracteriza-se pelas produções vinculadas aos diversos grupos de pesquisa, formados na década de 1990 e pela necessidade de publicações, em função da política de produtividade das agências de fomento de pesquisa: a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Concordamos com o posicionamento da autora, no entanto, gostaríamos de acrescentar outros elementos que, em nossa opinião, contribuíram para o aumento das produções relacionadas à temática. Esse fator refere-se ao aumento das experiências de políticas públicas em nível local. (Estadual e municipal), durante as décadas de 1980-90, pautando a agenda de pesquisa, principalmente nas décadas de 1990 e 2000, com relatos de experiência e análises de políticas desenvolvidas. Além disso, criação,

em 2003, da Rede CEDES – Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer, implantado como ação programática do Ministério do Esporte, gerenciada pelo Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte, da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, volta-se ao fomento da pesquisa o desenvolvimento do esporte profissional e para esporte recreativo e de lazer, através de parcerias com grupos de estudos de Instituições de Ensino Superior particulares sem fins lucrativos (BRASIL, 2016b). Eventos relacionados às políticas públicas de esporte e lazer foram criados, no início dos anos 2000, como o Seminário Nacional de Políticas Públicas de Esporte e Lazer, com sua primeira edição em 2001.

Desses quatro ciclos de produção científica, relacionados à temática do lazer, evidenciamos uma forte aproximação as experiências desenvolvidas enquanto políticas públicas e as publicações realizadas. Isso acontece desde a década de 1920-30 com as experiências dos Jardins de Infância de Porto Alegre às publicações estimuladas pela Rede CEDES. Com relação às experiências publicadas, muitas se referem às políticas públicas de “esporte e lazer”, questão que será abordada na próxima seção.

4.3 O ESPORTE E O LAZER NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS LOCAIS

Ao observarmos nas seções anteriores o contexto histórico em que surge o esporte e o lazer, assim como a atenção dada pelo Estado a esses fenômenos. O lazer, numa perspectiva contra hegemônica, pode ser compreendido como atividades desenvolvidas no tempo liberado das obrigações, que pode incluir, dentre outros interesses, as próprias atividades esportivas. Sendo assim, a associação dessas áreas na elaboração de políticas públicas que se preocupam com o desenvolvimento pressupõe, sobretudo, o esporte e o lazer enquanto direitos sociais, além de fatores que fortalecem o exercício da cidadania.

Nesse panorama, defendemos que as ações desenvolvidas por uma política de esporte e lazer devem pautar a contribuição para o desenvolvimento de aprendizagens sociais, pois o lazer, compreendido como um veículo da educação e ao mesmo tempo um objeto dela, permite o exercício da autonomia, do autocondicionamento, da cooperação, rompendo com os modelos impostos pelo sistema capitalista, pautados no individualismo e da competição acirrada.

Apesar dessas afirmativas, nem sempre as políticas de esporte e lazer, no Brasil, tiveram um formato que priorizassem ações lúdicas, com caráter educativo, na formação de uma identidade cidadã. Ao contrário, as políticas enfatizavam as práticas esportivas que

traduziam a lógica do sistema capitalista, quando investiam recursos públicos no esporte de alto rendimento, beneficiando uma elite esportiva em detrimento de grande parte da população.

O desenvolvimento do esporte, no Brasil, dentre outros fatores, deu-se com a intervenção do Estado, pois a sua alta capilaridade no tecido social tornou-o atrativo para as elites políticas, sendo utilizado como moeda político-eleitoreira, de forma mais intensa, principalmente, na vigência de regimes autoritários (ALVES; PIERANTI, 2007). Além disso, a conquista de direitos sociais como férias e descanso remunerado provocou a popularização das atividades esportivas e estas passaram a ser consideradas uma das atividades culturais de lazer mais acessíveis, no mundo moderno, uma marca do cotidiano da vida social de boa parte do planeta (MAGNANE, 1969).

Diante da importância do esporte como expressão cultural da sociedade, os interesses econômicos passam a ressignificá-lo e sua prática é tratada como uma atividade de consumo, restrita, na maioria das vezes, àqueles que podem pagar pelo serviço. Nesse cenário cresce o esporte espetáculo, que o público consome de forma passiva, com expressão máxima registrada em megaeventos, a exemplo das copas do mundo de futebol.

Apesar de ser caracterizado por atividades competitivas e ter sua expressão reconhecida a partir de grandes campeonatos, o esporte é considerado uma importante atividade de lazer e, no Brasil, seguindo uma tendência internacional, ficou mais acessível após a regulamentação da Consolidação das Leis Trabalhistas, em 1943 (PINTO, 2008). Nesse período, algumas ações registradas priorizam o lazer enquanto políticas públicas, tais como as experiências dos Jardins de Recreio, em Porto Alegre; os Parques Infantis, em São Paulo, direcionados às crianças, ambas realizadas ainda na década de 1930. E, mais tarde, outra experiência de caráter “inovador” que tratou do lazer, em nível nacional, foi o Serviço de Recreação Operária (1943-64), oferecido pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, com atuação no então Distrito Federal, o Rio de Janeiro, que traziam, entre outras atividades, o esporte como uma importante dimensão do lazer (GOMES; MELO, 2003).

Por outro lado, apesar da constatação de Linhares (1996), é possível observar que na década de 1990 surgiram várias experiências locais, que, sob a lógica das coalizões de centro-esquerda, muitas lideradas pelo Partido dos Trabalhadores, desenvolveram experiências sociais nas políticas de esporte e lazer.

Ainda nas eleições de 1989, o Partido dos Trabalhadores, apesar da derrota nas eleições presidenciais, sai vitorioso em alguns municípios, tais como São Paulo, Campinas, São Bernardo do Campo, Porto Alegre e Vitória. Mais tarde, na década de 1990, elege os

governadores do Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Acre. Tais gestões carregavam como diretrizes de governo os princípios básicos do partido como defesa da cidadania da classe trabalhadora; a inversão de prioridades na aplicação dos recursos públicos; e a melhoria da qualidade de vida da população, pela democratização do poder público e recuperação dos espaços e serviços públicos. Não sendo diferente, as políticas setoriais voltadas ao esporte e lazer vão seguir a mesma linha e avançar no sentido de políticas inovadoras para o setor. Vale destacar que consideramos inovadoras as políticas que, tendo como referência a Constituição Federal de 1988, vão garantir os direitos sociais, a participação da sociedade e a defesa de uma sociedade justa e igualitária.

Prezando pelas diretrizes de inversão de prioridades, melhoria da qualidade de vida e defesa da cidadania classe trabalhadora estas gestões locais, imprimiram uma concepção alternativa de esporte que dá ênfase à sociabilização e às suas expressões lúdicas no tempo livre, entendendo-o como patrimônio cultural da humanidade e mais uma opção de lazer a ser apropriada por toda a população, capaz de contribuir para a democratização da cidade e fortalecer os laços de solidariedade entre os indivíduos (BITTAR, 1992).

A fundamentação dessas experiências foi sistematizada pela Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais do PT e publicada em forma de livro sob o título “O modo petista de governar”, em 1992. O texto esclarece que as gestões compreendem o lazer como veículo e, ao mesmo tempo, objeto da educação, portanto, para as ações relacionadas à prática do lazer, faz-se necessário estímulo, iniciação e aprendizado, desta forma, “há uma educação pelo lazer e uma educação para o lazer”. Conforme o texto:

De acordo com esse duplo processo educativo, no qual se baseia o lazer, os **programas desenvolvidos, [...] possuem objetivos bastante definidos, com a predominância do associativismo**, rompendo-se os modelos sociais vigentes que evidenciam o individualismo; a cooperação, em detrimento à competição “selvagem”, **assim como a conquista da autonomia**, tanto em relação às práticas esportivas, quanto às demais. Tais objetivos acabam por se contrapor àqueles que marcaram a ocorrência do lazer pelas mesmas características alienantes verificadas nas mais diversas áreas da atividade humana (BITTAR, 1992, p. 133, grifo nosso).

Essa afirmação deixa clara a intencionalidade das políticas de esporte e lazer desenvolvidas ainda na década de 1990, que se colocam no contraponto da ordem vigente, cada vez mais respaldada pelo avanço das políticas neoliberais, no país. Considerar o lazer e o esporte como objeto da educação, com vistas à conquista da autonomia representa uma inovação no setor, que até então era utilizado como uma espécie de controle social dos trabalhadores, no seu tempo livre das obrigações do trabalho.

Nesse sentido, ações como a recuperação os equipamentos esportivos, a desprivatização de equipamentos públicos, a adaptação de espaços como praças, parques e ruas para o desenvolvimento das atividades esportivas, a ampliação do atendimento a todas as faixas etárias (segmentos) e a integração entre as atividades esportivas, culturais e de lazer, darão contorno às ações das políticas públicas de esporte e lazer, nas gestões de coalizão de centro-esquerda, com vistas a enfrentar o avanço que o projeto neoliberal vinha imprimindo ao setor.

Assim, o Fundo de Apoio ao Esporte (FAE), criado pela Prefeitura de Santo André, mostrou-se como uma estratégia importante na captação e gestão de recursos junto às empresas da região, observada a forte recessão da economia nacional que buscou se desassociar das políticas sociais. Ainda no sentido de buscar parcerias com a iniciativa privada para dar visibilidade ao setor, a Prefeitura de São Paulo leva para a cidade o Grande Prêmio de Fórmula 1 e a Prefeitura de Porto Alegre investe na construção de um ginásio poliesportivo para sediar o Campeonato Mundial de Vôlei. Essas iniciativas, segundo relato do setorial, visavam garantir a visibilidade do setor na área de esporte, com recursos da iniciativa privada, de forma a canalizar os recursos públicos para fomentar ações ligadas ao lazer, que atenda a maioria da população.

No tocante às atividades esportivas com foco no lazer, destacamos projetos como “Desporto de Base”, da Prefeitura de Piracicaba, que promoveu a ampliação na oferta das modalidades esportivas; a realização de gincanas e de campeonatos de futebol amador (de várzea) além da descentralização dos eventos esportivos, como ocorreu em Vitória, com o Projeto “Esporte nos Bairros”; o desenvolvimento de atividades integradas como o Projeto Piloto de Ação Cultural, implantado nos bairros periféricos de São Paulo, envolvendo esporte, lazer, cultura e educação; e a criação do Cargo de Agente de Lazer ou Recreação, criado pela Prefeitura de Santo André, fundamental na intervenção e mediação de conflitos gerados pela prática esportiva autônoma, assim como o estímulo à formação de grupos de convivência nas comunidades onde as atividades esportivas e de lazer eram oferecidas (BITTAR, 1992).

Essas ações, desenvolvidas pelas gestões petistas, compuseram rol das atividades de esporte e lazer consideradas inovadoras, em virtude de ampliarem a concepção do esporte e do lazer como instrumentos de controle do tempo livre dos indivíduos, de atuarem em vistas a promover a participação popular nessas experiências e induzirem a autonomia e cooperação como práticas sociais.

Dentre essas experiências, escolhemos a aquela iniciada em 2001, na prefeitura do Recife, que também seguirá na mesma direção das diretrizes do partido, mas contará com um

aporte teórico que fundamentará as ações da política sob a intervenção de uma proposta pedagógica que versa sobre a construção de uma educação no e para o tempo livre, utilizando-se do esporte e do lazer como instrumentos e balizada em três pilares: os princípios pedagógicos, o método didático e as formas de organização do tempo pedagógico, como analisaremos no próximo capítulo.

5 A POLÍTICA DE ESPORTE E LAZER DO RECIFE: O PRIMEIRO ATO

De acordo com Bowe, Bal e Gold (1992), o contexto de prática corresponde ao momento em que os atores envolvidos numa política, dispostos numa espécie de palco, irão interpretar os seus textos e, de acordo com suas conveniências e preferências, colocarão em cena uma determinada política. Partindo desse entendimento, decidimos proceder a análise em três atos que representam as três gestões estudadas.

Nesse capítulo, portanto, teremos como objetivo a reconstituição da trajetória da política de esporte e lazer do Recife, em seu primeiro ato, ou seja, no primeiro mandato. Em primeiro lugar, faremos uma contextualização, enfatizando além de seu contexto histórico a realidade da política do Recife. Em seguida, contextualizaremos o surgimento da política e as mudanças dos referenciais normativos da política, em sua dimensão cognitiva e instrumental, apontando as tensões entre a nova e a velha política. Por fim, caracterizaremos o novo referencial a partir das diretrizes pedagógicas do Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer. E, durante a reconstituição, procuramos utilizar as sugestões analíticas fornecidas pela abordagem cognitiva, com a ideia de referencial normativo da política, assim como pelos ciclos das políticas de Ball, que irão nos remeter aos contextos de influência, de produção de texto e de prática, como veremos.

5.1 O RECIFE DE MOVIMENTOS HISTÓRICOS, SOCIAIS E POLÍTICOS

A cidade do Recife, metrópole pernambucana, é capital do sétimo estado mais populoso do Brasil. Possui uma área de aproximadamente 218 km² e 1.537.704 habitantes, de acordo com o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cidade litorânea, sede da Região Metropolitana do Recife (RMR), a sexta maior aglomeração urbana do Brasil. (Em 2010), faz fronteira com os municípios de Jaboatão dos Guararapes, São Lourenço da Mata, Camaragibe, Paulista e Olinda. Situada sobre uma planície fluvio-marinha, constituída por ilhas, penínsulas, alagados e manguezais e envolvidos por cinco rios, a Veneza Brasileira é extremamente exaltada pelos seus artistas (BITOUN et al., 2012).

Marcada por uma história de revoluções libertárias, inspiradas no ideário liberal e na exigência de mais autonomia por comerciantes, aristocratas e padres, Recife assiste à Revolução Pernambucana de 1817, a Confederação do Equador em 1824 e a Revolução Praieira em 1842 (ANDRADE, 2000; OLIVEIRA, P., 2007; QUINTAS, 1982).

Além de palco das Revoluções, a capital pernambucana sediará movimentos importantes para a história do Estado. A menção a esses movimentos torna-se relevante na medida em que duas das principais ações da política de esporte e lazer estudada – Os Círculos Populares de Esporte e Lazer e o Esporte do Manguê – foram inspirados em elementos desses movimentos conforme demonstrou a análise documental.

O Movimento de Cultura Popular (MCP) foi criado em 13 de maio de 1960 e recebeu diversas influências, principalmente de obras e autores franceses, cujo nome foi herdado do movimento francês *Peuple et Culture* (Povo e Cultura). Fundado como uma instituição sem fins lucrativos, durante a primeira gestão de Miguel Arraes na Prefeitura do Recife, administrativamente é dividido em três departamentos: o de Formação da Cultura (DFC); o de Documentação e Informação (DDI) e o de Difusão da Cultura (DFC). Experiência exitosa constitui-se como importante política educacional da época e contou com adesão de intelectuais e artistas como Francisco Brennand, Ariano Suassuna, Hermilo Borba Filho, Abelardo da Hora, Paulo Rosas, Paulo Freire, dentre outros. Politicamente, contou com o apoio de instituições de esquerda, como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Alcançou repercussão nacional, servindo de modelo para movimentos semelhantes criados em outros estados, no entanto, em março de 1964, com o golpe militar, o MCP é extinto (BARBOSA, 2010; GASPAR, 2009).

O Movimento Armorial, na década de 1970, foi uma iniciativa artística com o objetivo de criar uma arte simples a partir de elementos da cultura popular do Nordeste Brasileiro. O movimento é fundado por Ariano Suassuna e tem como traço principal a ligação da literatura de cordel, com a música (de viola, rabeca ou pífano) e a xilogravura. São características importantes para o Movimento Armorial os espetáculos populares encenados ao ar livre, com personagens míticas, cantos, roupagens principescas, músicas, animais misteriosos, como o boi e o cavalo-marinho do bumba-meu-boi (GASPAR, 2009).

O Movimento Manguêbeat surge como um movimento cultural, na década de 1990. Caracteriza-se pela mistura de ritmos regionais como o maracatu, ao rock, hip hop, funk rock e música eletrônica. Todavia, além da dimensão cultural, o movimento se constitui por críticas ao abandono econômico-social do mangue e da desigualdade social do Recife. Seu ícone é o músico Chico Science, muito referenciado no movimento (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2014).

No tocante ao cenário político, destacamos o governo de Pelópidas Silveira (1955-1958), frente à prefeitura do Recife, seguido por Miguel Arraes (1959-1962), ambos do

Partido Socialista Brasileiro (PSB), que, com apoio das forças de esquerda, incentivaram em seus governos a prática política democrática e popular.

Era o período do nacional desenvolvimentismo em que forças de esquerda se uniram em torno de um projeto nacionalista para a sociedade brasileira. Alianças entre setores da igreja católica progressista, Partido Comunista e outras instituições, construíram experiências de educação popular. É nesse contexto que Paulo Freire cria e implementa seu método de alfabetização. É onde se dá, também, a fundação do Movimento de Cultura Popular (MCP), antes mencionado, que tinha por objetivos, dentre outros, promover e incentivar a educação de crianças e adultos, colaborar para a melhoria do nível material do povo através de educação especializada e proporcionar a elevação do nível cultural do povo, preparando-o para a vida e para o trabalho (BARBOSA, 2010).

Como se sabe, estas experiências foram abortadas pelo golpe militar de 1964, cujo projeto de sociedade para o Brasil privilegiou um modelo desenvolvimento econômico que agudizou a exclusão social. Tal desenvolvimento foi conquistado com o “milagre econômico”, através de altos investimentos em infraestrutura e aumento da dívida externa do país. Para a implantação desse projeto a sociedade sofreu consequências que seriam cruciais para nossa democracia, tais como a implantação do bipartidarismo, a repressão aos movimentos sociais e cassação dos direitos políticos dos opositores ao sistema, a censura aos meios de comunicação, dentre outras medidas.

Depois de 1984, quando o país volta à normalidade democrática, são reinstaladas as eleições para as capitais que, até então, vinham sendo dirigidas por interventores. Em Recife o prefeito eleito que assume o poder municipal, é Jarbas Vasconcelos – um dos baluartes na luta contra a ditadura militar, liderança do Movimento Democrático Brasileiro, MDB, partido de resistência ao regime autoritário⁴⁵, tendo sido prefeito por duas gestões.

Até esse cenário não se localizam iniciativas voltadas às políticas sociais na perspectiva de participação nas decisões. No entanto, registra-se, de todo o modo, uma iniciativa diferente que irá acontecer na segunda gestão de Jarbas Vasconcelos (1993-1996) quando é instalado um movimento de consulta à população chamado Prefeitura nos Bairros. Não obstante, esse gestor, que anteriormente se caracterizou pelas lutas democráticas vinculadas às esquerdas, faz uma coalizão com as forças conservadoras que haviam apoiado a

⁴⁵ Tal como ocorreu com outras lideranças que lutaram contra o regime militar, Jarbas Vasconcelos abandonou o campo das esquerdas, chegando a aliar-se com forças que tinham apoiado a ditadura. Ele foi governador do estado por duas gestões.

ditadura militar, naquele momento, representado pelo Partido da Frente Liberal (PFL)⁴⁶. Essa coalizão de centro-direita conduziu a gestão do município até o ano 2000.

Nas eleições de 2000, uma coalizão de esquerda intitulada “Frente de Esquerda do Recife”, formada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Geral dos Trabalhadores (PGT), Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Comunista do Brasil (PC do B), vence as eleições, elegendo João Paulo (2001-2004) prefeito do Recife⁴⁷. Com a promessa de mudança, o Partido dos Trabalhadores assume a prefeitura do Recife prometendo desenvolver experiências de políticas sociais para as camadas populares, dentre elas, a política aqui em destaque. Durante três gestões essa coalizão de centro-esquerda, com sucessivas ampliações, mas sempre encabeçada pelo PT, governará a cidade do Recife, encerrando seu ciclo nas eleições de 2012⁴⁸.

Esperamos que as informações acima apresentadas tenham permitido ao leitor se situar no contexto mais geral do qual foi emergindo, paulatinamente, o contexto de influência, por seu turno, gerador da Política de Esporte e Lazer da Cidade do Recife em seguida tratada.

5.2 O CONTEXTO DE SURGIMENTO DA POLÍTICA DE ESPORTE E LAZER DO RECIFE: TENTATIVA DE RUPTURA COM A VELHA ORDEM

O contexto do qual emergiu a política em foco relaciona-se com o projeto de governo divulgado para a cidade do Recife pela coalizão que então assumia o poder municipal, logo em janeiro de 2001. O contexto discursivo, abaixo apresentado, procurava demarcar as diretrizes da gestão, na medida em que trazia enunciados que se diferenciavam do governo anterior. Notem-se os enunciados no discurso de posse do prefeito:

Na campanha, assumimos o compromisso com três diretrizes básicas de governo: 1) Combater as políticas neoliberais; 2) Ser um governo radicalmente democrático; 3) Buscar construir uma cidade que seja fisicamente organizada, economicamente sustentável e socialmente justa. Essas diretrizes deverão nortear as ações de um governo que terá a participação de todas as forças políticas que nos apoiaram e tornaram possível esta vitória. Mas não só delas, mas de toda a sociedade que deseja mudanças e quer ser co-gestora de um governo democrático e popular (RECIFE, 2001, p. 1).

⁴⁶ O PFL, em 28 de março de 2007, muda de nome e passa a se chamar Democratas (DEM).

⁴⁷ Vale salientar que no segundo turno das eleições a Frente de Esquerda do Recife alarga-se com o apoio de outros partidos tais como: Partido Popular Socialista (PPS), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido Humanista da Solidariedade (PHS).

⁴⁸ Abordaremos com mais detalhes as sucessões das gestões petistas, no decorrer da reconstituição da política.

O combate às políticas neoliberais diz respeito não somente ao governo municipal que se encerrava, mas ao contexto nacional, onde estava em curso um projeto de sociedade sob a orientação neoliberal, gestada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Projeto iniciado na década de 1980 e aprofundado em 1994, tal proposta tinha como principais características a liberdade ao capital externo de compra e gerenciamento de setores estratégicos da economia⁴⁹. Para garantir a abertura aos investimentos estrangeiros, o governo FHC engendrou uma política de desregulamentação e de privatização, o que desincentivou o mercado nacional, com impactos institucionais, organizacionais, culturais e sociais.

No campo institucional, a redução do aparelho estatal fortalece o núcleo central de planejamento no poder central e cria órgãos de controle, as denominadas agências de regulação, consideradas instrumentos de modernização da gestão pública, no intuito de promover a eficácia e a eficiência dos serviços públicos.

No campo organizacional, as ideias de um modelo gerencial da administração pública, apesar reafirmar os postulados democráticos, da transparência e da participação, enfatiza a otimização de processos através da transferência de competências da esfera central de poder para as esferas locais, ou seja, justifica a descentralização como forma de garantir maior eficiência nas políticas públicas, visto que o poder local encontra-se mais próximo às necessidades da população. Contudo, ao passo que essa narrativa é construída, expõem-se processos baseados em práticas desconcentradoras, onde o local é tratado como uma unidade administrativa colocando em ação políticas concebidas pelo poder central.

No campo cultural, o neoliberalismo, proclamado através da reforma gerencial, apresentou-se como medida imprescindível em substituição do modelo de administração burocrática dos serviços públicos, cuja afirmação remontava à década de 1930, pois consistia num forte empecilho para ajustar o país aos requerimentos da nova ordem mundial. (AZEVEDO, 2002; FIORI, 2000).

Para as políticas sociais, por fim, as consequências da implementação da ordem neoliberal apontou para a sua submissão à política econômica. Sendo assim, a tendência geral, nesse caso, tem sido a restrição e redução de direitos sociais, transformando as políticas sociais em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos da crise. Nesse sentido, ao invés do direito constitucional impor e orientar a distribuição das verbas

⁴⁹ Para Petras e Veltmeyer (2001), a dinâmica do processo de desnacionalização da economia do Brasil foi possível em função das peculiaridades do próprio presidente; da confluência entre as forças nacionais e internacionais; da mobilidade de uma oposição de esquerda “institucionalizada” e do chamado fenômeno “cavalo de troia” onde o alongamento da penetração estrangeira de setores econômicos estratégicos combinaram-se com poderosas instituições financeiras internacionais “externas”.

orçamentárias, o dever legal passa a ser submetido à disponibilidade de recursos. São, portanto, as definições orçamentárias – vistas como um dado não passível de questionamento – que se tornam parâmetros para a implementação dos direitos sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2007; IAMAMOTO, 2008).

Compreendendo a ideia de referencial normativo trazida pela análise cognitiva – tratada no segundo capítulo – como a lógica orientadora das diferentes formas de regulação da sociedade que, em última instância, orientam os critérios de intervenção do Estado e, por conseguinte, os objetivos de uma determinada política pública (AZEVEDO, 2011), observamos que há, nesse momento, dois referenciais em disputa. De um lado, um referencial que dá suporte à ordem vigente, e de outro, o novo referencial indicado pelo prefeito, que se vincula aos referenciais próprios do Partido dos Trabalhadores, ligadas às experiências com gestões municipais até então. Tais experiências levaram o PT a sistematizar em livro um “modo petista de governar”, que fornecia diretrizes para seus governos. No contexto discursivo abaixo é possível verificar essa similitude:

O projeto político do PT não limita a democracia aos procedimentos formais da competição eleitoral, na qual o poder é delegado às elites políticas que passam a governar acima dos interesses, opiniões e vontade da maioria. [...] **o modo petista de governar busca a participação política** permanente dos cidadãos, sobretudo através de seus movimentos coletivos, como um caminho decisivo para a **construção de uma sociedade efetivamente democrática**, de bem estar e de homens livres. O modo petista de governar é mais que **uma inversão de prioridades administrativas**, com a implementação de políticas públicas redistributivas a favor dos trabalhadores e camadas mais pobres da população. O que diferencia o projeto petista de poder dos demais é que este identifica na sociedade civil, com sua pluralidade de interesses, opiniões e vontades, e na cidadania dos trabalhadores e dos movimentos sociais, os atores privilegiados na formulação das políticas de governo e na constituição de uma nova ordem social e política. O modo petista de governar é, portanto, **uma proposta de transformação das condições de vida por iniciativa dos homens e mulheres historicamente excluídos do poder sócio-político** (BITTAR, 1992, p. 210, grifo nosso).

A adoção desse novo referencial, pautado na participação popular, leva à modificação da máquina governamental para adequá-la às diretrizes estabelecidas na nova gestão. E, com a finalidade de que esse novo referencial seja executado, serão eleitos os instrumentos de políticas representados, nesse caso, pela reforma administrativa expressa na Lei 16.662/01.

Os instrumentos de política, por sua vez, constituem a dimensão instrumental do modelo cognitivo de análise, discutido no segundo capítulo. Essa dimensão possui relação com o conhecimento técnico-científico disponível pelos atores de uma determinada política, assim como possui interrelação estreita com as representações sociais imperantes a respeito

dos problemas a serem enfrentados, todavia, materializam-se como instrumentos e medidas, por meio dos quais as políticas serão implementadas (AZEVEDO, 2011). Nesse sentido, a reforma administrativa, concluída em junho de 2001, é um instrumento da política em questão, que repercutirá na política em análise, alinhando-se à filosofia de ação adotada. Dentre as mudanças indicadas na reforma estão: a criação da Secretaria de Orçamento Participativo e Gestão Cidadã e da Secretaria de Saneamento, a criação das Coordenadorias da Mulher e do Voluntariado, assim como o desmembramento da Secretaria de Turismo, Esporte e Cultura nas Secretarias de Turismo e Esportes e Secretaria de Cultura.

Considerando, de um lado a dimensão cognitiva expressa pelo referencial do “modo petista de governar” e, de outro, o contexto de influência retratado nas arenas de constituição da política, dizemos que a nova estrutura administrativa mostra coerência com as prioridades da gestão no tocante ao orçamento participativo e, em certa medida, incorpora as demandas de movimentos sociais no âmbito da cultura, de políticas para as mulheres, de numa nova concepção de assistência social e de uma relação mais próxima com o saneamento básico. Contudo, nesse primeiro momento, para a política em específico, não houve mudanças significativas, pois partidos que formaram a coalizão vencedora e não estavam vinculados a esse referencial “modo petista de governar”, acabaram assumindo os espaços relativos à gestão do esporte e lazer, como veremos adiante.

Alinhada ao novo referencial e baseada na experiência de Orçamento Participativo (OP) de Porto Alegre, a Secretaria de Orçamento Participativo e Gestão Cidadã do Recife, estabelece que o OP “não será apenas um programa e sim um instrumento de planejamento da nova gestão” (RECIFE, 2001b), ou seja, a participação popular será parte integrante da dinâmica de planejamento governamental do município. De fato, nos diversos documentos institucionais, nas notícias e propagandas veiculadas pela prefeitura que analisamos, o OP apareceu como se fosse o “carro chefe” das ações desse governo, tomado como um importante instrumento para indicar as prioridades de investimento de recursos na cidade.

O Plano Plurianual 2002-2005 – Recife: Cidade Saudável (PPA 2002-05), como instrumento legal que registrou as diretrizes do governo, traz vários enunciados que evidenciam a adoção de uma filosofia de ação baseada em pressupostos de uma gestão democrático-participativa. Esse tipo de gestão se caracteriza por tomar como pressuposto o alargamento do espaço público, quando se busca o estabelecimento de relações sociais substantivamente democráticas, fortalecendo a autonomia na concepção das políticas, assim como o poder local. Esse modelo de gestão requer o estabelecimento de novas relações entre o Estado e a sociedade, de modo que se abram os canais por onde fluam as demandas da

população e, portanto, para que se efetive a participação da comunidade na gestão governamental (AZEVEDO, 2011). Portanto, a sua própria construção, como nos foi relatado por atores que vivenciaram o processo, contou com alguma participação de representantes da sociedade civil organizada, bem como foi elaborado considerando os resultados das plenárias do OP. Vejamos o contexto discursivo abaixo em que afirma que o PPA foi construído por meio de:

Um processo interno de discussões, nas diversas Secretarias do governo, e de consulta à sociedade, **através das instâncias do Orçamento Participativo**, Conselhos Temáticos Setoriais, bem como outros fóruns de participação e representação da sociedade recifense (AZEVEDO, 2011, p. 9)

No entendimento de que esse tipo de documento faz parte do contexto de produção de texto, bem como representa um instrumento da política, seu conteúdo representa uma espécie de “materialização” dos discursos que formam a política, associados aos interesses públicos e às prescrições das práticas políticas. Ou seja, o PPA constitui, em nossa visão, um dos instrumentos que indicam as metodologias de implementação de política públicas. Nesse sentido, encontramos dois conjuntos de ações: os “Programas Integrados” e os “Programas Específicos”. Os primeiros, relacionados na tabela a seguir, buscam responder às problemáticas diagnosticadas pelos gestores, em oito frentes:

Quadro 7 - Programas Integrados da Prefeitura do Recife (2002-2005)

PROJETO	AÇÕES
Guarda-Chuva	Gestão de risco de morros e alagados
Recife - Nossa Casa	Melhoria das condições de habitabilidade
Comunidade Saudável	Saneamento integrado e saúde ambiental
Espaço Público para todos	Requalificação e reapropriação dos espaços públicos
Acessibilidade para todos	Universalização e adequação da mobilidade urbana
Gestão Democrática	Participação e responsabilidade de todos na gestão pública
Combate à violência e defesa da cidadania	Redução dos riscos e acesso aos direitos
Dinamização da economia e do acesso ao mercado de trabalho	Geração de oportunidades

Fonte: Elaborado pela autora a partir do PPA 2002-2005 da Prefeitura do Recife, 2001.

Desses programas, destacamos o **Espaço Público para Todos** como um dos que fizeram interface com a política de esporte e lazer. Sobre esse ponto, em seus discursos, alguns atores enfatizaram as ações da política que tinham como objetivos a requalificação e reapropriação de espaços e equipamentos esportivos e de lazer, como veremos:

Assumi um desafio de ser coordenador do núcleo dos círculos populares lá do bairro da Macaxeira. Um lugar onde tinha um problema significativo da democratização do campo de futebol, que era público e que em 1980 [...] 81, o então prefeito Gustavo Krause havia passado um comodato para um morador lá da macaxeira, dando o direito de uso e usufruto desse espaço durante 20 anos. E quando isso expirou foi justamente na denúncia da comunidade dizendo ‘olhe, o campo é público o comodato expirou e é preciso que a prefeitura retome.’ Por quê? Porque durante esses 20 anos o cara cobrava de qualquer sujeito o direito para poder jogar lá. Então, nosso primeiro desafio foi: intervir nesse espaço, retomar aquilo que era do povo e propor uma administração pública democrática e que fosse agregar também a programas que tivesse impacto e abrangessem as crianças, os jovens, os adultos e idosos. Então, esse foi nosso primeiro desafio, enquanto participante da política pública em Recife. (E3)

Apesar de serem campos públicos eram geridos de maneira privada, as pessoas cobravam, até muitas vezes, campos de várzea que eram cedidos em comodatos, comodatos, inclusive, que já tinha passado do prazo, as pessoas ainda praticavam a questão de tá cobrando pelo uso do espaço público e, nós sensibilizamos as comunidades a retomarem esses espaços. (E10)

Já em relação aos “Programas Específicos”, identificamos sua organização em três eixos: programas voltados para a melhoria da *vida das pessoas*; para a *melhoria da cidade* e para a *melhoria da gestão municipal*. Cada eixo vincula-se a ações próprias que serão relacionadas a uma área/setor de intervenção do governo e, no caso da política em análise, as ações expressas no documento dizem respeito ao fortalecimento das atividades de esporte e lazer e à promoção e apoio ao desporto amador. Contudo, devemos destacar que a produção desse documento, enviado à Câmara de Vereadores em meados de agosto de 2001, não contou com a participação da equipe que assumiria a Diretoria Geral de Esportes, vinculada à nova Secretaria de Turismo e Esportes, criada em junho do mesmo ano. Portanto, as ideias expressas no documento, no tocante ao setor, estão mais vinculadas às diretrizes gerais pautadas no referencial adotado do que vinculadas a uma proposta de política de esporte e lazer que se diferenciassse substancialmente da gestão anterior.

No contexto de prática indicado por Ball, Bowe e Gold (1992), assim como a dimensão normativa da análise cognitiva encontraremos as arenas de interpretações dos textos da política, de um lado, e as relações estabelecidas entre os valores expressos nesses textos e a prática social dos atores, de outro. Nesse sentido, reconhecemos que as secretarias e coordenadorias criadas e suas ações se inserem nesse contexto de prática e, por isso, contextualizaremos suas atuações, pois constituirá num cenário para melhor compreender o lugar assumido pela política de esporte e lazer nesse processo.

A Secretaria de Orçamento Participativo e Gestão Cidadã foi responsável pela execução do Programa Orçamento Participativo no município e, de acordo a filosofia de ação

adotada pelo governo, havia a intencionalidade na construção de uma metodologia participativa no processo de tomada de decisão. No próprio PPA 2002-2005 da Prefeitura do Recife (2001, p. 40) está indicada a “busca da transparência, a construção do sentido de equipe (solidariedade) e a orientação pelo senso de urgência da população”, como referências para ação do OP. Compreendemos que o orçamento participativo se mostrou como uma experiência exitosa no campo de abertura da participação popular, mas algumas questões não podem deixar de ser mencionadas. Em primeiro lugar, o percentual disponível pela gestão para ser discutido e definido pelo orçamento participativo é muito baixo. Em função da polêmica Lei de Responsabilidade Fiscal⁵⁰ e da reserva de orçamento das tais “verbas carimbadas”, questiona-se se programa Orçamento Participativo realmente discute o orçamento municipal, pois, conforme relatório final de pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), sobre a experiência do OP em Recife:

Notamos que na verdade não se fala no planejamento financeiro da cidade por dois motivos: o primeiro é que nas plenárias vota-se em prioridades, e não em alocação de recursos propriamente ditos, e o segundo é que discutir uma parcela do orçamento (cerca de 10% do orçamento municipal sobra pra investimentos e pode ser destinado ao OP) não é discutir o orçamento (CONEXÃO LOCAL, 2009, p. 18).

A segunda questão refere-se à amplitude da participação no programa. Alinhado ao discurso de inversão de prioridades, o OP foi estruturado focando nas comunidades mais vulneráveis social e economicamente. Contudo, o fato dessa população ter sido alijada historicamente do processo de tomada de decisão, talvez tenha contribuído a baixa adesão conforme apontam Braga, M.; Braga, S. (2005, p. 50). Para as autoras:

A participação direta no programa ainda é bastante reduzida, levando em conta que a grande maioria dos entrevistados são moradores de áreas próximas às obras realizadas ou residem nas próprias ruas onde essas foram realizadas. Isso demonstra que o processo ainda é restrito a determinados grupos fechados de moradores unidos por interesses comuns e que, em alguns casos, não corresponde às necessidades de toda comunidade.

A terceira questão que destacamos diz respeito à entrega das obras eleitas no processo. A complexidade dos trâmites burocráticos, as questões políticas e orçamentárias, muitas

⁵⁰ Lei complementar nº101/2000 que estabelece as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas (BRASIL, 2000).

vezes, provocou a demora na entrega das obras votadas. Segundo o relatório da FGV, nas plenárias de prestação de contas à população, considerada um dos momentos mais importantes em todo o processo:

Duas coisas nos chamaram a atenção: o conteúdo da apresentação e o modo como o público se comportava. [...] a prefeitura realizava uma apresentação com dados sobre o OP e suas atividades naquela região, disponibilizando fotos e obras realizadas. Esperávamos que, por se tratar de uma prestação de contas, fosse também mostrado o que não havia sido realizado, ou que estava ainda em andamento, mas o que a apresentação continha era apenas o que havia sido realizado [...], sendo que muitas vezes o que era apresentado nem mesmo era obra do OP. (CONEXÃO LOCAL, 2009, p. 17).

Poderíamos aqui nos estender sobre as demais contradições do OP em Recife, contudo, não diz respeito ao nosso objeto. Não obstante, consideramos relevante a iniciativa, pois a própria adoção do programa exemplifica que o referencial estava mudando, inclusive se contrapondo ao projeto de sociedade, em nível federal, com orientações de restrição às políticas sociais.

A Secretaria de Saneamento Básico estabelece relação ao título do PPA 2002-05 “Recife: Cidade Saudável”. Contudo, mesmo assumindo, em parte a demanda de saneamento da cidade que, tradicionalmente é de responsabilidade dos governos estaduais, nem de longe consegue sanar os problemas que a cidade enfrenta há décadas com abastecimento de água potável, coleta e tratamento de esgoto, limpeza urbana, dentre outros. Mas, apesar das limitações, promoveu ações significativas, nessa primeira gestão com a retirada de diversas famílias das palafitas de Brasília Teimosa⁵¹ e da ponte do Limoeiro⁵², a atenção às áreas de morro, onde se registravam várias mortes em períodos chuvosos, dentre outras ações.

A Coordenadoria da Mulher, criada para atender às demandas dos grupos organizados em defesa dos direitos das mulheres e alinhada à nova filosofia de ação do governo, atuou através do Programa de Assistência e Prevenção à Violência Doméstica e Sexista, com as seguintes ações: criação do Centro de Referência, criação de uma Casa Abrigo, estruturação da rede de apoio nos serviços públicos municipais e desenvolvimento de campanhas educativas. O programa tinha como objetivo fim da violência doméstica e sexista praticada

⁵¹ A retirada das palafitas de Brasília Teimosa – bairro pobre localizado na zona sul da cidade e que faz interface com o bairro de Boa Viagem – foi uma das ações com maior repercussão nessa gestão, no tocante à organização urbana. Por outro lado, não foi isenta de contradições, pois, a população retirada do local foi conduzida a outra região da cidade sem quaisquer identidades com a comunidade local (REDE BRASIL DE COMUNICAÇÃO, 2016).

⁵² A Ponte do Limoeiro localiza-se próxima à sede da Prefeitura do Recife e, na época em que o prefeito assumiu, havia várias famílias que moravam embaixo da ponte, entre o rio e o concreto.

contra as mulheres e a garantia do direito a tratamento digno sem discriminação ou constrangimentos na rede de saúde do município e privada. Coube ainda à Coordenadoria gerir o programa e fazer a articulação interna junto às demais secretarias, em especial ao Comitê de Promoção de Direitos Humanos e Prevenção à Violência no Recife (RECIFE, 2001d). Apesar das limitações da Coordenadoria política para as mulheres, que diferentemente de uma secretaria não possui uma estrutura organizacional que dê materialidade às ações de políticas públicas, a iniciativa de contemplar um segmento importante da população recifense, ratifica a tentativa de se contrapor ao projeto de sociedade em curso, à época.

No mesmo formato institucional que a anterior, a Coordenadoria de Voluntariado, segundo enunciado do Diário Oficial, trata o voluntariado numa Perspectiva Transformadora. A coordenação trabalhou com a mobilização para trabalho voluntário na tentativa de fortalecer a participação e o engajamento dos cidadãos. Através de seminários, as ações realizadas nas áreas do meio ambiente, ação social, cidadania, saúde e educação foram apresentadas em faculdades privadas, ONG's e demais espaços, como indicado no Diário Oficial. Nesses seminários, a Coordenadoria fazia uma sensibilização e propagação do surgimento do trabalho voluntário no Brasil, e sua evolução, a partir da década de 1980, assim como o surgimento de instituições, como a Pastoral da Criança (1983) e Ação de Cidadania Contra a Miséria e Pela Vida, esta última criada pelo sociólogo Herbert de Souza – o Betinho.

Para concluir os aspectos relacionados ao contexto da prática da reforma administrativa, debruçemo-nos ao desmembramento da Secretaria de Turismo, Esporte e Cultura. A cultura numa secretaria única demonstrou a prioridade que o setor ganhou na gestão municipal, talvez a principal secretaria após o OP, o que era de se esperar, visto a tradição de organização dos grupos e movimentos culturais da cidade, como foi destacado por nós, anteriormente. A Secretaria de Cultura ficou responsável por vários projetos de fomento de grupos culturais, contudo, a ação mais emblemática foi o denominado Carnaval Multicultural, centralizando as comemorações no centro do Recife e, procurando abrir espaço para as diversas manifestações de ritmos que formavam a cena cultural da cidade.

Se de um lado houve uma atenção dada ao setor cultural, que foi privilegiado pelo instrumento da política, o mesmo não pode ser dito em relação ao esporte e lazer que permaneceram vinculados a uma área de pouca interface na Secretaria de Turismo e Esportes, demonstrando não haver, para o setor, mudanças significativas. Podemos concluir, portanto, a existência de uma tensão entre o novo e o antigo referencial de política, pois não havia concretamente, até o momento, uma proposta para o setor condizente com o novo referencial,

apesar de existir dentro das instâncias partidárias do próprio PT, as produções do Setorial de Esporte e Lazer.

Essa tensão fica evidente no discurso de um dos atores que participou desse contexto de influência, que nos apontam Bowe, Bal e Gold (1992), pois havia uma disputa real entre os grupos que compuseram a arena pública, no esforço de influenciar o referencial que nascia com a nova gestão, nesse caso, representados os grupos da cultura e o grupo do esporte (representado pelo Setorial de Esporte e lazer do PT). Note-se que essa tensão é evidente no discurso a seguir:

Quando houve a vitória de João Paulo em 2000, já existia essa comissão do Setorial [de Esporte e Lazer do PT], eu tinha participado de algumas reuniões e de um seminário, que foi um seminário que propôs as bases do programa de governo que o João Paulo defendeu na campanha e houve, depois, entre a vitória de João Paulo em 2000 e ele assumir em janeiro de 2001, **houve uma série de fóruns temáticos e, existia um fórum temático de cultura, esporte e lazer**, né?! E esse fórum fez diversas reuniões, claro que com a eminência muito grande com, no tema da cultura, né?! O tema do esporte tava praticamente nós do Setorial lá, querendo discutir, mostrar temas tal! Inclusive, devemos muito a uma pessoa chamada Lêda Alves, né, dela ter garantido o espaço, dela ter feito questão de nós, do esporte, [...] colocar nossas questões, porque [...] **na compreensão de alguns um direito era mais valioso que o outro**, né?! (E14)

Apesar da participação do Setorial de Esporte e Lazer do PT nesses fóruns temáticos, suas contribuições não tiveram força política para obter espaços na máquina governamental. Desta forma, na primeira composição de governo, a pasta relacionada ao esporte foi aquinhoadada com um dos partidos de coalizão, que não tinham, necessariamente, alinhamento com o novo referencial “modo petista de governar”. Desta forma, de um lado, assume para o comandando da autarquia municipal de esporte, o Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães – Geraldão – estrutura já existente das gestões anteriores – um quadro do PDT e, de outro, na Secretaria de Turismo e Esportes, um empresário do setor de turismo. No discurso do mesmo ator:

Quando João Paulo assumiu [...] Foi delegado o Geraldão, que era o único órgão esportivo existente para uma composição política na época com o PDT [...] e, apenas após cinco meses, com a organização da reforma administrativa é que foram criados, foi criada a estrutura da Diretoria Geral de Esportes, né?! (E14)

Diante dessa conjuntura, por fora da máquina estatal é iniciado um movimento por alguns integrantes do Setorial de Esporte e Lazer do PT, para assumir cargos na Secretaria que surge com a reforma administrativa. Essa investida parece legitimada pelos atores, tendo

em vista a participação do setorial na campanha eleitoral de 2000, contribuindo inclusive, com o plano de governo. Silva, J. L. (2013), em sua tese de doutorado sobre a gênese do principal programa da política de esporte e lazer do Recife, na primeira gestão do PT, retrata essa movimentação ao afirmar que:

De acordo com um documento do setorial, [...] [ele] começa a atuar desde a primeira campanha de Lula, em 1989. Porém, é a partir de 1994 que documentos são formulados com objetivo de nortear planos de campanha. [...] o documento cita várias reuniões realizadas até culminar na criação de um Movimento Pro Setorial de Esporte e Lazer, culminando no I Encontro Pro Setorial de Esporte e Lazer, realizado em agosto de 2000, e mais adiante, **em 29 de novembro de 2000, na fundação do setorial**. Com a fundação do setorial passava-se a ter um espaço institucionalizado que respaldasse as ações na política específica e que mais adiante é tomado como referência para argumentar em termos do desenvolvimento de uma política com a tônica petista no setor de esporte na cidade do Recife. [...] O professor Agostinho Rosas⁵³, da ESEF-UPE⁵⁴ [...] termina por desencadear a **participação** [do setorial] de forma mais intensa **no processo de formulação do plano de governo**, o que **amplia também a rede de relações [...] dentro do próprio partido**. [...] Após a vitória de João Paulo em Recife [...] seguiu-se então para o diálogo sobre a área de esporte e lazer (SILVA, J. L., 2013, p. 173, grifo nosso).

Destacamos que esse movimento indicado por Silva, J. L. (2013), para nós, representa o que Ball denomina de contexto de influência e fica evidente na atuação do Setorial, o esforço para intervir na definição e na direção das políticas públicas para o setor. Inicialmente, mesmo participando dos fóruns temáticos, o Setorial não teve sucesso na composição do governo, mas, com o aprofundamento das relações políticas dentro do próprio partido e da prefeitura, inicia-se um movimento de entrada do setorial na gestão. No discurso de um dos atores que participaram desse momento é possível compreender essa dinâmica.

[...] As eleições de 2000, né?! (pausa) Que elegeu João Paulo (pausa) [...] naquele momento das eleições quando a gente foi lá pro Marco Zero, que durante muito tempo era um espaço de grandes celebrações ali da, daquelas conquistas eleitorais [...] paramos para conversar num canto e a partir dali começamos a discutir: ó, o prefeito foi eleito, a gente participava do Setorial de Esporte e Lazer do Partido dos Trabalhadores e [...] precisamos pensar quais os caminhos – se é que nós queríamos construir caminhos – pra poder discutir a política de esporte e lazer em Recife. [...] a gente, vira e mexe começava a conversar e [...] começou a construir articulações por dentro do partido, por dentro da prefeitura, para levar a proposta. Então, primeiro, a gênese em si foi: tentar contribuir com a proposta de política pública de esporte e

⁵³“Agostinho Rosas não era militante profissionalizado, de carteirinha do Partido dos Trabalhadores, mas era um intelectual de esquerda, ligado a toda uma tradição política do Estado ligado a Paulo Rosas, Paulo freire, Dona Argentina” (SILVA, J., 2013, p. 175). Cabe destacar que Paulo Rosas e D. Argentina Rosas, são os pais de Agostinho e atuaram junto a Paulo Freire nos círculos populares de cultura, no Movimento de Cultura Popular, nos anos de 1960, daí o possível ressurgimento dos “círculos”, na política em análise.

⁵⁴ Escola Superior de Educação Física da Universidade de Pernambuco (ESEF-UPE).

lazer pra prefeitura, a partir daquilo que nós definimos. Que o fundamental era, a gente fez a formação no ensino superior [...] e participávamos do setorial de esporte e lazer e que nós gostaríamos de produzir e construir experiências em esporte e lazer, que fosse um divisor de águas daquilo que a gente sempre via (pausa). [...] Até que nós tivemos dois encontros com [o Secretário de Turismo e Esportes] [...] e nós levamos o mérito da discussão. Dessa discussão saiu que [o Secretário] chamou o [meu companheiro de setorial] e pediu pra [ele] indicar mais uma pessoa para assumir a Diretoria de Esportes da prefeitura [...] e, em meados de junho, julho de 2001 o [companheiro] falou [...] ‘tu vai pra prefeitura comigo’. [...] ‘quero que tu assuma a outra vaga e comece a organizar a prefeitura’ [...] Então eu falei: ‘não, vou atender, então, essa solicitação’. (E13)

Numa visão um pouco diferente, outro ator já considera que o movimento de entrada do Setorial se deu a partir de uma chamada do empossado Secretário de Turismo e Esportes.

[...] quando foi criada essa estrutura da Diretoria Geral de Esportes **o então Secretário de Turismo e Esportes**, até onde eu alcancei – foi onde eu participei diretamente desse processo, eu ainda estava na universidade e não era dirigente do Setorial, eu era participante do Setorial – **chamou o setorial pra conversar, né?!Tinha recebido do fórum, dos materiais daquele processo de transição, propostas e documentos do, do que emanaram do setorial, né, e convidou [um companheiro] pra ser o diretor, né?! [...]** Como é que a gente entra nessa história? É, é, quando se assume essa possibilidade do setorial compor tal, a estrutura. A gente tava realizando, tava participando de um congresso do CBCE⁵⁵ e, a gente percebia que tava tendo uma série de conflitos, né, daquele que pessoal que era mais antigo, que participava do CBCE e do Setorial, mas, a gente não sabia nem (pausa), nem exatamente a natureza desse conflito, nem a profundidade deles, né?! Algumas pessoas já ali se afastaram, totalmente, de qualquer relação com essa experiência, apesar de vir discutindo com o Setorial diretamente [...] e outras pessoas continuaram a participar da discussão, mas, nunca assumiam cargos, né?! (E14)

No discurso do ator uma nova conjuntura se apresenta, pois além da disputa na arena pela definição da política parece ter havido uma rixa interna no próprio Setorial, o que levará a um distanciamento entre os dois integrantes que assumiram os cargos na prefeitura e os demais participantes do processo até esse momento. Sozinhos, assumiram os cargos e iniciaram os trabalhos como indicado abaixo:

Fui o primeiro, eu acho, a assumir a prefeitura e comecei a organizar mais estruturalmente a Secretaria, né?! Não no sentido da política pública, mas, no sentido de ir arrumando as coisas, porque a gente chegou na prefeitura e não tinha mesa, não tinha cadeira, não tinha sala, não tinha ramal e não tinha nenhum documento! A gente tentou vasculhar o que tinha de política pública de esporte e lazer na prefeitura. Não tinha absolutamente nada! A única coisa que nós conseguimos tomar conhecimento era quando vinha a demanda da comunidade para pedir o que já se pedia antes, troféu padrão e contribuições para trazer eventos para as comunidades. O que se chamava de política de esporte e lazer no final das contas, até então, era a política de santinho, né?! Não tinha, de fato, algo estruturado, algo

⁵⁵ Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.

organizado, enquanto política pública. E, a gente teve que, literalmente, começar do zero. (E13).

Diante dessa circunstância foram desenvolvidas estratégias para alargar o corpo da equipe de trabalho. A primeira delas foi a aproximação com os integrantes do movimento estudantil, que faziam parte da convivência nos espaços acadêmicos e de militância partidária, como podemos perceber no trecho discursivo que segue:

E, **nós que éramos do movimento estudantil**, que era do [Diretório Acadêmico da ESEF-UPE e do Setorial], que tinha participação no processo **fomos chamados a apresentar uma colaboração**, né, [...] resolvemos apresentar um projeto, e escrevemos um projeto, se eu não me engano o nome do projeto era ‘Projeto esporte e cidadania’, que dava bases de ideia de um projeto voltado pra comunidade, de um projeto que não fosse elitista [...], enfim [...] apresentamos uma ideia! [...] já numa terceira conversa [...] eles tiveram autorização para contratar oito estagiários lá na Diretoria de Esporte e, pediram pra que a gente ajudasse eles [os dois companheiros do setorial que assumiram cargos] nesse processo de seleção desses estagiários, né?! [...] foi que eu entrei na política de esporte e lazer da prefeitura, né, em 2001. (E14)

Com uma equipe minimamente formada, a nova política de esporte e lazer do Recife vai ganhando seus contornos, contudo, ainda conviverá com as antigas práticas que permanecem na gestão do Geraldão em toda a primeira gestão municipal. Essa equipe, composta por dois professores de educação física e oito estagiários, será o princípio da formação de um novo grupo – do esporte e lazer, que ocupará o espaço do Setorial de Esporte e Lazer do PT, além de outros espaços políticos na gestão. Sua formação sofrerá alterações durante as três gestões, contudo, suas pautas políticas girarão em torno das problemáticas do setor⁵⁶.

5.2.1 As tensões entre o novo e o velho

Ainda que a reforma administrativa possa ser entendida como um mecanismo de viabilização dos novos referenciais das políticas públicas para o município, a convivência entre o novo e o velho se fez muito forte durante todo o primeiro mandato do prefeito em

⁵⁶ Silva, J. (2013, p. 132) trata com detalhes a formação do Setorial de Esporte e Lazer do PT, entrevistando seus membros. Destaca também, do ponto de vista acadêmico como as influências da área progressista na educação física influenciou na formação dos gestores na formação da política de esporte e lazer a ser construída na prefeitura do Recife, assim como aprofunda até o final de 2004, como se deu a formação e o desenvolvimento desse grupo político, que em determinado momento se auto intitulará de “Coletivo Socialista de Esporte e Lazer – Festa no pedaço”. Apesar da denominação, o grupo foi reconhecido na Prefeitura e no Partido como Grupo do Esporte e Lazer.

destaque no campo do esporte e lazer, de resto, como em outros campos. Podemos mesmo afirmar que houve duas políticas diferenciadas ou dois referencias de políticas concorrentes, o que explicitou as tensões presentes na acomodação dos interesses dos diversos grupos que formavam a coalizão que deu sustentação ao novo grupo que assumiu a máquina governamental no período.

O contexto de influência que a política de esporte e lazer em análise começa a se formar na primeira gestão do PT esteve condicionado ao amplo arco de forças que passou a compor a “Frente de Esquerda do Recife”, no segundo turno das eleições de 2000. Vale destacar que a eleição ocorreu por uma diferença de votos muito pequena, mas possível, pelos partidos que, no segundo turno, passaram a apoiar a Frente e que iriam cobrar seu quinhão nos cargos do governo.

As ações adotadas pelo que denominaremos aqui de “velha gestão” representam a política do setor de esporte e lazer da Prefeitura do Recife, nas gestões dos partidos de centro-direita, nas gestões de Jarbas Vasconcelos do PMDB (1993-1996) e Roberto Magalhães do PFL (1997-2000). Segundo Assis de Oliveira (1998), uma das questões observadas nessas gestões é a ausência do termo lazer em suas secretarias e em qualquer outro setor da prefeitura. Em contrapartida, o esporte aparece com destaque associado a outras áreas como desenvolvimento econômico e turismo. No âmbito de atuação, as ações relacionadas ao esporte estavam vinculadas a autarquia Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães - Geraldão. Para esses órgãos, a política de esporte e lazer consistia em estimular atividades de lazer e a prática esportiva, visando melhorar o padrão de saúde física e mental da comunidade e o desempenho de atletas profissionais, organizados da seguinte forma:

Quadro 8 - Programas de Governo da “velha gestão”

ÓRGÃO	PROGRAMA DE GOVERNO	PROJETO/ATIVIDADE
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E ESPORTE	Esporte nos Bairros	• Construção e recuperação de equipamentos esportivos diversos; • Manutenção de equipamentos desportivos; • Desenvolvimento de programas desportivos para meninos de rua.
	Animação esportiva	• Promoção de programas desportivos para meninos de rua; • Promoção de esportes e de educação física; • Promoção de eventos esportivos para portadores de deficiência.

GINÁSIO DE ESPORTES GERALDO MAGALHÃES - GERALDÃO	Formação para o esporte	• Formação de recursos humanos na área desportiva comunitária
	Promoção esportiva e cultural	• Promoção do desenvolvimento da educação física e desportiva; • Cobertura das quadras esportivas; • Recuperação do Geraldão; • Manutenção e conservação das instalações físicas do Geraldão.

Fonte: Elaborado pela autora adaptado de Oliveira, S., 1998.

Diante dessas ações é possível inferir sobre o desenvolvimento de uma política para o setor, ainda que com as críticas versadas por Oliveira (1998) no que diz respeito aos desencontros de ações, a não instalação de qualquer equipamento de lazer, a grande distância entre as diretrizes e as políticas desenvolvidas, além de a política implementada não corresponder a uma gestão voltada para o atendimento das necessidades de uma maioria e a grande característica de ações desenvolvidas é no sentido do lazer enquanto tempo e espaço de alienação, consumo e adequação dos valores dominantes. Considerando essas críticas, o autor ainda propõe um rol de doze ações para o setor dentre as quais destacamos: (1) a implementação de uma política de esporte e lazer à luz de diretrizes válidas para o conjunto das políticas públicas tais como a inversão de prioridades na aplicação de recursos, a busca da melhoria da qualidade de vida, a recuperação de espaços e serviços e a democratização do poder; (2) o entendimento do lazer do ponto de vista da promoção humana, do desenvolvimento pessoal e social, como objeto e instrumento da educação, da mobilização e da participação crítica e criativa; e, (3) o esporte como algo a ser aprendido, refletido e modificado, orientando-se na perspectiva do rendimento necessário ao grupo envolvido na sua prática, ao contrário do rendimento obrigatório imposto pelo esporte profissional.

Para que o leitor possa compreender melhor as origens das inovações no campo do esporte e lazer, é importante nos referirmos ao movimento no campo da educação física que teve início logo após a abertura política, no Brasil e em Pernambuco. Pessoas que tinham sido formadas nesse movimento⁵⁷ levaram elementos da perspectiva histórico-crítica para projetos de extensão da Universidade de Pernambuco (UPE), para Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), para o terceiro Governo Arraes, para a Prefeitura de Camaragibe,

⁵⁷ Para detalhes sobre as influências do Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer, ver Silva, J. (2013).

ONG's vinculadas a movimentos populares e para o próprio Partido dos Trabalhadores, através do Setorial de Esporte e Lazer e chegará à política que estamos analisando.

Alguns setores da educação física no Brasil, na década de 1980, sob influência da literatura alemã, passam a criticar fortemente o viés esportivizador, visão dominante da área à época. A esportivização pressupõe a adoção dos elementos do esporte de alto rendimento para a educação física, mas autores como Dieckert, Kurz e Brodtmann (1985) já refletiam sobre uma educação física mais humana, onde o esporte não estaria à disposição dos melhores, mas poderia e deveria ser praticado por todos. Sugere, deste modo, uma nova proposta antropológica que trouxesse como centro, a cultura corporal própria do povo brasileiro. E, segundo os autores, essa “cultura própria” referia-se às elaborações das pessoas em torno de suas próprias práticas corporais, como as danças, os jogos, característicos de sua região, nesse caso, do Brasil. Contudo, foi a partir da obra intitulada *Metodologia do Ensino da Educação Física* (1992), conhecida como *Coletivo de Autores* que as críticas à esportivização na educação física ficaram mais evidentes e conceito de cultura corporal passa a configurar nas discussões e nas práticas da área (SOUZA JÚNIOR et al., 2011).

O pensamento hegemônico na educação física tem como objeto de estudo o desenvolvimento da aptidão física do homem, contribuído historicamente para a defesa dos interesses da classe no poder, mantendo a estrutura da sociedade capitalista. Nesse sentido, a educação (por meio da educação física) prepara o homem para essa sociedade, alienando-o da sua condição de sujeito histórico, valorizando a obediência, o respeito às normas e à hierarquia. Esse pensamento apoia-se, ainda, na pedagogia tradicional influenciada pela tendência biologicista para adestrá-lo e condicioná-lo fisicamente (SOARES, 1992).

Contrapondo-se claramente a essa filosofia de cunho liberal e positivista é defendido pelos autores o incentivo à criatividade humana, à adoção de uma postura produtiva e criadora de cultura no ensino da educação física. Apenas assim haverá uma superação dessa lógica liberal e haverá espaço para a afirmação dos interesses de classe das camadas populares. Somente na medida em que desenvolve uma reflexão pedagógica sobre valores como solidariedade, cooperação e, sobretudo, liberdade – de expressão dos movimentos – só assim será possível caminhar para a emancipação humana. Nessa perspectiva, o Esporte, enquanto tema da cultura corporal, “é tratado pedagogicamente na Escola de forma crítico-superadora, evidenciando-se o sentido e o significado dos valores que inculca e as normas que o regulamentam dentro de nosso contexto sócio-histórico” (SOARES, 1992, p. 45).

Com isso, podemos afirmar que a cultura corporal, na perspectiva apresentada pelo *Coletivo de Autores* está pautada numa perspectiva dialética, baseada na produção humana e

que se apresenta politicamente orientada ao defender a emancipação da classe trabalhadora. É vinculado a elementos dessa visão sobre a educação física, que a dimensão cognitiva do novo referencial da política de esporte e lazer irá se desenhar nessa primeira gestão.

A influência desse movimento pode ser notada no discurso dos atores ao externarem a sua relação com a experiência vivenciada na prefeitura:

Ainda na universidade, a partir das discussões da disciplina prática de ensino com a professora Celi Tafarel⁵⁸. Onde, na época, ela fazia propostas de um método e de uma observação sobre a sociedade completamente diferente do que os demais professores faziam [...] enquanto estudante acompanhava as discussões do laboratório de estudos, que Celi era coordenadora, e que tinha vários alunos de mestrado, né?! Discutindo política pública de esporte e lazer a partir de outra perspectiva e isso fez com que a gente fosse se aproximando. (E2)

[...] Na universidade enquanto membro do diretório acadêmico, a gente já pensava em, ali naquela época, a gente ainda não pensava em uma política pública de esporte e lazer, mas, a gente pensava numa educação física diferente, né?! Algo que pudesse trazer pras pessoas, no caso, muito focado na escolar, a gente pudesse trabalhar na escola vários elementos da cultura corporal! Então, a gente, naquele período, tinha uma influência muito grande dos trabalhos de Celi Tafarel, principalmente, do coletivo de autores, que apresentavam pra gente essa perspectiva de cultura corporal, da gente poder trabalhar é, historicamente e culturalmente, tudo o que a humanidade conseguiu produzir [...] eu acho que, pelo menos pra mim, isso foi um embrião, a gente começou a pensar dessa maneira. (E8)

Apesar das influências do Coletivo de Autores, a chegada do grupo para assumir politicamente a Diretoria Geral de Esportes foi bastante tensionada. Isto se deve ao fato de que o esporte concebido como algo ligado à criatividade humana, possibilitando a liberdade do indivíduo não era aceita por muitos profissionais do setor e, de outro lado, apresentava-se como uma proposta de difícil assimilação aos que não eram da área. No discurso de um dos atores essa tensão é evidenciada:

Fui tocando e tentar criar umas articulações, né?! E, nessas articulações com uma secretaria, ou outra a gente foi estabelecendo as parcerias e os distanciamentos, inclusive, lembro que naquela época uma das secretarias que a gente acabou criando uma aproximação que acabou inclusive se configurando na Academia da Cidade⁵⁹, foi a Secretaria de Saúde, né?! Que no começo teve uma relação interessantemente harmônica [...] a gente foi construindo algumas coisas e depois também deu uma recuada porque também viu que o pessoal começou a se incomodar um pouco com o

⁵⁸ Celi Tafarel foi uma das autoras do livro Metodologia de ensino da educação física – Coletivo de autores, na época professora da UFPE.

⁵⁹ O Programa Academia da Cidade foi desenvolvido pela Secretaria de Saúde, ainda na primeira gestão. Sua formulação aconteceu em parceria com o grupo do esporte e lazer, mas, a gestão do programa era responsabilidade da saúde. A ideia era garantir o acesso a atividades físicas (ginástica e musculação) como ação de prevenção à saúde.

debate. Tem uma atividade que foi até bem interessante, que o Humberto Costa, que era o Secretário de Saúde chamou. É, um seminário e tal que inclusive chamou a escola superior de educação física de UPE, né?!, que, na época, o diretor era o Renato Medeiros e, como estava tudo pronto para a reunião, a gente chegou [...] e Renato Medeiros saiu. Então, a gente percebeu, com muita clareza, que ele se incomodou quando viu [...] [os] envolvidos na prefeitura, naquela política. [...] Houve muitas tensões, no começo, principalmente por conta da defesa dos princípios da educação física, e aí, foi o racha que a gente teve com a Secretaria de Saúde porque o professor de educação física estava de frente da Academia da Cidade também defendia os princípios do sistema CONFEF⁶⁰ e CREF⁶¹ e a gente acabou não construindo. (E13)

Com essa assertiva, parece-nos que o contexto de influência se renova em cada momento ou em cada espaço de disputa da política setorial. Outrossim, a dimensão cognitiva do novo referencial também vai sofrendo modificações, visto que ele transita entre o referencial mais amplo ligado ao “modo petista de governar”, mas busca alinhar-se com um referencial próprio do setor, vinculado nesse momento às contribuições do Coletivo de Autores.

Apesar das tensões, para afirmar o referencial que daria contorno à política de esporte e lazer, o grupo vai desenvolvendo algumas ações de sensibilização em comunidades de baixa renda da cidade, como aponta o discurso de um dos atores:

Eu assumi uma postura de [...] articulação com as comunidades e tal, que procuravam a gente para a gente discutir as ações e identificar as comunidades que eram mais importantes, mais estratégicas para a gente fortalecer a política, então, a articulação do bairro do Macaxeira, Alto de Terezinha, Santo Amaro que a gente já tinha uma história antiga por conta da ESEF, depois os outros bairros que a galera da juventude começou a se mobilizar, então, a gente assumiu muito esse papel. (E13)

As articulações comunitárias, as ações realizadas em conjunto com os alunos envolvidos no movimento estudantil da ESEF-UPE, o envolvimento dos professores da Rede Municipal de Ensino que atuavam nos Centros Sociais Urbanos⁶² (CSU's), constituíram as primeiras atividades que dariam contorno à nova política de esporte e lazer. Essa tensão entre as disputas pela adoção de um referencial e as ações que precisavam ser realizadas nos mostra certo trânsito entre o contexto de influência e o contexto da prática. Isso porque no desenvolvimento dessa política em específico não identificamos, inicialmente, a elaboração

⁶⁰ Conselho Federal de Educação Física.

⁶¹ Conselho Regional de Educação Física.

⁶² Os CSU's fazem parte de uma política do Governo Federal, nas décadas de 1970-80, com a finalidade de fortalecer as relações comunitárias. Em Recife temos CSU Novaes Filho, CSU Afrânio Godoy, CSU Bido Krause e CSU Eraldo Gueiros.

de textos que, balizados por um referencial instrumental, apontassem uma metodologia ou indicassem uma filosofia de ação. É como se, nesse primeiro momento, a partir da defesa de um referencial cognitivo as ações fossem acontecendo e a política se construindo. Com as limitações na equipe (formada por dois professores e oito estagiários), uma característica desse primeiro momento é o envolvimento de voluntários em tais ações. Nesse sentido, alguns atores enfatizam em seu discurso como se deu essa experiência:

Fiz alguns trabalhos voluntários, né, eu ainda era estudante. A gente fez o primeiro, eu não lembro exatamente como a gente chamou, mas, foi o dia das crianças [em 2001] no CAIC⁶³ do Ibura era uma espécie de arrastão do lazer. Mas, já foi uma ação pela prefeitura do Recife, né, e eu atuei enquanto voluntária ainda, na época, ainda estudante. E, também, atuei como voluntária em algumas atividades, não todas, na colônia de férias, eu acho que foi a primeira colônia de férias que houve [...] foi nos CSU's, não exatamente na organização, mas, em algumas atividades enquanto voluntária. (E3)

[...] eu tava no movimento estudantil de educação física, muito mobilizada pelo que eu acreditava naquele momento ser correto fazer [...] E, e, a partir, então, desse chamado pro D.A., eu comecei a participar de algumas ações que foram conjuntas. Então, teve o primeiro arrastão no Ibura, que foi realizado, lá. (E5)

Com as disputas internas para galgar espaço na gestão, a estratégia de focar diretamente em ações que caracterizam a prática da política levou o grupo do esporte e lazer a ampliar sua equipe. Ainda em 2001 foi criado um grupo de trabalho para fazer parte de um projeto piloto que seria o embrião do Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer, conforme apontado no discurso das entrevistas que seguem:

[...] teve o primeiro arrastão no Ibura [...] E aí, depois disso [...] começou a haver seleção pra as pessoas começarem a participar de um projeto – os Círculos populares de Esporte e Lazer – que ia ter um projeto piloto em Brasília Teimosa⁶⁴. Na verdade, antes disso, houve uma chamada anterior, que aí eu não fui chamada, pra os estagiários da diretoria e aí depois é que veio esse chamamento para a instalação do projeto piloto. (E5)

Minha entrada foi a partir de um estágio, mas não era nada formalizado, assim, eram pagamentos em forma de empenho⁶⁵ e eu comecei como uma estagiária, de fato,

⁶³ Os CAICS - Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente foi uma política de atenção à criança na década de 1980, idealizados por Darcy Ribeiro e Leonel Brizola que visava o atendimento de escola integral como política pública.

⁶⁴ Bairro de periferia do Recife, localizado na zona sul da cidade.

⁶⁵ “O empenho representa o primeiro estágio da despesa orçamentária. É registrado no momento da contratação do serviço, aquisição do material ou bem, obra e amortização da dívida. Segundo o art. 58 da Lei nº 4.320/1964, empenho é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Consiste na reserva de dotação orçamentária para um fim específico” (BRASIL, 1964).

numa comunidade de Brasília Teimosa e participei desde o início [...] de todo processo de instauração dos Círculos Populares de Esporte e Lazer que era o que vinha a ser o estruturador naquele momento. (E1)

Apesar das ações realizadas e o aumento do número de pessoas na equipe de trabalho, havia dificuldades reais na estruturação de uma política diante do orçamento limitado e da ainda reduzida equipe de trabalho. Somado a isso, a inexperiência do trato com as instâncias da estrutura de governo levou o grupo a fazer uma autoavaliação e de acordo com um ator:

[...] A gente tinha as diretrizes gerais, do que é uma política de esporte e lazer, que era fruto dos debates do setorial de esporte e lazer [...] fruto dos debates da nossa experiência de educação física, de cultura corporal etc. [...] a gente tinha a ideia, a gente precisava colocar um programa na rua. A gente escrevia isso no papel, né?! Fazia um pequeno projeto, colocava lá o que precisava de material, necessidade de monitoria etc. e tal, colocava no papel e tentava vender o peixe lá com [...] o secretário e, a gente tinha que se dirigir a ele para poder fazer esse procedimento. Em 2001, a gente percebeu que isso não estava funcionando, então, a gente ia para as atividades pontuais, ia com parceria. Em 2001, eu me lembro, que a gente tentou organizar um passeio ciclístico na prefeitura, no dia das crianças. Foi um fiasco total! Foi um pai e a filha dele, para esse passeio ciclístico! [...] a gente cumpriu com a atividade, mas falamos: ‘foi uma porcaria! Não conseguimos fazer nem um passeio ciclístico do jeito que a gente queria fazer!’ E aí, a própria inabilidade da gente de como é que se divulga, como é que se chama etc. e tal. Então, a gente participava dessas ações eventuais que não funcionavam, no final das contas! [...] A gente terminou o ano de 2001 com a seguinte análise: [...] a gente tá com a política [...], porém, a gente não consegue materializar isso nas comunidades. A gente conseguia fazer um evento aqui, outro ali, coisa e tal, mas, a gente precisa materializar! E, a gente terminou aquele ano tentando construir uma relação com uma estrutura que a gente já tinha, que eram os Centros Sociais Urbanos, né?! E, que tinha, inclusive, um corpo de professores, que eram, eram professores, concursados como professores, mas que iam para os CSU’s [...] E aí, em 2001, a gente começou a fazer o trabalho com os professores dos CSU’s, né?! (E13)

O trabalho com os professores dos CSU’s culminou no I Encontro de Professores de Educação Física dos Centros Sociais Urbanos, que por sua vez, gerou um relatório no qual pudemos constatar as primeiras sistematizações daquilo que poderíamos denominar de textos da política. De forma sintética, um dos atores relata, em seu discurso, o contexto no qual o Encontro aconteceu:

[...] logo quando eu entrei, é, é, houve um seminário, né em 2001, de formação continuada. Porque existia os Centros Sociais Urbanos da prefeitura, onde tinham os professores de educação física, e na escassez de recurso e na impossibilidade, vamos dizer assim, de contratação imediata, de concurso público, né, pra se montar programa, pra prefeitura começar a realizar uma política, mais diretamente, a ideia que a equipe teve no primeiro momento pra sair do canto, né, foi contar com esse grupo de professores. Professores que tinha, já décadas de casa, na prefeitura, lotados nos CSU’s que, nas visitas que foram feitas nos CSU’S, aparentemente eram conhecidos nas comunidades, né, não eram pessoas estranhas nas comunidades e, resolveu-se tentar fazer um seminário de formação pra ver em que medida poderia se encaixar, com a compreensão nova de gestão, da gestão com esses professores, de

uma nova política, e se conseguir ganhar eles pra essa nova compreensão, e se disparar esse trabalho, né?! E nisso, claro, se esbarrou uma série de reclamações históricas, né, de desvalorização, de precarização do espaço dos CSU's, né, sucateamento, uma série de coisas que os professores duvidavam muito que essa equipe fosse ter força, energia e até longevidade na função pra enfrentar, né, os desafios, né?! E, muitos, não tavam mais, também até pela quantidade de tempo convivendo nessa situação bastante precária, não tavam mais muito a fim, mesmo, de enfrentar esse desafio, tava perto de se aposentar tal, muitos até doentes mesmo, já com a idade avançada tudo, então, mas era, foi um primeiro ensaio, né?! (E14)

Nos enunciados acima, fica evidente as arenas que o grupo gestor precisaria disputar. Além de outros espaços da prefeitura como as secretarias de interface, havia a necessidade de conquista da própria equipe de professores. Entendemos esse movimento como se o contexto de influência estivesse por dentro do contexto de produção de texto visto que tal grupo, mesmo chamado a contribuir para a elaboração das diretrizes gerais da política, não demonstrava interesse. Remetemos essa estratégia a um movimento tático para que a nova equipe pudesse ter apoio político dos professores “da casa”, mas, ao que parece através do discurso acima, não houve efetivamente uma contribuição desses profissionais para a produção desse novo referencial. Nesse sentido, o contexto da produção de texto – caracterizado por Ball como uma arena de disputa em relação ao conteúdo do que será publicizado e divulgado aos atores da implementação – continuou sendo uma prerrogativa do grupo de gestores que assumiu a DGE, mas com anuência (mesmo que formal) dos professores dos CSU's. Por isso, na estrutura e no texto que o documento apresenta, não conseguimos identificar maiores disputas com relação à adoção de um novo referencial, pois a maioria dos participantes, de um lado identificava-se com tal proposta, de outro não acreditava que aquela construção seria, de fato, o início de uma nova política.

Segundo o documento, o encontro contou com a participação dos professores efetivos dos CSU's, com os estagiários que já faziam parte da equipe, estudantes de educação física (aqueles que colaboravam como voluntários nas ações da política), a equipe técnica da DGE e os “capacitadores” (termo utilizado no documento, mas não indicou quem eram essas pessoas). Conforme é relatado no texto, as discursões giraram em torno da identificação das “condições concretas para a implantação do Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer – núcleo de infância e de juventude” e, para tanto, questões estruturais dos Centros Sociais Urbanos foram denunciadas, o que minimamente, aglutinou os professores efetivos. Num quadro geral, esse primeiro documento elabora um diagnóstico sobre o público-alvo da política, à época – a infância e a juventude, relatando aspectos como a violência e a vulnerabilidade; sobre as condições estruturais dos CSU's; e, por fim, a organização do trabalho tendo em vista a atual conjuntura. Finalizando o documento, o relatório indica as

propostas de esporte e lazer da Diretoria Geral de Esportes, e o que nos chamou a atenção foi a evidência à questão esportiva e, ao mesmo tempo, o alinhamento às ideias da cultura corporal, defendida pelo Coletivo de Autores, como demonstra o trecho a seguir: “Trabalhar por um **Recife Cidade Esportiva** significa, portanto, pensar numa Política de Esporte e Lazer que seja enraizada com a riqueza e a diversidade cultural e ambiental da cidade”. (RELATÓRIO DO PRIMEIRO ENCONTRO DE PROFESSORES..., 2001, p. 46).

Além disso, o conceito apresentado de um esporte democrático e participativo alinha-se ao referencial adotado pela gestão municipal e é evidenciada no documento:

Construir uma gestão democrática e popular no esporte e lazer é o nosso projeto. Assim, não é o esporte alienado e as formas de lazer acríticas que estamos promovendo, mas, um esporte democrático e participativo, e as formas de lazer que contribuam para a elevação cultural da população e para o desenvolvimento da cultura popular. RECIFE CIDADE ESPORTIVA. Ação por uma vida melhor! (RELATÓRIO DO PRIMEIRO ENCONTRO DE PROFESSORES..., 2001, p. 46) .

Muito embora o maior esforço seja no diagnóstico das problemáticas e a defesa desse novo referencial, o documento apresenta nove linhas de ação que dizem respeito a algumas atividades já iniciadas e outras ainda no campo da intencionalidade. No quadro abaixo relacionamos as ações e suas características.

Quadro 9 - Primeiras ações da Política de Esporte e Lazer

PROJETO	CARACTERÍSTICAS
Círculos populares de esporte e lazer	Programa que visa proporcionar aos segmentos da infância, juventude, adultos e idosos, atividades sistemáticas orientadas que possibilite o acesso a conhecimentos e construção de aprendizagens no âmbito da cultura corporal .
Arrastão do lazer	Atividade de sensibilização, que organiza atividades recreativas e esportivas em espaços que não dispõem de equipamentos públicos de esporte e lazer.
Academia da cidade	Programa desenvolvido pela Secretaria de Saúde, em parceria com a DGE, que estimula e orienta a prática do exercício físico em praças e parques da cidade.
Formação de agentes comunitários de esporte	Capacitação de líderes comunitários para atuarem como mobilizadores e organizadores no setor de esporte e lazer .
Brincando nas férias	Projeto em articulação com a “Escola Aberta” para realização de Colônia de Férias nos CSU’s da cidade.
Incentivo à produção do conhecimento	Ação que visa a parceria com entidades científicas que possam subsidiar as ações do poder público municipal e construir a memória esportiva e de lazer da cidade.
Reordenamento dos espaços esportivos	Ação de revisão de contratos públicos para desprivatizar e democratizar a utilização dos espaços esportivos e de lazer.
Normatização e valorização do quadro docente	Normatização das ações do corpo docente e funcional para intervir na Rede Municipal de Esporte e Lazer, considerando os professores que atuam nos CSU’s e no Geraldão.
Constituição da rede municipal de esporte e lazer	Construção de uma unidade esportiva de administração direta em cada uma das 6 Regiões Político Administrativas (RPA) para gerenciamento dos espaços esportivos . Elaboração de legislação com o objetivo de garantir a preservação dos espaços e equipamentos esportivos da cidade.

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Relatório do I Encontro de professores de educação física dos Centros Sociais Urbanos, 2001.

Notamos que havia uma intencionalidade na estruturação de uma política mais ampla, que envolvesse a *estrutura física* – quando enfatiza a necessidade de reordenamento dos espaços públicos e a criação de uma unidade administrativa descentralizada para acompanhamento das ações e a criação de leis de preservação desses espaços; *os recursos humanos* – no tocante à centralização dos professores de educação física dos CSU's e do Geraldão (que no momento estava sob a responsabilidade do superintendente da autarquia), a formação de agentes comunitários e o incentivo à produção do conhecimento que em última instância refere-se à formação docente; e *a programação* – que está relacionada aos programas e projetos em si, nesse caso, foi tomado como referência os Círculos Populares de Esporte e Lazer que atuam de forma sistemática, mas associados às ações pontuais como os “arrastões do lazer” e as colônias de férias. Contudo, apesar da temática do lazer aparecer nos enunciados das ações, o apelo às questões esportivas e vinculadas à educação física eram muito forte. Como nesse momento a principal influência era a obra do Coletivo de Autores e os debates da área em nos espaços acadêmicos, a questão do lazer aparecia de forma mais tímida. Isso fica evidente quando esse texto evidencia o enunciado “RECIFE CIDADE ESPORTIVA” escrito com destaque e letras maiúsculas, assim como nos enunciados em destaque no quadro 5: “construção de aprendizagens no âmbito da cultura corporal”; “capacitação de líderes no setor de esporte e lazer”; “construir a memória esportiva”; “democratizar a utilização dos espaços esportivos”; “gerenciamento dos espaços esportivos”; “garantir a preservação dos espaços e equipamentos esportivos”.

No tocante às ações, algumas já foram reveladas em contextos discursivos acima, como atividades realizadas com trabalho voluntário. Contudo, é pertinente notar a visão de um ator que, à época, encontrava-se na condição de usuário dos equipamentos e retrata a chegada do grupo para realização de uma atividade. Vejamos:

Tava junto com um grupo no Alto de Santa Terezinha, no Centro Social Urbano Afrânio Godoy [...] aí ocupamos, literalmente ocupamos, o centro. Chamamos artistas do Alto de Santa Terezinha, da Bomba do Hemetério, né, daqui do Alto da Bondade, artistas que nós tínhamos acesso pra que a gente pudesse fazer uma programação e fazer o Centro acontecer. Quando estávamos nesse processo [...] um certo dia chegou uma equipe da prefeitura do Recife, era um equipe da Secretaria de Turismo, né, onde ficava a Diretoria de Esportes, acredito que era isso, e um bocado de gente, gente bonita, alegre, rindo, feliz, que trazia é, é, uma proposta de fazer um arrastão na comunidade. Um arrastão que seria, pelo que a gente entendia, no primeiro momento, era fazer várias atividades em um dia, e após esse dia ver que tipo de relação podia manter lá com o movimento, com a gente, pra tocar as atividades que fosse possível dentro da área de esporte e lazer. (E15)

Interessante a ênfase no discurso do ator para a “beleza e alegria da equipe”. A impressão do seu discurso no faz relacionar essa questão à faixa etária da equipe que,

composta em sua maioria por estagiários, portanto, relativamente jovem, chamando a atenção do ator. Essa mesma equipe organiza o projeto piloto dos Círculos Populares de Esporte e Lazer – cuja característica está na atividade sistemática – que virá a ser, como indicam os documentos, a principal ação da política. E quanto à experiência piloto há dois relatos que indicam como a experiência sucedeu

[...] eu entro como estagiária de núcleo primeiro, e aí nós éramos 10 estagiários, naquela época, mais 4 professores. Ainda não tinha a organização de coordenações e tal, depois que foi criando. [...] a ideia era pensar aquele projeto piloto, e aí os estagiários eles vão junto com os professores, porque a proposta era participativa, fazer o planejamento pras atividades, fazer a relatoria das atividades, era um trabalho muito intenso, sabe!? Minucioso! Então, todas as atividades a gente tinha plano de aula, tinha relatório, tinha a revisão de tudo isso, todas as reuniões eram muito planejadas, minuciosamente. Então, o estagiário também assumia, dava aula, mas, os professores sempre estavam presentes. [...], [já] o estagiário de coordenação ele ia pras reuniões junto com o coordenador, né, ele tentava organizar o núcleo, né, fazer mobilização e tal, é, junto com o coordenador, então, era um aprendiz de coordenação, digamos assim. (E5)

[...] minha entrada foi a partir de um estágio [...] numa comunidade de Brasília Teimosa e participei desde o início, tanto eu quanto [...] eram 3 ou 4 professores e 6 ou 8 estagiários. Não me lembro, agora, a quantidade certa. [...] Ali se formou um grupo de convivência de adulto e idoso, uma turma pela manhã e uma turma à tarde e a gente participou, todo mundo que tava envolvido, né?!, que ia passar a ficar cotidianamente ali, então a gente teve uma reunião com as lideranças comunitárias, com representações de grupos de Brasília Teimosa e Pina e depois o grupo gestor definiu por Brasília Teimosa e definiu por ser uma atividade com adulto e idoso, então, a partir daí a gente passou a ter dois encontros semanais, a gente tinha, toda semana, reunião de planejamento, então, tinham responsáveis pelo plano de aula e sempre era um estagiário e um quatro ou três professores, e a gente ia, nesse processo de revezamento, construindo a prática pedagógica dos círculos. (E1)

Através dos contextos discursivos, notamos que a construção do programa iniciou-se de forma experimental. Não havia uma metodologia pré-estabelecida onde os atores iriam implementar. Existia uma referência à metodologia do ensino da educação física, apropriada pela contribuição do Coletivo de Autores, mas, num contexto diferenciado, por se tratar de uma experiência fora da escola e, no caso do projeto piloto, com o segmento de adultos e idosos. Outra dimensão que consideramos importante é o fato do trabalho ser realizado através da mobilização comunitária. Pelo que os discursos acima apontaram havia um trabalho desenvolvido diretamente com as lideranças comunitárias e grupos organizados das comunidades para a que ocorresse a intervenção da prefeitura, através da Diretoria Geral de Esportes. Essa ação de mobilizar as comunidades representou uma estratégia do contexto da prática que acabava influenciando na produção do texto da política e, conseqüentemente, no contexto de influências. Fica nítido no discurso do ator a seguir como o caminho de produzir

um documento e fazer com que a estrutura seja garantida para que a política aconteça, não funcionou para essa experiência. As arenas se expressavam em todos os aspectos e campos de intervenção do setor. Observemos o trecho que segue:

O [Secretário] era um cara do turismo, então ele não sabia [nada] de esporte e lazer, então era a gente que, inclusive, conduzia, mas, ao mesmo tempo que a gente conduzia, a gente tinha que ter, com o Secretário, a parceria. A parceria demorou um pouquinho, só depois que [ele] sacou, viu que o [prefeito] cresceu o olho [...] [o Secretário] foi um grande parceiro! [...] Era uma coisa que ele não dominava e ele achava que esporte e lazer independente de partido de esquerda e de direita era sempre a mesma coisa, né?! [...] Então, era falta de saberes em relação a política de esporte e lazer que podia ser construída, né?! Então, a ausência desse diálogo, a ausência de [...] as ausências materiais para tocar, fez com que a gente construísse outro caminho. ‘Vamos pra rua com o limite que a gente tem!’ [...] e foi isso que a gente começou a movimentar. Então, a gente percebeu que o movimento era: ao invés de ir para o institucional e organizar a política [...] não! Vamos organizar a comunidade para política e voltar para o institucional! Foi quando a gente apresentou, a gente conseguiu um horário [...] pra apresentar o projeto ao prefeito, lá no gabinete [...] a gente preparou uma apresentação de slide, coisa e tal, e fizemos a apresentação do projeto pro prefeito, né?! [...] e aí, veja, aquela ida pra o gabinete do prefeito apresentar o programa já tinha um [...]um, sem números de ações que a gente já tinha feito pontual e que a gente registrava, a gente já mostrou aquilo ‘ó, nós já estamos fazendo isso, precisamos transformar em política pública!’ E ao final da apresentação a fala do prefeito abre aspas foi ‘Eu quero 100% desse programa na minha gestão!’, fecha aspas. Eu tô dizendo isso, foi entre aspas mesmo! Essa foi a fala exata do prefeito! A partir dali, com todas as tensões que, de vez em quando o dinheiro demorava a sair etc. e tal, mas, a partir dali a gente tinha de fato, a manifestação da consolidação da política pública! Os Círculos Populares de Esporte e Lazer, nascia naquela fala, opinião minha, particular, nascia naquela fala. (E13)

Para nós, o enunciado “Vamos organizar a comunidade para política e voltar para o institucional!” demonstra que no próprio contexto de prática, forja-se um ciclo de influência, porque, por mais que tenha havido a disputa nas arenas, para acomodação dos cargos reivindicados pelo setorial de esporte e lazer do PT, elas não garantiram a existência de uma política de esporte para o setor. Nesse sentindo, a sua constituição se dará a partir das ações pontuais, realizadas com a presença de voluntários e militantes do partido que, de alguma forma, eram envolvidos com o setor. Além disso, a adesão da comunidade e a formação de agentes comunitários para a sensibilização dos segmentos a serem atendidos pareceu uma estratégia interessante, nesse primeiro momento. Mas, apesar disso, o que possibilitou o avanço das ações e a garantia de estrutura para a composição do Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer foi a decisão política do prefeito. Com essa sinalização, o grupo gestor decide ampliar o Programa como podemos perceber no contexto discursivo a seguir:

[...] nessa organização inicial, foi muito difícil, por que o pagamento não era regular [...] Era tudo muito precário. Quem estava, de fato, era quem queria estar e tava

topando experimentar aquela, aquilo que a gente já fazia em outros espaços, mas, como política pública, né?! [...] Em Brasília Teimosa eu era estagiária, dando aula, ajudando o professor, com atividades esportivas e de lazer. Os eixos são o conteúdo da cultura corporal, aí a gente passeou pela ginástica, esporte, jogo, luta e dança. [...] é, depois, na ampliação dos círculos, eu não lembro o período, se foi 2002, se foi 2003, houve uma ampliação desse núcleo de Brasília Teimosa, para outros dez núcleos e que a gente foi pego de surpresa. A gente, enquanto Brasília Teimosa, só tinha organizado um balanço, um relato de experiência porque a gente sabia que ia ter um seminário e quando a gente chegou lá, a gente descobriu que era uma ampliação dos círculos e que aquilo ia ser para dez comunidades e que eu não ia estar mais em Brasília Teimosa que os professores que estavam com a gente, provavelmente não ia estar lá também, então, foi uma surpresa para todo mundo da equipe, inclusive para os professores. [...] nem os professores, que era professor, que era coordenador, era tudo ali, naquele momento, sabia do que ia ser feito, né?! O que é que significava aquele seminário. Inclusive isso provocou alguns rachas na equipe, que algumas pessoas saíram, né?!, por considerar que esse processo não foi, não foi o ideal, né?!, já que estava se propondo um processo de construção coletiva, né?!, e de vivência e de programação, todo mundo enquanto grupo pensador da política, né?! (E1).

No contexto discursivo acima fica evidente as tensões que permearam esse primeiro contexto da prática. Pelo que foi exposto acima, após a anuência do prefeito há uma sinalização para a possibilidade de consolidação da política. Pelo que foi colocado, a expansão dos “núcleos” (compreendidos aqui como os locais ou bairros onde a política iria implementar um círculo popular de esporte e lazer), apesar de ser uma diretriz dos gestores, não pareceu uma estratégia dialogada com a equipe contratada e, segundo o enunciado – “Quem estava, de fato, era quem queria estar e tava topando experimentar” – mostra certo engajamento da com a defesa de um novo referencial da educação física para as políticas públicas desenvolvida no Recife, à época. Por conta desse engajamento, percebemos no discurso uma inconformidade pelo fato de todos estarem trabalhando por um propósito, mas, em determinadas circunstâncias, tais pessoas eram tratadas como executoras da política. Para outro ator, essa situação de, ora solicitar a participação dos voluntários e adeptos à construção da “nova política” e ora não considerar as suas contribuições, apresenta-se com a rejeição das críticas na formulação e avaliação das ações, como podemos observar no contexto discursivo a seguir:

[...] [uma das atividades foi realizada numa] ocupação do antigo CAIC que existia lá no Ibura, que a gente até via que as pessoas preservaram o cimentão, no então, que era o antigo CAIC. Eles fizeram os barracos ali em volta, e que a gente também fez um arrastão do lazer ali. Mas, a gente não chamava de arrastão ainda, né?! E, tinha muito trabalho solidário dos colegas [...] era uma galera que fez a militância estudantil com a gente e queria ir lá ajudar. [Mas] tinha um chiado ali, eu e o [companheiro] éramos os assalariados da prefeitura, né?! Então, a gente tinha lá, uma condição que permitia a gente de fazer e, a galera, ia por voluntário, voluntarismo literalmente, né?! [...] mas, a gente fazia reunião de avaliação muito tensa, muito complicado! Aí tinha um problema, porque eu via ali companheiros que

faziam avaliação e que a gente “ó, dá a cara para bater, mas vamos tentar avançar.” E, o [companheiro] começava a ver a galera questionando muito ele, e ele querendo se afastar desse pessoal. Dali começou, inclusive, a surgir alguns rachas que, particularmente, me perseguiu durante algum tempo, depois alguns rachas foram rearticulados e, outros não. Faz parte da história! (E13)

Apesar das tensões, discordâncias e afastamentos, a política foi fortalecida com a anuência do prefeito; houve a ampliação do Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer e, em 2002, são elaborados mais dois documentos que simbolizam os textos da política: o Plano de Ação 2001-2004 e Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer: construindo uma proposta pedagógica. O primeiro evidencia o contorno das diretrizes gerais da política pública e o segundo trata das diretrizes político-pedagógicas e da metodologia de intervenção do Programa nas comunidades.

Na análise do documento Plano de Ação observamos que há um amadurecimento em relação ao Relatório do I Encontro de Professores. Apesar de indicada no documento anterior a intencionalidade na constituição da Rede Municipal de Esporte e Lazer, no Plano de Ação, o documento propõe a criação de um Sistema Municipal de Esporte e Lazer, com a instalação de conselhos populares, o fortalecimento da estrutura administrativa e a valorização do quadro docente, tanto na garantia de direitos como no investimento à formação continuada. Consideramos que essas questões também refletem as experiências de governos locais que utilizaram como filosofia de ação o “modo petista de governar” e que experimentaram inovações no campo do esporte e do lazer. Concomitantemente à gestão em Recife, outras cidades como Camaragibe, Belém, Caxias do Sul e São Paulo também desenvolviam atividades no setor e algumas chegaram a produzir livros com relatos dessas experiências. Em São Paulo, por exemplo, há um apelo à dimensão do lazer em suas ações, o que até o momento não tinha sido objeto de discussão do grupo, no Recife. Nesse sentido, o que inicialmente subsidia o referencial cognitivo a partir das contribuições do Coletivo de Autores é ampliado, integrando a dimensão do lazer, a partir da contribuição teórica de autores como Pablo Waichman e Nelson Carvalho Marcellino, conforme os contextos discursivos que seguem:

[...] a primeira gestão de João Paulo foi onde nós buscávamos radicalizar nas ações. [...] Tínhamos que democratizar e inverter as prioridades, era uma gestão de esquerda mesmo! Aí, pra gente, a discussão do lazer ainda era muito distante do que a gente queria afirmar, né?! [...] As discussões do lazer vinham do SESC⁶⁶, do Sistema S, era muito funcionalista. A gente não se aproximava dessa discussão.

⁶⁶ SESC – Serviço Social do Comércio.

Somente depois, com o contato com o pessoal do Sul, com Rejane⁶⁷, que a gente passou a discutir mais o lazer. (E14).

[...] a gente faz leituras extras, né, [...] [temos] Pablo Waichman⁶⁸, [com] Tempo livre e Recreação. E, o que é que Pablo Waichman vai trazer? A necessidade da gente resignificar esse tempo livre. Já existia uma discussão no lazer, que era a discussão, inclusive que Vitor Melo⁶⁹ trazia, a partir da animação cultural, da educação, da educação, eita! [...] A educação para o lazer e a educação pelo lazer [...] do ponto de vista filosófico o Waichman ele ia mais além, né, porque aí não é uma discussão do lazer é uma discussão que se propõe a ser um pouco mais revolucionária, digamos assim [...] ele vai fazer uma discussão de liberdade e de tempo [...] a partir de uma perspectiva de fortalecimento da natureza humana [...] vai ser essa perspectiva de aprofundamento da consciência do sujeito em termos políticos, em termos sociais, pra que ele possa vir efetivamente atuar como sujeito e, ao mesmo tempo, ter todo um arcabouço de formação para ter condição de atuar como sujeito. [...] é uma perspectiva, né, considerada mais revolucionária, mais à esquerda, que tinha uma aproximação direta com o marxismo, né?! (E5).

É possível observar nos discursos que havia uma intencionalidade do grupo em alinhar seu referencial cognitivo, às perspectivas teóricas de esquerda e ao marxismo. E, a introdução da discussão do lazer chega associada, também, a essa perspectiva. Apesar das produções de Nelson Marcellino se aproximarem do que era discutido pelo SESC, pois sua contribuição é relevante no campo teórico, sendo um dos autores que mais pesquisam sobre o lazer, no Brasil, portanto, difícil de ser desconsiderada quando se busca pensar práticas de lazer em políticas públicas.

Apesar de não haver uma sistematização e maiores discussões desses estudos pelo grupo gestor, à época, é possível perceber que, na orientação dos valores da política, a questão do lazer aparecerá de forma mais contundente e não haverá mais referência ao enunciado “Recife Cidade Esportiva”. No Plano de Ação observamos que a missão descrita concerne ao “desenvolvimento do esporte e lazer popular” e em relação ao enunciado destacamos duas questões: o alinhamento ao referencial da gestão municipal quando evidencia a questão “popular” e a reorganização ou ampliação do referencial cognitivo, ao passo que o tema do lazer vai ganhando espaço nos textos da política, mesmo no contexto da prática. Nesse sentido, os valores da política serão norteados considerando o (1) **esporte como fator de desenvolvimento humano**, pois compreende o esporte como um fenômeno histórico cultural,

⁶⁷ Rejane Penna Rodrigues foi Secretária Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer/Ministério do Esporte – governo Lula (maio de 2006 a agosto 2011).

⁶⁸ WAICHMAN, Pablo. **Tempo livre e recreação**: um desafio pedagógico. 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.

⁶⁹ Victor Andrade de Melo – É professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde atua no Programa de Pós-Graduação em História Comparada/Instituto de História e no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, é também professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos do Lazer/Universidade Federal de Minas Gerais.

fazendo parte das manifestações da cultura corporal, além de ser um fator de desenvolvimento humano – tomando os pressupostos defendidos pelo Coletivo de Autores; o (2) **lazer como instrumento pedagógico e de elevação da consciência cultural e política**, pois o lazer, ao constituir-se por um conjunto de práticas sociais de caráter lúdico, vivenciadas no tempo liberado, caracteriza-se como liberdade de escolha e, como instrumento pedagógico, possibilita a reflexão crítica da realidade e desenvolve o exercício autodeterminado do tempo liberado tornando-o tempo livre – tomamos como pressupostos a discussão de Pablo Waichman; e o (3) **esporte e lazer como fator de inclusão social**, visto que enquanto direitos sociais são fatores de emancipação humana – tomados pelos pressupostos da filosofia de ação da gestão municipal.

Outra questão que consideramos relevante é o alargamento do Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer. No primeiro documento, o Programa aparece como uma ação da política que oferece atividades sistemáticas esportivas e de lazer visando “à construção de aprendizagens no âmbito da cultura corporal e esportiva”. Inicialmente oferecido no Bairro de Brasília Teimosa para o segmento de adulto e idoso, desfruta de uma expansão para dez locais, da mesma forma que amplia o atendimento para as crianças e jovens, como indicado nos contextos discursivos acima. Constatamos, a partir disso que o Programa vai se recriando no contexto da prática em função das condições políticas, da resposta das comunidades e das estratégias adotadas pela equipe. Contudo, o que o documento do Plano de Ação nos mostra é que há um destaque dos Círculos Populares, considerando-o como um “Programa guarda-chuva” de todas as ações oferecidas pela política. Parece-nos, a partir do Plano, que está em curso, naquele momento, uma estratégia do grupo gestor de igualar a nova política de esporte e lazer do Recife, ao Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer. Nesse sentido, está sob a “guarda” desse Programa vários outros projetos apontado no Plano de Ação, relacionados no quadro a seguir:

Quadro 10 - Projetos vinculados ao Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer

PROJETO	OBJETIVO
Projeto “Esporte do mangue”	Realização de oficinas itinerantes de Esportes Radicais e Hip Hop.
Projeto “Trabalhando no lazer”	Fomento a atividades de geração de renda a partir do esporte, tais como, confecção esportiva e produtoras de eventos esportivos e culturais.
Projeto “Esporte do povo”	Apoio a eventos de lazer e esporte e escolinhas desenvolvidas pelas entidades comunitárias.
Projeto “Pensar o lazer”	Realização de eventos científicos na área de lazer e esporte.
Projeto “Recrear”	Implantação de polos de animação cultural e esportiva nas praças e parques da cidade.
Projeto “Atletas da cidade”	Apoio aos eventos em diversas modalidades esportivas.

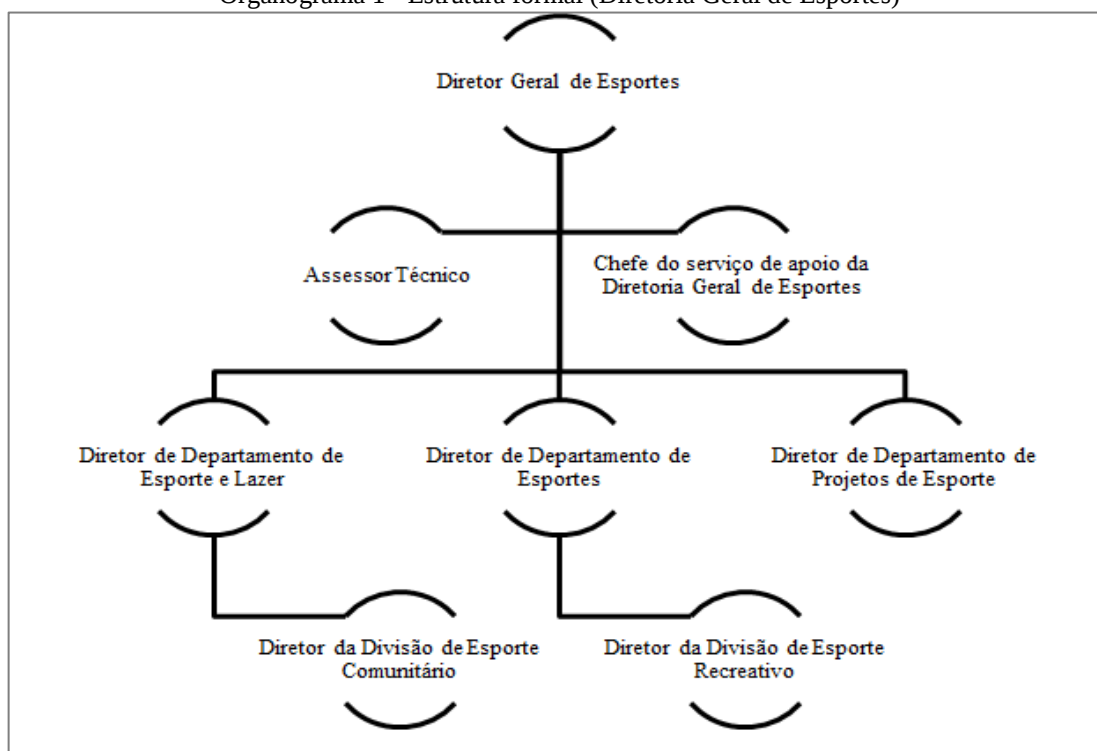
Fonte: Elaborado pela autora a partir de Política Municipal de Esporte e Lazer: Plano de Ação 2001-2004 (DIRETORIA GERAL DE ESPORTES, 2002).

Parece-nos, a partir desse documento, estar em curso uma estratégia do grupo gestor para caracterizar o Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer como a nova política de esporte e lazer da prefeitura. Essa nomenclatura “círculos populares” remete ao referencial cognitivo adotado pela gestão municipal quando se propõe à inversão de prioridades focando suas ações às camadas mais pobres da cidade. Associado a isso, a ideia dos “círculos” também farão referência a uma política de esquerda adotada por Paulo Freire, na década de 1960, que foram os círculos de cultura do Movimento de Cultura Popular (MCP). Contudo, discordamos dessa percepção em igualar a política a um programa. Compreendemos, portanto, os “círculos populares” como tão somente uma das ações da política em epígrafe posto que os seis projetos vinculados ao Programa, exibidos no quadro 6, possuem características distintas, passando pelo trabalho com as juventudes, o fomento à geração de renda, ao apoio a campeonatos esportivos desenvolvidos nas comunidades do município, à formação continuada, à animação de parques e praças e apoio ao calendário esportivo (oficial) da cidade. Essas ações necessariamente não possuem ligação direta com o Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer, pois tal ação visa proporcionar um “campo de vivência social que possibilite o acesso a conhecimentos e a construção de aprendizagens significativas no âmbito da cultura corporal e esportiva”.

Por outro lado, observamos no documento Plano de Ação várias frentes de atividades de caráter distinto e, por isso, a necessidade de uma estrutura organizacional que dê conta dessas ações. Mas, conforme abordamos anteriormente, mesmo com a reforma administrativa, o acesso aos cargos, para os integrantes do Setorial de Esporte e Lazer do PT, foi limitado a duas pessoas. Houve uma ampliação da equipe com a contratação de estagiários, mas não foi cedido mais cargos, mesmo com a Reforma Administrativa, em função das acomodações políticas. Por esse motivo, para dar conta das ações propostas, o grupo monta uma estrutura paralela (que chamaremos de estrutura real) à estrutura formal (criada com a Reforma).

A estrutura formal era composta por sete cargos comissionados e uma função gratificada, representada no organograma a seguir:

Organograma 1 - Estrutura formal (Diretoria Geral de Esportes)



Fonte: Elaborado pela autora a partir de Decreto 18.861/01 (RECIFE, 2001c)

Essa relação entre a estrutura formal e a acomodação política é explicada no contexto discursivo a seguir:

No papel, o que se organizou?! Tinha figura do diretor geral e tinha três diretores de departamento e alguns diretores de divisão, a gente costumava dizer inclusive: ‘diretores de divisão não dirigiam nada’! Era um fetiche pros nomes que foram indicados lá, para ser diretor, mas, não dirigia nada (pausa). As diretorias de departamento era diretoria, departamento de esporte e lazer, departamento de projetos de esporte e um terceiro que também envolvia o termo esporte, mas, que eu não estou lembrado qual era o termo, e na configuração lá fiquei com um desses três departamentos, né?! [...] o cargo de diretoria geral de esportes o [prefeito] puxou para o gabinete! [...] a organização da Diretoria Geral de Esportes, para a Secretaria de Turismo e Esporte, ficou a nomeação apenas dos departamentos para baixo e o diretor geral de esporte virou um cargo político. [...] o prefeito na época, levou lá pra cima e, esse cargo a gente nunca teve, né?! O [companheiro] quando tomou posse, **assumiu politicamente** a direção da Diretoria de Esportes, eu politicamente assumi o papel de assessor. (E13, grifo nosso).

Diante da dificuldade da máquina governamental assimilar as mudanças decorrentes do movimento iniciado pelos dois integrantes da DGE, que trouxeram uma nova proposta de política de esporte e lazer, fica claro no enunciado acima a existência de duas organizações: uma institucional, que dava conta do organograma formal e outra política, que associamos à situação ou estrutura real. Essa estrutura política ou real foi responsável pela formulação e implementação da “nova política” e apresentava-se à população em nome da Prefeitura do

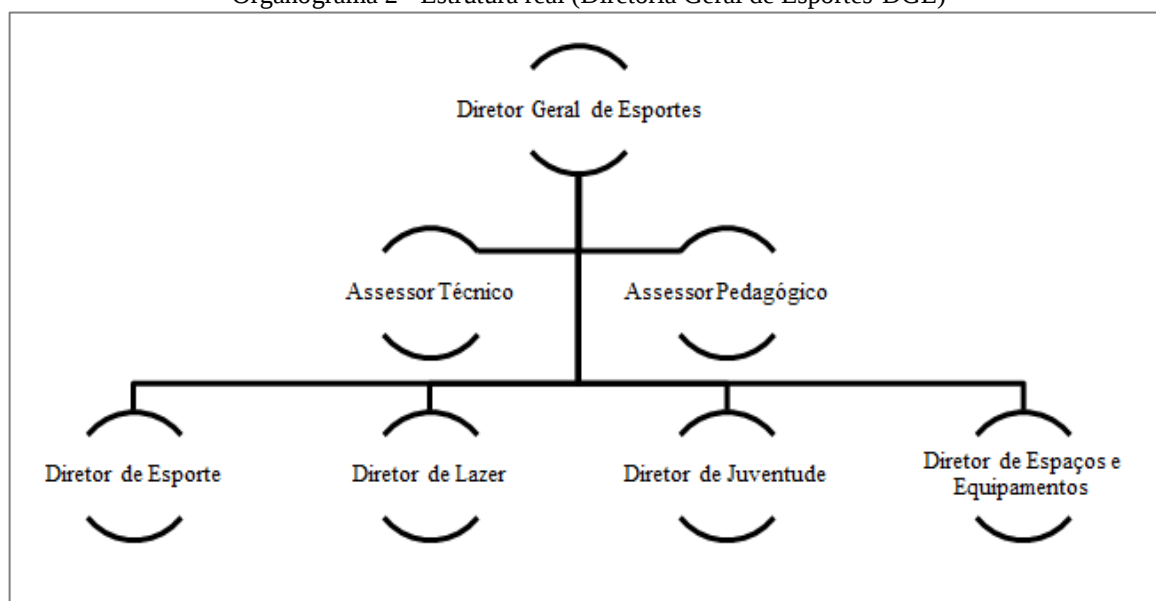
Recife. Ademais, como mencionamos anteriormente, o rol de ações propostas no Plano de Ação 2001-2004 exigia uma estrutura mais robusta para executar a política. Deste modo, após anuência política do prefeito, outras contratações foram feitas, mas sem vínculo com a estrutura formal, o que fica evidente nos contextos discursivos que seguem:

Apesar de formalmente nós não termos cargo – função definida na estrutura da política, até porque ela estava se construindo – então, você tinha uns desafios [...] foi proposto para que eu assumisse, o que a gente chamava na época de projetos especiais, [...] [assumi como uma espécie de diretor, mas,] eu não diria nem que era um diretor, né?! Até por que, a gente não tinha essa estrutura de diretor, [era] uma coordenação dos projetos, era um departamento, vamos dizer assim, um departamento de projetos especiais [...] depois percebemos que eles não tinham sentido de serem projetos especiais, porque entendemos que a pessoa com deficiência precisava ser contemplada nos núcleos dos círculos populares, né?! [Daí] foi colocado pra mim a missão de organizar a gestão dos espaços públicos de esporte e lazer [...] A gente denominou isso de departamento de espaço e de equipamento de esporte e de lazer, que aí, atravessou 2003 até o final de 2014 [...] 2014 não, 2004! Foi o tempo justamente que encerrou a primeira gestão. (E2)

[...] nesse momento, pouco tempo depois, também veio outra pessoa [...] pra acompanhar, pra função de assessoria [...] ela tinha uma função de acompanhamento mais pedagógica, e nós, em determinados momentos também dividimos diretorias, pra que a gente pudesse fazer uma espécie de monitoramento, acompanhar o desenvolvimento e dar apoio ao funcionamento daquelas diretorias, né, e eu fiquei com juventude e esporte, na época. [...] [ela] ficou com a parte de gestão de equipamento e, com a parte de lazer.
[...] Formalmente não, [a estrutura] existia informalmente! Nós, informalmente funcionávamos daquele jeito, mas, formalmente não existia! O que existia formalmente era uma Diretoria Geral de Esportes [...] inclusive boa parte desses cargos que existiam na diretoria não estavam sendo ocupado por pessoas que estavam lotados na diretoria, e todo o nosso pessoal era contratado de forma terceirizada. (E14)

O discurso dos atores retrata claramente a informalidade na estrutura da política, mas para a sociedade ela não aparecia, inclusive, nas notícias do Diário Oficial do município ao informar sobre as atividades, muitas vezes, entrevistavam os gestores e os apresentavam pelos cargos informais. Pelo que foi apresentado, a estrutura real da política pode ser visualizada no organograma a seguir:

Organograma 2 - Estrutura real (Diretoria Geral de Esportes-DGE)



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

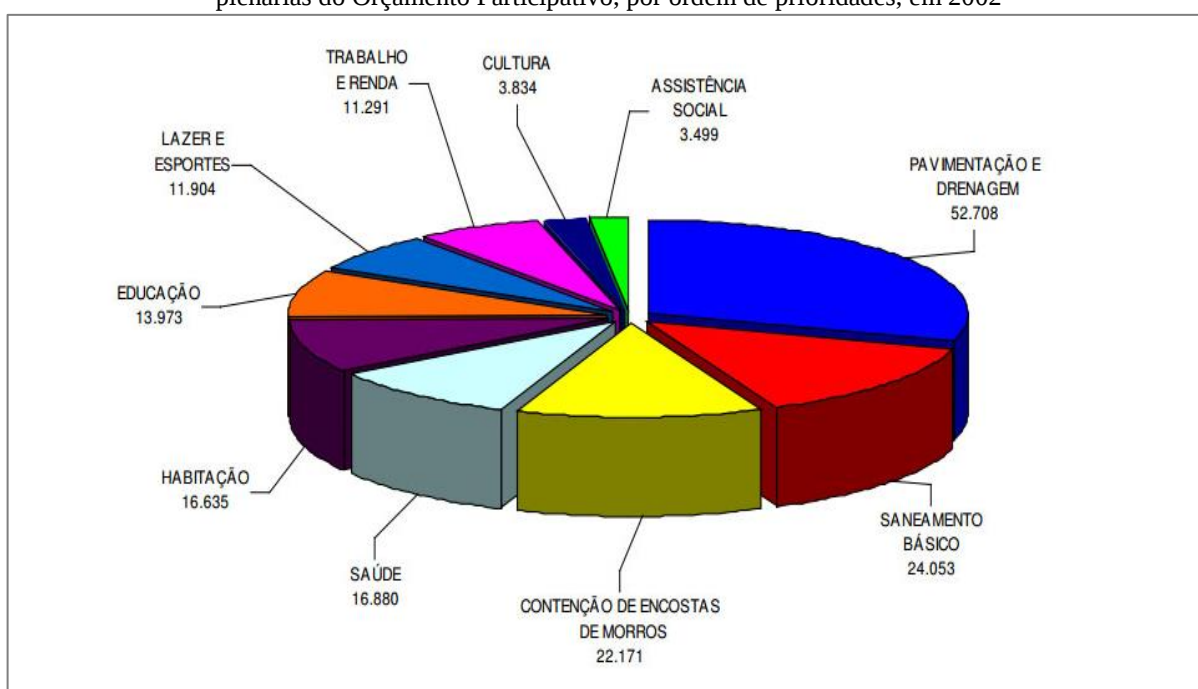
Essa tensão entre a estrutura real e formal nos mostra uma espécie de conservadorismo do aparelho estatal, que mesmo sob um novo referencial mostra-se limitado às mudanças. Essa nova organização, que vai se formando no contexto da prática, cria os instrumentos da política – a estrutura real – e, junto com ela, os instrumentos normativos para que as ações sejam desenvolvidas. Por outro lado, com respeito à política do governo municipal, mesmo com uma proposta inovadora, de participação, de inversão de prioridades, há um conservadorismo quando pensamos na prática política tradicional. Isso por que não houve uma ruptura de tal prática. Pelo contrário, a própria estrutura formal criada com a reforma administrativa foi utilizada para outros fins que não condiziam com o desenvolvimento de uma política para o setor. Mas, contraditoriamente, esse fato não impediu a admissão de trabalhadores temporários, terceirizados e estagiários, assim como não impediu que a política fosse realizada.

Se de um lado a estrutura real dava condições para execução da política, outra questão também ligada à estrutura mostra-se essencial. Referimo-nos aqui à questão orçamentária. De acordo com os documentos Plano Plurianual (2002-2005) e com as Leis Orçamentárias Anuais (LOA) dessa gestão é possível acompanhar o desempenho do orçamento destinado à realização da política. Uma questão que fica clara nos documentos diz respeito ao montante destinado à nova e a antiga política. Deixe-nos explicar melhor: inicialmente dissemos que, mesmo com a criação da Diretoria Geral de Esportes, havia outro órgão responsável (Geraldão) pelas ações do setor, na gestão municipal. Por esse motivo, os recursos atribuídos ao esporte e lazer eram destinados aos dois órgãos. Contudo, a discrepância desses valores

evidencia mais uma vez, a dificuldade da máquina governamental incorporar a “nova” política como efetivamente uma política da gestão, pelo menos, nos dois primeiros anos. Enquanto que o orçamento para a DGE era de 960 mil reais, para o Geraldão foi destinado um montante de 2 milhões em 2002.

Por outro lado, já observamos a inclusão dos “Círculos Populares de Esporte e Lazer” (CPEL) como uma das ações da DGE, na LOA de 2002, o que indica um avanço no reconhecimento da formação de uma “nova” política. Em 2003, destacamos a inclusão da ação denominada “Revitalização e Gestão Democrática dos Espaços de Esporte e Lazer”, que passou de um montante de 100 mil reais neste ano para 2 milhões no ano de 2004. Mas esse crescimento no orçamento foi provocado pela votação do setor de esporte e lazer nas plenárias do Orçamento Participativo. Podemos verificar no gráfico abaixo como setor de esporte e lazer se apresenta na votação do OP, no ano de 2002.

Gráfico 1 - Demonstrativo dos pontos obtidos nas votações dos setores de investimento nas plenárias do Orçamento Participativo, por ordem de prioridades, em 2002



Fonte: Prefeitura do Recife, 2003, p. 75.

Esse resultado foi alcançado mediante uma estratégia de disputa de recursos e de reconhecimento político do grupo da DGE frente à prefeitura. Como afirmamos acima, havia uma contradição na gestão municipal que, em certa medida, não era permeável à nova política e, para galgar espaço dentro da gestão, foram utilizados as plenárias do OP como uma forma de garantir, de fora para dentro, orçamento para o setor de esporte e lazer. Compreendemos esse movimento de fora para dentro como uma estratégia já mencionada por um dos atores

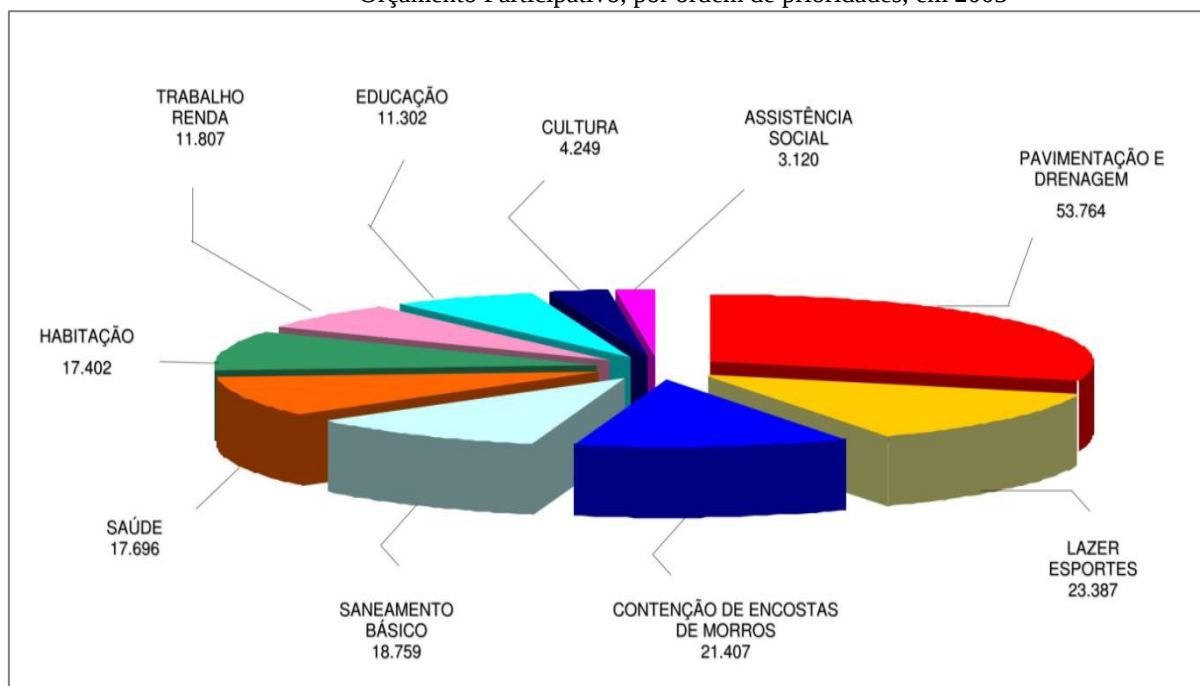
como a necessidade de fortalecer a política nas comunidades, para ganhar espaço na gestão. Sobre essa estratégia um dos atores traz em seu discurso:

[...] nosso fortalecimento foi mais com a Secretaria do Orçamento Participativo [...] naquele espaço, a gente fez muita relação [...] a gente focou muito as ações nas assembleias do Orçamento Participativo, né?! A gente celebrava, inclusive, quando ficava entre as três principais opções, né?! [...] porque se implicava de um lado, o fortalecimento de política pública que a gente estava construindo, e do outro lado, o fortalecimento das relações políticas que a gente tinha dentro da prefeitura, na Câmara dos Vereadores, para poder, inclusive, ampliar essa ação! E perceber que a política de esporte e lazer que a gente estava construindo também era um mecanismo importante de organização e mobilização comunitária. [...] o Orçamento Participativo, num segundo momento, foi o grande canal da gente [...] Então, talvez, na época que eu tava, fosse um dos movimentos mais significativos, mais fortes! E, que obviamente, também implicava nos conflitos políticos [...] Um puxa daqui, empurra dali, para ganhar espaço na prefeitura né?! (E13)

A gestão [municipal] tinha estabelecido um caminho do orçamento participativo como fórum das decisões da população sobre as suas prioridades. Então, muitas vezes a gente não tinha como atender aos pedidos da população, porque não tinha recurso e o que a gente escutava do comando da gestão [da DGE] era: as definições serão a partir do Orçamento Participativo. E a partir desse momento que a gente está nas comunidades, as pessoas pedindo, a gente orientando que se isso fosse uma prioridade para eles, eles teriam que ir para o Orçamento Participativo e que no ano emblematicamente ou simbolicamente, não foi simbólico foi concreto, na verdade, no ano de 2003 a temática de esporte e lazer tenha ficado como a segunda prioridade mais votada da população, é um reconhecimento de que as pessoas perceberam que elas tinham direito ao esporte e lazer, e que era importante, era necessário que a prefeitura garantisse as condições para que a política de esporte e lazer fosse não só implementada, mas, como mantida durante muito tempo. No ano seguinte, não ficou na segunda colocação, mas ficou, salvo engano, na terceira e nunca deixou de lá para cá de ficar entre as cinco primeiras prioridades temáticas da população. Então, isso eu acho que é o reconhecimento prático de que toda, toda não, né?! Mas, parte da nossa intencionalidade pedagógica, no olhar do tempo do direito ao lazer do sujeito, a gente conseguiu alterar alguma coisa. (E2)

A partir dos contextos discursivos compreendemos que a relação da gestão com as plenárias do OP foram, de fato, uma estratégia para angariar recursos orçamentários. Na LOA (2004, p. 191) identificamos o tema “esporte e lazer” em segundo lugar, na votação do OP e sua execução vinculada aos objetivos: “revitalizar e democratizar a gestão de espaços e equipamentos de esporte e lazer da cidade; reformar áreas de esporte e lazer; promover a requalificação de áreas de lazer e esportes”, que acontecerá mediante acordo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), justificando o investimento. No gráfico abaixo verificamos a colocação do esporte e lazer no OP realizado em 2003:

Gráfico 2 - Demonstrativo dos pontos obtidos nas votações dos setores de investimento nas plenárias do Orçamento Participativo, por ordem de prioridades, em 2003



Fonte: Prefeitura do Recife, 2004, p. 77.

Outros dados analisados nesses documentos são relevantes para compreender o movimento de acomodação da política de esporte e lazer na gestão municipal. Além do aumento do investimento em infraestrutura, os “Círculos Populares de Esporte e Lazer” – que trabalham com o que denominaremos de “programação”, na oferta de atividades sistemáticas – desfrutaram de um aumento de receita de aproximadamente 150%. Isso decorre da autorização política do prefeito que, segundo o discurso de um dos atores, quer 100% do Programa em sua gestão e após anuência é realizada uma ampliação. E, em dezembro de 2002, conforme pronunciamento do Diretor Geral de Esportes, da época, o Programa contava com uma equipe de 100 educadores, entre professores e estagiários⁷⁰.

Além da infraestrutura granjeada pelas votações do OP e da programação através dos núcleos dos “círculos populares”, há em menor volume um aporte para a “Promoção de Eventos Esportivos”⁷¹ (que em 2003 recebe contribuição via emenda parlamentar) e o “Esporte Popular – Esporte do Manguê”⁷² que permanecem estáveis em 2003 e 2004. Contudo, se de um lado é animadora a perspectiva de maiores investimentos para o campo

⁷⁰ Informação retirada do texto de sistematização do pronunciamento feito na audiência sobre o Desporto de Participação, na III Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desporto, realizada pela Comissão Nacional de Educação, Cultura e Desporto, na Câmara Federal dos Deputados, no dia 05/12/2002, em Brasília, pelo Diretor Geral de Esportes da Prefeitura do Recife.

⁷¹ Ação presente nas LOA's de 2002, 2003 e 2004.

⁷² Ação presente nas LOA's de 2003 e 2004.

esportivo, de outro, os investimentos ainda estavam aquém, para a estruturação de uma política pública que garantisse a democratização do acesso. O investimento em esporte e lazer não chegava a 1% do orçamento total da prefeitura nessa primeira gestão.

A nossa análise até aqui buscou mostrar como se deu a entrada da “nova” política de esporte e lazer na primeira gestão do governo municipal do PT, entre 2001 a 2004. Durante esse período, o convívio entre o novo referencial adotado (pelo grupo que assumiu a Diretoria Geral de Esportes) e o velho referencial (de gestões anteriores) na gestão do Geraldão foi uma das principais marcas. Enquanto o grupo buscava introduzir a lógica da cultura corporal e estruturar uma política participativa, alinhada às diretrizes da gestão municipal, o Geraldão, sob a gestão de um partido aliado, reproduzia as ações das gestões anteriores, com a oferta de escolinhas esportivas, no próprio ginásio e a organização de um campeonato de futebol de várzea, denominado Peladão. Aos poucos, em função de sua estratégia de aproximação das comunidades atendidas, o grupo da DGE vai ganhando espaço e estrutura para desenvolver a nova proposta, contudo, as disputas e as tensões políticas parecem ser uma característica interna e externa. Interna, na medida em que a equipe vai se ampliando e as decisões ficam centralizadas num grupo de comando, o que ficou evidente em um dos discursos, na medida em que houve a ampliação dos núcleos dos círculos populares e a equipe piloto, que trabalhava em condições precárias e que foi chamada para “construir junto” não foi sequer informada sobre a decisão. Externamente, as disputas com outras secretarias que têm interface com o esporte e lazer, como a Secretaria de Saúde, de Assistência, do próprio Orçamento participativo referia-se à concepção de esporte e lazer trazida pelo grupo, além da disputa por espaço político e afirmação na gestão.

Como vimos nessa seção, uma das principais ações da nova política foi o Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer, por esse motivo, iremos detalhar a sua estrutura e proposta a seguir.

5.3 O NOVO ATRAVÉS DO PROGRAMA CÍRCULOS POPULARES DE ESPORTE E LAZER E SUA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Retomando a análise do documento “Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer: construindo uma proposta pedagógica”, observamos a caracterização do Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer (CPEL, 2002, p. 8-9) como:

[...] uma ação educacional fundada no âmbito do lazer, a partir de manifestações da cultura corporal, tendo como pressuposto a formação de sujeitos protagonistas da realidade social [...] [pois, considera] o lazer como um dos espaços no qual pode se dar a realização da educação numa perspectiva não-formal.

A educação não-formal, conforme Gonh (2001), está ancorada num conceito amplo de educação enquanto forma de ensino/aprendizagem adquirida ao longo da vida dos cidadãos, pode ser compreendida como uma atividade educacional organizada e sistemática, levada a efeito fora do marco de referência do sistema formal, visando propiciar tipos selecionados de aprendizagem a grupos particulares da população, sejam estes adultos ou crianças. Prioritariamente, tratavam-se de programas ou campanhas de alfabetização de adultos, onde seus objetivos transcendiam a mera aquisição da compreensão da leitura e da escrita e se inscreviam no universo da participação sociopolítica das camadas populares, objetivando integrá-las no contexto urbano-industrial. Deste modo, podemos afirmar que a educação não-formal trabalha envolvendo quatro campos de abrangência: (1) quando envolve a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos, pois gera conscientização dos indivíduos para a compreensão de seus interesses, do meio social e da natureza que o cerca, por meio da participação em atividades grupais; (2) capacitação dos indivíduos para o trabalho a partir da aprendizagem de habilidades e do desenvolvimento de potencialidades; (3) aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos; (4) aprendizagem de conteúdos da escolarização formal, em formas e espaços diferenciados. Diante disto, afirmamos que a educação não-formal representa o campo da educação para a vida e para a arte do bem viver (GONH, 2001, p. 91-101). Considerando, portanto, os aspectos levantados pela autora, podemos inferir que o CPEL apresenta-se de forma coerente quando se autodenomina como uma ação de educação não-formal, pois busca trabalhar o esporte e o lazer numa perspectiva de educação para a liberdade.

Segundo Silva, J. L. (2013), o CPEL é fruto das discussões do Setorial de Esporte e Lazer do PT, das discussões acadêmicas no campo da educação física (através do debate da cultura corporal), das experiências de outras gestões municipais do setor e da experiência freireana, através dos círculos de cultura do Movimento de Cultura Popular (MCP). É através dos círculos de convivência social – uma espécie de núcleo – onde acontecem as atividades sistemáticas esportivas ou culturais. Essa nomenclatura busca romper com as tradicionais escolinhas esportivas, deslocando o esporte e o lazer do fim em si mesmo para um meio, um instrumento que elevará a autoestima, a auto-organização e proporcionará o protagonismo popular, conforme aponta o documento:

O programa é inovador na medida em que tem como eixo central a auto-organização e o protagonismo dos vários segmentos da população para a construção das suas próprias formas de apropriação do esporte e das diversas manifestações do lazer, superando os modelos esportivos excludentes e as formas de lazer banalizadas (SILVA, J. L., 2013, p. 3).

Ainda segundo o Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer (2002, p. 8) tem como objetivo:

Implementar nas comunidades de baixa renda da Cidade, Círculos de Convivência que possibilitem o desenvolvimento sistemático de aprendizagens significativas relacionadas ao campo da cultura corporal e esportiva⁷³, tendo em vista a elevação cultural e da auto-estima, a auto-organização e o exercício do protagonismo das camadas populares da cidade, visando combater as diversas formas de manifestação da violência e construção de níveis humanizados de convivência social.

Apesar da perspectiva inovadora apresentada no texto da política, uma questão deve ser analisada. A expressão “combate as diversas formas de manifestação da violência”, em nossa avaliação, destoa do restante do enunciado, que mostra o esporte e o lazer numa perspectiva progressista, inseridos no bojo das produções culturais da humanidade. Por outro lado, essa questão do esporte como uma ferramenta de combate à violência é muito utilizada e aceita pela sociedade. Não conseguimos identificar a real motivação para tal expressão, mas o interessante é que, de certa forma, essa expressão torna-se uma chamada de capa no jornal da prefeitura, associada à imagem de um educador e seus alunos com a camisa do programa. Vejamos:

Figura 5 - Jornal da prefeitura do Recife



Fonte: Acervo da autora, 2016.

⁷³ A ideia que permeia o campo da cultura corporal e esportiva compreende as práticas corporais e esportivas como integrantes do patrimônio cultural da humanidade, portanto, resultado histórico da ação humana na natureza. Para Adam (1977, p. 264), a educação corporal, os desportos, a dança, fazem parte das conquistas da humanidade e contribuem para enriquecimento e para a evolução permanente do homem, dessa maneira, faz-se necessária a democratização de tais práticas como direito à produção de tais bens.

Essa contradição do texto da política que acabamos de apontar já foi indicada por Ball (1990) ao afirmar que as intenções de uma determinada política podem conter ambiguidades, contradições e até mesmo omissões. Nesse sentido, acreditamos que essa ideia do “combate à violência” seja uma estratégia de aproximação da política com a população, visto a dificuldade de um discurso sobre necessidade de elevação cultural, auto-organização e educação no e para o tempo livre, como veremos em seguida.

Quanto aos fins político-pedagógicos, o documento afirma que:

Em consideração à necessidade de humanização das condições de existência das camadas populares do Recife [...] é imprescindível o desenvolvimento de uma formação na direção do protagonismo social' [...] [E], contribuir para a formação dos sujeitos na direção do protagonismo e da autodeterminação, significa desenvolver aprendizagens sociais que os instrumentalizem para participar efetivamente das lutas históricas, o que deve se dar na relação direta com o contexto no qual estão inseridos. [...] No caso de um **programa educacional que tem como o objeto central o Lazer, isso significa formar no e para a construção do seu tempo livre**, como protagonista.

Uma educação com essas finalidades, que se realize no âmbito do lazer, precisa enfatizar uma função recreativa. [...] A ênfase da função recreativa numa perspectiva protagonista deve superar o sentido do termo estabelecido no senso comum. (Entretenimento e diversão) a partir do resgate de sua matriz etimológica [...] [do] verbo latim *recreare* que significa tornar a criar (PROGRAMA CÍRCULOS POPULARES DE ESPORTE E LAZER, 2002, p. 9-10).

O enunciado indica uma intencionalidade política no discurso-texto representado pela ruptura dos padrões tradicionais das políticas públicas em esporte e lazer, apostando na recreação educativa como uma estratégia de desenvolvimento do protagonismo, da autodeterminação e da elevação da autoestima dos cidadãos. Além disso, identificamos de forma mais contundente a ampliação do referencial cognitivo. O que num primeiro momento estava mais alinhado às contribuições da cultura corporal, na perspectiva do Coletivo de Autores, agora acrescenta questões relativas à educação *no e para* o tempo livre.

A discussão pautada na educação *no e para* o tempo livre possui filiação teórica aos estudos de Frederic Munné, em sua obra *Psicosociología del tempo libre* (1980), que trata do direito ao tempo livre, tendo como referência a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Sob a influência da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, o autor trabalha os conceitos de **tempo livre, auto e heterocondicionamento e liberdade**. Em português, encontramos em Pablo Waichman, na obra *Tempo livre e recreação* (1997), uma revisão dos estudos de Munné e, várias referências nos documentos que tratam sobre a perspectiva pedagógica das ações relacionadas ao esporte e o lazer. No entendimento desses autores o tempo livre é o tempo-espaco que os indivíduos possuem, livres de suas obrigações sociais – chamado de

tempo de liberdade. E, para esses autores, é nesse tempo de liberdade que há elevação cultural dos trabalhadores. Contudo, com o avanço do capitalismo e de sua lógica na vida social, o tempo livre (nesse caso, tempo liberado) nada mais representa do que o tempo de recomposição da energia dos trabalhadores para sua nova jornada ou de um tempo, onde há reprodução do consumo numa nova esfera da vida social, que é representado pelo lazer de massa, do lazer de entretenimento. A liberdade, contudo, para os autores, não é tratada como a ausência de interferências ou o direito de escolha individual como defende a perspectiva liberal. A liberdade deve ser pensada na relação com a necessidade, com o condicionamento, pois a liberdade por si só, ou seja, de modo absoluto, não tem sentido por falta de referência. A liberdade absoluta não existe e a necessidade absoluta tão pouco. Mas, entre uma e outra discorre um contínuo real, que ora se aproxima mais da liberdade ora se aproxima mais da necessidade. Deste fato, decorre que sempre haverá duas referências polares, mas o sistema fático é um sistema global de liberdade-necessidade (NUNES JÚNIOR; AMARAL, 2010 - tradução livre). O elemento que irá compor a relação liberdade-necessidade é, portanto, o condicionamento. Sendo assim, as ações dos indivíduos transitarão numa escala que vai do polo da obrigação – que consiste em estar condicionado ao que vem de fora (heterocondicionamento) – para o polo da liberdade – que consiste em estar condicionado ao que vem si (autocondicionamento), ou seja, a essência da liberdade está em condicionar-se a si mesmo (MUNNÉ, 1980).

Portanto, a proposta pedagógica elaborada para atender ao Programa Círculos Populares e os demais projetos e ações que fizeram parte da política de esporte e lazer do Recife, encontrou nessas referências a defesa do “lazer como um espaço/tempo sistemático e planejado, no qual as pessoas possam ludicamente desenvolver aprendizagens sociais que contribuam para a sua autodeterminação no campo da cultura, da política e da economia” (SILVA, J; SILVA, K., 2004, p. 11)⁷⁴, superando as formas do lazer banalizado, do lazer mercadoria e do lazer entretenimento e contribuindo para um “projeto democrático, popular e socialista de sociedade, opera para a transformação radical da realidade capitalista” (SILVA, J; SILVA, K., 2004, p. 23).

⁷⁴ SILVA, J.; SILVA, K. **Círculos Populares de Esporte e Lazer**: fundamentos da educação para o tempo livre. Recife: Bagaço, 2004. Essa referência bibliográfica diz respeito à produção de dois integrantes da política que sistematizaram a proposta pedagógica do Programa e realizaram uma publicação no ano de 2004. A partir daí, os trabalhos desenvolvidos pelas ações da prefeitura, no tocante ao esporte e lazer, tomaram como base essa referência. O livro traz contribuições do Coletivo de Autores e da obra de Pablo Waichman adequando-as à realidade do Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer. Contudo, não há referência no livro de que esse programa é uma ação governamental.

Analisando os enunciados acima, observamos que, de um lado, trata-se de uma proposta que dialoga com o discurso do governo municipal, e de outro, apresenta-se no campo de políticas inovadoras para o setor. Contudo, exame do texto nos leva a questionar que, diante da complexidade das sociedades atuais, não seria creditada a um programa ou política setorial a responsabilidade de promover uma “transformação radical da realidade capitalista”. E, mesmo que esta seja a proposta do governo municipal não deixa de ser problemático o fato de que ele não dispunha das condições necessárias para tal enfrentamento, em razão de vivermos em uma sociedade capitalista e o poder central tinha, naquele momento, à frente do governo brasileiro uma coalizão de centro-direita capitaneada por Fernando Henrique Cardoso (FHC) que punha em prática um projeto neoliberal. Assim, o discurso expresso nos textos da proposta de intervenção pedagógica reflete uma fronteira político-ideológica alinhado aos discursos da esquerda política, à época, e buscava demarcar o setor como um dos instrumentos dessa disputa.

Nesse sentido, para os formuladores da política, a intervenção do esporte e do lazer no campo da educação *no e para* o tempo livre, reflete uma intervenção pedagógica no tempo livre (tempo disponível para atividades de sua escolha, no caso da política, as atividades esportivas e culturais), para a elevação da consciência cultural e política da população e transformação da sociedade. Ainda encontramos nos discursos em forma de texto, a ideia da educação *no e para* o tempo livre como uma perspectiva na construção de alternativas para colocar o lazer a serviço da luta na criação de uma nova ordem econômica, política, intelectual e moral. Sendo assim, essa vertente considera o lazer como um espaço/tempo que possui um grande potencial de crítica à realidade atual, levando as classes populares à percepção da realidade vivida através de atividades esportivas e culturais.

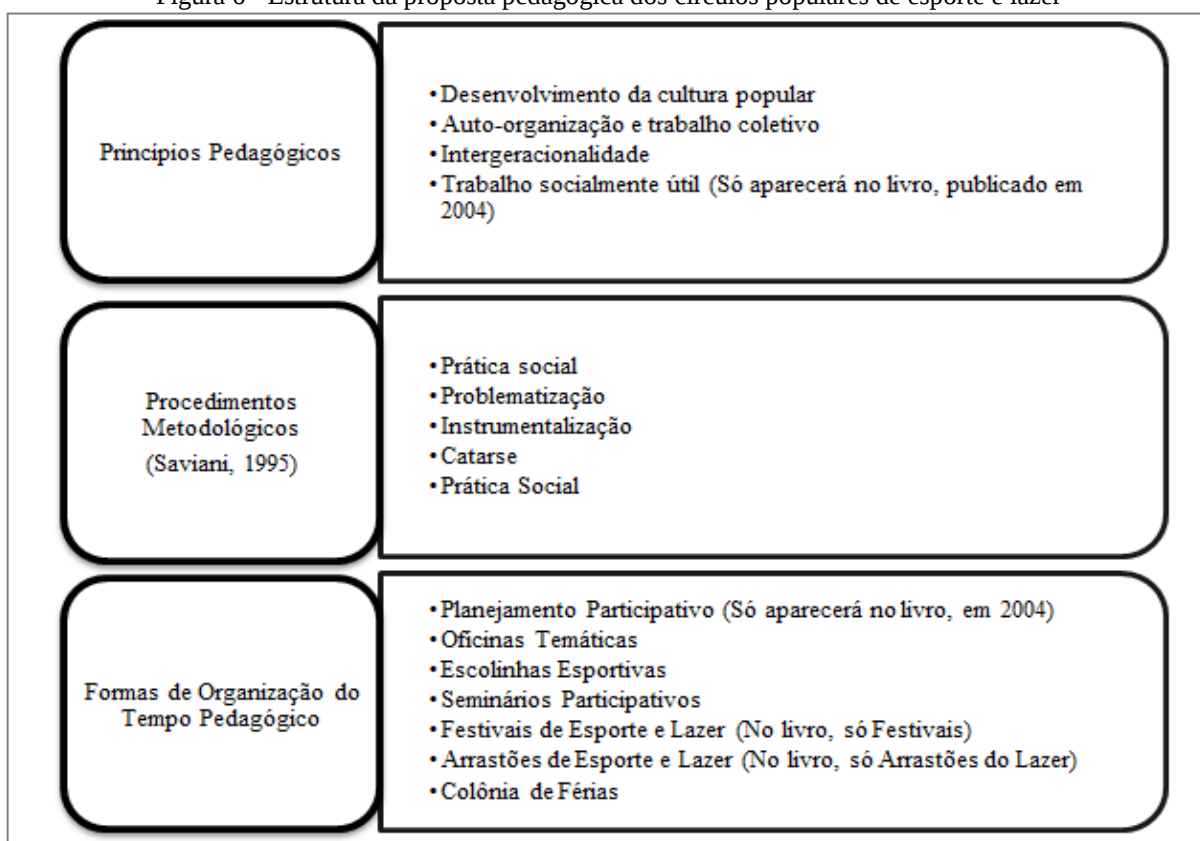
No tocante à materialização da proposta pedagógica o documento analisado trabalha em três eixos: princípios pedagógicos, procedimentos metodológicos e forma de organização do tempo pedagógico⁷⁵. Tais eixos são influenciados por Karl Marx, que a partir do entendimento da Teoria do Valor, com as noções de valor-de-uso e valor-de-troca, indica como o capital transforma o tempo do trabalho e do não-trabalho em mercadoria⁷⁶; por Antônio Gramsci (1980), no entendimento de que o lazer, como conjunto de aparelhos de organização da cultura é um espaço de circulação de concepção de mundo contraditórias,

⁷⁵ No livro, **Círculos Populares de Esporte e Lazer**: fundamentos da educação para o tempo livre há uma mudança em relação aos eixos. Lá está descrito: princípios pedagógicos, o método didático e as formas de organização do tempo pedagógico.

⁷⁶ A questão do valor de uso e do valor de troca, só aparecerá no livro, em 2004.

podendo servir para a legitimação ou contestação da realidade; por Moisey Pistrack, que sugere pensar uma teoria e prática pedagógica revolucionária a serviço da transformação social de forma que os alunos se apropriem solidamente dos métodos científicos fundamentais para analisar as manifestações da vida (PISTRACK, 2000); e por Demerval Saviani, que a partir do seu método didático da prática social, estabelece parâmetro para a organização do trabalho pedagógico que se dá através do “pensamento que começa sobre um todo abstrato, construído de relações gerais e determinações simples e parte para o concreto, construído de determinações complexas” (SAVIANI, 1995, p. 25). Na figura a seguir, uma síntese dos três eixos da proposta pedagógica do CPEL.

Figura 6 - Estrutura da proposta pedagógica dos círculos populares de esporte e lazer



Fonte: Elaborado pela autora a partir do documento Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer: construindo uma proposta pedagógica (2002).

No que se refere aos **princípios pedagógicos**, o documento indica que o *desenvolvimento da cultura popular* diz respeito à cultura presente nas danças, nos jogos, nas brincadeiras e, portanto, o seu desenvolvimento está vinculado à democratização e acesso crítico aos bens culturais socialmente construídos. A *auto-organização e o trabalho coletivo* são princípios que norteiam a ideia de autodeterminação, ao passo que exigem protagonismo dos indivíduos na relação com o outro. Portanto, trabalhar coletivamente pressupõe saber

organizar, dirigir, ser dirigido, partilhar responsabilidades e ter senso de cobertura, ou seja, enxergar-se enquanto grupo. A *intergeracionalidade* refere-se à superação do hiato entre as gerações, parte da busca de mecanismos que reestabeleçam a convivência entre os sujeitos das diferentes faixas etárias como forma de preservação da memória cultural e política. E, por fim, o *trabalho socialmente útil*, que só aparece no documento de 2004, propõe o entendimento do trabalho como princípio educativo e integrador da realidade social. Considerado a partir de um princípio de utilidade, as práticas esportivas e de lazer devem produzir valores-de-uso, permitindo ações autodeterminadas dos sujeitos.

Os **procedimentos metodológicos** traduzem-se na forma de organizar as condições para realizar o processo educativo. Pautado no método didático da prática social proposto por Saviani (1995), inicia-se com a *prática social*, ponto de partida comum a professores e alunos. Nesse momento, os atores se posicionam de maneiras diferentes: os educadores, com uma compreensão sintética da realidade (que trazem certo conhecimento e experiência sobre essa realidade, contudo de forma precária, pois não conhecem de maneira orgânica a compreensão dos alunos) e os alunos, com uma compreensão sincrética (já que são capazes de articular a experiência pedagógica e a prática social que participam). O segundo momento refere-se à *problematização*, onde serão identificados os problemas postos pela realidade, as questões que necessitam de solução no âmbito da prática e os conhecimentos necessários para resolvê-los. O terceiro momento, a *instrumentalização*, impulsiona a apropriação dos instrumentos teóricos e práticos necessários ao equacionamento dos problemas identificados na prática social. O quarto momento, a *cartarse*, representa a culminância e diz respeito à apropriação das aprendizagens, ou seja, os novos conhecimentos adquiridos, juntamente com os conhecimentos pré-existentes, característicos da transformação social. E, finalmente, o *retorno à prática social*, como um novo ponto de partida, mas com uma reduzida precariedade da síntese do educador, visto que sua compreensão é mais rica após todo esse processo.

Fechando o tripé da proposta pedagógica, as **formas de organização do tempo pedagógico**, instrumentalizam os educadores para a prática pedagógica através do *planejamento participativo*, que identifica o ponto de partida do trabalho pedagógico levantando os interesses do grupo; das *oficinas temáticas*, trazidas das ideias de Pistrak (2000), que são consideradas como um conjunto de procedimentos para construção e reconstrução de práticas corporais e esportivas tendo a auto-organização como fator principal; das *escolinhas esportivas*, caracterizadas pela formação de turmas com identidade a uma modalidade esportiva (considerando a importância da superação da prática de treinamento

para levar os educandos a pensarem em novas formas de práticas esportivas); dos *seminários participativos*, espaços para a troca de conhecimentos, experiências e informações sobre as atividades desenvolvidas, com atenção aos registros e sistematizações desses encontros; dos *festivais*, momentos de catarse realizados em datas específicas com objetivo de integrar experiências; dos *arrastões do lazer*, atividades de sensibilização dos sujeitos, nos locais de implementação da política; e das *colônias de férias* como conjunto de atividades desenvolvidas no período de férias escolares.

Apresentado o CPEL e sua proposta pedagógica, algumas questões temos a colocar. Em primeiro lugar, esse documento foi considerado por nós um dos textos da política e, nesses termos, representará o referencial cognitivo da “nova” política de esporte e lazer do Recife, lastreada em dois eixos: o da cultura corporal e da educação no e para o tempo livre. Contudo, uma das questões levantadas por Mainardes (2006) na interpretação de textos de política no leva a questionar quem participou da produção desses textos e que vozes não foram ouvidas? Nesse sentido buscamos, nas entrevistas, indagar os atores sobre a compreensão das diretrizes da política e como se deu a participação do grupo na construção de tal documento. Sobre a participação um dos discursos é enfático na afirmação de que não houve uma produção coletiva para a elaboração do texto da política

[...] eu não participei diretamente da construção, né?! Eu, na verdade não tinha uma função específica na questão da construção do programa. A [Assessora Pedagógica] fez muito esse movimento, muito ela. E o [Diretor Geral de Esportes] também teve muito esse movimento. [...] eu me lembro, inclusive, que [...] [ele] encostou na sala dele, né, e falou ‘vou escrever aqui esse material’, e a gente, ‘não, ninguém perturba’ [...] eu não sei se eram os dois, mas, eles estavam aqui no doutorado, também inclinados nessa relação! E eu fiquei muito na função, um pouco administrativo, um pouco na mobilização, em relação aos arrastões do lazer e em relação à Secretaria do Orçamento Participativo, então, não tive muita participação na construção dos princípios teórico e metodológicos do programa. [...] pode pegar a gravação de quem quiser, que se alguém disser que foi uma baita construção coletiva, isso não aconteceu! O máximo que a gente pode dizer é, como tinham os eventos de formação, que a gente fazia muito, aí ó, foi um grande coletivo de formação [...] nessa relação, fazia o debate e ajudava a sistematizar, né?! Então, nessa perspectiva pode até dizer: ‘ó, foi coletiva, a produção dos fundamentos e princípios do programa, né?!’ Porém, não dá para dizer que essa sistematização, por exemplo, o livro, foi escrito por [pelos dois atores], só! Então, eles que sistematizaram, eles que, a bem da verdade, foram nos marcos teóricos, foram no Savianni, foram no Pistrak, foram naqueles que a gente vê explícita na produção. A parte da descrição didática do livro, né, depois apresentar o que é o método didático, que foram apresentar a organização do trabalho pedagógico, em tão arrastão, oficina, escolinha esportiva, [...] é fruto desse trabalho, nesse sentido, ele é coletivo, né?! (E13)

Apesar da centralidade na produção dos documentos, o processo de formação continuada era coletivo – como está afirmado no contexto discursivo acima – e assim os

relatos das ações experimentadas serviam de referencial para a elaboração dos textos. Dessa relação tomamos que, de alguma forma, a produção do texto foi possível através das experiências vivenciadas na prática da política. Todavia, a evidência relação de afastamento do coletivo da DGE se mostra com na publicação de um livro com as características do Programa, sem ao menos citá-lo como experiência de um governo. Já afirmamos anteriormente que outras cidades desenvolveram experiências reconhecidas como inovadoras no setor de esporte e lazer e foram realizadas publicações para sua divulgação. Contudo, essas produções foram realizadas por dentro dos governos, em suas respectivas secretarias. O caso de Recife foi diferente, houve uma produção “por fora”. Mainardes (2006) põe um desafio para o pesquisador na identificação das intenções ocultas no texto, ao analisar o contexto de produção de texto. Nesse caso, as “intenções ocultas” estão associadas à demarcação de um espaço, não somente político, mas acadêmico. Vemos nesse afastamento de uma produção coletiva ou do governo a necessidade dos autores do livro de 2004 de se colocarem como referência teórica de uma experiência julgada até o momento como bem sucedida.

Em segundo lugar, Ball, Bowe e Gold (1992) consideram importante caracterizarmos os textos da política como *writerly* (quando o texto convida o leitor a participar ativamente na sua interpretação) e/ou *readerly* (quando o texto limita o envolvimento do leitor). Para tanto, a análise deve se apoiar em sua estrutura e sua forma de escrita, pois afirmam os autores que o reconhecimento desses estilos diz sobre o processo de formulação da política. Nesse sentido, ao analisarmos a estrutura do documento, identificamos que há a apresentação de uma filosofia e a defesa de uma forma de atuação no setor de esporte e lazer, subsidiado por alguns referenciais teóricos, organizados numa metodologia de ação. Portanto, esse documento com subtítulo “construindo uma proposta pedagógica” traz uma dimensão cognitiva para lastrear uma dimensão instrumental que, por sua vez, norteará a ação de uma política. Nesse sentido, compreendemos que o texto da política, por mais que seja construído a partir de uma experimentação coletiva é instrumental, daí o compreendemos como *reardely*. Por outro lado, à medida que são descritas as formas de organização do tempo pedagógico ou a própria organização de cada “círculo popular”, os leitores podem adotar tais orientações como um ponto de partida para a sua ação, caso esse texto seja lido no contexto de outra política. Pois, nessa experiência, o texto orienta como deve ser a prática.

Por fim, consideramos como principal característica dessa primeira gestão a necessidade de afirmação de um novo referencial normativo para a política de esporte e lazer. Para que isso acontecesse os dois integrantes do Setorial de Esporte e Lazer do PT, que foram nomeados na Diretoria Geral de Esportes, precisaram desenvolver algumas estratégias de

ocupação de espaço político na gestão. Isto se deu em virtude da baixa expectativa da gestão municipal que, mesmo adotando um novo referencial – “o modo petista de governar” – em relação à gestão anterior, não mostrou grandes interesses em relação ao setor. Isto se revela logo na composição dos cargos de primeiro escalão, onde a pasta referente ao esporte e lazer foi repassada para um partido de coalizão. Contudo, em função da oportunidade apresentada com a vitória do PT nas eleições municipais, integrantes do Setorial de Esporte e Lazer do PT viram-se motivados em disputar espaço na gestão, pois enxergavam ali a possibilidade de formular uma política condizente com as diretrizes da gestão municipal, bem como alinhada à perspectiva progressista da educação física, de acordo com os debates que vinham sendo travados no campo acadêmico.

Com a abertura do espaço político, os integrantes conseguiram formar uma pequena equipe, mas tiveram grandes dificuldades em desbravar um caminho para a implantação desse novo referencial para o setor, visto que uma política de esporte já estava sendo conduzida pelo Geraldão, preservando as ações da gestão anterior. Para galgar mais espaço político e, conseqüentemente estrutura, a equipe contou com a contribuição voluntária de integrantes do movimento estudantil da Universidade de Pernambuco para fortalecer o trabalho, que ganhou visibilidade e apoio político do prefeito. Não obstante as dificuldades orçamentárias e estruturais, consideramos que foi dado início a um movimento de criação de identidade à nova política do setor, a partir do Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer.

Mesmo com os avanços destacados pelos documentos e pelos discursos dos atores, observamos também que a política já apresentava em seu bojo algumas contradições. A primeira delas diz respeito à dificuldade de ser aceita, no primeiro momento, como uma política do governo municipal, tendo em vista a necessidade de estruturar uma organização paralela ou real à estrutura formal existente; a segunda está relacionada à dificuldade de compreensão por parte da gestão municipal e até mesmo da equipe (professores e estagiários) sobre os fundamentos da educação *no* e *para* o tempo livre – debate que começa a ganhar espaço em 2002; e, por fim, as contradições internas da gestão, que ora se apresenta como participativa ora impõe uma hierarquia no processo de tomada de decisão. É possível inferir sobre essa problemática, pois na formação da política foram realizados vários espaços de debates com os chamados voluntários e, posteriormente, muitos deles passaram a compor o quadro de trabalhadores da política.

Com limites e contradições, a política de esporte e lazer segue até o final da primeira gestão concorrendo com as ações desenvolvidas pelo Geraldão. Durante o processo eleitoral, o Partido dos Trabalhadores vence as eleições, em primeiro turno, e mantém o curso das

políticas gestadas no primeiro mandato. No próximo capítulo contextualizaremos esse processo, assim como analisaremos a política de esporte e lazer nessa nova conjuntura.

6 A POLÍTICA DE ESPORTE E LAZER DO RECIFE: SEGUNDO ATO

Neste capítulo daremos continuidade à reconstituição da trajetória da política de esporte e lazer do Recife, em seu segundo ato, ou seja, no segundo mandato do PT. Em primeiro lugar, faremos uma contextualização da recondução do prefeito no governo. Em seguida, analisaremos a nova política no novo contexto do segundo governo do PT. E, por fim, analisaremos a organização da nova política sob a velha estrutura burocrática.

6.1 O CONTEXTO DE RECONDUÇÃO DO GOVERNO MUNICIPAL

Diferentemente da conjuntura política, na gestão anterior, a condução do segundo mandato do PT na cidade do Recife deu-se de forma mais tranquila para a coligação “Frente de Esquerda do Recife”⁷⁷. Isto decorre de alguns fatores que podemos atribuir, conforme Barreto (2004, 2008), à segunda fase do primeiro governo de João Paulo. Não mencionamos tal fase anteriormente por uma questão de organização da tese onde buscamos focar, no primeiro ato, a mudança do referencial normativo da política, quando o prefeito assume o governo após as eleições em 2000. A nova fase, portanto, refere-se à vitória do PT nas eleições presidenciais em 2002, pois até o momento, o governo local encontrava-se em oposição ao governo federal, capitaneado por com FHC, e ao governo estadual, sob a direção de Jarbas Vasconcelos, cuja trajetória política destacamos no capítulo anterior.

A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) para o governo federal, contudo, não beneficiou somente a capital pernambucana. Segundo os jornais da época, a notícia era de que havia dobrado o número de prefeituras capitaneadas pelo PT. Mas, como Recife foi uma das cidades agraciadas pela então comitiva presidencial junto com seus ministros recém-empossados, a promessa de investimentos para melhoria de infraestrutura da cidade, e o capital político do presidente foi utilizado ao longo da campanha de 2004. Além disso, as derrotas de Marta Suplicy, em São Paulo, e Raul Pont, em Porto Alegre (RS), colocou João Paulo em lugar de destaque entre os petistas. Dentre outras razões, porque das prefeituras controladas pelo PT, a do Recife só perde em importância para Belo Horizonte (MG), também vitoriosa (BARRETO, 2008).

⁷⁷ A Frente de Esquerda, nas eleições de 2004, foi composta pelos partidos PT, PSL, PCB, PDT, PAN, PTC, PSB, PRP, PC do B e PT do B. É uma frente mais ampla do que a constituída em 2000, caracterizando a migração mais ao centro das políticas públicas na segunda gestão capitaneada pelo PT.

Apesar das dificuldades apresentadas nos primeiros anos de sua gestão, a reeleição em primeiro turno mostrou uma adesão da população em relação ao projeto de governo do PT, no que se refere à “inversão de prioridade”, tendo grande expressão através de ações como o Orçamento Participativo e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU)⁷⁸, por exemplo.

Durante todo o período de campanha houve uma forte adesão do grupo da DGE no processo. Para alguns atores, essa relação entre a política pública e a defesa de uma candidatura fazia parte de uma estratégia para a consolidação de um campo político e, conseqüentemente, da nova política de esporte e lazer que começou a ser implantada na gestão anterior. Isso não deixou de ser uma convocação àqueles trabalhadores envolvidos com as ações, mas através do convencimento em relação à importância da manutenção de um projeto político que abriu espaço para uma “nova” perspectiva de esporte e lazer. Deste modo, a filiação de membros da equipe e grupos mais próximos à política, a participação na organização de atividades de campanha foram compreendidos pelos atores como uma oportunidade para a política em análise, como é possível observar nos contextos discursivos a seguir:

A gente ia no convencimento porque reconhecia que aquilo ali tinha sido avançado e tal; mas todo mundo foi convocado a fazer campanha. [...] não tinha como; é em toda gestão, né?!, [...] Com a eleição de Lula, a gente já tinha o cenário da política de esporte no Brasil, [...] a gente já tinha essa inspiração de que, no país [...] a gente pudesse ter a mesma proporção de organização, [aí] a gente teve também, nesse momento da eleição, para a prefeitura, esse maior engajamento, né?! Por que a gente tinha a esperança de que a gente pudesse, de fato, continuar o que a gente tinha começado a fazer e, que era muito precário. [...] e o argumento era que a gente tinha agora um outro cenário e que a gente tinha que mudar, que a gente precisava gerar demanda e tal; mas, o que aconteceu, de fato, foi uma convocação para participar da campanha, mas com os elementos de convencimento da política, então não tinha muito essa outra relação de, como a gente vê hoje, de mercado. (E1)

Eu entrei como estagiário, tinha uma ideia de política pública, até certo ponto pouco ampliada, né, [...] com a gestão do PT e essa equipe que nós tínhamos isso foi concretizado, porque foi criado algo novo, né, é [...] e a política de esporte ela foi

⁷⁸ O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) é um serviço de atendimento médico brasileiro, utilizado em casos de emergência. Idealizado na França, em 1986, foi implantado no Brasil pela primeira vez, na cidade de Campinas. Em Recife, foi implantado na primeira gestão do PT, quando Humberto Costa esteve como Secretário de Saúde. Em 2003, o Ministério da Saúde lançou a Política Nacional de Urgência e Emergência com o intuito de estruturar e organizar a rede de urgência e emergência no país. Desde a publicação da portaria que instituiu essa política, o objetivo foi o de integrar a atenção às urgências. Hoje a atenção primária é constituída pelas unidades básicas de saúde e Equipes de Saúde da Família, enquanto o nível intermediário de atenção fica a cargo do SAMU, das Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24H), e o atendimento de média e alta complexidade é feito nos hospitais (BRASIL, 2016a).

efetivamente realizada e, muito bem realizada, na época. E paralelo a isso a política partidária, algo que pra mim, também foi algo novo. (E10)

[acredito que] tinha um plano, talvez, não estruturado [...] de ganhar espaço dentro do esporte, do lazer, educação física, pra expandir a perspectiva de trabalho que o CPEL se propunha, e que era uma perspectiva que tava em forte diálogo, com, por exemplo, os parâmetros da educação física; então, as disputas dentro da educação física, educação ou saúde e tal, tavam diretamente relacionadas dentro da área de esporte e lazer, né? essas disputas. Então, é, tinha um processo de tentar se firmar. Quando a gente participa da eleição pra João Paulo, a primeira, [...] tem o engajamento, sobre a maneira de acreditar nas mudanças que tavam vindo. Logo depois, a gente tem a eleição pra Lula é, e aí não é difícil, né, trabalhar com essa dimensão política; é, porque as próprias comunidades elas já tinham essa relação. [...] Eu lembro que teve toda uma discussão e uma construção em relação à candidatura [...] desse projeto político partidário mais próximo. E aí, vários momentos, a gente teve as questões da política; então, eleição interna do partido, a gente teve campanha de filiação, né; de sensibilizar as pessoas pra se filiar ao PT, pra fortalecer, né, o partido. (E5)

De acordo com os enunciados acima, notamos que o envolvimento nas campanhas políticas é uma prática comum ao grupo, até por que vários integrantes aproximaram-se da experiência do Recife em função do seu envolvimento político, seja nas instâncias de discussão associadas ao curso de educação física, seja no próprio partido, através do setorial de esporte e lazer. Mesmo com essa prerrogativa, o fato de estarem dentro do governo, de certa forma, implica mais engajamento nos processos eleitorais. E como a campanha de reeleição veio seguida da campanha vitoriosa para o PT – para o governo federal – deixa transparecer nos discursos um otimismo com respeito ao fortalecimento do setor de esporte e lazer em âmbito nacional e local.

Além disso, os contextos discursivos abaixo demonstram o caráter militante da experiência vivenciada na prefeitura do Recife, que, para além de uma atividade profissional, foi creditada a possibilidade de transformação de uma determinada realidade social, por meio das ações da política.

[...] essa relação do projeto político dos círculos, não tava de nenhuma forma desatrelada de um projeto de organização política partidária, de organização política em várias frentes, né? Isso era muito integrado [...] não era uma coisa vista, de forma ‘ah, estão fazendo algo por baixo dos panos’, não! Na verdade, o que se acreditava é que aquilo é que era o correto, né, [...] E que o incorreto era exatamente o contrário, quando você fica recriminando, né, o partido político, a participação política das pessoas no projeto político, e não ao contrário. (E5)

[...] eu conseguia particularmente participar por acreditar, por acreditar que era possível transformar, que era possível ser revolucionário naquilo que nós fazíamos e fazíamos bem e até certo ponto fomos. (E10)

Eu particularmente acreditava e acredito que a gente não desassocia um trabalho técnico de um trabalho político. Toda técnica tá a serviço de um projeto, de algum objetivo político. E a gente não dissociava o trabalho político da atuação política da gente, na cidade. [...] a partir do momento que a gente defende nos debates partidários, que a gente defende no período eleitoral, e aí defender, dialogar com número enorme de pessoas, o esporte e lazer como direito e, que a gente entra na gestão e começa a desenvolver projetos, ações e programas, que afirma esse direito, isso é um link claro, entre o que a gente defende partidariamente, politicamente e às políticas públicas. (E12)

Mesmo com essa compreensão da relação entre a política pública e a política partidária mostrada nos enunciados acima, ela não foi assimilada por todos os integrantes da equipe. Outros discursos apontam, por vezes, as tensões decorrentes das “convocações” para atuação com um trabalho político nas campanhas, demonstrando que havia uma espécie de *continuum* entre aqueles atores que se aproximavam e aqueles que se afastavam da proposta da filosofia de ação adotada pela política pública, como verificamos abaixo:

O que tinha, enquanto expectativa, era que por ser uma política que nós consideramos diferenciada, diferente das outras, porque teve um olhar sobre o que mais necessitava, né?! Os espaços para a população participar e decidir como seria a construção do campeonato, como seria um festival, como seria certas coisas como nunca tinha executado antes havia sempre o temor, de que, quem viesse depois não pudesse dar sequência a essa lógica, não era a disputa pelo espaço em si, de estar à frente, ou não. E isso imbuíamos, né?! Nos alimentava de que era necessário que nós pudéssemos nos engajar na disputa política eleitoral, para que pudéssemos eleger pessoas que pudessem dar continuidade a essa ideia de política pública. Uns compreendiam isso com tranquilidade, outros achavam uma forçação de barra e que não gostavam e que não se sentiam à vontade de fazer política eleitoral, de ir pra rua pedir votos e tal. Eu, particularmente, sempre achei isso muito natural para mim, mas tinha muita gente na minha equipe que se sentiu incomodado e que ia com aquela relação: se eu não for, vou perder meu emprego, né?! (E2)

[...] algumas pessoas, da nossa equipe mesmo, que estavam ali porque era um emprego e, alguns momentos [...]é, é, havia um tensionamento, porque era cobrado pras pessoas um posicionamento político, seja pra convencer a pessoa a participar das atividades de mobilizações, não só eleitoral, mobilização da gestão mesmo, uma reunião pra discutir política; uma reunião pra discutir a cidade, pra discutir a participação. Como essas pessoas não tavam convencidas disso, o instrumento pra mobilizar isso era o medo de perder o emprego. (E12)

Embora os atores se posicionassem, em seus discursos, pela compreensão do papel político na intervenção de uma política pública, fica evidente a tensão existente em relação a outros profissionais que porventura não compartilhavam da filosofia e da prática adotadas na condução da política pública. De certo, essa é uma questão corriqueira e sujeita a acontecer em quaisquer organizações. Contudo, algumas estratégias de convencimento podem ser adotadas, tais como a formação continuada, onde os gestores repassarão aos atores da prática

as diretrizes e os instrumentos da política para serem adotados. Mesmo com essa ação não há uma garantia de que todos os atores sejam realmente convencidos ou até mesmo compreendam a orientação para a prática. É nesse sentido que Ball e seus colaboradores apontam as divergências que surgem no contexto da prática, quando da implementação de uma política pública, em parte pela incompreensão da filosofia de ação, assim como pela discordância de tal filosofia.

Mesmo com as divergências internas quanto à participação nos espaços de campanha eleitoral, a presença do grupo, como apontado nas entrevistas, foi importante para a realocação da política de esporte e lazer no segundo mandato do PT no Recife. Numa conjuntura diferente, o novo contexto de influências, em nível federal, não se dará pelo enfrentamento ao referencial neoliberal, mas de reafirmação do “modo petista de governar”, agora alinhado ao governo federal. No tocante à política setorial, observamos a mesma lógica, pois, em 2003, é criado no âmbito federal, o Ministério do Esporte (ME)⁷⁹ e, a partir daí, o contexto de influência terá novos elementos. A participação do Setorial de Esporte e Lazer do PT, em Pernambuco, representado pelo grupo que comandava a política setorial na prefeitura do Recife, participa das disputas políticas na composição do Ministério, e consegue uma vaga para assumir a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer (SNDEL). Sobre essa questão, um dos atores aponta em seu contexto discursivo:

O Lula e o Fernando Henrique Cardoso criaram uma secretaria na época lá de transição, né?! Entre a gestão Fernando Henrique Cardoso e a gestão do Lula. E, pelo Setorial de Esporte e Lazer [nacional], um camarada lá de Pelotas, [...] foi nomeado para essa Secretaria. [...] e em 2003, o Lino Castellani assumiu um cargo pontual ali, para poder ir trabalhando. A estrutura de ter três secretarias, salvo engano, saiu por volta de fins de março, abril, né; então, durante os primeiros meses em 2003, mesmo com o Ministério do Esporte criado, a estrutura de secretarias ainda era a do antigo Ministério de Esporte e Turismo que tinha um Secretário Nacional de Esporte nessa estrutura. [...] Quando me [puseram] no meio de campo a gente continuou discutindo a questão, de um lado dos cargos, dos nomes e, do outro, quem era que encaminhava coisa e tal! E Recife, e Pernambuco, em particular, tinha indicado apenas o meu nome que, na verdade, era o grupo que tava na prefeitura! Que eu sei que houve resistências né?! [...] Mas, no que pese todas essas tensões, esse foi o nome de Recife! Aí, dentro do PT municipal a gente deu uma fortalecida com alguns setores [...] pra manter o meu nome nessa relação, né?! (E13)

⁷⁹ O ME foi criado em 2003, pelo Governo Lula, composto pela seguinte estrutura: **Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer**, responsável pelas ações: Programa Esporte e Lazer da Cidade; Centro de desenvolvimento do esporte recreativo e do Lazer; Prêmio Brasil de Esporte e do Lazer de inclusão social; **Secretaria Nacional de Esporte Educacional**, com as ações: Programa Segundo Tempo, Projetos esportivos sociais e; **Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento** responsável por: Descoberta do talento esportivo, Jogos da juventude, Olimpíadas Universitárias, Olimpíadas Escolares, Bolsa Atleta, Rede CENESP (Centros de Excelência Esportiva).

Esse movimento fortalece politicamente o grupo frente à gestão municipal, de um lado e de outro se apresenta como um espaço de contribuição da experiência gestada em Recife para a formação de uma política nacional do setor. Esse aspecto, observamos no enunciado abaixo.

Com todas as tensões, com todas as tensões do Ministério, o PELC⁸⁰ foi construído com as direções, com as duas direções, e os dois departamentos, né?! [...] todo mundo participa das reuniões do PELC. O PELC foi construído com uma infinidade de tensões, a bem da verdade, porque você tinha experiências muito diferentes. De vez em quando [...] aparecia com uma proposta extremamente formalizadora do PELC [...] praticamente um clube [...] no contra turno escolar! E, principalmente eu, a Andréa e o Luiz Otávio um pouco também, porque ele era diretor e tal, a gente fez: ‘ó, a experiência nas comunidades diz outra coisa, o tempo de lazer, o tempo de organização na comunidade e tal implica em outro formato, inclusive, próprio da auto organização da comunidade.’ Os princípios de auto-organização, trabalho coletivo etc. e tal, não iam para o PELC de forma desvelada! [...] Elas puderam ser trabalhadas quando o Lino saiu. [...] Quando o Lino saiu e a Rejane assumiu, [...] a partir dali, a gente conseguiu, um pouco, construir mais os princípios do PELC. Acho que foi a partir dali que, do ponto de vista da organização de princípios e diretrizes do PELC, isso foi possível. (E13)

Para melhor compreensão do leitor, situaremos o contexto discursivo acima, retomando algumas discussões do capítulo anterior. Vimos que, em 2002, inicia-se de forma mais contundente a implementação do CPEL – o Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer, cuja filosofia está alinhada à contribuição do Coletivo de Autores e da perspectiva da educação *no* e *para* o tempo livre. Vimos ainda que, no mesmo ano, foi elaborado um documento com os princípios pedagógicos, a metodologia e as formas de organização do tempo pedagógico. No tocante aos princípios, apresentamos o desenvolvimento da cultura popular, a intergeracionalidade, a auto-organização e trabalho socialmente útil. Esses são citados pelo ator como princípios integrantes⁸¹ do PELC, um programa nacional que caracteriza uma das dimensões da política nacional de esporte. Com isso, podemos inferir sobre a contribuição da experiência recifense na política nacional do setor, de um lado pela participação de um integrante do grupo e de outro pela influência exercida na elaboração do texto do programa. É bem verdade que outras experiências foram levadas em consideração, tal como é relatado. Contudo, para o grupo local é uma oportunidade de fortalecimento político por dentro da gestão.

Desta forma, analisamos esse novo contexto de influência, não somente pela nova formação de arenas na disputa do referencial cognitivo da política municipal, mas pela

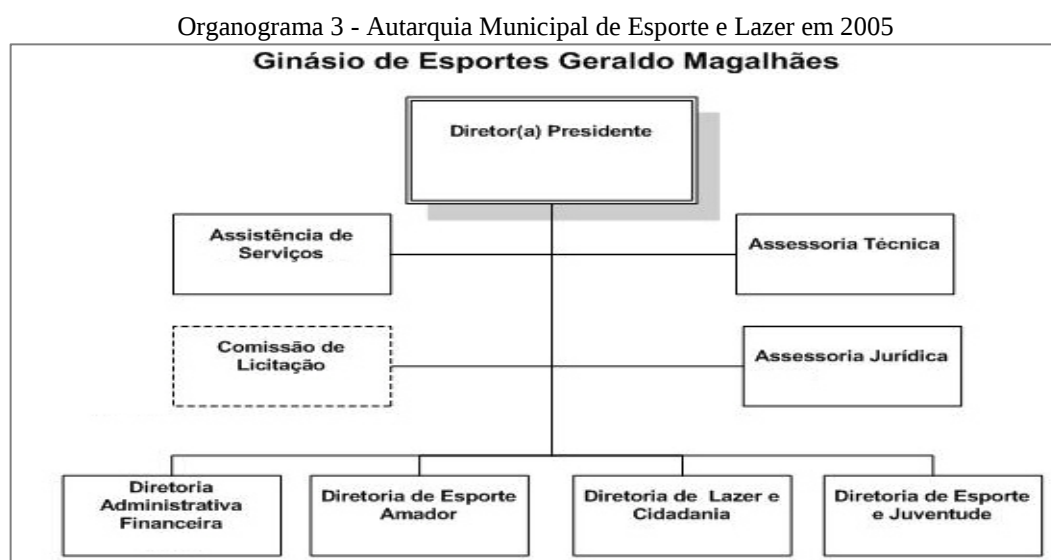
⁸⁰ Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC).

⁸¹ Nos documentos atuais do ME, o PELC tem como diretrizes: Auto-organização comunitária; Trabalho coletivo; Intergeracionalidade; Fomento e difusão da cultura local; Respeito à diversidade; Intersetorialidade e Municipalização (BRASIL, 2013).

influência das políticas nacionais; contudo, observamos ainda que tal influência se deu também na dimensão do local para o nacional. Como diante da conjuntura pós-eleições, em 2004, Recife passou a ser uma das principais prefeituras governadas pelo PT e é natural que experiências locais possam inspirar as políticas nacionais, resultando na nacionalização de programas como o SAMU, a Academia da Cidade e os Pontos de Cultura.

A partir da nova conjuntura analisada é dada a recondução do prefeito e, para a organização política e acomodação de uma coligação mais ampla, outra reforma é implementada. Anunciada ainda em dezembro de 2004, conforme Diário Oficial, cinco novas pastas são criadas: (1) Secretaria de Gestão Estratégica e Relações Internacionais; (2) Secretaria de Planejamento Participativo, Desenvolvimento Urbano e Obras; (3) Secretaria de Turismo; (4) Secretaria de Educação, Esporte e Lazer; e (5) Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico. Dessa nova estrutura vamos nos ater na análise da Secretaria de Educação, Esporte e Lazer.

Com a nova reforma administrativa há um deslocamento do “esporte e lazer” do turismo para a educação. Esse movimento denota uma compreensão diferente da gestão municipal, em relação ao setor, se compararmos com a gestão anterior. As estratégias de visibilidade e disputa de espaço político, adotadas pelo grupo, parecem surtir efeito no contexto dessa nova organização administrativa. Ao que parece, a concorrência entre a nova e a velha política é superada à medida que a política de esporte e lazer passa a ser gerida por um único órgão – o Geraldão, pois com a reforma este se vincula à Secretaria de Educação, Esporte e Lazer e à equipe alocada na extinta Diretoria Geral de Esporte (DGE) assume os novos cargos, conforme mostra o organograma a seguir:



Fonte: Almeida, 2010.

Se compararmos o organograma 2 – Estrutura real (Diretoria Geral de Esportes-DGE) – com o organograma 3 - Autarquia Municipal de Esporte e Lazer em 2005 (Geraldão), notaremos grande semelhança; contudo, apesar do avanço indicado no novo contexto de influência e da institucionalização do instrumento da política, a máquina governamental ainda não conseguiu absorver a organização proposta pela nova política de esporte e lazer. Sobre esse aspecto, observemos o contexto discursivo a seguir:

Na reformulação e no novo governo deixamos [...]o esporte deixou de fazer parte da Secretaria de Turismo e Esporte e passou a ser a Secretaria de Educação, Esporte e Lazer e tinha a autarquia Geraldão como um carro chefe. O Geraldão passou a ser um órgão responsável pela política de esporte e lazer da cidade [...] fiz parte da equipe de transição ainda em dezembro para ir para o Geraldão e passamos os primeiros seis meses reconhecendo o que era o Geraldão, pensando o que era o Geraldão e tal. [...] Na ocasião, tínhamos a criação de quatro diretorias, de fato, com algumas gerências cada uma delas que eram: diretor presidente da autarquia com a sua assessoria especial e pedagógica; uma diretoria administrativa financeira com as suas gerências de pessoas, de RH, né, financeira, enfim, tesouraria, a gerência inicial de esporte e lazer, a gerência não, a diretoria de esporte e a diretoria de lazer e cidadania. Eram essas as diretorias que inicialmente foram criadas oficialmente, e a diretoria de esporte e juventude, que ia cuidar de uma política mais específica [...] Então, foram criadas essa quatro diretorias: administrativa, esporte, lazer e juventude. Porém a necessidade de cuidar dos espaços permaneceu muito forte e mesmo tendo apenas uma gerência, o status dessa gerência, que cuidava dos espaços, ganhou um status de diretoria. Então, para o funcionamento da política tinham 5 diretorias, mas, no organograma oficial tinha 4. [...] [a quinta diretoria era] a gestão de espaços e equipamentos de esporte e lazer da cidade, que cuidava para além do Geraldão, dos campos, quadras, pistas de skates e espaços que nós chamávamos de: espaços de lazer. (E2)

Fica evidente que apesar dos avanços, em certa medida, a informalidade foi uma questão que perpassou o contexto da prática em ambas as gestões. Apesar do avanço no novo contexto de influência e da institucionalização do instrumento da política, notamos no enunciado acima a continuidade de uma estrutura real e uma estrutura formal.

Com relação aos textos da política, utilizaremos para análise os documentos da gestão: Plano Plurianual – PPA 2006-2009 e da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2005 a 2008, bem como os documentos internos do Geraldão: o Planejamento 2005 e o Relatório de Transição 2005-2008.

O PPA, como visto anteriormente, reflete a filosofia da gestão municipal, assim como suas diretrizes, valores, objetivos e eixos estratégicos. Nesse documento intitulado “Recife: mais trabalho, melhor qualidade de vida”, as ações estarão distribuídas em duas dimensões: para “a cidade” e para “as pessoas”. No tocante à cidade, a orientação está vinculada à valorização dos espaços públicos, à habitabilidade e acessibilidade. Para as pessoas, as orientações estão pautadas em três eixos: a promoção da cidadania e a intensificação da luta

contra a exclusão e desigualdade; a ampliação de oportunidades através da educação, saúde e saneamento básico; e a promoção da criatividade e do empreendedorismo para o desenvolvimento da economia, da cultura, do lazer e do esporte.

Quanto aos valores, o governo municipal deverá ser pautado pela valorização da ética e busca da transparência, pela construção do sentido de equipe (solidariedade) e pela orientação ao senso de urgência da população, no sentido de “acumular forças para a construção da sociedade democrática e socialista”.

É interessante notar no discurso deste PPA que, diferentemente do documento no período de 2002 a 2005, não consta os programas integrados (ver quadro 3). Há mudança na lógica de organização das ações de modo que agora será levada em conta a transversalidade e a intersetorialidade em todos os projetos de governo. E para que isso se tornasse possível será adotado um novo modelo de gestão e planejamento pautados a partir do orçamento participativo e demais fóruns de planejamento e gestão, sustentados por um sistema de participação popular. Já no âmbito interno, o modelo de gestão adotado considera as seguintes instâncias no processo de tomada de decisão: coordenação de governo (composto pelo prefeito, vice e os secretários), secretariado, conselho de política financeira, fóruns temáticos e o comitê gestor. (Estrutura coletiva para discussão de áreas específicas).

Observamos no discurso-texto do documento em análise um distanciamento em relação às ações mais ligadas à população, tais como saúde, educação, esporte e lazer, em detrimento da consolidação de uma metodologia de gestão. Fica claro neste PPA que o foco está em consolidar uma metodologia participativa no planejamento das ações do governo. Decerto, essa preocupação com a gestão da máquina pública tenha sido uma resposta às críticas sofridas na primeira gestão que, como aponta Barreto (2008), passou pela falta de experiência administrativa, o que levou a gestão petista a cometer muitos erros, alguns apontados pelo próprio prefeito em entrevista aos jornais da época. Apesar disso, não identificamos uma mudança no referencial cognitivo da política, pois em vários momentos o documento reafirma a “construção de uma sociedade democrática e socialista”; contudo, nesse momento espera-se conseguir tal objetivo através de práticas mais participativas nos espaços de tomada de decisão.

Quanto à referência ao esporte e lazer, observamos que, diferentemente do primeiro PPA, a linguagem aproxima-se do referencial adotado pela nova política setorial. Isso nos indica a real participação do grupo da DGE – agora equipe do Geraldão, na elaboração do documento de planejamento da gestão. Apesar de pouco exploradas as ações para o setor, são apresentadas como meta a ampliação e a diversificação no atendimento dos diversos

segmentos com atividades sistemáticas de esporte e lazer, nas atividades de lazer, recreação, esporte educacional e esporte de rendimento. Nesse aspecto, o texto defende que as três dimensões sociais do esporte – discutidas por Tubino (1992), quais sejam: o esporte performance ou de rendimento - dimensão social que permanece valendo a concepção do esporte até a década de 1960, normalmente é praticado pelos chamados talentos esportivos e onde são propiciados os espetáculos esportivos; o esporte educação - dimensão social onde o esporte é compreendido como uma manifestação educacional. Para tanto, a orientação educativa do esporte está vinculada a três conteúdos pedagógicos: à interação social, ao desenvolvimento psicomotor e às atividades físicas e educativas; e o esporte participação ou popular - dimensão social que referencia o esporte como princípio do lazer lúdico e que tem como finalidade o bem-estar social dos seus praticantes, além da relação com o lazer e com o tempo livre – sejam contempladas através da política pública de esporte e lazer no município.

No detalhamento dos programas por ação – um dos itens do PPA – a política de esporte e lazer estrutura-se conforme tabela abaixo:

Quadro 11 - Detalhamento dos programas por ações – Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer (CPEL)

PROJETO	
•	Círculos de convivência
	Esporte do mangue
•	A rede física de esporte e lazer
	Ampliação, reforma e melhoria das instalações e equipamentos do Geraldão
•	Incentivo ao esporte do Recife
	Formação continuada de professores e agentes de esporte e lazer
•	Incentivo à produção científica e preservação da memória do setor de esporte e lazer

Fonte: Elaborado pela autora a partir de PPA 2006-2009 (RECIFE, 2006).

As ações acima, propostas para a segunda gestão, se comparadas àquelas analisadas no capítulo anterior – no Plano de Ação 2001-2004 (ver quadro 6) – nos levarão a inferir sobre uma ampliação. Mas no que se refere às dimensões sociais do esporte, mesmo associadas à Secretaria de Educação, Esporte e Lazer, não apresenta nenhuma ação que esteja associada ao esporte educacional. O foco da política está no acesso da população às práticas esportivas e de lazer, contudo, no âmbito da educação não formal, como é possível observar na discussão sobre a proposta pedagógica do CPEL (ver item 5.3). Interessante, pois contradiz uma das orientações do próprio documento no tocante à intersetorialidade.

Apesar das descrições do programa e suas atividades expressos no documento oficial da gestão, os documentos internos da política setorial, elaborados pela equipe do Geraldão, no

documento “Planejamento 2005”, mostra um contexto um pouco diferente, e é sobre ele que iremos discorrer a seguir.

6.2 A “NOVA” POLÍTICA NO “NOVO” CONTEXTO DE PRÁTICA

Primeiramente, gostaríamos de retomar o entendimento expresso no capítulo anterior de que o Programa Círculos Populares era compreendido pelo grupo formulador como a própria política de esporte e lazer. Lá dissemos que as estratégias adotadas pelos gestores nos levavam a esse entendimento, mas no “Relatório de Planejamento (2005, p. 30)” encontramos um enunciado que deixa explícita essa ideia. Portanto, de acordo com o documento supracitado “a política de esporte e lazer é implementada a partir do Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer e seus projetos, distribuídos nas seguintes áreas: lazer, esporte, espaços e equipamentos e juventude”. Tomando tal enunciado como pressuposto, toda a organização estrutural e de programação estarão, nessa gestão, subordinadas aos “Círculos Populares”. E, sob essa lógica, vamos compreender como foi desenvolvida a “nova” política durante a segunda gestão municipal do PT no Recife.

A partir do que é colocado por Ball e seus colaboradores, os textos da política nortearão a prática dos atores na condução da política. Nesse aspecto, o documento “Planejamento 2005” terá esse papel. Constituir-se-á, portanto, como um referencial instrumental guiando os atores na condução da prática. Neste caso, em específico, trata-se de um documento produzido coletivamente, pois, conforme o enunciado abaixo, havia uma prática de planejamento participativo, por dentro da gestão da política. Vejamos:

[...] existiam, é, instâncias, né, dentro da organização [...] Então, vamos dizer que eram um planejamento de intervenção direta e existiam os planejamentos anuais, que eram de linha de ação para o ano e para um período. Então, se tinham reuniões anuais em que se fazia a avaliação; eram reuniões que duravam mais de um dia; então duravam dois ou três dias [...] a gente se reunia especificamente para planejar como seria o plano de gestão. Então se fazia um planejamento de gestão avaliando fraquezas, fortalezas e o que era que deveria orientar a gestão a partir dessa conversa, desse diagnóstico. [...] ele acontecia com as coordenações, com a direção, com as gerências, assessoria e presidência. (E1)

Apesar da atividade colegiada em relação ao planejamento, não há garantia de que as ações não sejam reinterpretadas e que não haja diferenças entre aquilo que foi planejado e o que efetivamente foi realizado. Por esse motivo, além da análise do documento de

planejamento, também iremos nos ater ao “Relatório de Transição 2005-2008” para a compreensão de como foi estruturada a política nessa segunda gestão.

Tomando por base, inicialmente, o “Planejamento 2005”, notaremos que a organização do documento será composta levando em conta a organização real do Geraldão, com as cinco diretorias: administrativa e financeira; esporte amador; lazer e cidadania; esporte e juventude; e gestão de espaços e equipamentos. Cada diretoria, exceto a administrativa, possuía projetos fins vinculada à sua pasta, como podemos verificar na figura a seguir, onde sistematizamos a relação entre as diretorias e seus projetos.

Figura 7 - Diretorias do Geraldão e suas ações na gestão (2005-2008)



Fonte: Elaborado pela autora a partir de Planejamento 2005 (RECIFE, 2005).

Os projetos, por sua vez, não foram elaborados a partir desse documento, especificamente. Muitos deles foram criados ainda na gestão passada, mas, por uma questão de organização e sistematização dos dados, preferimos analisá-los nessa segunda gestão, associada à diretoria na qual estão vinculados.

6.2.1 Diretoria de lazer e cidadania

A diretoria de lazer e Cidadania era a estrutura responsável, nessa gestão, pelo projeto pelos projetos “Círculos de Convivência” e as demais atividades associadas (ver figura 7) e a “Formação Continuada em Esporte e Lazer”.

Os **círculos de convivência** – círculos populares – foram a ação de maior visibilidade da política na primeira gestão, norteados pela proposta pedagógica discutida no item 4.3. Os círculos populares, segundo documento, tinham como objetivo: “contribuir para a educação *no e para* tempo livre das camadas populares do Recife” (p.38). A sua organização era formada por uma espécie de núcleo, composto por educadores de esporte e lazer (coordenadores, professores, estagiários e/ou agentes sociais), onde eram oferecidas atividades sistemáticas esportivas, culturais e de lazer (atividades permanentes), assim como as atividades especiais e paralelas (ver figura 7). Para a formação de cada núcleo/círculo, os profissionais faziam mobilizações nas comunidades, o que caracterizou um dos pontos fortes da política, revivendo aspectos da metodologia dos círculos de cultura do MCP, o que é possível inferir nos depoimentos, inclusive de atores que tiveram papéis diferenciados. Vejamos:

Meu trabalho enquanto professora; eu acho que me envolvi demais com o programa; era um programa que eu me identificava bastante, né?! E me aprofundei muito pedagogicamente com os princípios dos Círculos; e tinha essa questão do envolvimento com a comunidade muito forte; o contato com as lideranças, a formação das turmas. Então, eu participei de todo o processo de formação do núcleo de Dois Irmãos; o núcleo não tava formado quando eu entrei. [...] o processo de mobilização, de sensibilização mesmo, de mostrar pras pessoas o que era o programa. Era tudo ainda muito novo, o direito ao esporte de uma forma pública, de uma forma gratuita, ocupando os espaços públicos daquela localidade, buscando, inclusive, possibilidades de espaços públicos. Tinha essa relação do que era mesmo, o que era os espaços públicos daquela comunidade?! Tinha a relação com a Universidade Federal Rural, já que a Rural é dentro da comunidade, como, inclusive, quebrar essas barreiras, né, da universidade com a comunidade. Então, isso pra gente foi um processo muito rico, inclusive! Não foi um processo fácil! Inclusive porque os próprios gestores da Rural tinham outro entendimento, né!? Eu fui abordada pelo diretor do núcleo de educação física de lá, pedindo pra eu parar as atividades porque tava sujando a quadra, simplesmente esse era o argumento! E a gente trazer a comunidade pra dentro da universidade e, também, mostrar pra própria comunidade que existia esses espaços e que ela tinha direito ao esporte e, qual eram as possibilidades de intervenção do esporte ali dentro. Do esporte visto enquanto lazer, no momento de lazer das pessoas. E isso foi se ampliando, né, primeiro a gente formou turmas de adultos e idosos, formamos turmas de crianças e de jovens, principalmente. (E3)

A gente mapeava, a gente chegava na comunidade e mapeava a RPA⁸² que a gente ia trabalhar e procurava as lideranças comunitárias pra ter uma certa articulação e ter acesso à população; e a gente buscava também a área de esporte e lazer que poderia ser feito o projeto, onde ia trabalhar com as crianças, escolas, praças, colégios e até rua, se tivesse uma rua que a gente pudesse atuar; a gente mapeava isso e caía em campo; entrava em contato com as lideranças fazia reuniões, divulgava o projeto e começava, com a mão na massa. (E9)

⁸² RPA – Região político administrativa – as RPA's é a forma de organização da cidade para a implementação de políticas públicas (WAMPLER, 1999).

[...] a gente tá na função de coordenador, da relação com a comunidade, da articulação com as lideranças dali. Mas, não só as lideranças, pessoas comuns, que, muitas vezes, é, são esquecidas, né; você vai às vezes até desenvolver o trabalho de política pública, vai procurar a liderança; e às vezes não é a liderança que dá o suporte, que ajuda a articular, mas as pessoas que participam do processo; aquelas pessoas que não tinham acesso nenhum ao esporte e lazer, aí começam a chegar, a interagir, a ajudar, guarda material na casa dela, traz o material dela, enfim [...], né?! Esse trabalho de articular com as pessoas, de, é, é, coordenar o grupo de professores estagiários, de tá responsável por fazer, organizar as reuniões específica, né; de fazer o debate político local, de fazer toda a orientação pedagógica, de intervenção. Então, foi, foi, a coordenação fazia muito esse papel, né?! (E11)

Quando o CPEL começa, né, numa estrutura mais localizada, a gente só tem professores e estagiários. Então, a ideia era pensar aquele projeto piloto, e aí os estagiários eles vão junto com os professores, porque a proposta era participativa, fazer o planejamento pras atividades, fazer a relatoria das atividades, era um trabalho muito intenso, sabe!? Minucioso, então, todas as atividades a gente tinha plano de aula, tinha relatório, tinha a revisão de tudo isso, todas as reuniões eram muito planejadas, minuciosamente, então o estagiário também assumia, dava aula, mas, os professores sempre estavam presentes. Inclusive, eu sempre lembro como uma oportunidade de estágio sem igual, né, com um profissional sempre à frente, e aí, foi uma construção muito bacana. (E5)

A metodologia de implementação dos círculos era pautada em duas formas de ação: a *articulação comunitária* – os profissionais buscam apoio das lideranças do local para que a comunidade participasse dos núcleos; e a *metodologia participativa - através do planejamento das atividades* – ao ser construído com os beneficiários e com a equipe do próprio núcleo. Apesar dessa dimensão participativa, as diretrizes pedagógicas eram repassadas pela coordenação de cada núcleo. As atividades oferecidas estavam alinhadas à perspectiva da cultura corporal e, como apontada do documento em análise, tinha como objetivo “educar no e para o tempo livre”. Contudo, para que a equipe se apropriasse da proposta pedagógica houve, nessa gestão, um forte investimento na formação continuada. Quanto à metodologia participativa, o contexto discursivo a seguir indica que:

[...] esse processo de formação pedagógica, também era muito, era muito presente, né!? Existiam reuniões sistemáticas dentro das diretorias, né; cada diretoria estabelecia um dia na semana para ser a sua reunião e, cada coordenador de núcleo, também, fazia reunião com os seus professores, que eram ligados a eles. Essas reuniões das coordenações de núcleo era pra discutir mesmo, mais quais as atividades que ia se fazer na semana, né, como é que tava o andamento do núcleo, o que é que precisava ser modificado ou não, o que tava dando certo, o que tava dando errado, era pra fazer essa avaliação e os encaminhamentos da semana. E isso era repassado, cada coordenação repassava pra essas reuniões sistemáticas, da diretoria e, a gente sempre buscava levar isso pra o pleno. Então, existia esse debate por dentro, né? Que não era de uma forma tão hierarquizada. A pesar de a hierarquia existir. (E3)

A **formação continuada em esporte e lazer** acontecia através de reuniões específicas e das reuniões que aconteciam nas diretorias, era composta pelos cursos de formação (com

temas específicos) e pelos encontros municipais de formação continuada em esporte e lazer. Segundo Silva (2005b), este tipo de ação num programa de educação não-formal é imprescindível, porque a formação inicial dos educadores está voltada à sala de aula. Além disso, busca garantir a qualidade do trabalho realizado, articulando teoria e prática, principalmente na construção de uma política em experimentação que busca uma educação *no* e *para* o tempo livre. Nesse ponto, um dos atores demonstrou concordância com a estratégia de fortalecimento das diretrizes e princípios através da formação. Sobre esse ponto veremos que:

[...] um dos grandes alicerces da política que foi desenvolvido nas três gestões do PT era justamente a formação! E a formação ela não se dava somente no encontro, ela se dava nas reuniões específicas, nos núcleos, nas reuniões pedagógicas e, é, em alguns eventos que muitas vezes o próprio coordenador o núcleo desenvolvia, né, fazia um relato de experiência, fazia um trabalho, fazia uma pesquisa, fazia uma discussão com um grupo e com os participantes, enfim [...]Esse trabalho de formação, ele tava sempre presente, nunca foi colocado como segundo plano, né, pelo contrário, dentro da carga horaria ele já tava previsto esse trabalho de formação! E, a defesa era que a gente pudesse fazer a educação no e para o tempo livre, né?! (E11)

A formação continuada, inicialmente, estrutura-se como um projeto da diretoria de lazer, sob uma coordenação pedagógica. Contudo, com a migração da política para o Geraldão, o projeto fica a cargo da assessoria pedagógica, ligada à presidência do órgão, como indicado no contexto discursivo a seguir:

Eu terminei a primeira gestão como coordenadora pedagógica, mas, logo em seguida, quando virou a gestão, essa coordenação pedagógica, virou uma assessoria pedagógica [...] na coordenação pedagógica, existiam menos pessoas, menos coordenadores, menos educadores, a assessoria ela cresce, até porque ela é uma assessoria pra quatro diretorias, mais o gabinete, né, da presidência. [...] a coordenação pedagógica ela trabalhava, inclusive, muito ligada aos professores e tal. Na assessoria pedagógica é você assessorar, mesmo, as diretorias, pra que haja essa formação continuada, dentro das diretorias, cada diretoria com a sua especificidade, né, do lazer, do esporte, da juventude, da gestão dos espaços. É prestar essa assessoria pra que isso tenha essa sistemática, da formação continuada. (E3)

Nessa segunda gestão, além da ampliação das atividades, a formação continuada terá um grande destaque, pois, além as diretrizes da própria gestão que compreendia esta ação como fundamental para a atuação dos educadores, a formação consistia numa exigência do Ministério do Esporte como uma das ações inclusas na execução do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). Ainda no final de 2004 acontece a formalização do convênio entre a Prefeitura do Recife e o Ministério do Esporte; contudo, a operacionalização do convênio

passa a vigorar em 2005, quando o grupo da DGE já está no Geraldão. A execução do convênio, por sua vez, possui várias exigências, uma delas está na realização de encontros de formação continuada em três momentos e, atualmente, conta com o acompanhamento de técnicos e formadores do próprio Ministério. A relação entre governo central e governo local constituirá numa nova fase da política, pois haverá em certa medida uma regulação do primeiro em relação ao segundo, alterando, assim, o novo contexto da prática. Apesar de tal regulamentação, as formações continuadas, nesse período, enfatizaram sobremaneira a educação no e para o tempo livre. Tal investida apresentou-se no formato de grandes eventos, tais como o Seminário Nacional de Políticas Públicas (2009) e o XIX Encontro Nacional de Recreação e Lazer. (ENAREL, 2007), contribuindo para a formação dos profissionais que atuavam na política e para a visibilidade da política pública no meio acadêmico.

A defesa do referencial cognitivo de uma educação no e para o tempo livre estava expressa nos temas abordados e na escolha dos conferencistas das formações como, por exemplo, Pablo Waichman, autor do título “Tempo Livre e Recreação”, um dos aportes teóricos da proposta pedagógica. Numa das entrevistas é enfatizada como um aspecto positivo essa questão, bem como a percepção de uma identidade para o Programa “Círculos Populares”. Contudo, percebemos que tais ações não necessariamente criaram uma identidade aos círculos, mas cravaram uma marca que associava o programa a uma determinada filiação teórica, como é possível averiguar no contexto discursivo abaixo:

[...] a gente pode falar, do ponto de vista, da contribuição que a partir da inserção da perspectiva teórica [...] eu acho que uma coisa muito importante foi a possibilidade de, vamos dizer que, é, de fincar o pé e dizer essa é a minha proposta, né!? De criar uma identidade, talvez essa seja a palavra! Então, a partir do momento que você, né, busca essa contribuição teórica, você começa a afirmar uma identidade, ainda que não foi por muito tempo, mas que durante esse processo, é, fortaleceu a equipe, e aí me pareceu que o processo de formação em si foi um elemento assim definidor do que foi assim os Círculos Populares; e aí a contribuição do Pablo Waichman fazia com que a gente conseguisse se aglutinar, né, fazia com que a gente conseguisse criar um currículo próprio dos círculos, vamos dizer assim, né, um currículo que não é necessariamente exposto, mas, que tá colocado nos discursos, que tá colocado nas intencionalidades. (E5)

Além disso, o contato com acadêmicos e autores que influenciaram teoricamente as diretrizes da política era visto como ponto positivo

[...] dentro das formações continuadas, quando a gente teve a oportunidade de trazer Marcelino, né, e eu conversei muito com Marcelino, porque, isso também foi uma coisa muito bacana, porque eu estudei lazer e tempo livre pelos livros dele, aí de repente a gente tinha oportunidade de ter o cara dialogando com a gente e, esse cara é, pensava parecido com o que a gente tava [...]apesar dele fazer algo diferente, ele pensava parecido com o que a gente tava construindo. (E8)

Não obstante, outras questões são levantadas por alguns atores no que diz respeito ao afastamento da proposta pedagógica que, inicialmente, reportava-se aos Círculos de Cultura do Movimento de Cultura Popular (MCP). Nos discursos a seguir percebemos uma crítica a esse movimento de reafirmação de um viés teórico – da educação no e para o tempo livre – que, na avaliação dos entrevistados, não correspondia à proposta inicial dos “círculos populares”. Segundo essa análise houve uma mudança no contexto de influência, pois o referencial cognitivo próximo ao MCP toma novo rumo, assumindo a educação no e para o tempo livre como referencial. Segundo Ball e seus colaboradores, este é mais um elemento que cria um novo contexto de influência no contexto da prática, pela entrada de novos atores que trazem novos tipos de assimilação do referencial cognitivo da política. Deste modo, ficam evidenciadas, mais uma vez, as diferentes percepções sobre o contexto da prática. Vejamos:

[...] um conteúdo que a gente colocava, melhor dizendo [...]um fundamento que a gente colocava como algo que nos movia dentro dos Círculos Populares de Esporte e Lazer, era um movimento, do antigo MCP, de cultura popular [...] Então, a gente tinha outra referência, ainda não sistematizada, né?! Que a gente acabou – penso eu, que acabou ficando secundarizada! Essa discussão mais específica da educação pelo e para o lazer, né, no e para o tempo livre, acabou sendo a categoria mais utilizada. (E13)

[...] na formação continuada da nossa política, um viés acadêmico, vamos dizer assim, [vai] ficar mais forte, né?! As pessoas travam com esse processo, né, a equipe, de certa forma, sente que o projeto tá sendo desconectado daquela raiz comunitária popular, e tá sendo conectado a uma outra realidade, né, por um interesse novo [...] Então, é, é, a gente teve uns encontros de formação riquíssimos, do ponto de vista de conteúdo, mas que, acho que do ponto de vista da eficiência, né?! [...] eu quero dizer é, no ponto de vista da materialização do conteúdo que veio, pra ele sair na prática pedagógica dos professores, como resultado efetivo da formação, foi muito pouco, né, o resultado foi pouco efetivo, não foi o esperado, né?! (E14)

Com isso, compreendemos que a formação continuada foi uma ação que tinha por objetivo permitir a assimilação do referencial cognitivo da política pelos trabalhadores da política, mas houve a percepção que esse referencial deslocava-se da proposta inicial do programa. Permitam-nos, todavia, uma pausa explicar aqui o uso da palavra “trabalhadores” em detrimento de educadores: no momento em que a formação continuada toma uma dimensão maior, no contexto do Geraldão, a ação transcende a diretoria de lazer e passa a contemplar todos os profissionais envolvidos com a política, desde os educadores aos administradores de espaços, etc.

Analisando esta ação sob a ótica de Ball e seus colaboradores, compreendemos a formação continuada como uma ação que representa as diretrizes da política, norteadas pela

educação no e para o tempo livre, numa perspectiva “revolucionária”. Isto porque se acreditava na possibilidade de contribuir para uma transformação da sociedade nesse campo de política social. Ou seja, como se na dimensão da prática social fosse possível – através desse referencial – promover uma revolução social. A formação continuada, portanto, é considerada uma ação que guarda, em certa medida, uma coerência com a proposta filosófica e uma forma de aproximar os trabalhadores dos textos da política, além de promover uma internalização do seu conteúdo visando minimizar as lacunas entre as orientações da política e ações da prática. Mas, a assimilação dos atores será diferenciada: há aqueles que não vão aceitar tal referencial, aqueles que estarão realmente envolvidos com a proposta e acreditam fazer algo transformador e aqueles que consideram este um trabalho importante porque há certa inovação na diretriz política, diferenciada de outras gestões, mesmo que estes profissionais não adotem o viés revolucionário. Essas interpretações, ainda segundo Ball, são o que permitirão a recriação da política no contexto da prática.

6.2.2 Diretoria de esporte amador

A diretoria de esporte amador, como vimos anteriormente, é criada ainda na primeira gestão, mas só passa a existir na estrutura formal da prefeitura a partir da segunda gestão. De acordo com o “Planejamento (2005, p. 388)”, o objetivo desta diretoria consiste em “educar para o tempo livre através do esporte nas suas dimensões comunitárias e de rendimento, numa perspectiva de elevação da consciência crítica e da auto-organização popular” (p.388). Portanto, conforme enunciado no referido documento, do mesmo modo que a diretoria de lazer, através dos círculos de convivência, buscou atuar na educação no e para o tempo livre, acreditava-se que a diretoria de esporte amador, com suas ações de (1) apoio às escolinhas comunitárias, (2) formação de equipe e (3) futebol participativo, também apontavam na mesma direção. Isso demonstra que – pelo menos nos textos da política – havia um alinhamento com as diretrizes do Programa Guarda-Chuva, os Círculos Populares de Esporte e Lazer, trazendo para a prática um dos princípios pedagógicos frisados como objetivo da diretoria: “a elevação da consciência crítica e da auto-organização popular”.

Quanto ao alinhamento às diretrizes do referencial cognitivo da política setorial, o projeto Futebol Participativo, em seu texto, demonstra uma adesão, pois busca superar as práticas clientelistas que envolvem o setor esportivo do futebol, criando um campeonato num formato mais democrático e participativo. Vejamos como o texto da política, retirado do documento “Planejamento (2005, p. 391, grifno nosso)”, demonstra a percepção dos gestores

sobre a problemática que envolve o futebol, além da solução proposta em torno do “novo” projeto/campeonato.

É notória no Brasil, a relevância do futebol enquanto fenômeno esportivo cultural, mobilizador de massas e sua abrangência nas diversas classes sociais. Tais elementos permitem a utilização deste esporte como moeda de troca e instrumento de alienação das camadas populares, estratégias utilizadas, frequentemente, por candidatos ao poder público e gestões preocupadas em alimentar práticas assistencialistas como medida de controle social. No sentido de combater essas práticas e **utilizar o futebol como instrumento para o desenvolvimento humano, para elevação da consciência crítica e promoção da autodeterminação e auto-organização das pessoas**, a prefeitura do Recife criou o Futebol Participativo, visando fortalecer e preservar o futebol de várzea, historicamente uma das principais alternativas de esporte e lazer da população de baixa renda da cidade.

O texto, no enunciado em destaque, demonstra um alinhamento com o referencial da proposta no e para o tempo livre como uma tentativa de superação das velhas práticas como vimos anteriormente. E, no mesmo tom do texto institucional, os atores percebiam o futebol de várzea como uma ação que reproduzia o clientelismo nas políticas do setor e percebiam o futebol participativo como uma ação que fugia a essa lógica, como é possível visualizar no discurso abaixo:

O Futebol Participativo ele, vai, foi de encontro a tudo que existia! O futebol apesar de ser de várzea, né, era um futebol que reproduzia a questão elitista, né, do futebol profissional, a valorização das equipes tradicionais, a não participação de novas equipes, né, de criar novas equipes pra participar dos campeonatos, o apadrinhamento político de algumas equipes, por vereadores, né, a troca de voto até, que existia na época. E nós criamos o Futebol Participativo pra democratizar o futebol de várzea na cidade. (E10)

Ao afirmar que o Futebol Participativo “foi de encontro a tudo que existia”, o entrevistado ratifica a ação como algo novo, apesar de se tratar de um campeonato de futebol, tão comum às políticas do setor de esporte e lazer. Vimos, na primeira gestão, que ainda havia a concorrência de dois referenciais normativos distintos em relação à política de esporte e lazer e, conseqüentemente, ações correspondentes a esses referenciais foram desenvolvidas. No caso do futebol de várzea, nos anos de 2001 e 2002, ainda aconteceu o campeonato nos moldes das gestões anteriores, denominado “Peladão Alto Astral”, e uma de suas características estava no foco de equipes com maior profissionalização, além de centralização das atividades em campos mais tradicionais da cidade, o que pode ser conferido nos contextos discursivos a seguir:

[...] se a gente fizer uma comparação, antes era Recife Alto Astral, uma coisa assim, e era bem diminuído, eram umas equipes de elite da cidade. Então, de cada bairro se tiravam duas ou três equipes, consideradas de elite, equipes de futebol de várzea de elite, que tinha um investimento maior, tinha condições, tinha um patrocínio, ou que tinha, inclusive, articulação política que, conseguisse esse patrocínio de transporte e acho que até de pagamento de atletas, existiam atletas profissionais que jogavam na época, e a quantidade de participação era minimizada, por conta disso. (E9)

[...] o futebol Participativo, também, deixou de ser como era no passado, é, com jogos sendo realizados nos quarteis, que se privava pela segurança e fazia com que as pessoas não participassem. (E10)

Nesse sentido, notamos que o referencial nas gestões anteriores aproximava-se da visão do esporte de rendimento que inicialmente foi secundarizada a partir da inserção de novo referencial. Em 2003, é lançada a primeira edição do projeto Futebol Participativo, que segundo o documento “Planejamento (2005, p. 391)” tem por objetivo:

Promover a autodeterminação e auto-organização comunitária através do fortalecimento do futebol nas comunidades de baixa renda da Cidade do Recife, estimulando ao desenvolvimento do futebol como prática esportiva comunitária de maneira lúdica, democrática e participativa.

Ao tratar o campeonato como uma ação que estimula a “prática esportiva comunitária de maneira lúdica”, percebemos um afastamento da proposta do Peladão Alto Astral e, conseqüentemente, uma aproximação ao novo referencial, pois traz como objetivo a auto-organização comunitária, um dos princípios pedagógicos da proposta do Programa Círculos Populares (ver figura 6). A auto-organização, defendida por esse referencial, consiste num dos princípios que norteiam a autodeterminação e exige o protagonismo dos indivíduos na relação com os outros. A busca pela auto-organização do segmento atendido se deu através da implantação de uma metodologia participativa, como podemos observar no documento “Planejamento 2005”. O campeonato, antes de ser efetivamente iniciado, passava por algumas etapas preparatórias onde os participantes criavam as regras que iriam normatizá-lo, gerando um vínculo de corresponsabilidade na condução da ação. Na tabela abaixo é possível visualizar tais etapas, condicionadas a três fases distintas: reuniões de aproximação, reuniões de manutenção e reuniões de avaliação.

Quadro 12 - Metodologia de Reuniões do Futebol Participativo

TIPO DE REUNIÕES	FINALIDADE
Reunião de aproximação	• Eleger delegados de cada RPA; • Definir responsabilidades da comissão de apoio; • Discutir o regulamento do campeonato; • Realizar repasse do material necessário para as inscrições;
Reunião de manutenção	• Repassar as informações sobre punições, tabelas, classificação de equipes; • Rediscutir, a dinâmica de funcionamento do campeonato (quando necessário).
Reuniões de avaliação	• Realizadas no final da primeira etapa e ao final do campeonato para discussão sobre divulgação e organização do projeto

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Planejamento, 2005.

A realização do projeto através de uma metodologia participativa demonstra um alinhamento ao discurso dos textos da política. Isto porque, o planejamento participativo é indicado na proposta pedagógica do Programa CPEL como uma das formas de organização do tempo pedagógico. Entretanto, no que diz respeito ao método de organização do projeto, percebemos uma influência do *modus operandi* do Orçamento Participativo, visto que sua estruturação era feita por RPA (seguindo a mesma forma de organização do OP). Acreditamos que isso facilitou a compreensão do projeto tanto pelo governo municipal, como para a população que, de alguma forma, já se movimentava em relação ao OP. Nos discursos a seguir, é possível visualizar elementos que dizem respeito à metodologia participativa, assim como a organização por RPA. Para o entrevistado, ambas as formas de organização permitiam certa unidade ao projeto, além de permitir uma flexibilização em relação ao que normalmente é imposto pelas regras oficiais do futebol, aproximando os participantes da ação, possibilitando a construção de novas regras.

O Futebol Participativo [...] ele discutia o regulamento da competição, regulamento que dava condições de o trabalhador, mesmo que chegasse atrasado, poder entrar no jogo, a gente sabe que no futebol isso não é possível, mas, isso foi fruto de um diálogo, a gente discutia o regulamento, discutia o regulamento em todas as RPA'S, nós fizemos um campeonato por RPA e depois unificamos com um campeonato que a gente chamava de Copa dos Campeões, eram os campeões de cada RPA, são 6 RPA'S em Recife né, a cidade é dividida em 6 RPA'S! E, a gente fazia esse movimento e a gente unificava o regulamento a partir dessas discussões, elegíamos delegados, em cada comunidade, em cada RPA, pra que fizéssemos aí, uma coisa bacana e unificada. (E10)

[...] a gente entrava na comunidade, a gente se apresentava como prefeitura, da área de esporte e lazer, com a intenção da prática do futebol, fazia o convite, a gente, a gente se articulava com as lideranças, até em alguns núcleos que a gente trabalhava, fazíamos as reuniões com as equipes lançávamos a proposta e, deixava em aberto o número de equipes a participar, a gente trabalhava a questão, a gente construía o regulamento da competição, não era uma coisa que já vinha taxada é assim, assim,

assim, a gente construía com a comunidade, eles decidiam o que fazer, como fazer os dias que iriam jogar, o horário, quem poderia participar, quem não poderia participar, é, é, as punições, que punições é, o que poderia acontecer com uma equipe que jogasse com um atleta irregular, o time que partisse pro lado da briga, da violência. Em fim, a gente só fazia a mediação da situação na realização do campeonato com a comunidade, a gente construía junto com eles, era realmente um futebol de participação, futebol participativo! (E9)

Além da organização por RPA e da ampliação da participação dos beneficiários, a mobilização é um fator que deve ser evidenciado como uma característica dessa ação. Do mesmo modo que os atores da política iam para as comunidades mobilizar lideranças e grupos para formar os núcleos dos círculos de convivência (na diretoria de lazer), esse projeto se utilizava da mesma estratégia de mobilização para sua realização.

Outro ponto analisado está na prioridade em realizar os jogos nos campos de várzea das próprias comunidades, o que nos remete às diretrizes da primeira gestão quando indica uma inversão de prioridades, além da democratização dos espaços públicos. Sobre a democratização dos espaços um dos atores aponta em seu discurso que:

Nós, inclusive, tivemos que retomar alguns campos de futebol de várzea, e que apesar de serem campos públicos eram geridos de maneira privada, as pessoas cobravam. Até muitas vezes, campos de várzea que eram cedidos em comodatos, comodatos, inclusive, que já tinham passado do prazo, as pessoas ainda praticavam a questão de tá cobrando pelo uso do espaço público e nós sensibilizamos as comunidades a retomarem esses espaços. E, realmente, democratizar os espaços. (E10)

Diante do que vimos sobre o futebol participativo, é possível inferir sobre o seu alinhamento às diretrizes da gestão municipal, quanto à participação, à organização em RPA's, à democratização dos campos de várzea e, de outro lado, o alinhamento à proposta pedagógica da educação no e para o tempo livre, no tocante à busca da auto-organização e da estruturação de um planejamento participativo na condução da ação.

Entretanto, por se tratar de uma atividade que, em sua natureza, aproxima-se do esporte de rendimento, traz para si toda a carga que essa dimensão representa: a competitividade, a performance, o resultado. E, portanto, conflitante com as diretrizes de uma filosofia de educação no e para o tempo livre. Por isso, nos questionamos até que ponto esse referencial foi compreendido tanto pelos atores da prática quanto pelos beneficiários. Apesar de estar no discurso dos textos da política e no discurso dos atores a ideia de sucesso do projeto está associada à democratização, à participação e a sua abrangência.

Em relação à abrangência, por exemplo, é interessante apontar para a questão de gênero que foi demandada pela população quando, inicialmente, tem-se um projeto que contempla somente homens numa faixa etária pré-determinada. Com o avanço e divulgação do projeto na cidade, as mulheres também passam a reivindicar seu lugar na prática do futebol, conseguindo frente à gestão um espaço de participação no projeto. Sobre esse aspecto, podemos observar no enunciado abaixo que:

A coisa cresceu, a coisa ampliou depois a gente sentiu a necessidade, a gente sentiu não, a comunidade cobrou a participação e o investimento, também, no futebol feminino. E aí, a gente fez o mesmo processo construtivo, do sub 15, sub 16, do feminino o processo de construção era o mesmo: chamava as equipes, reunia, aí foi inserido o futebol feminino, tanto é que, após a gente realizar duas vezes o futebol feminino, a própria federação tá fazendo campeonato, até hoje faz o campeonato feminino. (E9)

O projeto futebol participativo rapidamente ganhou a atenção da gestão e de 2005 a 2008 foi um dos projetos do Geraldão mais citados nas notícias do Diário Oficial do município. Como os jogos aconteciam todos os finais de semana, num período de aproximadamente sete meses, certamente essa dinâmica levou a esse fato. Além disso, por se tratar de uma modalidade esportiva enraizada na cultura brasileira, compreendemos que a assimilação do governo e da sociedade em relação ao projeto foi mais fácil do que a proposta de implantação de núcleos de círculos de convivência, por exemplo.

Ainda o futebol participativo criou um ambiente para fortalecimento de uma discussão, iniciada na primeira gestão, que se refere à democratização dos espaços esportivos e de lazer. Isso fica evidente, pois na abertura do projeto, ainda em 2003, o Diário Oficial de 22 de julho noticia a abertura do futebol participativo associada à entrega da reforma de um campo de futebol de várzea com a seguinte fala do Secretário de Turismo e Esportes, à época: “O Bueirão (nome do campo de várzea entregue) está aberto para todos. Acabou a época da privatização dos espaços públicos de lazer. É uma grande conquista para a comunidade, que participou de todo o processo” (PREFEITURA DO RECIFE, 2003f). Esse enunciado evidencia o alinhamento com o discurso das diretrizes da gestão municipal no “enfrentamento às políticas neoliberais” e na realização de uma “gestão radicalmente democrática”, o que levará os gestores de esporte e lazer a organizarem condições para o enfrentamento dos problemas relacionados aos espaços e equipamentos para o setor.

6.2.3 Diretoria de gestão de espaços e equipamentos

A diretoria de gestão de espaços e equipamentos surge na primeira gestão como uma coordenação para mapear os espaços esportivos e equipamentos da cidade onde o Programa Círculos Populares pudesse estruturar suas ações. Conforme o documento Planejamento (2005, p. 430) o programa objetivava “construir a rede física de esporte e lazer, estruturando qualitativamente e articulando os espaços e equipamentos públicos, garantindo o caráter participativo e democrático de utilização e gestão dos equipamentos públicos de esporte e lazer”.

Diferentemente das demais diretorias, esta possui uma atividade meio que ajudará a garantir espaços para a realização das atividades esportivas e de lazer propriamente ditas. E uma das principais tarefas do grupo que buscava implantar uma nova política era conhecer e mapear a estrutura física da cidade. Por isso, um dos atores aponta em seu discurso que ainda na primeira gestão:

Foi colocado pra mim a missão de organizar a gestão dos espaços públicos de esporte e lazer, que são vários na cidade, porém muitos deles não têm reconhecimento legal enquanto equipamento de esporte e lazer. São vários campos de futebol de várzea que para o registro em cartório são terrenos e não são equipamentos configurados. [...] [esse] foi um dos grandes desafios, além da gestão das quais os campos dentro das praças e parques, como o da Macaxeira eram administrados, a grande maioria deles, pela própria população com uso privado e direito restrito. (E2)

Esse processo de redemocratização dos espaços públicos foi conflituoso por duas questões: a primeira, pela própria relação que as comunidades estabeleciam com os espaços esportivos e de lazer, e a segunda em relação ao processo de especulação imobiliária que estava em franco crescimento em meados dos anos 2000. Quanto à relação da comunidade com os espaços foi identificado pela gestão que, em muitos locais, estes eram gestados por pessoas da própria comunidade mediante pagamento de taxas para seu uso. Segundo dados levantados, uma das retomadas mais conflituosas ocorreu no bairro da Macaxeira, no campo do União (que fazia referência ao time de futebol de várzea do bairro), uma área de morro, onde uma das lideranças comunitárias exercia o controle de uso do campo. Após o processo de retomada, simbolicamente o nome do campo passou a se chamar “Campo da União”, alusivo à democratização do espaço. Além disso, uma das táticas da gestão para garantir a retomada do espaço deu-se a partir da mobilização com outras lideranças do bairro, como é possível observar nos discursos abaixo:

[...] a ação lá no campo da Macaxeira que era a questão [...] [de] que era a prefeitura que cedeu o campo por 20 anos, [através de] comodato né?! Que estava encerrado e que a gente começou a ter naquele espaço lá, foi um período muito longo, inclusive, para a gente se consolidar, por conta das tensões, inclusive, das tradições que tinha lá no campo, né?! (E13)

[...] aquele espaço foi muito difícil democratizar, assumir. A polícia tinha medo de ir, a guarda municipal tinha medo de ir e a gente tinha a missão de ir lá e democratizar aquele espaço. Então, fomos ameaçados de morte, levamos carreira de cachorro, tentativa de atropelamento, foi assim um período bastante difícil. [...] Para não defrontar diretamente com o sujeito que não queria largar o osso, vamos assim dizer, a gente ia para as associações de moradores divulgar o programa e dizer que o campo era de direito de todo mundo e que a prefeitura tava assumindo e que dia tal nós iríamos fazer um grande ato festivo de ocupação dos espaços com varias atividades de esporte e lazer para todos os segmentos sociais, fomos fazer reunião com pastor dentro da comunidade, fomos fazer reuniões com os padres dentro da comunidade, em fim, nós procuramos as lideranças [...] foi um momento muito chave no campo da União da Macaxeira. (E2)

Ainda sobre as ações ligadas à diretoria, a criação de tal estrutura parece ter sido também uma estratégia do grupo para dar respostas às comunidades em suas demandas, interferindo junto aos órgãos responsáveis pela manutenção dos equipamentos públicos. Isso porque havia uma grande precariedade dos espaços e equipamentos esportivos e de lazer, o que comprometia, em certa medida, a execução das ações da política. Ademais, tais espaços e equipamentos não estavam sob a responsabilidade do Geraldão, o que exigia um diálogo com outros órgãos, o que nem sempre acontecia de forma harmônica. Para dar conta desse processo, a intenção da gestão foi de criar uma “rede física de esporte e lazer”, como forma de responder às precariedades dos equipamentos e espaços públicos. Vejamos:

[...] a coordenação de espaços tinha um projeto muito avançado, né?! O projeto da rede física [...] [era que] a gente tava tentando criar uma estratégia que a gente pudesse agir com menos recursos, já que a prefeitura, né, esses negócios dos recursos era uma barreira muito grande pra você que trabalha com estrutura, né, com o físico. E aí, a gente tava num processo de construção junto com, com os administradores, de uma política de gestão, de comissão, pra ser instalada que incluía mutirões com as comunidades, que incluía [...] estabelecer uma relação maior com a comunidade, pra que ela própria pudesse preservar e ajudar a gente a administrar o espaço que era tentar criar um pouco do exemplo que já existia no Bueirão (campo de futebol de várzea), mas, que a gente não conseguia criar nos outros. Então, eu lembro que a gente fez várias reuniões, de formação de cronograma e tal, pra tentar estruturar isso. (E5)

Além de ser uma estratégia para atender as demandas comunitárias, o discurso acima enfatiza a inovação e a vanguarda de um projeto dessa natureza. Todavia, compreendemos que a dimensão infraestrutural corresponda a um dos vieses de uma política pública. Ademais,

na literatura própria do setor, autores como Requixa (1980) já indicava a necessidade de observação dos espaços e equipamentos de lazer, além de sua adequação geográfica no sentido de pensar políticas de lazer. Decerto que a perspectiva teórica do autor difere do referencial da gestão municipal, pois este defende que determinados espaços sejam administrados pela iniciativa privada. Mas não é possível afirmar que haja uma inovação pelo simples fato do grupo gestor adotar como um dos pilares de ação a organização de uma rede física. Por outro lado, já em 2005, é iniciado um movimento de estimular a participação da população para uma espécie de cogestão dos espaços e equipamentos da rede, como veremos no próximo contexto discursivo:

Na época a minha principal tarefa era implementar as comissões de usuários de equipamentos de esporte e lazer da cidade, né, era o grande desafio. Já estava em curso um processo de democratização do uso desses equipamentos, e a ideia era a gente construir um instrumento que pudesse envolver os diversos setores que usavam, os diversos segmentos, as diversas faixas etárias, tanto os gêneros, né, masculino, feminino, enfim, era democratizar e fazer um trabalho prático de democratização, quer dizer, você ampliar o uso, garantir que as pessoas usem de formas diferentes, e fazer um trabalho também político, né, no sentido de tá construindo na cidade, nessa perspectiva de que a cidade é um direito de todos, que todos tem que usufruir dos equipamentos da cidade e para isso tem que se organizar! (E12)

Nesse sentido, as comissões de usuários fazem parte de uma inovação que consiste em adotar, como um dos pilares de ação, a organização de uma rede física. Por outro lado, já em 2005 é iniciado um movimento de estimular a participação da população para uma espécie de cogestão dos espaços e equipamentos da rede, como veremos no próximo contexto discursivo:

Na época a minha principal tarefa era implementar as comissões de usuários de equipamentos de esporte e lazer da cidade, né, era o grande desafio. Já estava em curso um processo de democratização do uso desses equipamentos, e a ideia era a gente construir um instrumento que pudesse envolver os diversos setores que usavam, os diversos segmentos, as diversas faixas etárias, tanto os gêneros, né, masculino, feminino, enfim, era democratizar e fazer um trabalho prático de democratização, quer dizer, você ampliar o uso, garantir que as pessoas usem de formas diferentes, e fazer um trabalho também político, né, no sentido de tá construindo na cidade, nessa perspectiva de que a cidade é um direito de todos, que todos tem que usufruir dos equipamentos da cidade e para isso tem que se organizar! [...] O foco é a gente poder ampliar o uso, você tinha, a gente tinha, exemplo de equipamentos na cidade, como o Campo do Onze, localizado no bairro do Santo Amaro, numa das principais avenidas do Recife, que é a Agamenon Magalhães, e a gente tinha aquele campo que era usado por 19 times durante um mês, a partir da implementação da comissão de usuários, a gente conseguiu: primeiro, abolir a cobrança de uma taxa que existia de uso, depois incluir mais de 20 times na pauta do campo, isso quer dizer, mais que dobrou o número de usuários, sem contar que a gente conseguiu, através do diálogo, da comissão de usuários, enfim, de muita

conversa abrir espaço pra idosas fazerem caminhadas no campo, pros jovens usarem o campo, os adolescentes, a gente levava um administrador, deixamos o administrador responsável por fazer o acompanhamento, dos olhares e, pra deixar o poder público presente, né?! (E12)

Ainda sob responsabilidade dessa diretoria tem início na segunda gestão o projeto “Por um Geraldão Melhor: projeto de recuperação e requalificação do Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães”. No documento Planejamento (2005, p. 438), o objetivo geral consiste em:

Recuperar e requalificar o Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães – núcleo irradiador da política municipal de esporte e lazer – visando ao desenvolvimento de uma cultura esportiva e a prática do lazer comunitário de maneira lúdica, democrática e participativa, abrangendo os diferentes segmentos sociais.

Para tanto, o Relatório de Transição 2005-2008 indica que o ginásio passou por uma reforma para recuperação estrutural para a liberação de uso social. Além das reformas iniciais, que permitiram o uso para a população, foi elaborado um projeto de “Reforma e Modernização do Geraldão”, orçado em torno de 12 milhões, conforme o relatório.

Como indicamos anteriormente, o diferencial nas ações desta diretoria corresponde ao estímulo à participação da população na gestão dos espaços e equipamentos públicos. Ao relacionarmos essa prática ao referencial da gestão municipal, veremos uma correlação à diretriz de inversão de prioridades e democratização dos espaços públicos. Já em relação ao referencial adotado pela política do setor, observamos que há uma intencionalidade na efetividade do princípio pedagógico da auto-organização.

6.2.4 Diretoria de esporte e juventude

Diferentemente das demais diretorias, no documento “Planejamento 2005” não há nenhuma referência ao trabalho desenvolvido pela diretoria de juventude. Não encontramos também projeto indicando as diretrizes, os objetivos e metodologia da sua principal ação, o projeto Esporte do Manguê. Por esse motivo, a nossa análise será realizada a partir da bibliografia encontrada sobre o programa e através dos dados disponibilizados pelas entrevistas. De acordo com os dados, o trabalho envolvendo a juventude tem início ainda em 2001, quando os dois integrantes do Setorial de Esporte e Lazer que assumem os cargos na Diretoria Geral de Esportes partem em busca de parcerias com outros órgãos da gestão para iniciarem seu trabalho, como é apontado nos contextos discursivos a seguir:

[nas] articulações com uma secretaria, ou outra a gente foi estabelecendo as parcerias e os distanciamentos, inclusive [...]. A Secretaria de Juventude, que na verdade era da Secretaria da Assistente Social que era do PCdoB e com o pessoal que mexia lá com a juventude, [...] tinha que ter um diálogo conosco [porque] a gente também tava tocando as coisas para o campo do esporte e lazer da juventude. Nesse caso, o debate foi mais qualificado, mas, menos produtivo do que a gente podia dizer, porque a galera que tava à frente da política de juventude [...] não quer construir nada nessa relação com a gente, mas, a gente tinha um acúmulo e eles não tinham, eles tinham acúmulo com a juventude muito forte, mas, não com o esporte e lazer. E, a gente tinha um acúmulo com o esporte e lazer. [...] não teve uma consequência de integração de política pública no final das contas, né?! [...] Na época, eu me lembro que fizemos um ou dois debates [entre a gente] [...] quando terminou [...] a gente [...] falou: ‘melhor não, deixa os caras seguirem o caminho deles e a gente fortalece nossa política aqui na comunidade coisa e tal’, porque, nesse caso, em particular, o que ficava muito notório era a disputa política do segmento da juventude, né?! (E13)

Notamos que o contexto de influência no qual a política surgiu foi permeado por disputas, não somente pelo referencial cognitivo que deveria ser adotado, mas pela ocupação de espaço nas comunidades atendidas, através dos diversos segmentos, nesse caso, o da juventude. Contudo, o foco da DGE estava nos jovens que, de alguma forma, estavam envolvidos com alguma prática esportiva e, naquele momento, já havia um olhar do grupo para a juventude radical, como aponta Silva (2005, p. 179-180):

Ao iniciar o ano de 2002 já sabíamos da existência de jovens praticando esportes radicais pela cidade. Era comum observarmos skatistas disputando espaço nas ruas com automóveis, ônibus e pedestres. Também sabíamos das ‘rodas de break’ que aconteciam nos finais de semana no centro da cidade, no camelódromo da Av. Dantas Barreto ou na Pracinha do Diário, em meio aos camelôs e ambulantes, sempre olhadas de forma curiosa e discriminatória pela população. O que não sabíamos é que eram tantos, centenas, milhares. Nosso primeiro contato com o segmento se deu a partir da Federação Pernambucana de Bicicross, [...] [depois] começamos a receber reivindicações também de outras tribos. Primeiro vieram os skatistas, [...] Depois recebemos os surfistas do bairro do Ibura, [...]. Finalmente conhecemos o grupo de Hip Hop ‘Êxito D’rua’ que solicitavam apoio para realizar um trabalho social com jovens na periferia da cidade. A cada conversa ficávamos sabendo também de diversos casos de violência contra os jovens, desde a apreensão dos skates por estarem correndo em lugares proibidos, até casos de espancamento policial por pura discriminação.

O cenário de discriminação e exclusão foi, também, apontado por um dos atores que teve sua aproximação com a política como usuário do projeto. Em seu discurso, aponta como sua prática esportiva era vista pela sociedade e como buscava alternativas para atuar. Vejamos:

[...] eu vivi muita repressão dentro da minha própria casa né, porque a visão do skatista era isso, era o maconheiro, era o vagabundo, era o que não queria nada com a vida, e, e, no momento, em casa eu vivi a repressão de não ir andar skate, de não

poder guardar o skate [...] era ir andar de skate escondido, mas, quando chegasse em casa era certo de que tava esperando uma palmada, lá, uma boa pisa [...] e aí, eu comecei a andar na perspectiva de atleta mesmo, né, comecei a querer participar de campeonatos e tal [...] [porque] existia umas, algumas marcas de skate que faziam campeonato de skate de rua [...] a marca chegava fazia alguma, algum investimento na estrutura dos obstáculos, trazia mais algum, mobilizava não só a localidade, mas a cidade, e o campeonato ia ser ali. (E4)

Diante do cenário apontado acima, caracterizado pela exclusão dos jovens praticantes dos chamados esportes radicais ficou evidente a necessidade de atuação do governo para responder a essa demanda, o que culminou na elaboração de um projeto específico para esse segmento como indica um dos atores:

[...] foi passada uma tarefa de começar um trabalho com grupos de jovens da cidade, é, é, pra organizar um projeto que pudesse dialogar com jovens que praticavam esporte. Na época a gente chamava de alternativos – os esportes radicais – o Skate, patins, bicicross, e criar um projeto que pudesse dialogar com essa juventude! [...] um projeto que pudesse é, é, não só desenvolver atividades, tal, mobilizar a prática esportiva, mas, que pudesse realmente gerar no jovem uma identificação e um sentimento de pertencimento, que pudesse despertá-lo pra uma cidadania crítica, né, e pra uma participação maior no, nas coisas da cidade, né, porque existia uma estigma muito grande com esses jovens, né, um preconceito grande pelo estilo, pela cultura deles mesmos, pelo jeito de se vestir, pelo cabelo que usava, né, pelo boné [...] pelo esporte que praticava, que não tinha espaço. Então, tinha que dividir o espaço da rua com carro, com moto, né?! Não existia pista de skate na cidade, por exemplo, [...] Então, tinha uma série de problemáticas que a gente tinha ali posta no cenário de exclusão, no cenário de preconceito, né, posto que a gente precisava ter uma ação do poder público [...] E, foi assim que surgiu, né, a ideia de construir o projeto Esporte do Mangue, que realizou no dia doze de abril de 2002 o seu primeiro fórum, foi uma primeira reunião ampliada, no auditório do décimo quinto andar da prefeitura. (E14)

A criação do projeto Esporte do Mangue, segundo os discursos, tratou-se de uma ação que visou ser um nicho específico de jovens cujas práticas esportivas diferissem daquelas mais tradicionais. Desta forma, o público dirigido a essa ação seria diferente daquele que frequentava os círculos de convivência e o futebol participativo, por exemplo. Com isso, foi sendo criada uma nova ação, em paralelo às demais, dando origem a uma coordenação, na primeira gestão, e uma diretoria, na segunda. De acordo com o Relatório de Transição 2005-2008, no qual é feito um balanço das ações no período, há um indicativo de que o processo de realização do projeto era composto pelas seguintes etapas: fóruns, seminários, festivais de juventude, rodas de diálogo, como etapas preparatórias para o evento de catarse – o Esporte do Mangue. No documento não encontramos maiores informações sobre esses eventos, por isso buscaremos nos contextos discursivos, compreender a lógica de organização do projeto,

assim como sua adesão ao referencial cognitivo da política. No que se refere à organização do projeto o discurso abaixo mostra que:

[...] Como eu disse, esse projeto, ele adquiriu uma dimensão, muito, muito, muito importante né?! Desse fórum uma série de reuniões foram disparadas na cidade, né, reuniões nas comunidades. Nós decidimos, num primeiro momento, fazer algumas outras reuniões na prefeitura, chamando grupos específicos, chamamos reuniões com os grafiteiros, chamamos reuniões com os skatistas, reuniões com o pessoal do patins, né, reunião com o pessoal do bicicross, diminuimos rixas entre esses grupos, né?! [...] o pessoal do skate não gostava do pessoal do bicicross, porque quando ia utilizar o mesmo equipamento a bicicleta quebrava o equipamento [...] Aí o pessoal do patins, pessoal do skate também não gostava [...] então, existia uma rixazinha entre eles! E, a gente precisou fazer um trabalho de mostrar a esses jovens que a saída para os problemas sociais comuns que eles viviam, só iriam acontecer se tivesse ali uma unidade entre eles. E um grupo que esteve sempre perto e deu até uma, identidade, trouxe uma identidade de movimento muito forte, pra esse universo, foi o hip hop, né?! O hip hop encostou nessa iniciativa [...] veio pra dentro e foi um ator muito importantíssimo dentro do esporte do mangue! Então, o esporte do mangue [...] teve uma intensidade de reuniões próprias, né, muito grandes, reuniões por grupos, reuniões gerais e reuniões nos territórios, muito grande! Depois desse ciclo de, de, de reuniões nós tivemos é, é, é, a iniciativa de fazer encontros regionais preparatórios para um grande encontro na cidade [...] o Esporte do Mangue! (E14)

Em relação à adesão ao referencial cognitivo da política de esporte e lazer, parece que o princípio da auto-organização, novamente, aparecerá como principal elemento da proposta pedagógica da política de esporte e lazer, como é apontado no contexto discursivo seguinte:

[meu] engajamento, que quando a política, do Partido dos Trabalhadores, ela conquistou o espaço dela no município, eu já era skatista, inclusive [...] então, é, essa, a gestão pública ela vem com uma inovação extraordinária, é, ou seja, ela oportuniza o que já existe, né?! Então, os esportes, as tribos que, que, se organizavam de diferentes formas, não era novo, mas, o espaço que foi dado pela gestão pública, é que foi inovador, porque não existia. Então, o meu contato com a gestão pública foi por conta dessa oportunidade, oportunidade no âmbito de esporte e lazer, né?! [...] E aí, o Esporte do Mangue quando vem e chama a juventude pra mapear, pra e pra saber como é que é essa auto-organização e a gente pergunta: ‘o que é auto-organização?’, mas, a gente não sabia que nomenclatura eles tavam pregando ali, mas, era auto-organização era o que a gente já fazia, né?! A gente se encontrava, a gente rateava um real, dois reais de algum, a gente trazia um prego, o outro trazia uma martelo, tudo aquilo era auto-organização e a gente não sabia o que era isso. Então, a gente se deparou com uma escola ali e, quando eles fizeram a pergunta de enquete ‘você se auto-organiza como?’, ‘o que é isso?’, né?! Pelo menos o grupo que eu vivenciava, que era da Macaxeira, né, assim, a gente era muito abdicado também daquela cultura comunitária, né, de escola, skate, andava de skate que era o nosso lazer naquela repressão geral [...] e aí, quando a gente se depara com essa pergunta de enquete, tudo o que a gente fazia era auto-organização, mas, a gente não sabia, né?! E eles foram colhendo esses dados, colhendo essa forma de a gente se organizar em rua, e começaram a executar os Campeonatos Popular de Skate. (E4)

O projeto Esporte do Mangue é uma ação que irá aparecer, juntamente com os círculos de convivência, em todos os documentos formais da gestão como o PPA e a LOA. Isso pode denotar a vontade política do grupo em priorizar um nicho dentro de um segmento da juventude que sofria discriminação, não somente por uma questão econômica, mas cultural. Essa decisão política alinha-se às diretrizes do governo no tocante à radicalidade democrática e à inversão de prioridades. Contudo, diante das dificuldades de recursos para atender às demandas relativas aos espaços e equipamentos atender esse tipo de prática esportiva, o grupo estimulou os jovens a participarem das plenárias do Orçamento Participativo, como podemos observar no discurso a seguir:

[...] na medida a gente mexeu com esse vespeiro aí da juventude, e a prefeitura foi avançando com o processo do orçamento participativo, e a gente identificou que o OP também era um espaço onde o jovem poderia conquistar, né, ou pleitear, ou mostrar, trazer a, tirar da, do subterrâneo e trazer à superfície, as suas causas, os seus problemas, e o que eles pensavam que eram importante como solução, essa galera começou a ir pros fóruns no OP nas suas comunidades, começou a ir e ‘eu quero pista de skate no parque o Caiara e eu vou pra plenária da 4.1 e vou organizar lá com minha turma, pra todo mundo ir, e a turma vai votar e a gente vai ganhar a votação lá, pra ter pista de skate no parque do Caiara’, ‘se a gente quer pista de skate no CSU do Bidu Krause e a gente vai fazer isso’, e assim, onde o Esporte do Mangue percorreu, a turma se organizou pra ir pedir esporte e lazer e pedir a obra lá no seu local! E a juventude participou, em massa, desse processo do Orçamento Participativo. (E14)

Com essa atuação, disputando os recursos do OP, a juventude “radical” obteve algumas conquistas como a arena de esportes radicais da Rua da Aurora – região central da cidade – e a Praça do Poeta, na região oeste, como afirma o Relatório de Transição 2005-2008.

6.3 COMPREENDENDO A NOVA POLÍTICA NA VELHA ESTRUTURA

O novo contexto de influências, iniciado com a recondução do prefeito para o governo municipal, permitiu que a nova política fosse assumida pela gestão como a “política de esporte e lazer do Recife”. Diante das experiências – no campo do lazer, do esporte, da juventude e da organização de uma rede física – regidas pela proposta pedagógica de educação no e para o tempo livre, percebemos uma maior circulação do referencial cognitivo frente ao governo e à própria equipe de trabalho, se considerarmos o investimento em formação continuada, apresentado no item 6.2.1. Essa circulação foi possível, dentre outras coisas, pela relação estabelecida com o Ministério do Esporte (ME), através do Programa

Esporte e Lazer da Cidade (PELC). Isso porque, diferentemente da primeira gestão, o período entre 2005 e 2008 teve o Partido dos Trabalhadores no comando do governo federal, o que proveu uma aproximação dos referenciais da política do poder central com a política municipal. Se num contexto geral, “o modo petista de governar” era comum às duas gestões – municipal e federal – de outro, a perspectiva do esporte e lazer mais alinhado à contribuição do coletivo de autores também entrou nas orientações das políticas desenvolvidas pelo Ministério do Esporte, mesmo não correspondendo à hegemonia do setor.

Deste modo, a criação do PELC – que inclusive contou com a contribuição de integrantes da gestão do Recife – acabou por fortalecer a política local. Assim, percebemos uma via de mão dupla, nesse contexto de influências, onde o local fortaleceu a dinâmica nacional, na construção de um programa e o contexto global, na figura do ME, fortalecerá a política local em dois aspectos: primeiro, do ponto de vista da maior circulação de um referencial cognitivo e, segundo, do ponto de vista estrutural à medida que é destinado recurso para execução da política local, aspectos que não deixam de ser interligados.

Com relação à questão financeira, os convênios representarão uma parte significativa dos recursos locais. Na análise das Leis Orçamentárias Anuais (LOA) de 2005 a 2008, observamos um crescimento do orçamento que passa de dois para, aproximadamente, cinco milhões de reais e, deste montante, cerca de 1,3 milhões é proveniente de convênios com o Ministério do Esporte, conforme Relatório de Transição 2005-2008. Além dessa questão, percebemos ainda uma oscilação na escala de prioridades do esporte e lazer no orçamento participativo. Se o tema é eleito em segundo lugar como prioridade, no ano de 2003, entre 2005 a 2008, esporte e lazer fica entre o oitavo e o quinto lugar. Podemos inferir sobre essa queda, a diminuição do estímulo à participação da população – entendido aqui como beneficiários da política – nas plenárias do OP.

Sobre esse aspecto de organização da política, compreendemos que aquela impermeabilidade da gestão em relação à política começa a diminuir e a gestão “aceita” a política setorial como a política da gestão. Isso se reflete na reforma administrativa de 2005, na qual é criada uma estrutura organizacional muito próxima à estrutura real praticada na primeira gestão. Sobre esse aspecto da organização institucional, Alcântara (2007) defende que a migração da política para o Geraldo reflete numa institucionalização, pois ela passa a integrar a formalidade do órgão. Para ele, essa formalização está associada à burocracia e, ao tecer sua análise, o autor usa a analogia entre o “velho” e o “novo” organizar considerando o velho aquilo que leva à organização burocrática e o novo a organização que acontece sem priorizar a burocracia. Sendo assim, para o Alcântara (2007, p. 175, grifo nosso):

[...] nos caminhos teóricos tentamos construir aquilo que foi o novo organizar para uma determinada época histórica, a estrutura de organização **burocrática**, mas que hoje representa a forma mais sofisticada do **velho organizar**, mesmo que tentem vesti-la do novo [...] a ida para o GEGM-Geraldão demonstrou a escolha pela predominância do velho organizar nas ações do Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer.

Apesar de concordarmos com o autor de que a burocracia representa uma forma “velha” de organização, discordamos do fato de que assumir o Geraldão represente a escolha de uma velha forma de organizar a política, pois nossa pesquisa demonstrou que, no caso, houve avanços. De um lado, a proposta pedagógica, e de outro, o *modus operandi* que leva em consideração a participação em todos os seus projetos.

É verdade que a nova conjuntura leva a uma formalidade nos processos, mas isso não quer dizer que houve engessamento dos projetos e programas, já que houve uma mudança na filosofia ou método de atuação da política. Pelo menos, não tivemos elementos que nos apontassem nessa direção. O que os dados nos mostram é a dificuldade no acúmulo de ações que vieram da primeira gestão somada às novas demandas de ordem administrativa e do próprio setor. E, diante disso, a dificuldade de parte do grupo em se adequar às rotinas administrativas.

Observamos, portanto, no período de 2005 a 2008, uma profissionalização das ações e a necessidade do órgão dialogar mais com o setor esportivo em si. Uma das principais características da política de esporte e lazer do Recife se dava pelo fato da equipe gestora priorizar o esporte como manifestação da cultura corporal e o esporte como o lazer; contudo, o órgão Geraldão, por si, representa o segmento esportivo. E o fato de haver uma organização para gerir a política de esporte e lazer da cidade que viesse desse local chamou a atenção de grupos e entidades esportivas que intensificaram os pedidos de apoio e reconhecimento. Assim, a política que focava prioritariamente na dimensão do esporte-participação viu sua atuação estendida para os setores mais tradicionais do esporte, atendendo aos mais diversos interesses. Um exemplo disso é a adesão que o projeto do futebol participativo terá nesse período.

A segunda gestão chega ao fim, trazendo para a equipe gestora um cenário que se refere à instabilidade política e a (im)possibilidade de continuidade das ações de esporte e lazer. Tal como aconteceu em 2004, a equipe de trabalho foi convocada para atuar na campanha para eleição de novo prefeito do PT. Dessa vez, no entanto, com um discurso mais forte na consolidação do setor, pois além da campanha do candidato a prefeito, houve a participação na campanha de um dos seus membros do núcleo duro da equipe que se

candidatou ao cargo de vereador, mas que perdeu a eleição. Com essa derrota, mas com a vitória de um novo candidato do PT para a prefeitura do Recife, a política de esporte e lazer continuará a ser gestada pelo grupo do Geraldão, como veremos no próximo capítulo.

7 A POLÍTICA DE ESPORTE E LAZER DO RECIFE: TERCEIRO ATO

Neste capítulo teremos como objetivo analisar a terceira gestão, ou o terceiro ato, da política de esporte e lazer, na terceira gestão do PT, na cidade do Recife, destacando o contexto no qual se deu a candidatura do sucessor ao cargo de prefeito da cidade, quais as tensões vivenciadas nessa gestão, seu impacto na política setorial em destaque e, por fim, a percepção dos atores sobre a experiência de esporte e lazer, gestada entre 2001 e 2012.

7.1 O CONTEXTO EM QUE EMERGE A TERCEIRA GESTÃO DO PT

O contexto em que se deram as eleições municipais em 2008 apresentou algumas características, tais como a estabilidade econômica, mesmo com a crise internacional daquele ano; uma forte adesão dos candidatos ao projeto considerado “bem sucedido” do governo federal; a priorização dos temas locais mais relevantes para a vida da população, assim como o debate da “boa gestão” em detrimento do debate político-ideológico (LAVAREDA; TELLES, 2011).

No caso do Recife, com relação ao candidato situacionista – João da Costa (PT) – é preciso destacar que, como o PT estava à frente dos poderes municipal e federal, o partido não teve dificuldades para montar um palanque, agregando, além dos aliados históricos, outras legendas que, independentemente da ideologia, sobrevivem do poder governamental. Mas isso só foi possível depois que o atual prefeito João Paulo (PT) conseguiu impor seu candidato, aos próprios petistas e ao governador – Eduardo Campos (PSB) – eleito, em 2006, com apoio de Lula e do PT/Pernambuco, no segundo turno. Essa imposição e posteriormente a vitória em primeiro turno do candidato da situação, garantiu a João Paulo o acúmulo de um capital político, pois elegeu seu sucessor, um quadro sem tradição na política, mas um dos principais articuladores de seu governo, responsável pela implementação do Orçamento Participativo nas suas duas gestões (BARRETO, 2008).

Ainda, segundo Barreto (2008), o debate sobre a crise econômica também não foi explorado pela oposição que mostrou dificuldades em encontrar o tom ideal da campanha. Com a tônica de adesão ao projeto “bem sucedido” do governo federal que impactava positivamente os temas locais, a oposição limitou-se à continuidade do projeto atual e apostou nos slogans “Fazer mais e melhor”, “Por um novo Recife” e “Recife para todos”. Contudo, a boa avaliação do governo federal e do governo local foi decisiva para a vitória da eleição em primeiro turno. Por fim, a priorização do debate do “bom gestor” em detrimento às questões

ideológicas surge na medida em que há um projeto bem avaliado e as propostas “da situação” evidenciam a necessidade de garantir uma continuidade através da eficiência administrativa.

O resultado eleitoral permitiu, em certa medida, apontar para uma continuidade do projeto iniciado no começo dos anos 2000. Contudo, o maior entrave para essa terceira gestão estaria na relação de João da Costa – o novo prefeito – com lideranças do próprio com o partido e, posteriormente, no desentendimento entre os dois prefeitos (João da Costa x João Paulo). Pelo fato de ter sido imposto pelo ex-prefeito, não foi um nome bem recepcionado por vários grupos (tendências) do PT. Em relação ao desentendimento entre as lideranças, foi algo bastante comentado nos jornais locais, mas não se sabe ao certo qual a motivação do afastamento. Um resgate desse processo pode ser obtido no trecho da entrevista abaixo:

[nós] tivemos uma gestão que foi muito difícil, porque com poucos meses de gestão houve um afastamento político, um rompimento entre o prefeito João Paulo, ex-prefeito João Paulo e o prefeito João da Costa, né?! João da Costa foi eleito no primeiro turno, com o apoio de João Paulo e, poucos meses depois da eleição houve uma briga, rompimento até hoje não explicado, entre os dois que, colocou João Paulo como principal opositor do governo João da Costa, durante os quatro anos do governo. E, isso para nós, que ficamos no governo, foi um desgaste muito grande, né, não só do ponto de vista das relações políticas, partidárias internas [...] [mas, das relações], companheiros quem tinham proximidades com um e com outro, e que estavam sendo colocados pelos dois a serem, de repente, adversários, né?! [...] durante um longo período isso foi muito duro, né, durante muito tempo! Isso respingou decisivamente durante esses quatro anos, na queda do PT na prefeitura do Recife, né?! Foram quatro anos de uma gestão que, do ponto de vista dos resultados objetivos, do ponto de vista administrativo, técnico, não deixou a dever, em nada, a de João Paulo ou a de qualquer outro, né, do ponto de vista dos números de entrega nas várias áreas, inclusive na do esporte, né, superaram todos os outros, todas as demais, mas que não teve a condição política de comunicar isso a sociedade, porque o ambiente estava extremamente contaminado pela divisão política que estava ali posta, na, na, entre os dois prefeito e ex-prefeito, né?! (E14)

O fato é que essa ruptura ainda no início do terceiro governo do PT terá grandes implicações não somente na gestão atual, mas no processo eleitoral de 2012, como é indicado no discurso a seguir:

Chegou em 2012, é, é, naquele contexto de ter, que se tem uma disputa de prévia interna, dentro do PT, pra se definir quem seria o candidato e nós defendemos sempre que a precedência que deveria ser do prefeito que estava no cargo, né, e as avaliações que nós tínhamos colocava que o João da Costa, se candidatasse. Se fosse ele seria reeleito, é, é, principalmente depois, quanto mais ele sofria ataque, mais a população começava a ficar solidária a ele, e a gente percebia isso nas inaugurações, nos eventos que se fazia na rua, a gente começava a ter uma adesão cada vez maior, até que lançou-se um outro companheiro, que até então estava no partido, que é o Maurício Rands como candidato a disputar uma prévia interna no partido, contra o João da Costa [...] Aconteceu que nós ganhamos a prévia, houve um questionamento, até hoje não provada sobre a lisura dessa prévia, houve uma série de questionamentos lá em São Paulo, na executiva nacional do partido, impugnaram

a repetição da prévia que ficou definida e resolveram que o candidato não seria nem Maurício Rands nem João da Costa e sim, Humberto Costa e João Paulo, como vice! (E14)

É nesse cenário de disputa interna que a terceira gestão do PT, em Recife, acontece. Inevitavelmente, tal conjuntura irá comprometer os projetos em curso e a popularidade do prefeito. Apesar do contexto discursivo acima enfatizar a solidariedade da população ao prefeito, uma pesquisa de intenções de voto⁸³ indicava que a avaliação negativa do governo estava em 52%, e que 75% dos entrevistados afirmavam que João da Costa não deveria ser reeleito. Tais resultados comprometiam, sobremaneira, a defesa de reeleição.

No tocante à política de esporte e lazer, observamos que houve um envolvimento diferenciado do grupo do Geraldão nas eleições de 2008. Enquanto que na eleição anterior existiu um alinhamento com a demanda do prefeito para eleição do seu candidato proporcional, nesta disputa isso não aconteceu. Isto porque, em meados de 2007, foi tomada uma decisão política do grupo do Geraldão em lançar uma candidatura própria para o legislativo, cujo objetivo era o fortalecimento do setor de esporte e lazer. Essa decisão implicou um esforço maior da equipe para viabilizar tal candidatura proporcional, já que existia a necessidade de conciliar os esforços para a campanha proporcional e majoritária.

Esse é um terceiro momento que demarca o desenvolvimento da política porque ainda que estivesse no Geraldão, numa situação de institucionalização, essa própria institucionalização tira muito o caráter de “militância” que havia, principalmente, na primeira gestão. Isto se deu em função da profissionalização das pessoas que, de alguma maneira, passaram a fazer parte dos quadros da prefeitura municipal, mesmo como trabalhadores temporários, mas que tinham seu trabalho regulamentado. E essas pessoas não tinham, muitas vezes, o compromisso político partidário que havia no início. Então, esse processo da política partidária aguçou os conflitos dentro do grupo e se expressou justamente nas formas de envolvimento com a campanha eleitoral. O depoimento abaixo ilustra essa situação:

Quando teve a eleição [em 2008] [...] a relação com a equipe foi diferente. Não era só no convencimento, né?!, era na obrigação; então, se tinham reuniões com grupos dos cargos de confiança, porque a relação de trabalho também mudou com a chegada no Geraldão. Então, se passou a ter uma relação mais formalizada e, é, de se ter registro em carteira, né?!, se formalizou de fato, o vínculo empregatício, vamos dizer assim, das pessoas, a partir da chegada no Geraldão. E isso foi em 2005. E os cargos comissionados, a maioria das coordenações eram cargos comissionados,

⁸³ Pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Maurício de Nassau, coordenada pelo PHD em Economia (ROMÃO, 2012).

coordenação, assessoria, diretoria, a maioria. Acho que todos, nessa época, eram cargos comissionados [...] Essa relação dos cargos de confiança com a campanha ela era obrigatória; de se fazer cota obrigatoriamente; de se bancar a campanha obrigatoriamente; de se ter obrigação [...] financeira e, de força de campanha, de força de campanha, né?!, de humano e financeiro. Então, já foi uma relação bastante tensionada, de obrigação, e talvez isso possa ter gerado também, pode ser, um dos elementos que possam ter gerado o fato de não ganhar a eleição. Não tenho como afirmar, mas, pode ter sido. (E1)

Se, de um lado, a institucionalização permitiu uma profissionalização dos trabalhadores, de outro, como tais cargos eram considerados *políticos*, por isso eram demandados partidariamente para atuar na campanha.

Esse modo de ação política, durante os processos eleitorais, que se expressa na utilização da máquina governamental para promover as campanhas eleitorais indica uma contradição entre o referencial adotado pela política setorial e a prática da política setorial. Se, de um lado, o grupo foi avaliado de forma bem sucedida pela gestão, pelo fato de trazer proposta de uma política pública com novos referenciais para o setor, de outro parece não ter inovado na condução e convencimento do próprio grupo e do público beneficiário da política para viabilizar uma vaga no legislativo, reproduzindo um comportamento tradicional e arcaico, comportamento este já analisado por vários autores, a exemplo de Sorj (2001).

O resultado desse processo gerou consequências para a terceira gestão da política de esporte e lazer, em dois aspectos: um positivo, quando foi garantida a continuidade da direção da política pelo próprio grupo; e um negativo, quando o prefeito elegeu outro dirigente para o Geraldão, ainda que vinculado ao grupo. Essas mudanças geraram rupturas e, portanto, alterações para a política de esporte e lazer, na gestão de João da Costa, que vão caracterizar esse terceiro momento. Portanto, o novo contexto de influência gerará um novo contexto da prática, como nos sugere Ball.

Os entrevistados recorrentemente se referiram a esses momentos de tensão, auxiliando no resgate desse processo, conforme exemplificamos:

[...] a segunda gestão terminou desgastada! [...] ainda que a gente consiga restaurar o que ficou! [...] porque, [...] aí nesse processo de disputa eleitoral [...] Eu, talvez, eu seja a pessoa menos indicada pra falar nisso, porque eu acho que eu falo muito com o coração! Porque, o que eu defendi, [...] [era] porque eu acreditava e, sempre acreditei no que a gente tava fazendo! E a minha defesa era, muito, na defesa de um grupo, que construiu. [...] independente de ser fulaninho e sicraninho, mas, era um grupo que foi se consolidando, um grupo muito grande, inclusive, né, e, que [...] cada pessoa desse grupo era capaz de exercer qualquer função dentro do projeto que era defendido, seja na política pública ou, fora dele. E aí, a gente começa a perceber que, quando a gente vai pra uma disputa eleitoral, inclusive, que a gente defende o nome de uma pessoa do grupo, pra uma disputa eleitoral, pra ocupação de um parlamento, na Câmara dos Vereadores e, que quando essa disputa ela não foi

exitosa e, surgiu a oportunidade de a gente continuar com o projeto, na mudança de gestão, a gente começa, eu começo a perceber que o interesse deixa de ser coletivo e passa a ser individual! E, isso foi, eu acho que muito ruim pro grupo como um todo; houve esse desgaste! Porque era a liderança do grupo, mas, por ser liderança do grupo, não quer dizer que é a única pessoa do grupo, mesmo que o grupo tenha discutido e, tenha tirado uma determinação de continuar na gestão. Mesmo que essa pessoa não fosse a pessoa que ia direcionar, digamos assim, o mesmo o grupo, mas, que ia fazer parte dele. E aí, foi quando houve o, o, o racha, digamos assim, né?! Algumas pessoas saíram porque só iriam ficar se a liderança fosse o, o, o coordenador geral, o direcionador da política pública. Enquanto que a gente defende que qualquer um pode ocupar, se tiver na condição, vai ocupar qualquer cargo, esse foi o grande embate que a gente teve! (E3)

[...] teve o racha e tal, [sicrano] não aceitava esse tipo de – eu não participei de nenhuma reunião pós perda eleitoral, não participei. Isso ficou para um outro grupo, não sei se só chegava a ser só de direção e gerência e como eu era coordenação, não participei de nenhum desses processos. Mas o que me chegava era que eram processos muito tensos, turbulentos, agressivos, né?! e de comando de que se largasse a gestão. E chegou a um ponto, é, de dizer ó, quem quiser fica. Eu não fico! E, quem quer sai comigo e, quem ficar tá traindo a, o que a gente construiu enquanto grupo e o que se a gente entrou como grupo, a gente sai como grupo, como forma de pressionar a gestão. E, não se teve acordo nesse tipo de posição – isso foi o que eu soube – não se teve acordo nesse tipo de posição e houve outras conversas e, aí, a partir desse momento, as pessoas foram se dizendo, estou desse lado, estou daquele lado. Por que era assim que passou a ser tratado. [...] As pessoas que eram mais próximas a mim, também tinham o entendimento de que não era um legado de [Sicrano], que era um legado que todo mundo construiu e, que não se estava sendo negligenciado o legado, que se estava se querendo continuar com a política, que se valorizava ela. (E1)

No enunciado observamos a existência de uma polarização e a criação de dois grupos com avaliações distintas em relação ao novo contexto mais geral de influência colocado após o resultado eleitoral. A arena de disputa fica bem evidente, contudo, parece não haver espaço para consensos nesse contexto. Em função disso, um dos grupos acabou se retirando da gestão, caindo por terra aquela imagem de coesão do “grupo do Geraldão”.

Ainda que os contextos discursivos expressem apenas uma das versões possíveis daquele momento de ruptura, deixam entrever a impossibilidade de negociações e acordos naquele momento. Deixam entrever também as fragilidades do grupo no sentido de consolidação de uma política de esporte e lazer mais perene, baseada nos referenciais normativos que a nortearam no seu início. As disputas individuais parecem ter contribuído fortemente para a mudança de rumos, aliadas ao novo contexto de influência que havia se implantado⁸⁴.

⁸⁴ Infelizmente, nenhuma das pessoas que saíram da gestão após essa ruptura se disponibilizaram para nos ceder entrevista, por esse motivo, só teremos para esse fato uma versão, daqueles que permaneceram na política. Todavia, como o nosso objetivo consiste em analisar a política pública nas três gestões, consideramos que não houve prejuízo à pesquisa a ausência dessas entrevistas.

7.2 OS RUMOS DA POLÍTICA DE ESPORTE E LAZER NA TERCEIRA GESTÃO

Foi numa conjuntura de disputas internas – se considerarmos a política do setor – e externas – se considerarmos a gestão municipal como um todo – que se deu o contexto da prática entre 2009 e 2012, e, portanto, de recomposição de equipe que tem início a gestão de esporte e lazer na gestão de João da Costa. A gestão municipal inicia com a tônica de aprofundamento das políticas iniciadas nas gestões anteriores, mas confere ao método de gestão participativa uma das suas principais marcas. É possível observar no enunciado, a seguir, a ênfase dada ao modelo de gestão implementado pelo referencial “modo petista de governar”:

O PPA 2010-2013 traz uma visão de futuro e as propostas de uma nova gestão que representa a continuidade e o aprofundamento de um projeto político já bem consolidado nos últimos oito anos. Essa identidade é pautada por uma forte tônica nas demandas sociais e na consagração de um modelo de gestão participativa sem precedentes na esfera local (PREFEITURA DO RECIFE, 2009, p. 34)

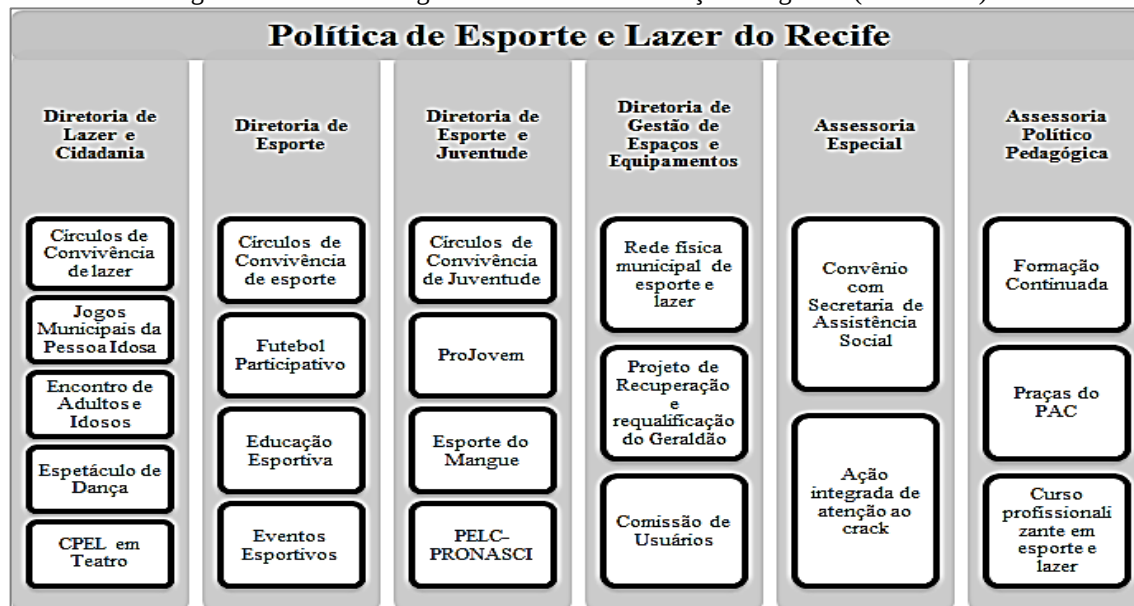
Além da proposta de aprofundamento e alargamento dos espaços de participação, a nova gestão proclamava, no documento então divulgado, a primazia pelas ações intersetoriais para a construção de uma “cidade humana”. Nesse sentido, registrou os valores que norteariam as ações quais sejam: a cultura de participação, a cultura da sustentabilidade e a cultura de paz. Assim, o documento continuava refletindo “o modo petista de governar”.

No que diz respeito à política setorial notamos também uma mudança no documento do PPA elaborado em 2010, mas a *priori* não indica alterações no referencial da política. A mudança refere-se à percepção do objeto da própria política pública. No documento anterior a política de esporte e lazer municipal era compreendida como “Círculos Populares de Esporte e Lazer (CPEL)” – sob o objetivo de ampliar o acesso da população à prática do esporte e lazer – já no segundo documento é compreendida como “política de esporte e lazer” em si, com o objetivo de “assegurar o acesso e a permanência da população à prática de esporte e lazer” (Anexo II, p. 37) (PREFEITURA DO RECIFE, 2009). Sendo assim, nesse novo documento, o CPEL passa ao status de um programa que compõe a política de esporte e lazer do Recife, tal qual o Futebol Participativo, o Esporte do Mangue, dentre outras ações.

Outra mudança percebida na análise do documento “Relatório geral do Seminário de Avaliação e planejamento 2011-2012” diz respeito à metodologia do Programa CPEL que, através das atividades sistemáticas – “círculos de convivência” – passa a ser responsabilidade não somente da diretoria de lazer, mas também das diretorias de esporte e de juventude. Ou

seja, há uma espécie de descentralização dos “círculos de convivência” que será concretizada nesse terceiro momento. No mesmo documento é possível observar uma nova disposição da estrutura que representará o novo referencial instrumental no novo contexto da prática, conforme figura abaixo:

Figura 8 - Diretorias/órgãos do Geraldão e suas ações na gestão (2009-2012)



Fonte: Elaborado pela autora a partir de Relatório Geral do Seminário de Avaliação e Planejamento, 2011-2012.

Se nos reportarmos à figura 7, apresentada no capítulo 6, podemos ter uma ideia mais precisa do novo formato que foi conferido na terceira gestão.

Conforme o documento, sistematizado na figura 8, os gestores da política reorganizam os cargos disponíveis e montaram uma estrutura para dar conta das demandas surgidas, muita delas ainda na gestão anterior. Tais demandas representam uma aproximação com o campo do esporte de rendimento e o esporte escolar. Vale destacar que esse grupo trazia um referencial que compreendia como papel do Estado a priorização de investimentos em políticas de esporte de participação, por isso a grande ênfase no Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer. Contudo, aquelas orientações que preconizavam o esporte como atividade lúdica – de lazer – não se concretizavam por dentro da máquina governamental. Nesse sentido, ainda que as orientações da política fugissem de uma perspectiva tecnicista, também se afastavam dessa posição “original” e assumiam uma posição progressista na perspectiva de democratização do acesso ao esporte e ao lazer. E vê-se cada vez mais a presença, embora não predominante, do esporte de rendimento. Além disso, outra demanda diz respeito à intersectorialidade de políticas, como uma orientação de governo, citada ainda no PPA 2006-2009.

Na terceira gestão, por outro lado, a integração de políticas foi tomada como principal diretriz e, para tanto, foram atribuídas às assessorias existentes, status de “diretoria”, para execução das novas ações integradas: a assessoria especial e a assessoria pedagógica. A terceira assessoria – de comunicação – não era responsável por uma ação específica, mas pelo acompanhamento das ações desenvolvidas pelo Geraldão, sua divulgação, criação de marca, dentre outras atividades relacionadas à comunicação institucional.

Para mantermos um padrão da lógica da análise nessa terceira gestão, recorreremos à sistematização do capítulo anterior, onde relacionamos cada diretoria a seus projetos/programas.

7.2.1 Assessoria especial

Na gestão em evidência, a intersetorialidade foi colocada como uma diretriz para o conjunto do governo e, portanto, merece uma atenção de forma a subsidiar a nossa análise.

A intersetorialidade é uma temática que vem ganhando espaço nos debates teóricos, mas principalmente no campo da administração pública, como uma metodologia para garantir eficiência e eficácia de gestão (JUNQUEIRA, 2004). Contudo, seu conceito é polissêmico e, para além de prescrições administrativas, a intersetorialidade é em si complexa.

Para Inojosa (2001), o termo intersetorialidade ou transetorialidade compreende a articulação de saberes e experiências com vistas ao planejamento de políticas, programas e projetos, para alcançar resultados integrados visando um efeito sinérgico. Para a autora, a transposição da ideia de transdisciplinaridade para o campo das organizações tem em vista a criação de uma nova dinâmica para o aparato governamental, com base territorial e populacional. E, diferentemente de ações que estabelecem algum diálogo, as políticas, programas e/ou projetos intersetoriais necessitam observar alguns aspectos: (1) o acolhimento de um novo paradigma superando a disjunção, a clausura e a redução para transitar num paradigma de compreensão da diversidade; (2) a construção de um projeto político para as políticas públicas que supere o assistencialismo, vislumbrando ações que cuidem da transformação da sociedade e promovam o desenvolvimento social com a repartição mais equânime das riquezas; (3) o planejamento que, na perspectiva intersetorial, precisa ser pensado de forma diferente, de forma participativa, agregando outros atores que vão ter outros enfoques dos segmentos da população determinando uma mudança importante na lógica do orçamento do Estado; e (4) uma nova organização que supere aquela pirâmide hierarquizada

da estrutura governamental, avançando para uma perspectiva de trabalho em rede, agregando novos atores.

Contudo, além desses aspectos, Pereira (2014) chama a atenção para a perspectiva dialética da intersetorialidade que pode ser vista de duas formas: de um lado como superação da fragmentação desses setores quando se trata da soma, da rede e da unidade de políticas, e de outro, como simplesmente a integração de setores, com a permanência dos mesmos. Por esse motivo, a Pereira (2014, p. 4-5) considera que a intersetorialidade, principalmente nas políticas sociais, revela ambivalências e incoerências, porque mesmo sendo identificada como algo que irá superar a perspectiva setorial das políticas, geralmente é traduzida como “articulação de saberes e experiências, que compreende procedimentos gerenciais dos poderes públicos em resposta a assuntos de interesse dos cidadãos”.

Portanto, a intersetorialidade deve ser enxergada de forma dialética, considerando um rompimento da tradição fragmentada da política social que, de princípio, permitiria mudanças para além de questões administrativas que pudessem representar uma alteração de valores, culturas, institucionalidades e, conseqüentemente, as formas de prestação de serviços impactando num novo tipo de relação entre Estado e cidadão, pois a intersetorialidade, numa relação dialética, não redonda em um amontoado de partes, mas em um todo unido, “no qual as partes que o constituem ligam-se organicamente, dependem umas das outras e condicionam-se reciprocamente” (PEREIRA, 2014, p. 12).

Considerando as questões levantadas por Pereira (2014), podemos inferir sobre a forma que os governos discutem e promovem suas ações intersetoriais, cada vez mais ligadas à ideia de eficiência e eficácia na gestão pública, distanciando-se de uma mudança paradigmática onde as políticas públicas sejam pensadas como um todo, requerendo novas relações entre o Estado e a Sociedade.

Neste terceiro ato em análise, identificamos que no “Relatório Geral do Seminário de Avaliação e Planejamento 2011-2012”, são indicadas várias ações que aparecem como sendo desenvolvidas pelo Geraldão em parcerias com outras áreas da gestão municipal. Para a administração de parte dessas “ações integradas” foi delegada à Assessoria Especial – um dos cargos disponíveis na estrutura do Geraldão – o gerenciamento do convênio com a Secretaria de Assistência Social, por exemplo. Esse convênio, em específico, foi uma estratégia de ampliação das atividades de esporte e lazer, assim como a possibilidade de financiamento das ações já desenvolvidas pela política, como verificamos no enunciado a seguir:

[...] uma coisa que a gente inseriu como princípio da política, logo imediatamente, foi uma coisa que não tá naquele livro dos princípios, que não tá na nossa, na base de documentos [...] **foi inserir a intersetorialidade como princípio fundamental pra o desenvolvimento de uma política de esporte, né?! Isso, é, pra gente teve um impacto muito grande na gestão de 2009 até 2012. Não só impacto de recurso, mas também, um impacto de repercussão dessa política muito forte! Nós tivemos, seguidamente, durante os quatro anos uma articulação institucional por meio de convênio, com o Sistema Único da Assistência Social, com o SUAS, né, para que os usuários do SUAS [...] pudessem ter, no seu arcabouço de ações assistenciais a atividade esportiva, né?! [...] e isso não era uma busca [...] nos anos anteriores, né, e a gente passou a buscar isso recorrentemente! Aí ações que a gente tinha realizado, as primeiras edições a muito custo e a muito, com muito, muito, muito desprendimento de [...] com muito pouco recurso, com muito esforço e pouco recurso, né, como Jogos da Pessoa com Deficiência, Jogos da Pessoa Idosa, **tudo isso, com essa nova parceria**, pôde ser executado com muito mais tranquilidade, do ponto de vista de recurso e, com muito mais abrangência, né, do ponto de vista da execução. [...] Então isso, é um exemplo de uma mudança simples, que não ia em desacordo a princípio nenhum, né?! (E14, grifo nosso).**

Observamos no trecho discursivo acima que há uma ambiguidade no entendimento da intersetorialidade. No primeiro enunciado grifado é possível observar a intencionalidade em desenvolver ações intersetoriais; contudo, no decorrer do discurso, a ideia implementada apresentou uma aproximação de ações entre dois setores diferentes. Notemos que a intenção de aproximação da política de esporte e lazer com a política de assistência social indica uma estratégia para garantir ampliação de atividades esportivas e de lazer a uma população que tradicionalmente não recebe esse atendimento, assim como a garantia de recursos para a realização das atividades já consolidadas na pasta de esporte e lazer. Aqui não estamos fazendo juízo de valor sobre a estratégia adotada, mas problematizando sobre a compreensão dos gestores em relação à intersetorialidade. Considerando por esse ângulo, vimos que a intersetorialidade é tratada como uma parceria que, em certa medida, acolhe o paradigma de superação da disjunção tradicional de setores, mas encontra-se distante de um prisma dialético onde as políticas sejam pensadas como um “todo unido” – considerando as problemáticas sociais – no qual as partes que o constituem dependem umas das outras e condicionam-se reciprocamente.

Apesar disso, a política de esporte e lazer vai se institucionalizando e trazendo com ela os aspectos positivos da “intersetorialidade”, mas, ao passo que há esse movimento, o referencial da política vai sendo reconstruído, nesse novo ato que representa um novo contexto de prática, logo, distanciando-se do referencial anterior.

Apesar da mudança do referencial, a análise documental mostrou que, em parte dos documentos, essa nova fase continuou se apropriando do discurso anterior. Mas a própria configuração apresentada na figura 8 mostra que há outra diretriz na condução da política. Por

outro lado, mesmo que tenha mudado o referencial, há uma continuidade em contextos discursivos como expressa o documento “Extrato do Convênio com a Secretaria de Assistência Social (2009, p. 1)”, em relação ao objetivo da ação. Nele diz-se que o convênio tem por objetivo:

Implantar nas comunidades de baixa renda da cidade, preferencialmente para as pessoas atendidas pelos programas da Política Municipal de Assistência Social, atividades sistemáticas, eventuais e de lazer, que possibilitem o desenvolvimento sistemático de aprendizagens significativas relacionadas ao campo da cultura corporal e esportiva, tendo em vista a educação no e para o exercício do tempo livre.

Sendo assim, há a utilização nos documentos da política da mesma linguagem da proposta pedagógica referenciada, como se exemplifica nesse convênio, mas a prática política como mostramos se modificou.

Outro exemplo de ação intersetorial foi desenvolvido com a Secretaria de Saúde. Tratou-se de um Plano Integrado de Atenção ao Crack, que percebe o seu uso não só como um problema de saúde pública, mas “da assistência social, desenvolvimento econômico, educação, direitos humanos, esporte e lazer, cultura, e que permanece estreitamente ligada às questões tidas como problema de polícia” (PREFEITURA DO RECIFE, 2010, p. 3-4)⁸⁵, e numa perspectiva dialética, esse Plano é o que mais se aproximaria, contudo, são integradas as ações de vários programas já existentes na gestão, incluindo os Círculos Populares de Esporte e Lazer. Vejamos o discurso a seguir sobre essas ações e a relação considerada pelos atores como intersetorial entre o Geraldão e as demais secretarias:

[...] começou um diálogo com a Secretaria de Assistência Social e a partir daí se estabeleceu um convênio entre Geraldão e a Assistência Social, para garantir atividades esportivas dentro dos equipamentos sócio assistenciais. Então, **essa era uma relação institucional intersetorial que estava estabelecida convenientemente**. Isso aconteceu por três anos [...] Essa não era uma relação institucional, formalizada, conveniada [...] [para o] Plano de atenção às drogas, no Recife, então se formou um comitê intersetorial e existiam sistematicamente as reuniões para a construção de um plano intersetorial de combate ao crack e outras drogas. Então, a gente, a Assistência, Cultura, Saúde, Emlurb, Economia Solidária,

⁸⁵ Plano Integrado de Atenção à Problemática do Uso do Crack do Recife (PREFEITURA DO RECIFE 2010, p.3-4) – São integradas as seguintes ações: o Programa Multicultural, Projovem, Programa Profissionalizante, Programa + Vida (Centro de atenção psicossocial para álcool e outras drogas - CAPSad; Casa do meio do caminho; Unidade de desintoxicação; Centro de Referência para as mulheres), Programa academia da cidade, Centros de Referência da Assistência Social - CRAS, Serviço de medida sócio-educativa em meio aberto – liberdade assistida, Casa de acolhida temporária, Programas de qualificação social e profissional, Ações de intermediação de mão-de-obra, Programa de inserção de jovens no mercado de trabalho, Centro de referência de direitos humanos e Círculos populares de esporte e lazer. “Realização de oficinas sistemáticas esportivas e de lazer junto aos serviços do CREAS: abordagem social e de rua e medidas socioeducativas”.

então, eu acho que **todo mundo se reunia, tanto para construir o plano tanto para ver regionalmente onde era que existiam as cenas para que a gente pudesse propor uma ação integrada naquela região**, especificamente, que tinha o índice maior, ou que tinha possibilidade maior de uso de droga, né?!, Então, a gente, nessas conversas, procurava fazer esse atendimento intersetorial, para um problema que é pra todo mundo, né?! (E1, grifo nosso)

Ainda, segundo informações obtidas na pesquisa, outras atividades que vinculavam a política de esporte e lazer à assistência social eram os atendimentos em casas de acolhida, a realização de colônia de férias e o acolhimento de crianças em período de festa como São João, Carnaval e nos eventos que geravam uma grande demanda de pretensão de trabalho infantil, onde eram oferecidas atividades esportivas e de lazer⁸⁶.

Além disso, não pudemos deixar de registrar que, mesmo quando se tenta inovar e se voltar para as camadas populares, numa perspectiva de democratização de uma política, as práticas tradicionais trabalhadas por Bernardo Sorj (2001), por exemplo, ainda se tornam presentes, o que fica explícito quando, nos depoimentos, se compreendem como ação intersetorial uma chamada para inauguração de obras, como é possível observar no trecho que segue:

[...] Ia ter uma atividade em algum espaço da cidade, de inauguração, de obra, de mobilização, e gente ia para essas reuniões de planejamento e organização para [que] [...] determinada programação ela funcionasse da melhor forma, na intenção de ser integrada. [...] se ia ter inauguração de obra, e se a gente tinha turma, a gente tinha intervenção naquela área, então, a gente mobilizava para ir para aquela inauguração, para aquela atividade. Em alguns eventos a gente garantia uma programação antes, enquanto mobilização para uma atividade que vinha depois, então, dependendo da característica da atividade, se era uma praça que ia ser inaugurada, a gente garantia a programação anterior na praça para que, na inauguração, a coisa já tivesse acontecendo e tal. [...] Então, a gente dava cobertura ao que era regionalizado e quando a gente tinha uma coisa que a gente tava promovendo, a gente também procurava esses outros setores que a gente já mantinha relação [...] que também davam cobertura, mas, oficializado assim, a gente tinha um convênio, especificamente com a Secretaria de Assistência Social. (E1)

O que nos chama a atenção em relação às ações acima diz respeito à compreensão dos atores sobre a intersetorialidade, que ora se aproxima daquilo que compreendemos teoricamente, ora se distancia chegando a justificar a atividade de animação e mobilização de ação intersetorial. Nesse aspecto do que foi colocado acima, consideramos como apontado por Sorj (2001), uma das contradições da política analisada que, apesar de apontar para uma nova relação entre os sujeitos, persiste em práticas tradicionais de mobilização popular.

⁸⁶ Informações obtidas de E1.

7.2.2 Assessoria político pedagógica

A assessoria política pedagógica representa outro marco, característico de um contexto no qual a política setorial foi se inserindo. Ela surge, inicialmente, pela necessidade de trabalhar os aspectos de consolidação do referencial cognitivo da política, através da proposta pedagógica do Programa CPEL, nas formações continuadas. Contudo, à medida que o Ministério do Esporte passa a ser um dos financiadores da política setorial há uma regulação sobre o contexto local. Então, essa articulação nacional-local passa a reconfigurar, inclusive, a estrutura administrativa da política municipal e, diferentemente de quando foi criada, a Assessoria Pedagógica – que era o *locus* de onde emanavam as diretrizes da política baseada na perspectiva da educação no e para o tempo livre –, passa a ser um espaço de interlocução com o governo central.

Nessa reestruturação, contudo, percebemos um afastamento do seu papel inicial, que cada vez mais é reconfigurado pela influência do poder central no poder local. Isso mostra como a política foi se inserindo noutro contexto e, portanto, a necessidade de atender essas novas demandas, o que consolida a Assessoria Pedagógica como um espaço não somente de formação, mas também de articulação institucional, como é expresso no “Relatório Geral de Avaliação e Planejamento (2011-2012, p. 212)”: a Assessoria Pedagógica tem por objetivo “formular, fomentar e realizar a formação continuada, bem como monitorar os projetos e ações realizadas na Política Pública de Esporte e Lazer”.

Entretanto, mesmo com a ampliação de suas funções, a formação continuada permaneceu a principal atividade da Assessoria Pedagógica. Compreendida como um instrumento para consolidação do referencial cognitivo junto aos atores da política, a formação continuada sofreu alterações em sua trajetória, nessas três gestões. Isto porque, primeiramente, o referencial adotado foi tomado por base as contribuições do “Coletivo de Autores” e do Movimento de Cultura Popular (MCP), porém, os textos da política aprofundaram a discussão para a defesa de uma educação no e para o tempo livre como uma proposta pedagógica que contribuiria para a transformação de determinada realidade social. Nesse sentido, na segunda gestão, há uma ênfase nessa proposta – de educação no e para o tempo livre – e as formações continuadas foram associadas a eventos acadêmicos para reforçar teoricamente a defesa desse referencial. Retomaremos ao trecho de uma das entrevistas que configura esse primeiro deslocamento do referencial cognitivo.

Um fundamento que a gente colocava como algo que nos movia dentro dos Círculos Populares Esporte e Lazer, era um movimento, do antigo MCP, de cultura popular [...] Então, a gente tinha outra referência, ainda não sistematizada, né?! Que a gente acabou – penso eu, que acabou ficando secundarizada! Essa discussão mais específica da educação pelo e para o lazer, né, no e para o tempo livre, acabou sendo a categoria mais utilizada. (E13)

Nessa terceira gestão, contudo, não observamos, a partir da análise documental, um distanciamento do referencial cognitivo, apesar da mudança em relação à metodologia das formações. Segundo os entrevistados, houve uma priorização da formação mais específica para cada área/diretoria. (Esporte, lazer, juventude, espaços); por isso, no documento “Relatório Geral de Avaliação e Planejamento 2011-2012”, a Assessoria mostra-se responsável pelo “fomento à formação”. Nos contextos discursivos a seguir é possível compreender como foi trabalhada a formação continuada, nesse novo contexto da prática:

Eu acho que na terceira gestão, a gente começa a inverter os papéis, de chamar mesmo: ‘ó, o que é que o professor, o que é que a gente tá precisando, aqui, pra fortalecer a consolidação do programa, dos projetos, o que é que tu tem? E, eu acho que a gente começa a trabalhar mais nesse sentido, de você perceber, mesmo, a diferença da necessidade de cada diretoria e, dar uma liberdade maior para que as pessoas criem, pra que as pessoas, né, construam as coisas, porque a formação ela, ela parte, não só, né, da questão teórica mesmo, mas a formação é nessa relação de teoria e prática! Do que a gente tá fazendo, a gente se auto avaliar, de troca de experiências, do que é necessário pra o ponto de vista de cada diretoria, eu acho que a gente começa a dividir mais isso. (E3)

[...] nós procuramos fazer alguns resgates e, também, no formato procuramos, vamos dizer assim, desacademicizar um pouco, né [...] Não desqualificar, mas, tirar um pouco do rigor acadêmico, né, principalmente no discurso, né, do, é, é, e na escolha dessas pessoas que vinham fazer essas formações conosco. Porque o seguinte, não adiantava, muitas vezes [...] as pessoas não entenderem, não conseguir chegar na, ou poucos conseguirem chegar naquilo que tava sendo colocado ou, conseguir enxergar aquilo na hora que fosse pra frente do seu aluno, do seu educando lá na prática, né?! E, a gente procurou quebrar um pouco, né, a rigidez desse formato e [...] Tivemos uma sorte, né, entre aspas, nesse primeiro ano calhar com o ano do cinquentenário do Movimento de Cultura Popular, aqui de Pernambuco, foi um movimento que tocou em uma das raízes dos Círculos Populares de Esporte e Lazer, uma das inspirações do projeto [...] nós conseguimos trazer o Centro Paulo Freire de Estudos e Pesquisas pra vir colaborar nesse processo, né?! Então, foi muito, foi muito rico esse, esse, resgate nesse sentido, né?! (E14)

O conteúdo da entrevista de E3 expressa uma compreensão de que a formação deveria ser segmentada. Com isso, percebemos que há uma recusa à proposta inicial de formação geral, mas tal recusa está associada ao *modus operandi* da formação. O conteúdo também sofre alterações, ao passo que há uma priorização das áreas/diretorias, pois há uma espécie de formação “por demanda” de cada área. O conteúdo da entrevista de E14, por outro lado, deixa

mais evidente o tangenciamento em relação à formação continuada nos moldes anterior. De certa forma, há uma negação em relação ao referencial cognitivo anterior quando afirma a necessidade de “desacademicizar”, ou seja, desvincular-se da teoria. Mostra, com isso, que é necessário instrumentalizar os educadores que atuarão junto à população, mas não acredita que será pelo referencial até então adotado. A justificativa, portanto, apoia-se no cinquentenário do MCP, que contribuiu para um retorno “as raízes dos CPEL”. É interessante notar que, mesmo com as manifestas mudanças, estas são justificadas sob a retórica de garantir mais liberdade aos educadores, assim como melhor operacionalização das ações da política.

Tais discursos revelam as tensões existentes no contexto da prática apesar da aparente unidade para aqueles que viam a política de fora. Se há críticas à condução da formação continuada na segunda gestão, existiram, por outro lado, percepções de que esses espaços permitiram a união e integração da equipe, como veremos no contexto discursivo a seguir:

[...] Eu acho que é o momento áureo que o CPEL cria uma identidade, mesmo que não tenha sido necessariamente construído, né, é, participativamente algumas coisas; mas é construído coletivamente; mas gera um alinhamento, gera uma identidade, gera encontros, né, super efervescentes, quando a gente vê esses encontros de formação dos círculos, né, quando a gente escuta os outros falarem de como a gente era, éramos os revolucionários, liam a mesma cartilha, né, até os professores, né, quando vieram dar palestra aqui diziam: ‘meu Deus, vocês parecem uma igreja’, [...] engraçado, naquele momento, aquilo me parecia, né, [...] me parecia problema escutar isso, e hoje em dia eu vejo que é bom ter um experimento de uma ‘igreja política’! (E5)

Por esse ângulo, a Formação Continuada cumpriu seu papel no reforço à proposta pedagógica como o referencial a ser adotado pelos educadores. Mas chama a atenção essa observação dos professores visitantes, durante as formações, quanto à disciplina e unidade similar a uma igreja. Comportamento como esse, numa equipe com mais de 200 pessoas, não poderia ser positivo, porque demonstra a imposição de uma visão unitária sobre determinada questão. Mainardes (2009), ao sugerir a análise do Ciclo de Políticas de Ball e seus colaboradores, aponta para a observação daquelas vozes que, por ventura, são excluídas do processo. Nesse caso, seria possível que todos os envolvidos do contexto da prática concordassem ou assimilassem positivamente o referencial da política a tal ponto de adotarem uma postura homogeneizada? Observamos que, na realidade, havia muitas vozes não ouvidas como apontam os discursos acima – e aqueles do capítulo anterior (ver item 6.2.1) – quando emergiram críticas ao método e ao distanciamento da raiz comunitária que inspirou o princípio da política.

Outra questão que podemos inferir sobre a mudança na metodologia da formação continuada, nesta terceira fase, diz respeito ao entendimento das ações que compunham a política. No segundo ato, lembramos que, para os gestores, a política era sinônimo do Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer em torno do qual todas as ações eram organizadas de acordo com suas diretrizes pedagógicas, mesmo que essas ficassem mal acomodadas em tais diretrizes. Nessa terceira fase, o entendimento da gestão é de que a política toma por base determinadas diretrizes – participação, democracia e direito social – e o Programa CPEL é uma de suas ações, no lugar de ser ele próprio a política. Assim, a formação continuada vai atender as especificidades de cada área de trabalho e/ou ação (lazer, esporte, juventude e espaços e equipamentos), ou seja, terá como base as diretrizes da participação, da democracia e do direito social que lhe dará a unidade, no entanto, adequar-se-á às especificidades de cada um dos programas de ação.

O desenvolvimento de novas ações, a exemplo do “Plano Integrado de Atenção à Problemática do Uso do Crack do Recife”, juntamente com a assistência social requereu, também, outro formato de formação continuada, tendo em vista a especificidade dos trabalhos com os diferentes segmentos. Isso reflete um deslocamento das arenas no contexto de influência que terá consequências na produção dos “novos” textos da política e da prática.

Percebemos ainda que, através da Assessoria Pedagógica, a articulação com o poder central se fortaleceu, expressando-se na adesão de vários programas como o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), o Programa Segundo Tempo (PST), o Programa Nacional de Segurança Cidadã (PRONASCI) – junto ao Ministério do Esporte, assim como a coordenação da elaboração dos projetos de três praças – Praças de Esporte e Cultura (PEC) – do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Ao mesmo tempo em que estreitou os vínculos com a Secretaria de Educação, Esporte e Lazer, através da realização do Curso profissionalizante de Esporte e Lazer, com a Gerência de Educação Profissionalizante.

7.2.3 Diretoria de lazer e cidadania

Nas gestões anteriores, a Diretoria de Lazer e Cidadania era responsável pela execução dos “círculos de convivência” do Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer, mas, segundo o “Relatório Geral do Seminário de Avaliação e Planejamento (2011-2012, p. 239)”, notamos uma mudança na sua condução, que passa a responder pelas atividades “não esportivas”. No documento em análise, a diretoria tem como finalidade:

Desenvolver atividades sistemáticas da cultura corporal e artística, gerando ações que assegurem o direito ao lazer a todos em prol da emancipação humana e da construção da consciência crítica, contribuindo para a Política Pública de Esporte e Lazer, com destaque para o segmento de adultos e idosos.

Esse trecho do documento expressa uma concepção de lazer como um direito, como um elemento que pode contribuir para emancipação humana e para a formação da consciência crítica, observando-se que o texto guarda diretrizes ou elementos que nortearam a política no seu nascedouro. Note-se, também, que apesar de continuar atendendo aos segmentos da infância, juventude, adultos e idosos, a maior demanda está ligada aos grupos de adultos e idosos que correspondem, segundo o documento, a 86 grupos dos 125 existentes, na época.

Como ações permanentes são consideradas o Encontro de Adultos e Idosos dos Círculos Populares. (ENAI), o Espetáculo de Dança, os Jogos Municipais da Pessoa Idosa (JOMPI), o CPEL em Teatro, além das atividades sistemáticas que são “os círculos de convivência” que anteriormente trabalhavam também com linguagens esportivas. Mas, diante das diversas modificações, passou a enfatizar a dimensão do lazer, do não esportivo.

As modificações na metodologia dos “círculos” foram uma das principais tensões vividas pela equipe gestora, o que permeou toda a trajetória da política em análise. Desde a primeira ampliação – já mencionada no capítulo 5 – houve cisões na equipe por discordância em relação ao método adotado pela gestão. Essa questão aprofunda-se no segundo ato, quando há mudanças na metodologia, e se concretiza na terceira gestão. O que pudemos constatar é que novos ciclos da política foram se delineando quase sempre se afastando da sua concepção original, e mesmo que guardando elementos concebidos pelo grupo pioneiro, o crescimento e a complexificação das ações, além da crescente institucionalização constituíram fator de crise, de insatisfações e de novas acomodações. Os contextos discursivos abaixo ilustram essas inferências.

[considero] um erro administrativo muito grande, quando você implementa numa empresa uma determinada metodologia, uma determinada forma de organização e você espera que essa forma de organização, ela resolva tudo em curto tempo. E aí, quando essa forma de organização ela está se estabilizando, né, pouco tempo depois você refaz tudo de novo, porque você acha que ela não dá certo. É, e isso foi muito frequente nos círculos! [...] [desde] o começo a gente tava sempre se modificando para atender determinadas expectativas, é, só que a partir do segundo mandato, essa expectativa, ela tá [...]no primeiro mandato o esporte e lazer ele não aparecia muito, era mais fácil! A gente aparecia porque a gente fazia esforço pra aparecer. No segundo mandato, como a gente quis aparecer demais, então, assim, existiu uma expectativa quanto ao crescimento desse aparecer demais [...] Então, eu lembro muito fortemente que a segunda gestão foi a gestão dos números [...] E se não me falha a memória a crise dos números é que leva aquela reestruturação de não ter mais a coordenação do bairro [...] É, e aí o que vai acontecer é da gente é, começar a

ser questionado, pelas respostas, então, ‘quantas turmas não se formaram, quantas turmas tão sendo atendidas? Não atinge as metas? [...] e que vai levar várias reestruturações num curto tempo, então, eu lembro que teve essa coisa de mexer as pessoas, de forma rotineira, então, as pessoas sempre estavam se modificando, mexer essa estrutura organizativa de cargos e funções, então, isso também foi uma mudança permanente, nos círculos! E que eu acho que tem interferência, e a interferência das relações com pessoas sem dúvida, sem dúvida! (E5)

Em 2006, que eu me afastei dos Círculos Populares, eu já não conseguia mais concordar é, com tudo, como tava acontecendo, é, o número de coordenadores aumentou, então, não era mais três ou quatro, era um número muito maior [...] Nós que éramos coordenadores, né, a gente, talvez, por não ter acesso a todo o debate, a gente, a gente não [...] concordava com essa visão e estratégia [...] a gente ainda não tava convencido! [...] as novas decisões, por exemplo, de ser mais específico na modalidade, do professor não dialogar com tantos segmentos ao mesmo tempo, e isso também, não foi uma coisa que foi aceita assim, apesar de, aparentemente ser uma progressão, mas, algumas coisas também não foram totalmente discutidas com todo o grupo, algumas coisas vinham da presidência. (E8)

Observa-se a existência de um conflito de hierarquia: de um lado estão as determinações dos “gestores” e de outro estão os educadores que sentem os impactos das mudanças. Essas tensões esbarram na crença de que havia uma coesão na equipe a ponto de se observarem uma unidade de comportamento.

A nossa compreensão é de que havia uma comunhão, do ponto de vista da proposta político-pedagógica e da possibilidade de realização de um trabalho sistemático no setor de esporte e lazer, entretanto, por se tratar de um programa experimental, não havia uma metodologia formalmente pensada para ser colocada em prática. Ela foi sendo construída na medida em que as oportunidades para o desenvolvimento da política foram dadas. E, ainda, como parte dos atores envolvidos veio de uma relação inicialmente voluntária e militante, a migração para uma estrutura formalizada e hierárquica foi mal assimilada por essa equipe.

Mas, refletindo as contradições na prática da política, outras percepções foram encontradas no contexto dos discursos dos atores entrevistados, neste sentido, há contrapontos em relação a mudanças na metodologia de implementação e do monitoramento dos círculos de convivência em relação ao que foi discutido acima. Vejamos:

Pra gente, tudo era visto enquanto lazer [...] não era prática esportiva pra se tornar jogadores, mas, [...] ter o prazer da prática esportiva no seu momento de lazer, né?! Então, [...] outra mudança que houve, [foi que] ela [a coordenação] deixou de ser por área, organizada por região, digamos assim, e passou a ser coordenações de acordo com as modalidades mais específicas, então, tinha coordenação de adultos e idosos, no caso da diretoria de lazer, tinha a coordenação de dança, a coordenação de teatro, a gente dividiu dessa forma as coordenações, por quê? Porque a gente viu que, pra organizar [os] momentos de catarse e, as formas com que pudesse, assim, concretizar mais essas atividades e, concretizar mais esses ensinamentos, a gente viu que, dessa forma, podia canalizar melhor as ações [...] esse momento de catarse [era

o] Espetáculo de Dança que era construído, os Jogos Municipais da Pessoa Idosa, o Festival de Teatro, né!? Então, porque essas coordenações ela passa a ter um olhar mais pra aquele tipo de modalidade e fazer com que os princípios, eles estejam presentes naquela modalidade específica [...] E assim até a gente chegar nessa coisa de dividir por modalidade, por atividade, não foi uma coisa simples, porque muitos discordavam disso, porque achavam que os princípios do programa, ele não ia se consolidar se fosse dividido de acordo com o interesse [...] de cada de grupo. [...] Essa divisão de coordenação, acho que no final da segunda gestão, na verdade, essa perspectiva de coordenação, que na minha visão foi a que deu mais certo, [mas], essa forma de organizar ela se concretizou mais na terceira gestão mesmo. Os momentos de catarse deram mais certo do programa tomar uma proporcionalidade de sair das ruas e dos becos, né, do, do miudinho, pra se tornar mais concreto na cidade [...] Isso ganhou corpo e foi mais consolidado mesmo, na última gestão. (E3)

No novo movimento, práticas como eficácia, eficiência e efetividade passam a ser consideradas no desenvolvimento da política, que são práticas próprias da gestão gerencial, mesmo quando orientadas pelas diretrizes de um governo democrático popular que não foge às normativas preconizadas pelo poder central nos seus processos de financiamento de programas e projetos. A eficácia, que diz respeito aos resultados da política, mostra-se na resposta quantitativa ao investimento realizado naquelas ações, por isso, a preocupação com a formação de turmas e o número de participantes. A eficiência, que se refere à condução do processo, verifica-se no cumprimento da proposta pedagógica, através dos princípios do referencial cognitivo da política. E a efetividade, que busca verificar a apreensão dos beneficiários quanto à proposta pedagógica, tem nos momentos de catarse a sua avaliação.

As mudanças na metodologia e as exigências avaliativas acontecem, fortemente, por uma influência de um contexto mais amplo, nesse caso, do Ministério do Esporte que, – nas segunda e terceira gestões – já financiava parte significativa das atividades do Programa CPEL e, portanto, exercia uma espécie de regulação da política local. Contudo, a não aceitação dessas práticas, consideradas de cunho neoliberal, foi questionada por alguns dos entrevistados, como pode ser visto no contexto discursivo abaixo:

[...] quando a gente trabalhava vários conteúdos ao mesmo tempo, algumas pessoas perdiam o interesse, então, o grupo oscilava muito. [...] e aí vem as questões é, da política e da necessidade da gestão, prestar contas! Então, a gente era avaliado por números, né, então, a gente não era avaliado pelo, a gente não era avaliado tipo: isso que a gente tá oferecendo pra população é melhor, tudo é bom, mas o que era melhor? Era o cara ter acesso a vários recursos, e a gente tá falando de tempo livre, então, no tempo livre a pessoa vai pro que quer, ou a gente oferecer algo específico que a gente poderia atender mais gente?! Então, logicamente, atender mais pessoas era mais importante, né, apesar da gente atender isso a gente não concordava! A gente queria que fosse avaliado pela construção! [...] mas aí, o quantitativo era mais importante [...] Aí, essas metas já eram apresentadas [...] pelo Ministério do Esporte [...] Então, a gente começou a não concordar com aquilo, as estratégias pra diminuir a força dos coordenadores, porque o coordenador ele era uma função estratégica, acho que se a gente tivesse no quartel, e se usava muito os exemplos militares, né,

eu acho que a gente era os tenentes, ou capitão. É o cara que dialoga com os oficiais, mas, que tá em contato direto com a população e com os soldados que seriam os professores, vamos dizer assim, né, fazendo uma analogia. [...] Então, se a gente não concordava, com o que tava na parte da coordenação, era um perigo muito grande, porque a gente tinha acesso direto aos professores e à comunidade. [...] Então, uma estratégia pra enfraquecer [...] alguns coordenadores [foi] mudar de função, ou tirar do projeto. [...] Foi um tiro no pé desse primeiro momento da gestão, porque à medida que os companheiros da gente saíam, e a gente não era, não era nenhum inocente pra achar que era por contenção ou por não ter nenhum recurso, entendeu? É, é, a desculpa era essa, e isso foi ridículo! Porque, a gente começou a utilizar argumentos de empresa! A empresa chega e diz ‘ó, vai ter um corte, porque a empresa tá sem recurso e a gente vai ter que cortar’! Ninguém chegou pra discutir, por exemplo, ‘olha, a gente tem menos recurso, vocês topam dividir? Ou a gente vai dividir os recursos que a gente tem, mas, todo mundo fica?’ E aí, oxi, cadê a coerência com o projeto que a gente construiu? Cadê a unidade, né? Cadê a coletividade? E aí velho, quem ficou?! [...] eu mesmo chutei o balde, né, eu disse: ‘olha, eu não fico mais!’(E8)

De acordo com o enunciado acima, fica mais uma vez em evidência a dificuldade de comunicação entre a equipe gestora, os coordenadores e os educadores.

Por outro lado, apesar das resistências e desistências, a divisão do Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer, por linguagem, é mantida e o programa ficará descentralizado nas diretorias fins. Logo, a Diretoria de Lazer ficará responsável pelos “círculos de lazer”, com as atividades de caráter não esportivo, a Diretoria de Esporte Amador ficará com os “círculos de esporte” e a Diretoria de Esporte e Juventude ficará com os círculos de juventude. (Esportes radicais). Então, a diretoria de lazer que era a maior diretoria em atividades e pessoal, perderá seu posto em função da diluição do programa. Essa organização, que tem início no final de 2008, permanece até o final da terceira gestão.

O retrato dessa mudança, conforme entrevista a seguir, não se mostra positiva. Contrapõe-se à avaliação acima de que a divisão por coordenação de linguagem foi a que deu mais certo, forma concretizada na terceira gestão. Vejamos:

[...] a diretoria de lazer era uma tarefa [...] desafiadora por sinal, porque já tinha todo um corpo de pessoas estruturadas. Então, você tinha as gerências, as coordenações e os educadores é, é, e vivia um momento de distanciamento do território muito forte e que chocava diretamente com o CPEL que eu tinha conhecido, mas, por outro lado, eu sou chamada pra tentar buscar um pouquinho desse elo com o território, é, ou talvez numa dimensão mais politizada da condução da diretoria naquele momento, porque aí a diretoria ela consegue se organizar, administrativamente [...] mas, ela não consegue discutir politicamente, né [...] O que é que a gente tem no Geraldão quando eu volto, né?! A gente tem um esforço muito grande de reorganização de reestruturação dos círculos, sobre a forma como eu estava vendo, mas, que não necessariamente era fortalecido, coadunado com todo mundo, então, não existia diferente de outrora, uma [...], uma [...] como é que a gente fala? Uma sinergia da equipe de direção! E aí, [...] pra ser sincera, assim, a terceira gestão ela já foi, já foi perdendo muita coisa, né, se tornando muito administrativa, se tornando muito...Essa coisa dos números, pra mim, foi um definidor, de começar a perder a relação de qualidade exemplar que tava pautada no início do processo. (E5)

Pelo que observamos, há uma resistência à institucionalização da política, o que é contraditória à busca pela consolidação da política num ambiente governamental, pois ao passo que uma ação é institucionalizada, os mecanismos de gestão ficam mais aparentes, as normatizações são estabelecidas e, muitas vezes, em detrimento da liberdade de (re)criação de novas ações, como foi posto pelos atores. Contudo, se levarmos em consideração o que é colocado por Ball e seus colaboradores quanto ao contexto da prática, chegaremos à conclusão de que sempre haverá reinvenções nas arenas de implementação das políticas, mesmo com os referenciais instrumentais bem definidos, visto que há uma grande parcela de reinterpretação dos textos da política pelos atores. Além disso, há o contexto local onde as ações são empregadas e as escolhas dos implementadores. Sobre esse ponto, os autores afirmam que os atores da prática irão assimilar aquilo que mais lhes interessa no momento de colocar a política em ação. Nesse sentido, há que se considerar que as reelaborações fazem sempre parte da dinâmica das políticas.

Deslocando a análise dos círculos de convivência, observamos que as demais ações da diretoria também foram executadas levando-se em consideração a intersectorialidade, em função dos convênios celebrados com outras Secretarias do governo municipal. Sobre essa questão, na entrevista a seguir foi exposta a dificuldade num trabalho conjunto entre o Geraldão e outra Secretaria para a realização de uma ação.

[...] a maioria das coisas que a gente fazia na comunidade era a partir de voluntários, né?!, e as vezes a gente precisava de outras secretarias. Por exemplo, nos Jogos da Pessoa Idosa, a gente tinha que ter, ver, aferir glicose, aferir pressão, inicialmente era muito difícil a gente, então tinha esse lado, tinha também o lado do plano de saúde fornecer o atestado médico, porque pra participar eles tinham que ter um atestado médico. [...] Não era mais fácil o posto, como depois ocorreu, olha vai chegar o mês de outubro que vai chegar os jogos e, então, a partir daí, o grupo de idoso que já tinha lá no posto, eles vão só para o atestado, já que acompanhavam elas? Então, depois de muita luta, não foi o primeiro, nem o segundo jogo; a gente conseguiu isso com a Secretaria de Saúde. [...] Mas, o que dá pena é isso, que quando a gente conseguiu, acabou (risos – emoção). É, teve, entrou a última Secretária de Saúde, né?!, A gente nem falava, eles já ligavam: olha tá perto dos jogos? Vamos marcar a data, a gente já está marcando a reunião, pra gente acertar. (E7)

Como foi posto no enunciado, somente depois de vários anos a gestão consegue atuar em conjunto demonstrando as limitações da gestão pública no que se refere às ações conjuntas. Outro ponto ressaltado na análise da gestão anterior, que permanece nessa terceira gestão, diz respeito à participação na construção das atividades. Sobre esse aspecto é ilustrativo o seguinte depoimento:

Eu, desde os 15 anos de idade eu circulo na área de teatro, eu sou do teatro de rua, mas, eu circulo na área de teatro, e não conheço um processo tão participativo [...] como a construção desses eventos e realizados pelos Círculos Populares de Esporte e Lazer. [...] Como é que se define o tema do próximo festival, por exemplo, nacional de teatro Recife? Algumas pessoas sentam né, curadores que vão selecionar os espetáculos, mais gestores que vão garantir os recursos, mais um ou outro *expert* da área que pode ser *expert* da área acadêmica ou não, mas alguém, algum artista, eles sentam, conversam, discutem o tema. No festival de teatro e dança [do CPEL] esse tema começava a ser discutido nas turmas, as turmas discutiam que tema iriam, é, é, ia ser colocado naquele ano. Evidentemente, que havia uma orientação que se pegasse esse tema e se tentasse fazer com que ele dialogasse com a temática principal que tava sendo discutido na proposta de gestão, evidentemente, nem sempre conseguia porque vinha lá de uma discussão, aí, quando terminava a discussão nesses grupos, os educadores traziam pra uma reunião de educadores, aliás, havia uma reunião com representantes desses grupos, os gestores, os diretores da diretoria de lazer, é, é, aí se discutiam os temas que saíam em cada grupo, depois o tema que saía em cada grupo era discutidos pelos professores, ia se afunilando até chegar a um tema que voltava novamente para os grupos, né?! Isso é um processo pedagógico participativo que era feito no tempo livre das pessoas, no seu tempo de lazer [...] e aí eu tô citando aqui a dança, mas isso acontecia no teatro, isso acontecia nos jogos municipais da pessoa idosa, isso acontecia na diretoria de juventude nos Festivais de Juventude, no Esporte do Mangue, e repito, nem sempre, e isso acho que era bom, nem sempre de forma linear! (E15, grifo nosso)

O depoimento é indicativo de que a Diretoria de Lazer respondia as demandas também de caráter cultural a exemplo da dança e o teatro (além das atividades esportivas), além de atender aos segmentos diferenciados: infância, juventude, adulto e idoso. As atividades sistemáticas se concentram em linguagens específicas, que têm sua culminância nos grandes eventos como os jogos municipais dos adultos e idosos, os festivais de teatro e danças, que são realizados a partir de uma metodologia participativa. Devido à reestruturação do Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer, a Diretoria de Lazer e Cidadania deixa de ser maior estrutura da política de esporte e lazer do Recife e cederá esse espaço à Diretoria de Esporte Amador.

7.2.4 Diretoria de esporte amador

A Diretoria de Esporte Amador, segundo o documento em análise “Relatório Geral do Seminário de Avaliação e Planejamento (2011-2012, p. 178)”, tem por finalidade “elaborar, realizar, divulgar e apoiar ações para estimular a prática esportiva na cidade, nos âmbitos do lazer, da escola e do alto rendimento com a participação popular” e corresponde a maior Diretoria do Geraldão. Possui uma estrutura que contempla as três dimensões do esporte, apontada por Tubino (1992): o esporte de participação, o esporte de rendimento e o esporte educacional. Isto porque é responsável pela execução dos “círculos de esporte”, através de atividades sistemáticas – oficinas e escolinhas da linguagem esportiva, com o propósito da

prática do esporte de participação; pelo “Futebol Participativo” – trabalhado no capítulo anterior – que atua no limite entre o esporte de participação e de rendimento; pelos projetos de apoio aos eventos esportivos e projetos especiais como a Corrida das Pontes – que dependendo da natureza podem ser classificados como de rendimento ou de participação.

E um dos pontos que evidenciamos foi a aproximação com o ensino regular através do projeto “Educação Esportiva” cuja finalidade foi o desenvolvimento de “projetos esportivos e de lazer para a consolidação do Recife enquanto Cidade Educadora, fortalecendo a educação física escolar e todas as ações que desenvolve” – atuando na dimensão do esporte educacional. Na entrevista a seguir é possível observar o funcionamento do projeto Educação Esportiva:

A gerência de esporte educacional é aquela gerência que fazia um trabalho direcionado com as escolas de terceiro e quarto ciclo da prefeitura, né?! Então, nós tínhamos uma equipe de duas ou três pessoas que faziam um trabalho junto com os professores da rede de ensino. Então, aconteceu as temporadas esportivas, né, onde eram trabalhados conteúdos na escola, depois ao final, na culminância, era feito um festival, e aí vinham alunos de todas as escolas ou da maioria das escolas, e não necessariamente aqueles alunos que eram, faziam parte da equipe representativa esportiva da escola! Eram alunos da escola que participavam disso, não ficava restrito só a quem era, né, da equipe escolar. Até porque nos jogos escolares ia a equipe escolar, mas, durante o ano, nós montávamos um calendário pra que houvesse a participação de um número maior de alunos [...] Dava condição de muitos, muitos alunos mesmo participarem! (E11)

É interessante observar que esse projeto vai refletir com mais força a presença simultânea de dois referenciais contraditórios, convivendo no contexto da política de esporte e lazer do Recife, no período. O projeto tecnicista que tem por objetivo a seleção de talentos, como já nos referimos anteriormente, e o projeto voltado para educação no e para o tempo livre, que corresponde ao referencial adotado pela gestão setorial. Lembramos, ainda, que é predominante no imaginário nacional a ideia do esporte, enquanto esporte de rendimento, da competição. Nesse sentido, é que percebemos uma dificuldade maior na consolidação da proposta pedagógica na perspectiva da educação no e para o tempo livre, nesta diretoria, pois se confronta com a perspectiva do esporte de rendimento que visa a performance e a disputa. Por esse motivo, uma das análises da própria diretoria, descrita no “Relatório Geral do Seminário de Avaliação e Planejamento (2011-2012, p. 180, grifo nosso)” é de que:

Defender um projeto político pedagógico como o CPEL é ter como referência uma pedagogia progressista, onde o conhecimento é uma via de mão-dupla e o educador juntamente com o educando fazem a construção do processo de ensino-aprendizagem. Nesta dimensão, observamos que apesar dos avanços pedagógicos, como participação nas diversas formações, na construção dos relatos de experiência,

pôsteres, entre outros, **ainda há muita heterogeneidade nestes níveis de compreensão da nossa equipe.**

Essa análise demonstra, inclusive, a dificuldade não somente da população, mas da própria equipe, em assimilar o referencial cognitivo da política nas atividades que correspondem às diferentes dimensões do esporte.

Outro dado interessante está no financiamento das ações desta diretoria. Nessa terceira gestão foi aberto um Convite de Patrocínio para que entidades de natureza privada pudessem patrocinar o Futebol Participativo, em 2011, conforme Diário Oficial de 12 de março. Com isso, o financiamento da política que inicialmente é mantido através de recursos do tesouro e de convênios passa a receber o capital privado.

No tocante à legislação esportiva que diz respeito ao esporte de rendimento e esporte de participação foi elaborado Decreto 26.525/2012 que regulamenta a Lei 17.399/07 sobre a parceria com os Clubes Esportivos, visando estimular a prática esportiva e a inclusão social junto às comunidades carentes, à rede pública municipal de ensino e à política municipal de esporte e lazer; e aprovada a Lei 17.813/12 – Lei Bolsa Atleta do Recife, que promove incentivos financeiros para os talentos esportivos revelados no Recife.

7.2.5 Diretoria de gestão de espaços e equipamentos

A Diretoria de Gestão de Espaços e Equipamentos, conforme o “Relatório Geral do Seminário de Avaliação e Planejamento 2011-2012”, desempenha como atividades sistemáticas: a organização das programações esportivas e de lazer, o fomento à cogestão dos equipamentos, executa pequenas melhorias físicas nos equipamentos, desenvolve projetos de requalificação em parcerias com outros órgãos da Prefeitura, e realiza o monitoramento político nos territórios. Como foi apontado no capítulo anterior, as Comissões de Usuários corresponde à ação da diretoria que mais se aproxima com as diretrizes do “modo petista de governar”, adotado pelas gestões municipais em Recife no período analisado. De acordo com o documento, o Projeto Comissão de Usuários:

É um mecanismo que estimula a auto-organização e participação política dos usuários de esporte e lazer na construção das políticas públicas desse setor na cidade do Recife. É um fórum democrático de participação onde são levantadas as necessidades de manutenção, preservação organização das atividades, programação de uso, além das discussões políticas que envolvem a convivência social na comunidade e a utilização dos espaços de forma democrática e inclusiva. (RELATÓRIO GERAL DO SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO E PLANEJAMENTO, 2011-2012, p. 151).

Apesar do que está exposto como finalidade das Comissões no documento acima, entendemos que essas reuniões deveriam ter um objetivo de construir com a comunidade um espaço de debate, organização e participação popular. Contudo, o documento “Circular Interna n. 223/2009 – Relatório da Rede Física” demonstra que dos 08 espaços/equipamentos que fazem parte da rede física de esporte e lazer, em que houve reuniões das Comissões de Usuários, as discussões giravam em torno da estrutura física dos mesmos, bem como da dinâmica de uso através de negociações entre os grupos, distanciando-se, muitas vezes, das discussões políticas que envolvem a convivência e participação comunitária. Outro dado que limita a atuação das Comissões é a quantidade de participantes. No Relatório, estima-se a participação de duas mil pessoas, o que corresponde perto de 15% do público beneficiário da política. Sobre essa questão, o discurso abaixo problematiza que:

[...] Toda política pública tem que ter escala, pra interferir de fato na realidade, a gente, acho que no momento que a gente tinha mais comissões montadas, não chegava a 50 comissões de usuários! Chegava a 40, pra uma cidade de um milhão e meio de pessoas, quer dizer, a gente não atingia 0,01%, mas, por outro lado, no setor de esporte e lazer da cidade, você teve apropriação de um discurso. Você teve apropriação de um discurso de que ‘não, eu tenho meu direito ao tempo livre, eu tenho direito ao meu lazer, lazer não é coisa de vagabundo, lazer [...]’ Isso você começava a escutar, né, de uma forma mais constante, em alguns fóruns, nas conferências municipais, nas próprias reuniões de comissões de usuários. (E12)

Nesse sentido, percebemos que a ampliação da política, observando a população do Recife ainda é restrita, mas partindo do cenário encontrado em 2001, houve um avanço significativo na organização de uma proposta de política pública. Já em relação à atuação dos usuários na construção da própria política é possível inferir que houve uma subutilização dos espaços de participação que, apesar das tentativas, ficaram mais restritos às discussões relacionadas às condições de infraestrutura.

Por fim, um dos maiores avanços no que diz respeito à preservação dos espaços públicos esportivos e de lazer foi a promulgação da Lei 17.544/09 – Lei de criação de áreas de preservação esportiva e de lazer, que define o que são “Áreas de Preservação Esportiva”, bem como que restringe novas edificações em tais espaços. Essa lei foi motivada pela grande expansão imobiliária, que ganhou força após os subsídios do governo federal para o financiamento de casa própria, que, numa dimensão negativa, estimulou a especulação imobiliária, e grande parte dos espaços livres da cidade estava sendo alvo de novas construções. Na tentativa de preservação dos espaços esportivos e de lazer que compunham a rede física de esporte e lazer, a gestão, ainda em 2005, em articulação com o líder do governo

na Câmara Municipal, enviou um projeto de lei que tramitou durante quatro anos para ser decretada. O que nos mostra a grande dificuldade na priorização das pautas relacionadas ao setor, no âmbito legislativo.

7.2.6 Diretoria de esporte e juventude

Para “Relatório Geral do Seminário de Avaliação e Planejamento (2011-2012, p. 86)”, a Diretoria de Esporte e Juventude tem como finalidade:

Desenvolver e executar políticas públicas de esporte e lazer de forma democrática e participativa, dialogando e construindo com as juventudes, contribuindo para sua auto-organização, trabalho coletivo e socialmente útil na perspectiva da conquista do tempo livre.

Na direção de atender tal finalidade as ações desta Diretoria foram ampliadas ainda na gestão anterior, assumindo os “círculos de Juventude”, o Esporte do Mangue, o ProJovem Urbano⁸⁷ e o Programa Nacional de Segurança com Cidadania em parceria com o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC-PRONASCI)⁸⁸.

Os “círculos de juventude” assumem a mesma lógica do lazer e do esporte, mas com atividades sistemáticas voltadas para os esportes radicais como o skate, patins, capoeira e o *le parkou*, o *slak line*, por exemplo. Essas atividades sistemáticas permitem espaços para a organização dos Festivais de Juventudes e os pré-encontros do Esporte do Mangue.

O Esporte do Mangue, já discutido no capítulo anterior, retoma suas ações com a formação de um “conselho de obras” para a construção de equipamentos de esporte e lazer,

⁸⁷ O Projovem Urbano é um Programa do Governo Federal desenvolvido pelo Ministério da Educação com o objetivo de Elevar a escolaridade de jovens com idade entre 18 e 29 anos, que saibam ler e escrever e não tenham concluído o ensino fundamental, visando à conclusão desta etapa por meio da modalidade de Educação de Jovens e Adultos integrada à qualificação profissional e o desenvolvimento de ações comunitárias com exercício da cidadania, na forma de curso, conforme previsto no art. 81 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. A sua execução é descentralizada nos Estados e Municípios, onde o governo federal entra com o apoio técnico e financeiro (BRASIL, 1996).

⁸⁸ O PRONASCI é criado a partir da Lei 11.530/07 e coordenado pelo Ministério da Justiça como uma ação de segurança pública. Contudo, a partir do entendimento de que o combate e a prevenção à violência demandam ações intersetoriais, o Ministério da Justiça, através do PRONASCI com ações agrupadas em três eixos: território de paz, integração do jovem e da família e segurança e convivência, e o Ministério do Esporte, através do PELC – uma proposta de política pública para atender as necessidades de esporte recreativo e lazer da população somam esforços para a criação do PELC-PRONASCI, que, em linhas gerais, é implementado através de funcionamento de núcleos de esporte recreativo e de lazer, para jovens entre 15 e 24 anos, suas famílias e comunidades, que vivem em situações de vulnerabilidade social e econômica, reforçadoras das condições de injustiças, violências e exclusão social a que estão submetidas, com vistas à melhoria da qualidade de vida e resgate da autoestima (BRASIL, 2010).

com foco nos esportes radicais. A participação dos jovens na construção dos equipamentos esportivos da cidade remete à primeira gestão, quando houve uma efervescência na participação pela criação da primeira pista de esportes radicais, na Rua da Aurora – região central do Recife. Contudo, durante a segunda gestão essa relação arrefeceu e é retomada com a promessa de novas construções. Sobre essa relação entre os jovens e a construção dos equipamentos na “comissão de obras” a entrevista a seguir revela que:

[...] os jovens que participam, [muitos não] conhecem a história do equipamento; mas os antigos faziam questão de dizer que eles tinham participado da construção daquilo, inclusive discutindo com engenheiros que não tinham, é, o menor conhecimento de como fazer as rampas e tudo [...] Aí os jovens iam, viajavam não sei pra onde, faziam o que eles chamavam de gabarito, né, pegavam folhas de papelão e cortavam o desenho da rampa e traziam e diziam: ‘olha, a gente quer desse jeito!’, aí trazia a rampa e o engenheiro tinha que se virar pra transformar aquilo em linguagem matemática, mas assim, só pra citar a questão do skate, e eu acho que isso foi formidável, aí a gente teve Aurora, Caxangá, Macaxeira e Guabiraba. Parque Dona Lindú, que aí, a gente ousou fazer o primeiro Bowl Banks da cidade e assim, houveram muitas falhas, os jovens criticaram muito, aí eles também não participaram tanto, porque uma coisa que a gente percebeu também é que, à medida que as necessidades foram sendo sanadas, eles também não se engajavam tanto nesse debate! [...] o fato, daqueles jovens crescerem, também, e assumir outras responsabilidades e aqueles novos jovens, já chegando com todo esse cenário montado, né, já pronto, já disponível, quer dizer, não era tanta necessidade assim, é, também não se envolvia, é, assim, tão organicamente como os primeiros! Então, a gente construiu aquele primeiro [bowl banks] [...] e, tem algumas falhas, mas, foi primeiro! Já o outro que a gente construiu aqui na Agamenon [...] aquele lá é perfeito, né, foi segundo, então, eles não fizeram nenhuma queixa, e quando eles viram o primeiro, que não ficou, muito do jeito que eles queriam aí eles vieram participaram mais, né?! (E8, grifo nosso)

Percebendo essa movimentação em torno da participação dos jovens, corroboramos com Gonh (2001), quando a autora afirma que muitos movimentos ainda se caracterizam por um tipo de participação que é muito fluida, na medida em que se aglutina apenas em torno da busca da satisfação de necessidades imediatas. Contudo, essa abertura da gestão para a construção dos equipamentos junto com o público beneficiário da política, revela um alinhamento ao referencial “modo petista de governar” no que diz respeito a uma gestão democrática e participativa.

Para Oliveira (2009), o ProJovem é considerado um componente estratégico da Política Nacional de Juventude do Governo Lula, tendo sido implementado através dos governos municipais e estaduais. Pautado no tripé educação, qualificação e ação comunitária, o programa tem início em 2005, sendo a Prefeitura do Recife a primeira do Brasil a aderir ao Programa que teve o Arco de Esporte e Lazer – com currículo voltado ao setor – realizado pela Secretaria de Educação, Esporte e Lazer, através do Geraldão.

Melo (2014), por sua vez, aponta que em relação ao tripé educação, qualificação e ação comunitária há algumas questões pertinentes: a limitação do programa em funcionar nas escolas da rede municipal de ensino, o que muitas vezes gerava conflito por haver resistência do gestor escolar; a má estrutura de alocação de vagas, o que não garantia a matrícula do aluno num curso de preferência, provocando desistências; a baixa qualidade do curso; a ausência de aulas práticas; a insatisfação por não haver continuidade da profissionalização através de práticas de estágio; e a pouca inserção dos jovens às comunidades nas quais fazem parte. Por outro lado, a autora destaca como aspecto positivo do Projovem a contribuição para a formação cidadã dos jovens participantes. Para ela, depois do programa, foi percebida uma maior preocupação dos jovens com a comunidade em que residem, além de visão de futuro, maior autoestima e autoconfiança.

Apesar dos aspectos indicados acima, a política de esporte e lazer do Recife influenciou positivamente no desenvolvimento do Arco de Esporte e Lazer, porque as aulas além de serem realizadas no Geraldão, as experiências da política setorial foram incorporadas ao processo de formação dos jovens gerando uma tentativa de formação por dentro da própria estrutura. Alguns egressos conseguiram integrar a equipe de trabalho, mesmo sendo por um processo de terceirização, apresentando-se como uma experiência que se diferenciou de outros Arcos.

Confrontando um dos dados apresentados por Melo (2014) sobre a ausência de aulas práticas, o contexto discursivo a seguir aponta para um distanciamento dessa realidade, contudo, aproxima-se da questão levantada pela autora sobre a falta de adesão da equipe gestora em relação às ações do programa:

Quando eu trabalhava no Pro-jovem [...] uma das coisas que a gente fazia com os alunos, eram ações dentro das comunidades. Por exemplo, a gente fechava uma etapa de estudo [...] organizador de eventos, que era o último tópico, a gente organizava um grande evento dentro de uma comunidade em que os próprios alunos escolhiam, e aí, a gente teve muita dificuldade de apoio da própria gestão de educação, porque eles entendiam que a gente de esporte e lazer era só a gente ir pra lá fazer uma bola um não sei o quê. Só que a organização de um evento pra uma comunidade, não é só porque é uma comunidade que eu vou fazer qualquer coisa, e os meninos não queriam isso! Eles tavam se apropriando daquela atuação deles, eles eram referência na comunidade deles. Então eles queriam se mostrar, queriam fazer coisas boas pras comunidades, então, a gente tinha muito assim, de estrutura mesmo, e quem me deu essa estrutura, e quem nos deu, particularmente, essa estrutura pra que a gente conseguisse realizar esses eventos, dentro dos abrigos de idosos, dentro das comunidades, como a gente chamava de arrastão do lazer, dentro das comunidades, com os monitores do arco de esporte e lazer que estavam se formando, os educadores sociais, né, a gente teve esse apoio, foi do Geraldão! [...] foi aí que eu comecei a perceber [que] dois setores da mesma gestão e que não conseguiam dialogar [...] mas eu lembro que no final, a gente conseguiu uma atuação muito forte na participação deles, até na luta mesmo, de fazer com que a

coordenação do setor de educação percebesse a importância do arco de esporte e lazer. (E6)

No tocante à inserção no mercado, consideramos pertinente a crítica levantada por Melo (2014), referente à falta de articulação entre o programa e o mercado de trabalho que pudesse absorver seus egressos. Em relação ao Arco desenvolvido no Geraldão havia uma possibilidade de absorção dos alunos concluintes em função dos próprios programas conveniados com o Governo Federal que permitia a contratação de agentes sociais de esporte e lazer. Nesse sentido, essa experiência, conforme enunciado abaixo, permitiu uma aproximação dos objetivos do Projovem, mas em função da articulação com a política setorial em execução:

[...] no primeiro ano, quando a gente conseguiu [concluir], é, muitos alunos conseguiram, já tinham outros alunos do Pro-jovem anterior, que tinham feito seleção e já tavam no Geraldão trabalhando como monitor de break, de skate [...] em 2009, eles conseguiram fazer com que os coordenadores do setor de educação do Pro-jovem percebessem a importância desse arco! Que esse arco, em relação a todos os outros, era o que tava mais colocando os meninos no mercado de trabalho! (E6)

Observamos, de acordo com o enunciado, que havia uma singularidade no Arco de esporte e lazer, pela existência de uma cadeia que permitiu a formação, a profissionalização e a absorção dos egressos. Somado a isso, como as atividades desenvolvidas pelos agentes sociais de esporte e lazer são de inserção comunitária, a dimensão “ação comunitária” em certa medida, também estava contemplada.

O PELC-PRONASCI, programa desenvolvido a partir da integração do Ministério da Justiça e do Ministério do Esporte, chega à prefeitura como uma ação intersetorial entre diversas Secretarias como Cultura, Educação, Assistência Social e o Geraldão. Um dos pilares consistia na identificação dos territórios de paz – comunidades onde havia alto índice de criminalidade entre os jovens – para serem investidas as ações de prevenção à violência. Em Recife foram identificados três bairros: Santo Amaro, Coque e Ibura e as atividades desenvolvidas eram similares aos círculos de convivência do CPEL, com atividades sistemáticas esportivas e de lazer. Uma das exigências do programa estava na contratação de agentes sociais residentes na comunidade onde o projeto seria implementado. Nesse aspecto, esse programa beneficiou os egressos do Projovem que poderiam atuar como agente social de esporte e lazer. Além das atividades sistemáticas, aconteciam os eventos de mobilização e conscientização das juventudes, como observamos no enunciado a seguir:

No final de 2009, nós tivemos dois grandes eventos do PRONASCI, do PELC PRONASCI, dentro dos territórios de paz, especificamente, um evento grande que era chamada, foi chamado de Território de Paz, os dois eventos! Que era, foi um no Ibura, e foi um em Santo Amaro, então, eram eventos com atuações esportivas dentro das comunidades, atuações culturais, apresentações de banda, e toda parte de conscientização, a gente fez panfletagem sobre segurança, sobre a parte de homicídios em juventude [...] a gente fazia toda essa parte de, de também de violência infantil, de abuso sexual, de tudo, dentro dessas praças, porque existiam muitas jovens que eram prostituídas ali, então, a gente teve, nesses territórios de paz, a gente trabalhou violência, uso de drogas, nesses grandes eventos, homicídios, violência, uso de drogas, abuso infantil, prostituição feminina, um monte de coisa! [...] tinha o diálogo com a comunidade e tinha as panfletagens, mesmo, que a gente fazia, os próprios monitores e os alunos do programa, foi mais ou menos isso [...] que finalizou o ano assim, finalizou com os eventos do Território de Paz. (E6)

Como vimos anteriormente, a intersetorialidade deve ser enxergada de forma dialética, rompendo com a fragmentação das políticas e permitindo mudanças que representem uma alteração de valores, ou seja, observando-se as questões sociais como um todo no qual as partes (ou setores) que o constituem devem ligar-se organicamente. Mas nas políticas públicas, as ações consideradas intersetoriais, em sua maioria, refletem na junção de setores com ações pré-estabelecidas para o atendimento de uma determinada população, num determinado território, com um fim específico, distanciando-se da perspectiva dialética indicada por Pereira (2014). Apesar do PELC-PRONASCI ser apontado como um projeto de caráter intersetorial – aqui nos referindo ao contexto da produção do texto da política – no contexto da prática a realidade é de um esforço na integração dos governos em nível federal e municipal, além de vários setores para a prevenção da violência em territórios cujos índices de violência eram considerados alarmantes. Contudo, mesmo que o enunciado acima indique um leque de ações como medidas de prevenção, a continuidade do Programa foi comprometida em função da extinção da linha de financiamento, ainda na primeira gestão de Dilma Rousseff⁸⁹, conforme dados obtidos nas entrevistas⁹⁰, inviabilizando a continuidade das ações. Outro dado encontrado nas entrevistas refere-se à criação da Secretaria de Juventude e a participação desse órgão nas ações relacionadas à Diretoria de Esporte e Juventude do Geraldo.

Desde 2002, com a identificação de um segmento que precisava de atenção por parte do governo municipal, algumas ações foram realizadas setorialmente tais como o Esporte do Mangue, as atividades sistemáticas culturais, esportivas e de lazer do CPEL, e, posteriormente, a inserção de Programas Nacionais como o Projovem e o PELC-PRONASCI,

⁸⁹ Dilma Rousseff foi eleita Presidenta da República, pelo Partido dos Trabalhadores, assumindo seu primeiro mandato no período de 2011-2014.

⁹⁰ Entrevista 14.

permitiram que a discussão sobre a juventude fosse ganhando relevo na cidade. Os grupos juvenis que já se organizavam e outros que passaram a se organizar nas periferias, dentro de suas limitações, passaram a reivindicar mais espaço na gestão. Essa demanda possibilitou entre outras coisas em 2009, a criação da Secretaria Municipal de Juventude, que até 2012 manteve estreita relação com a política de esporte e lazer do Recife.

A Secretaria Especial de Políticas para Juventude foi criada em 2009, com a reforma administrativa, sob Lei 17.568/09. Durante essa gestão, a decisão política do prefeito foi de que a presidência do Geraldão acumulasse, também, as funções da Secretaria de Juventude. O que nos chama a atenção será a integração das políticas e o fortalecimento da Secretaria a partir do trabalho desenvolvido pelo Geraldão. Apesar de não existir uma relação formal entre os órgãos, observamos, no contexto discursivo a seguir, uma tentativa de justificar o estreitamento entre as duas “pastas”:

Formalmente, né, de acordo com o organograma da prefeitura, não tinha nada a ver [a Secretaria de Juventude com o Geraldão], mas, na prática tem muito a ver, né?! Juventude se organiza, vive a cidade, transforma a cidade, é oprimida na cidade, né, oprime dentro da cidade, então, uma das funções, dos papéis, que a Secretaria de Juventude desempenhou, era tentar deixar claro pro poder público, pras outras Secretarias ajudar a juventude no processo de apropriação da cidade. (E12)

Como havia um histórico da política no atendimento às demandas das juventudes, vemos com naturalidade essa relação – mesmo que não formalizada – entre os dois órgãos. Não seria à toa a decisão do prefeito atribuir ao mesmo grupo político uma secretaria que, do ponto de vista organizacional, possuía limitações reais (cinco cargos, somente). Nesse sentido consideramos uma estratégia política a possibilidade de otimizar e dar visibilidade a um órgão recém-criado, mas seus integrantes já possuíam um lastro de ações que possibilitaria a aglutinação das juventudes no “processo de apropriação da cidade”. Assim, a Secretaria de Juventude parece ter conseguido, em dois anos de atuação, aquilo que a política de esporte e lazer não foi possível organizar em doze anos. Segundo o “Relatório Preliminar para o Processo de Transição da Política Municipal para Juventude”, foi criado o Conselho Municipal de Políticas de Juventude do Recife (CMPPJ-Recife) com a finalidade de formular e propor políticas afirmativas de promoção e garantia dos direitos da Juventude, e, além da criação do CMPPJ, a realização da II Conferência Municipal da Juventude que mobilizou parte do segmento que já era atendido pela política de esporte e lazer. No contexto discursivo a seguir notamos a relação estabelecida entre a Secretaria de Juventude e o Geraldão como estratégia de potencializar as ações para o segmento. Vejamos:

[Em] 2011 teve um desafio [...] que foi a preparação pra Conferência de Juventude, porque como a gente era uma Diretoria de Esporte e Juventude, a gente tinha tanto a atuação no programa de esporte, como também com a juventude da cidade. Então, a gente tava muito diretamente ligada com o Geraldão, que era a autarquia de esporte e lazer da cidade do Recife, né, que nós éramos parte do Geraldão, mas também, tínhamos uma ligação muito forte com a Secretaria de Juventude, que já institucionalizada [...] funcionava dentro do Geraldão, ao lado da sala da diretoria de juventude, justamente por essa singularidade entre as duas [...] Então, eles [os jovens] atuaram; nós tínhamos inclusive, monitores e participantes que faziam parte do Conselho de Juventude, então, que atuou junto com Secretaria de Juventude na construção das etapas preparatória que [...] aconteceu dentro das microrregiões da cidade, então, todos os alunos do programa que eram jovens e que se identificavam com essa luta da juventude, eles participaram ativamente dessas preparatórias, e isso fortaleceu nosso diálogo da diretoria [com os jovens]. (E6)

Do ponto de visto político, a gestão municipal chega ao final com muitos problemas internos e externos. Muitas secretarias que eram compostas pelos diferentes grupos/tendências do PT – à época dividida em função da ruptura política entre o ex e o atual prefeito – não conseguiam dialogar e houve, conforme dados levantados nas entrevistas, muitas dificuldades na realização de diversas ações. Ainda considerado um problema interno (não à gestão, mas ao partido), houve uma decisão partidária de não aprovação da candidatura de João da Costa para disputar a reeleição nas eleições de 2012. Um processo desgastante se deu, conforme citamos no início desse capítulo, resultando na candidatura de Humberto Costa e João Paulo. (Ex-prefeito) para disputar o pleito. Tal decisão provocou um deslocamento dos partidos coligados da Frente do Recife encabeçada pelo PT e é criada a Frente Popular do Recife, capitaneada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), que vencerá em primeiro turno, com o candidato Geraldo Júlio que assumirá a prefeitura do Recife, apoiado pelo então Governador Eduardo Campos.

À medida que esse desfecho político vai se dando, o grupo do Geraldão aproxima-se cada vez mais do prefeito João da Costa e, durante os momentos de enfrentamento político, o grupo sai em sua defesa. E quando da decisão de que o prefeito não seria candidato à reeleição, já havia um indicativo muito forte de mudança nos rumos da política municipal, provocado pelo próprio partido. Nessa conjuntura, o grupo sai, novamente, com uma candidatura proporcional em defesa do setor, apresentando um resultado eleitoral mais promissor do que a disputa anterior, contudo, sem garantir a vaga no legislativo.

7.3 A EXPERIÊNCIA DA POLÍTICA DE ESPORTE E LAZER DO RECIFE NA ÓTICA DOS ATORES

Nessa seção analisaremos a percepção dos atores da política em relação às suas experiências, nessas três gestões, ou nesses três atos. Para organizar a análise, em primeiro lugar, observaremos a compreensão do referencial cognitivo da política; em seguida, as dificuldades e facilidades experimentadas; e, por fim, o legado deixado pela política.

7.3.1 A compreensão do referencial cognitivo da política

Retomando a discussão da educação no e para o tempo livre como o referencial cognitivo adotado para a política de esporte e lazer do Recife, nos três atos, pelo menos nas intenções proclamadas e registradas nos textos dos documentos, pudemos compreender, a partir dos textos, que havia uma intencionalidade política de transformação da sociedade a partir do esporte e do lazer. Mas, como se daria essa transformação? A perspectiva da educação no e para o tempo livre permite, em última instância, que os indivíduos consigam ter liberdade em seu “tempo livre”?

Dessa afirmação surgem os seguintes questionamentos: no que consiste a liberdade e o que é tempo livre. Para os autores que inspiraram o referencial cognitivo da política em análise, a liberdade está associada ao “condicionamento” ou entendimento que determinado indivíduo possui em relação à sua condição social, material, etc. Essa perspectiva de liberdade difere daquela que conhecemos relacionada a fazer o que se quer. A relação entre liberdade e condicionamento está na consciência de sua condição e, apropriado dela, fazer o que se deseja. Então, o autocondicionamento está na escolha que eu faço sobre determinada questão, mas tendo a consciência dessa escolha. Aí reside a liberdade para Munné (1980), no autocondicionamento. O heterocondicionamento é, portanto, aquilo que vem de fora de nossa consciência e molda nosso comportamento; em última instância tolhe a nossa liberdade, expressos na comunicação e no lazer de massa, por exemplo.

Refletindo sobre o debate entre liberdade, hetero e autocondicionamento, Pablo Waichman (1997) dá uma contribuição para a área do lazer, mais especificamente com recreação, ao defender que o papel do recreador pode estar além da animação, pois recrear – do latim *recreare* – pressupõe criar. E para criar precisamos estar livres ou perceber a nossa condição de liberdade, ou seja, o momento de criação exige autocondicionamento. Nesse sentido, um recreador deve levar os recreandos à condição de refletir sobre a sua condição e

induzir à liberdade no “tempo livre”. Mas, o que seria esse tempo livre? Para os autores, o tempo livre difere do tempo liberado – do trabalho, da escola, das atividades domésticas e sociais – tempo livre é o tempo de autodeterminação, de criação, de escolhas livres.

Para Waichman (1997), é possível que um educador induza seu recreando ao autocondicionamento, pois as atividades recreativas seriam um instrumento para a problematização e construção da liberdade do sujeito. A partir desse entendimento, o referencial da política foi sendo desenhado, com elementos dessa discussão, das contribuições do “Coletivo de Autores” e do Movimento de Cultura Popular (MCP). Foi montada uma proposta pedagógica com princípios, procedimentos e forma de organização do tempo pedagógico que ainda foi associada às diretrizes da gestão municipal, a qual primava por uma gestão democrática e participativa.

A partir da compreensão do referencial cognitivo da política que envolve a proposta de uma educação “no e para o tempo livre”, buscamos analisar a interpretação dos atores sobre o texto da política e percebemos quatro variações: (1) o entendimento da educação no e para o tempo livre como um processo educativo para autodeterminação do sujeito no “tempo livre”; (2) o entendimento de que a educação no e para o tempo livre permite o desenvolvimento de prática de lazer no tempo ocioso; (3) o entendimento de que a educação no e para o tempo livre corresponde à garantia do direito à prática esportiva; e (4) a questão de que a educação no e para o tempo livre representa uma dimensão teórica difícil de ser colocada em prática. Sobre a primeira variação temos os trechos discursivos abaixo:

Na minha ótica, a educação no e para o tempo livre [...] ela é um processo educativo que acontece no tempo liberado do trabalho e de outras obrigações relacionadas à sobrevivência, né, e que busca um caminho de libertação das questões que heterodeterminam a vida das pessoas, que determinam de fora pra dentro, o que as pessoas devem fazer, consumir e organizar o seu tempo, fazer no seu tempo, né?! [...] Quando um professor vai pra, [...] uma oficina de futebol numa comunidade, ele vai encontrar um menino que quer ser [...] jogador de futebol profissional, que [...] não tá ali querendo descobrir quais são as induções de consumo, que cercam o meio do futebol [...] E aí, se o educador não tiver, primeiro, convicção que aquilo [...] que ele recebeu como formação é realmente um caminho correto, se ele não tiver politicamente convencido, e se ele não for bom, do ponto de vista metodológico, pra poder entrar na onda dos meninos e de vez em quando tirar eles, entrar na onda [...] ele não consegue, ele realmente não consegue, né?! (E14)

Uma educação no tempo livre, aquele tempo que a pessoa tem pra si, né, onde ela tá desobrigada das outras questões, da questão de trabalho, de família, de religião, social, aquele tempo que ela vai decidir o que ela vai fazer! Então, era educar pra que a pessoa pudesse decidir o que fazer nesse tempo e, ao mesmo tempo, era nesse tempo que tinha que intervir! Então, era no e para o tempo livre, ao mesmo tempo que tava intervindo pra que ela pudesse também se educar para ela saber trabalhar, e ela poder decidir, ela poder elaborar, ela poder construir o seu tempo livre! Até

porque a gente tem o entendimento de que a gente não vai ficar eternamente ali, tanto é que não estamos mais, né?! (E11)

O tempo livre, ele tem essa questão de liberdade, de direito de escolha, né, da pessoa escolher aquilo que é melhor pra ela, não sou eu que vou dizer o que é melhor pra ela, ela deve saber o que é melhor pra ela! [...] esse tempo do lazer é o que o cara tem de fazer qualquer coisa, de ler uma poesia, de assistir um filme, de conversar com o amigo, de ver um jogo, de jogar, é o tempo que ele vai se humanizar! (E8)

Observemos que, apesar de haver uma unidade em relação à ideia de liberdade no tempo livre, há uma distância entre os enunciados quanto ao papel da educação para o exercício dessa liberdade. Quando é dito que “o tempo livre tem essa questão da liberdade e a pessoa tem que escolher o que é melhor para ela”, essa afirmação demonstra uma ideia de liberdade associada aos princípios liberais onde os sujeitos possuem um rol de opções e a possibilidade de escolha de uma delas. Essa ideia foge ao que é considerado liberdade na perspectiva do autocondicionamento, pois este reflete o nível de consciência do indivíduo em relação à sua condição de vida.

Além disso, há o entendimento apresentado nos trechos discursivos a seguir de que a educação no e para o tempo livre corresponde ao desenvolvimento de prática de lazer no tempo de lazer ou tempo ocioso. Vejamos:

A educação [no e para o tempo livre] que a gente fala é você, é [...] trabalhar, né, essas diversas linguagens, esportiva e de lazer, essas linguagens culturais, no tempo livre das pessoas, né, no tempo livre da população [...] fazer que a gente pratique alguma atividade esportiva, pratique alguma atividade cultural, pelo lazer e, com a finalidade para o lazer! Não é uma finalidade para o valor de mercado, ou a finalidade para a profissionalização, mas, é você ter uma educação no seu tempo livre e, para ele, para o seu tempo livre. [...] é você ter consciência de que você tem esse seu direito de ter o lazer, de ter seu tempo livre e, você explorar ele, explorar a cidade, explorar essas atividades, né, e fazer isso de forma coletiva. (E3)

A educação física, a atividade de esporte e lazer no e para o tempo livre...bom, é, é aquela que é realizada no tempo livre das pessoas, o tempo que ele não está trabalhando, tempo não trabalhado, o tempo que ele não está exercendo uma atividade obrigatória, por exemplo, aquele tempo que se chamava antigamente de tempo ocioso, né?! [...] atividades no e para o tempo livre de cada um é aquela atividade que você realiza com prazer, e não por obrigação, né, muitas vezes as oficinas, o que é prazer pra um é não obrigação pra outro, o monitor tava ali, que era uma obrigação de trabalho, que ele também sentia prazer, agora o aluno ele sentia prazer naquela atividade, pra ele era uma atividade no tempo livre, para o tempo livre. (E6)

Eu entendia isso, que nesse tempo livre que tinha ocioso, a gente preenchia com as atividades, essas que eu digo, de esporte, né?!, e de lazer, que muita gente com o grupo se juntava para ir ao cinema, pra ir conhecer museus. Na comunidade mesmo,

o que tinha da cultura da comunidade. Então, eu entendia isso, essa forma da educação no e para o tempo livre é a gente educar os nossos hábitos também, né?!, porque a gente termina entrando naquele sistema de trabalho aí chega e tem um tempinho e diz: não, vou ficar aqui sentada na televisão, tô sem vontade. E a partir do momento em que você encontra algo interessante próximo da sua casa, você vai. E o projeto provou isso. [...] Então, eu acho que a educação para o tempo livre, também era isso, era se educar ao lazer e fazer parte também dessa vida, desse cotidiano. (E7)

De acordo com os discursos acima, educar no e para o tempo livre é permitir a que os indivíduos, em seu “tempo livre”, possam usufruir de atividades que não estejam necessariamente associadas ao lazer de mercado, que possam nesse “tempo livre” serem incentivados à produção de cultura e, por fim, que essas atividades sejam desprovidas de obrigação, ou seja, que estejam ligadas à dimensão do prazer. De alguma forma, essa percepção liga-se à proposta de educação no e para o tempo livre, pois o educador que trabalha numa perspectiva de orientação no e para o tempo livre deve problematizar e fazer com que seus educando percebam a realidade na qual estão inseridos e, a partir dessa análise, o que podem produzir de cultura, o que podem realizar de ações estimulando o autocondicionamento de suas ações.

O entendimento de que a educação no e para o tempo livre refere-se à garantia do acesso às atividades esportivas e de lazer, representa uma das variações observadas na compreensão dos atores, como podemos verificar a seguir:

Quando eu entrei no processo, a gente não tinha feito nenhum tipo de estudo sobre isso, pelo menos eu, né? Então, pra mim foi de extrema importância porque eu comecei a ver um lado da educação [...] mais voltado pra pessoa, que não fosse aluno de escola, não voltado pra área escolar e o que me deixou bem satisfeito com a situação e que a gente começou a trabalhar o esporte e lazer naquela comunidade que ficava ociosa que, às vezes necessitava da prática esportiva e não tinha espaço na comunidade, às vezes tinha espaço, mas era ocupado de uma certa forma que não desse direito as pessoas participarem. **E a gente vê isso como um direito do cidadão à prática esportiva.** (E9, grifo nosso)

Nesse sentido, vimos que a interpretação dos atores vai se afastando daquilo que é apresentado pelo referencial cognitivo da política setorial, mas aproxima-se das diretrizes da gestão municipal quando relaciona a educação no e para o tempo livre à democratização e participação dos indivíduos, principalmente quando defendem o direito ao esporte e lazer.

Por fim, a última variação corresponde àqueles que compreendiam a educação no e para o tempo livre como uma discussão teórica, mas não enxergavam uma materialidade na sua proposta, nas ações desenvolvidas. Vejamos:

Eu acho que isso foi sempre muito confuso [o que é educação no e para o tempo livre], por que, é uma determinação ideológica, né?!, assumir essa proposta. Ela tem a ver com luta dos trabalhadores, né, ela tem a ver com outras instâncias, né, com outras discussões e, que isso, foi, que se tentava ser discutido, em todos os momentos de formação, de planejamento, para tentar se compreender o que era [...] A partir daí, a gente teria uma outra organização comunitária e isso é que eu acho, né?!, nem sei se isso tá relacionado diretamente no que os autores colocam enquanto educação no e para o tempo livre, né?!, mas, isso gera uma outra demanda, né uma demanda comunitária, isso gera identidades, né, o tipo de atividade, né, uma outra relação com a cidade. Então eu acho que isso se tentou ser discutido, muito, dentro de toda organização pedagógica do programa, mas, sempre foi muito confuso, inclusive pra mim, que nem sei explicar direito como é. Mas, eu acho que essa, não é claro, acho que os esforços eles foram da explicação do que é, do convencimento do que é, eles foram muitos, mas que, de fato, isso foi se, essa discussão ela foi meio que cansando, no decorrer do período e que a gente não tocava mais. (E1)

Da forma que eu consegui entender na época, e que eu repassava pra minha equipe, né, que eu coordenava [...] é uma discussão muito contraditória também, porque assim, muita gente acreditava em uma linha e outros não, né?! Porque o tempo livre, a gente pregava que era o tempo [...] é aquele tempo liberado do trabalho, o tempo que é liberado do trabalho é o tempo de descanso, mas, muita gente que era trabalhador [dizia] não, mas meu tempo livre!? [...] Veja bem, eu trabalho de cinco horas da manhã às sete da noite, meu tempo livre é de sete as dez e, de dez vou dormir! Mas será que é tempo livre mesmo esse tempo? [...] [isso] é teoria de pregação, que a sociedade tem que, tinha que exercer essa necessidade do seu próprio tempo, e saber utilizar [...] o tempo livre para o lazer em si, né?! [...] isso era uma discussão, de questão de plenária, em questão de formação continuada em si, eu digo que na prática, eu como coordenador, por si só, como coordenador, eu não pregava essa frase, né?! Nunca utilizei essa frase! [...] A gente tava ali, de fato, pra ver a melhor disponibilidade da comunidade, pra implantar o cronograma de horário, de horário das atividades, então, a gente via, de fato, a necessidade de comunidade. (E4)

Interessante notar nos discursos acima que havia um esforço do grupo gestor na realização de formação continuada dos educadores, como estratégia de fortalecimento da proposta de uma educação no e para o tempo livre. Contudo, por se tratar de uma matriz teórica complexa, percebemos uma dificuldade dos atores na sua interpretação. Aliado a isso, essa proposta carregava limitações para sua implementação: de um lado, a ideia de tempo livre como um tempo de liberdade “fora das obrigações”, muitas vezes, confronta-se com a realidade dos trabalhadores que ora são explorados em suas jornadas e acabam sem usufruir de um “tempo de liberdade”, pois o que lhes resta é destinado à recomposição de forças para a retomada de sua jornada e, de outro, por aqueles que estão fora do sistema produtivo e não conseguem visualizar essa ideia de defesa de autodeterminação no seu tempo livre. Podemos chamar a atenção ainda para parte dos beneficiários da política que compunham os segmentos infanto-juvenis, nos quais essa proposta não fazia muito sentido. Por essas questões, a narrativa do direito ao acesso às atividades esportivas e de lazer foram mais trabalhadas pelos educadores do que a ideia de educar no tempo livre para o tempo livre.

7.3.2 As facilidades e dificuldades no contexto de prática

Como afirma Ball e seus colaboradores, o contexto de prática é traduzido por um palco onde será exibida uma peça em que o seu texto, representado pelos textos da política, são interpretados pelos atores da política, mas não somente da interpretação será a sua composição. Os interesses dos atores, assim como o contexto social, político e econômico farão parte dessa “encenação”. Nesse sentido, tanto as dificuldades como as facilidades para “encenar tal peça” é vivenciada e esse olhar é o que buscamos nesse momento de análise para compreender como os atores perceberam tal experiência. No tocante às dificuldades, visualizamos: a dificuldade na defesa do direito ao esporte e lazer e dos direitos das juventudes; e as dificuldades com as disputas político-partidárias. Em relação aos direitos ao esporte e lazer e das juventudes, estes são colocados como hierarquicamente abaixo aos “tradicionalmente” reivindicamos tais como a saúde, educação, segurança, dentre outros. Vejamos os contextos discursivos abaixo:

Pra além das dificuldades financeiras (risos), a gente teve muitas dificuldades, é, é [...]do reconhecimento do setor de esporte e lazer! Eu acho que foi uma grande dificuldade nossa! **De fazer com que o esporte e lazer fosse reconhecido como direito!** Né, porque que as pessoas devem ter direito ao seu lazer e, isso, assim, eu falando isso, mas, de forma concreta, mesmo, isso vai se desdobrar, no orçamento. Como é que eu vou investir num setor que poderia estar investindo, numa educação, nas escolas em habitação, porque as pessoas precisam de moradia, né, mas, de como convencer de que as pessoas têm o direito ao esporte e lazer e, porque, tem, né?! Eu acho que isso é a grande dificuldade da política pública. (E3, grifo nosso)

Ser simples é dizer orçamento, né?! Eu simplifico, a ausência de recursos é uma grande dificuldade. [...] mas eu acho um desafio colocado para a gente, foi fazer com que a população e os nossos superiores gestores fora da autarquia, fora da política, compreender que o esporte e lazer era um direito importante, como qualquer um outro. (E2)

[...] outra dificuldade é porque trabalhar com a juventude não é fácil, assim, mas é muito bom, é muito bom, acho que a outra dificuldade foi sei lá, é, o que a gente como juventude enfrentava de preconceito, e a gente conseguia vencer muitos deles, preconceito assim, em relação à própria cidade, mesmo, as pessoas da cidade, né?! [...]. (E6)

Interessante notar, como apontam Gomes e Isayama (2015), que, diferentemente de outros direitos, a Constituição de 1988 não define princípios, diretrizes, objetivos e regras institucionais que devam orientar a concretização de políticas de esporte e lazer na vida da população brasileira. Sendo assim, fica em aberto a sua regulamentação.

Associada à questão da hierarquia de direitos, a entrevista de E6 aponta para a dificuldade no trabalho com a juventude, particularmente a juventude das comunidades periféricas, pelo próprio perfil dessa população como pelo preconceito que sofre em relação à sociedade, de forma geral. Como vimos, a discussão sobre juventude só passou a ter mais relevância para os governos, após 2005, quando da criação de uma Secretaria Nacional, mas ainda representa um segmento estigmatizado, quando se trata de jovem de baixa renda.

No que se refere às questões políticas, a percepção dos atores está voltada à disputa política presente em toda ação pública. Notemos que, apesar de ser uma prática cotidiana nas relações sociais, a disputa pelo poder surge como um elemento negativo à execução do trabalho, conforme os relatos que seguem:

Recurso foi uma [dificuldade], é, o pioneirismo também, tá fazendo algo novo e tendo que desbravar, tendo que correr atrás de tudo, é, mobilizar a comunidade pra que ela também pudesse fazer a pressão junto aos órgãos que destinavam as questões pra o esporte e lazer. [...] Assim, eu acho que os embates políticos, né, da relação de força, de poder, com alguns outros partidos que o tempo todo queriam tá tocando a política de esporte [também foi uma dificuldade]. (E10)

O difícil era, politicamente falando, política partidária, falando, entendeu?! O difícil era a gente tentar garantir o direito ao esporte e lazer numa comunidade que era de partido oposto, que era muito complicado! (E9)

Acho que todo o processo foi difícil, [...] com o Geraldão que parecia ser, parecia que tudo ia ser mais fácil, porque era uma estrutura maior, o Geraldão ele já tinha uma cara de secretaria [...] então, foi muito pior. A dificuldade foi muito maior, também a disputa política e o interesse dos outros pelo setor, também foi muito grande, né, então, a gente tava o tempo inteiro sendo atacado, o tempo inteiro pessoas querendo [...] ‘o bolo tá pronto, então vamo comer, né’. (E8)

Pra mim a grande dificuldade mesmo no projeto, num projeto como esse, são as disputas pelo poder, né?! É, é boa parte do tempo a gente tem que tá garantindo ações e atividades no sentido de não facilitar a perda do poder, eu tô falando do poder, mas poder de executar o próprio projeto! [...] é muito difícil, dentro da máquina pública fazer uma transformação significativa, muito difícil, porque a máquina pública está submissa a partidos, está dependente de eleições, as eleições estão dependentes do poder econômico, e aí tudo isso é um emaranhado de coisas que dificulta muito as boas intenções, principalmente, quando elas tão na direção de mudar o *status quo* [...] Nós temos que executar mais estratégias eleitorais do que fazer política! [...] os gestores [têm que estar] o tempo todo preocupados pra estratégia política, estratégia eleitoral, estratégia política não, estratégia eleitoral! [...] Acho que são algumas dessas as dificuldade, né?! (E15, grifo nosso)

[...] eu acho que o grande entrave que nós passamos, não foi em si, implantar os programas na ponta, mas sim, as disputas provocadas pelos outro, sobre o olhar de quem estava gerindo a política, achando que ali estava se construindo uma força

política para disputar: partido, eleição. Eu acho que isso foi um dos grandes problemas que a gente teve. (E2)

Dificuldades? Uma delas foi a valorização do esporte e lazer, dentro da própria prefeitura [...] Porque, existia uma dificuldade, tinha um valor, o grupo de esporte e lazer da cidade do Recife, da gestão da cidade do Recife, dentro da própria gestão tinha um valor, mas, esse valor não era uma coisa muito aberta, que era um valor político, talvez eleitoral, não era o valor de esporte e lazer como atividade de lazer, como atuação dentro da cidade, entendeu?! Não era um valor de ‘Ah! Então vamos aumentar o financiamento do esporte e lazer aqui no município, vamos aumentar a LOA do Geraldão, porque ele precisa de [...]’ Não! Vamos aumentar a LOA do Geraldão porque ali é muita gente, eles têm formação de opinião muito forte, eles tão dentro do Orçamento Participativo, eles estão dentro das Conferências de juventude, de lazer, de esporte e lazer, de tudo!, eu entendia assim!(E6)

Pelo que foi apresentado nas entrevistas, a disputa política estava relacionada à luta pela hegemonia do setor, por exemplo, na dificuldade de executar as atividades de esporte e lazer numa comunidade onde havia lideranças políticas de oposição ao governo municipal; ainda, a disputa política foi representada pela necessidade de se manter no poder e, portanto, as ações estarem sempre vinculadas a uma estratégia política maior e, por fim, a disputa representada pelo interesse da gestão no setor, não somente pela importância social, mas pelo seu potencial mobilizador.

De outro lado, estão as facilidades na condução da política pelos atores. De forma geral, três aspectos foram citados: o reconhecimento do trabalho pelo público beneficiário; a satisfação pessoal em fazer parte de um “projeto coletivo”; e, associada ao anterior, a defesa do direito ao esporte e lazer. Vejamos como esses aspectos surgem nos anunciados que seguem:

É fácil, porque, eu acho a gente fez isso com muito prazer, sabe?! É fácil porque a gente vê as pessoas se fortalecer, né, se fortalecer a partir das atividades que a gente proporciona e, às vezes, são atividades tão simples, né, que fortalece as pessoas, que fortalece os gestores [...] O que a gente chama do simples arrastão do lazer?! É simples, era só a gente ir pras comunidades e oferecer [...] práticas esportivas e, as pessoas vinham com todo gosto do mundo pra jogar uma bolinha e, aquilo ali mudava, muitas vezes, a dinâmica da comunidade. (E3)

Fácil mesmo, foi pra mim a motivação, o sonho. Que eu acho que nada foi fácil! Agora, a partir do momento em que você está envolvido, tem o sonho ideológico de fazer aquilo e tal, as dificuldades, elas focam mais suaves [...] Mas a facilidade foi depois de um tempo quando a gente dizia assim: ‘é um direito’ aí a turma fazia ‘de fato é, bora embora pra lutar porque isso é um direito nosso. (E2)

[...] foi fácil se dedicar a isso, assim, né, com amor, assim, tivemos momentos maravilhosos, de fazer com amor, de sair de casa de seis da manhã e chegar em casa

de três horas da manhã ou, até virar direto, na necessidade de fazer, de querer fazer [...] Era algo que a gente precisava se dedicar e era fácil se dedicar, porque o retorno era espetacular! [...] a relação de amizade construída, nesse processo e, ao mesmo tempo uma relação profissional [...] e o principal fazer era o fazer coletivo, era aquilo que beneficiasse uma grande maioria e, não o individual, então assim, foi fácil se dedicar a essas pessoas durante esse período, mas, no mais, foi muito difícil o trabalho. (E10)

[...] fácil foi porque cada realização da gente, né, cada passo que a gente dava, por melhor que fosse, alimentava muito o sonho da gente! A gente tava no contexto de gestões populares que tinha uma sensibilidade maior pra escutar as demandas da sociedade e, mesmo com recursos limitados, mesmo com toda essa dificuldade, a gente fez coisas que nunca tinha acontecido na cidade do Recife! E isso era alimento pra alma da gente, né?! [...] Era você ver uma associação de skatistas de bairros periféricos daqui reivindicando pistas de skate, era você ver as idosas se organizando, se apropriando das praças da cidade, era você ver o gaymado surgindo, nesse contexto aqui na Várzea, né, os homoafetivos, de forma geral, se organizando pra ocupar espaço público, era você ver a juventude skatista, andar de bike, do Hip Hop, tendo um espaço, que não é tratado como problema, que não era marginalizado, isso dentro da gestão pública, isso sim acalentava o sonho da gente, e fazia a gente acordar, tomar café da manhã, trocar de roupa e ir labuta, era o que facilitava! (E12)

O mais fácil foi ir pra comunidade, foi levar o meu skate no braço, justamente o skate da criançada, da juventude. Ver risos, receber abraços de pessoas que você não tinha elo. [...] você receber um abraço alegre e satisfatório, né?! ‘que bom que você existe professor!’, isso foi fácil e emocionante, inclusive! Foi fácil exercer uma função [...] de uma prática que eu já vivenciava é [...] foi bom, [...] não fácil, [...] Essa conquista do saber, do saber lidar, do saber ler, do saber o que escrever, do saber pensar, né, isso foi prazeroso, isso foi o ápice de bom, que aconteceu pra minha vida! [...] de poder participar de uma escola fora da escola, de participar de uma universidade fora da universidade, isso foi bom! Isso foi o fácil! (E4)

Todos os discursos, por mais que remetam a uma experiência individual, trazem em seu bojo uma satisfação por fazer parte de um projeto coletivo, por estar a serviço da população e, em última instância, por ser integrante de um “movimento” que propagava a transformação social a partir do esporte e lazer. Vimos que o investimento em formação continuada, compreendida por nós como uma das ações do contexto de política foi também responsável por esse sentimento de pertencimento a uma causa. Contudo, é possível perceber em alguns contextos discursivos acima que, apesar das “facilidades”, todo o processo foi permeado por grandes dificuldades.

7.3.3 O legado da política de esporte e lazer do Recife

São múltiplas as percepções dos entrevistados sobre o que a política pública de esporte e lazer, em seus 12 anos, deixou para a cidade: (1) é um mero registro documental a partir de

estudos realizados sobre a experiência; (2) trata-se do alargamento da compreensão do esporte e lazer enquanto direito social; (3) possibilitou a transformação de egressos de programas que seguiram carreira no setor esportivo e de lazer; (4) contribuiu com a estrutura física deixada para a cidade representada pelos equipamentos esportivos e de lazer; e (5) contribuiu, com a experiência desenvolvida no Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer (CPLE), para a concepção do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), do Ministério do Esporte., conferindo ao Recife um protagonismo nacional na orientação de uma política.

Considerando que o legado da política é documental, o discurso a seguir aponta para a falta de um legado, pois, não houve uma continuidade da política após as três gestões do PT, mas, como sua experiência foi registrada em documentos pode ser que, futuramente, ela possa ser resgatada.

Observe-se que o discurso que se refere ao legado documental destaca a provisoriade da política. Por não ter tido continuidade, e não ter se tornado perene, em certa medida, sugere a dificuldade da orientação ou da filosofia de ação que a norteou, difícil de se enraizar na máquina governamental, mas que pode continuar por meio dos registros para ser retomada em outros contextos favoráveis.

O legado, hoje, parece que é muito mais documental do que aquilo que deveria ser! É uma política pública de esporte e lazer que não se constituiu, de fato, enquanto o legado de política pública! [...] Mas, acho que a história, não tem como negar, o legado, se tudo foi documentado, se tudo foi registrado, se houve estudos! Isso tá para a história da política pública de Recife, para além, inclusive, das fronteiras de Recife, né?! (E13)

Numa outra dimensão há o entendimento de que o legado está na percepção de que a população da cidade aceita mais facilmente a ideia do esporte e o lazer enquanto um direito como outro qualquer, superando a hierarquização apontada como uma dificuldade no contexto de prática. Vejamos como essa questão surge nos contextos discursivos abaixo:

Não tivemos condições de continuar na gestão, mas, eu acho que a cidade tá aí, pra mostrar que não é da forma que a gente organizou, mas, muita coisa da consolidação da política, do direito à cidade, do direito aos espaços e equipamentos públicos tão aí! Ou, tu vai me dizer que, por mais que, a gente tenha algumas críticas, mas, o andar de bicicleta aos domingos, não foi a gente, também, que construiu? Tu vais me dizer que se tu passar nos parques, no parque Dona Lindú é lotado! No parque da Jaqueira, hoje, tem gente correndo de manhã, de tarde, de noite e de madrugada! No sol do meio dia! Se tu passar, hoje, nos campos de futebol, tem gente jogando, criança, adulto, mulher! Não foi a gente que ajudou a construir isso? Então, eu acho que a gente avançou muito na política de esporte e lazer! [...] As pessoas vivenciam a cidade e começam a se conscientizar de que esporte e lazer é um direito! Então, eu acho que a gente mudou muita coisa! (E3)

[...] Você teve apropriação de um discurso de que: ‘não, eu tenho meu direito ao tempo livre, eu tenho direito ao meu lazer, lazer não é coisa de vagabundo’. Isso você começava a escutar, né, de uma forma mais constante, em alguns fóruns, nas conferências municipais, nas próprias reuniões de comissões de usuários [...] Agora eu repito, não é uma coisa que mudou a cidade, né, porque não foi uma coisa de massa. [...] Hoje em dia você tem, muito mais forte, o debate de direito a cidade na cidade do Recife, [...] com certeza, a gente contribuiu pra isso, agora vamos colocar os pés no chão, né, e ver o tamanho da gente! (E12)

Para os atores, a forma que a cidade se manifesta após uma experiência de uma política pública que caminhou em uma determinada direção, traduz aquilo que foi deixado por ela. Retomando os princípios da proposta filosófica de uma educação no e para o tempo livre que, em última instância, buscou a transformação social a partir do esporte e lazer, consideramos certa distância em relação ao que foi colocado pelos atores. Contudo, há de se considerar que, além dessa proposta, havia uma diretriz governamental pautada na democratização do acesso e na participação popular e, do ponto de vista do legado apontado nos discursos acima, aproxima-se da ideia de que houve maior compreensão da população sobre a importância do lazer e das atividades esportivas no âmbito social. Embora essa percepção ainda seja bastante difusa, mas há uma adesão maior da população recifense às atividades esportivas e de lazer, que inclusive é muito explorada pela atual gestão (2013-2016).

Outro ponto considerado como um legado da gestão está no egresso dos programas desenvolvidos pela política. Como apresentamos anteriormente, alunos do Arco de Esporte e Lazer do Projovem eram contratados pela gestão para atuarem como educadores sociais. Além disso, usuários dos programas também passaram a fazer parte da equipe de trabalho e muitos conseguiram dar continuidade aos estudos na área de educação física, como é apresentado a seguir:

[...] quando se fala em legado a gente pensa só no legado físico, né, e essa política tem legado físico também, mas antes de falar no legado físico eu queria citar outros legados que marcam mais, né?! [...] A gente tá vendo aí, diversos professores nossos, que eram agentes, que eram participantes do projeto, hoje, como professor fazendo curso de educação física, fazendo curso de treinador de futebol, né, se formando, isso, de onde foi que despertou o interesse dessa rapaziada pra ser professor de educação física, né? Foi do projeto, foi do trabalho que a gente pôde desenvolver com essas pessoas. (E14)

[...] eu acho que o ponto principal, o ponto primordial dos Círculos Populares de Esporte e Lazer é ter lá Marcone, um cara, menino de rua, cheio de todas as dificuldades que enfrenta, que tem, e que cerca um garoto de rua, se tornando educador de break, andando debaixo do braço com um livro de direito! [...] dentro dessa história de juntar as pessoas, os conhecimentos, tá por traz disso uma visão

política ideológica, aliado com o desejo de fazer um processo de transformação da sociedade! [...] [foi] a decisão política de fazer um trabalho na cidade que pudesse transformar a área de esporte e lazer em espaço de discussão, né, da participação popular. (E15)

[...] o legado dessa política é justamente, alguns grupos, tô falando da diretoria de juventude, alguns grupos de jovens que se consolidaram e que continuaram nessa luta [...] outra coisa positiva que ficou de tudo isso foi muitos desses alunos, isso daí eu não podia deixar de falar, isso aí, na minha diretoria foi gritante, que começaram como ex-alunos do Pro-jovem, que começaram como ex-alunos do programa, hoje, né, depois de passarem a ser educador, coordenador, [...] hoje, fazem faculdade de educação física! [...] e no final eles tavam escrevendo artigo! Artigos que foram apresentados dentro da Universidade Federal, no Colóquio Paulo Freire, por exemplo Andréia, que eu vi a menina depois que terminou o artigo comigo chorar porque não imaginou que ia conseguir fazer um artigo, vê?! Então, isso daí é o que ficou de legado, porque eles, cem por cento não, mas uma grande parte dessa juventude se consolidou e se auto-organizou, eu acho que isso foi o que ficou. (E6)

Mais uma vez, atribuímos à formação continuada desenvolvida pela gestão o crédito no sentido de estimular os professores e agentes sociais para a importância de sua formação. Todavia, apesar de ser uma agenda positiva, é insignificante o alcance do legado desse tipo. A quantidade de jovens que participou de programas em relação aos que tiveram a oportunidade de prosseguir nos estudos, embora não tenhamos dados precisos e falemos por conhecimento de causa, é diminuta, como se sabe.

O legado que diz respeito à estrutura física foi um dos mais apontados nas entrevistas e, apesar das disputas orçamentárias e da precariedade dos equipamentos da rede física de esporte e lazer, as obras realizadas – muitas através do orçamento participativo – foram compreendidas como algo positivo deixado pela gestão.

Como legado físico tá aí o projeto de reforma de modernização do Geraldão, tá lá a pista de skate da Praça do Poeta, tá lá a pista de skate da Praça da Rua da Aurora, tá lá o Ginásio do Campo da União da Macaxeira, tá lá o Campo do Bueirão, lá no bairro da Torre, tem uma série de equipamentos aí espalhados pela cidade, que foram resultados do nosso trabalho. (E14)

Associado a esse legado de infraestrutura física, há o entendimento de que a criação de uma Secretaria específica para o setor representa a importância que o esporte e lazer passou a ter nas discussões políticas da cidade, discussões estas que, contraditoriamente, não foram priorizadas nas três gestões analisadas. No entanto, se o protagonismo assumido pelo esporte e o lazer nas três gestões possibilitou a criação de um instrumento de política (a Secretaria) e fez com que essas atividades passassem a ser fortemente problematizadas pelo discurso

político, sem dúvida, esse é um legado da política em análise que não deve ser relegado. Observemos como a questão aparece no seguinte contexto discursivo:

Do ponto de vista institucional, eu acho que o que fica de legado foi a criação da Secretaria de Esporte, isso é importante! É muito importante, pra política pública, até porque nessas três gestões existia um órgão, uma autarquia, importante pro setor e que gerenciou o setor, nas duas últimas gestões, mas, não existia uma Secretaria, específica de esporte! (E3)

Outro tipo de legado apontado diz respeito à contribuição que o principal programa da política de esporte e lazer do Recife – o Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer (CPEL) – deu para a criação do programa do Ministério do Esporte (ME), denominado Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). O PELC tornou-se uma das principais ações do ME no tocante ao esporte de participação. Observemos os trechos discursivos que seguem:

[...] Hoje, o Ministério do Esporte, continua com a estrutura baseada nas experiências dessas cidades e Recife é uma delas, né, o Programa Esporte e Lazer da Cidade, né?! [...] A gente conseguiu mostrar que a política de esporte e lazer é muito, mas muito, muito mais ampla do que era feito antes. (E11)

Eu que atuo no PELC, o Programa de Esporte e Lazer na Cidade, então, tem claramente a marca dos Círculos Populares deixada e, que atinge nacionalmente, várias cidades do país. É, a construção que é feita naquele momento, porque é isso: o CPEL não pode ser desvinculado do processo, né?! (E5)

Ao considerar que o PELC é um programa de intervenção nacional, acreditamos que haja realmente um legado no sentido de possibilitar que outras cidades possam disponibilizar para a população práticas esportivas numa perspectiva de participação. Claro que a proposta do PELC não leva em consideração uma educação no e para o tempo livre, mas elementos da democratização do acesso ao esporte e lazer, da participação popular e da concepção de que o esporte faz parte da cultura corporal, considerando as fontes do “coletivo de autores”, já discutido anteriormente.

Ainda que pudemos verificar distanciamentos entre as intenções primeiras da política em análise e como foi se desenvolvendo em cada contexto, os legados apontados não deixam de revelar que houve contribuições significativas para a vida da cidade, apesar de muitos problemas, questões que serão melhor tratadas nas nossas considerações finais que se seguem.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao elaborarmos as considerações finais desse estudo chegamos a constatações que nos ajudaram a compreender a complexidade do desenvolvimento da política de esporte e lazer na cidade do Recife, entre 2001 a 2012 que nos propomos a analisar.

De fato, como anunciamos anteriormente, o objetivo geral da tese foi buscar analisar os avanços, limites e contradições desta política que procurou a ampliação e a consolidação do esporte e lazer como um direito social, através de uma intervenção no e para o tempo livre. A tese que defendemos é a de que: mesmo com a formulação de um referencial cognitivo de educação no e para o tempo livre (compreendendo o esporte e o lazer como instrumentos pedagógicos), a política desenvolveu-se mais para a ampliação e democratização do acesso ao esporte e lazer, do que pela efetivação de uma educação para a “liberdade”, tese esta que, em certa medida, comprovamos. Sem desconhecer os avanços das experiências vivenciadas no Recife, que ampliaram significativamente o acesso da população excluída às atividades de esporte e lazer, a análise dos dados também revelou que o referencial proposto como norteador da política não se concretizou numa dimensão que operasse as mudanças esperadas, conforme procuramos demonstrar no decorrer desse relatório.

O caminho metodológico percorrido, para o desenvolvimento desta tese, tomou por base um desenho metodológico a partir de duas propostas analíticas: a Abordagem Cognitiva das Políticas Públicas (AZEVEDO, 2004, 2011; JOBERT; MULLER, 1987) e a Abordagem do Ciclo de Políticas (BOWE; BALL; GOLD, 1992; MAINARDES 2006, 2009, p. 44), tal como sintetizado na figura 3. Ambas, escolhidas por julgarmos pertinente para a realização de análises que levem em consideração a relação entre as dimensões macro e micro das políticas públicas. Se, de um lado, a Abordagem Cognitiva considera a política pública como um construto social que contém as distintas e múltiplas dimensões da estrutura e da dinâmica de uma dada sociedade, de outro, a Abordagem do Ciclo de Políticas – que toma por base o contínuo e interligado movimento que a política sofre em todas as etapas do seu desenvolvimento, procuramos estabelecer um diálogo entre ambas no enfoque dos dados. Para o exame dos dados da pesquisa, procuramos utilizar também as sugestões de Fairclough (2001b) no que se refere à análise de discurso textualmente orientada – ADTO, aproximando-a, na medida do possível, à Abordagem do Ciclo de Políticas.

Esse instrumental nos guiou na busca do alcance dos objetivos específicos: (1) analisar como os formuladores da política percebiam a situação problemática que seria alvo de ações, no sentido de como identificavam as causas dos problemas e o modo de solucioná-los, (2)

identificar o conteúdo dos discursos presentes nos instrumentos (textos, normas e instituições) que deram suporte ao desenvolvimento da política em relevo e, (3) estabelecer relações de possíveis avanços, limites e contradições entre o discurso da política e sua prática social, nas distintas etapas de seu desenvolvimento que abrange os diferentes “atos” e os seus contextos específicos.

Como requer qualquer estudo sobre as políticas públicas, trouxemos uma discussão sobre Estado, democracia e participação por meio de uma revisão bibliográfica das principais teorias/correntes, problematizando, nesse contexto, os pressupostos do liberalismo e do neoliberalismo e suas influências hegemônicas na orientação das políticas de esporte e lazer. É contra essas correntes que os atores envolvidos na experiência do Recife se contrapunham. Na revisão bibliográfica empreendida, deixamos clara a nossa opção por uma compreensão do Estado a partir da perspectiva gramsciana que desenvolve a estreita relação entre a sociedade política e a sociedade civil na sua conceituação. Vale ressaltar também que essa mesma concepção de Estado foi a encontrada nos principais documentos norteadores da política de esporte e lazer estudada.

Ainda na busca de uma contextualização mais ampla do nosso objeto, problematizamos as categorias: esporte, lazer e tempo livre, por serem centrais no texto/discurso da política investigada. Nesse contexto, a partir de uma abordagem histórica, tratamos do papel do Estado na regulação do setor e das tendências teóricas que vêm balizando as ações do governo brasileiro nesta área.

Nesse contexto, a partir de uma perspectiva histórica mais recente, sublinhamos que as políticas do setor estavam inseridas num projeto de sociedade orientado pelo neoliberalismo que, desde a década de 1970, vem sendo implementado por vários países da América Latina, chegando ao Brasil, com mais força, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Entre as medidas adotadas pelos governos desse presidente, entre 1995 a 2002, esteve o processo de descentralização que já vinha ocorrendo desde 1989, com a promulgação da Constituição Federal (1988). No entanto, esta descentralização toma contornos diferentes, pois o que deveria ser uma estratégia de democratização de políticas tornou-se uma estratégia de desresponsabilização do governo federal em relação às políticas públicas. Nessa lacuna, no entanto, em um movimento dinâmico e de resistência às políticas do poder central, vários governos locais inovaram na elaboração de políticas públicas, dentre elas, as políticas de esporte e lazer.

Conforme conseguimos verificar, é nesse contexto de descentralização de políticas, acentuado na década de 1990, que se dá o surgimento de muitas experiências que se

aproximaram de um referencial que procura se contrapor à concepção hegemônica do esporte ainda relacionado ao rendimento, à aptidão física, defendendo um “novo” referencial que vai compreender o esporte como um dos aspectos da produção cultural da humanidade. Nessa visão, o esporte faz parte da cultura corporal, pautada numa perspectiva dialética, que se apresenta politicamente orientada ao defender a emancipação da classe trabalhadora. Tal visão influenciará experiências de políticas locais de esporte e lazer e, portanto, a política de esporte e lazer do Recife, como fica evidente na análise do discurso da política.

No palco do contexto da prática, através do resgate histórico, pudemos percorrer os três atos da política e analisar como os formuladores perceberam a problemática do setor e a forma para solucioná-la, identificar o conteúdo dos discursos da política, assim como, estabelecer as relações entre os avanços, os limites e as contradições dessa experiência. Para tanto, nos utilizamos de uma análise documental e entrevistas semiestruturadas realizadas com atores importantes que participaram das três fases da política correspondente às três gestões que estiveram à frente do poder municipal sob a liderança do Partido dos Trabalhadores.

Em relação à sua gênese, conseguimos situar a política como uma investida de parte do grupo do Setorial de Esporte e Lazer do PT que força a entrada na gestão para a implantação de uma “nova” concepção de política de esporte e lazer para a cidade do Recife. Esse grupo vai, aos poucos, conseguindo adesões e ampliando seu próprio espaço de atuação a partir de embates e negociações na arena das decisões.

Embora não julgemos apropriado tratar da política de um modo segmentado, em face mesmo da abordagem utilizada do ciclo das políticas, optamos por apresentar os resultados obtidos com a pesquisa tratando as conjunturas locais como se fossem três atos, como uma estratégia didática para a apresentação. Esta teve como um dos fios condutores justamente características que o referencial normativo da política foi assumindo durante os três atos, possível de ser identificadas nos textos principais de cada contexto. No entanto, nessas considerações finais, destacaremos, sobretudo, a dinâmica que foi assumindo a Política de Esporte e Lazer. (E seu referencial normativo), procurando sublinhar, particularmente, seus limites, contradições e avanços, perceptíveis a partir das análises apresentadas nos capítulos anteriores.

Na sua primeira manifestação, em seus primeiros documentos, ela aparece com influência do “Coletivo de Autores” (como referido nos capítulos 4 e 5) de corte marxista, entremeada com elementos advindos do Movimento de Cultura Popular de corte social democrata. Podemos dizer que, num segundo momento vai se acentuar, mais fortemente, uma

perspectiva marxista com a questão do tempo livre. Apesar de sobressair a orientação do esporte e do lazer como educação para o tempo livre, o referencial não perde elementos que estavam presentes na fase anterior (por exemplo a proximidade entre os Círculos Populares de Esporte e Lazer e os Círculos de Cultura do MCP). E, no terceiro momento, há, em certa medida, uma volta para as orientações iniciais, com a predominância da perspectiva socialdemocrata do Movimento de Cultural Popular (MCP). Aliado a isso, percebemos também a volta de ações vinculadas ao esporte de rendimento, que, aliás, não saiu de cena em nenhum dos três momentos, embora não tenha sido predominante, como o era antes de 2001.

Do ponto de vista do contexto de prática da política, as ações também tiveram movimentos que ora se aproximaram, ora se afastaram da ideia de educação no e para o tempo livre, discurso predominante nos textos da política. Destacamos como exemplo de uma maior proximidade do referencial da política como educação “no e para o tempo livre”, a metodologia adotada no Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer (CPEL) que atuava através da formação de círculo de convivência (ou núcleos) e, para além das atividades esportivas, existia o incentivo aos participantes dos círculos/núcleos para ampliação da sua convivência dentro da própria comunidade, com estímulo à percepção dos problemas e à mobilização comunitária. Provavelmente, por uma maior disponibilidade de tempo, o segmento dos idosos formaram mais grupos com outros vínculos que superaram aqueles relacionados às atividades esportivas. No entanto, há também influência do MCP, visto que, como já mencionamos, é nele que se buscou inspiração para a criação dos círculos do CPEL. Assim, não podemos desconhecer múltiplas influências presentes no referencial da política e no contexto da prática, revelando suas ambiguidades e contradições.

Nesse mesmo sentido, percebemos que projetos como o Futebol Participativo, por exemplo, inova por não se limitar às práticas tradicionais como historicamente essa modalidade esportiva tem sido praticada. No entanto, mesmo que sua prática tenha sido estimulada de uma forma participativa, os objetivos finais estabelecidos para as suas ações acabavam por não fugir as concepções tradicionais como “esporte de rendimento” ou “esporte espetacular”, expressos na realização de grandes eventos baseados em valores competitivos. São atividades que indicaram que a prática da política não teve a força para se contrapor aos valores dominantes que historicamente circulam na sociedade e, como tais, permeiam as expectativas dos usufruidores das ações públicas de esporte e lazer. Ou seja, à concepção e prática para o esporte e lazer como formação humana, para a educação no e para o tempo livre, numa perspectiva libertadora, somava-se a concepção do esporte e lazer como ações alimentadoras do individualismo, da competitividade e da liberdade, segundo o *ethos* e a

ideologia hegemônicas justificadores da ordem que, como tais, não foram diluídas pela política então em desenvolvimento.

As análises revelaram, pois, que houve aproximações da orientação do “modelo de participação ampliada” que, apesar de defender a ampliação da participação nos espaços de convivência da vida cotidiana, não atua no sentido de rompimento do sistema capitalista. Essa dificuldade de intervir nos espaços de participação, visando uma mudança no sistema, tem sido tarefa muito difícil, mesmo nos limites da ordem vigente. Isto foi indicando os limites de uma política que tentou se assentar em orientações baseadas, de princípio, em elementos da teoria marxista, conforme fundamentos expressos no conceito da educação no e para o tempo livre.

O elemento participação também se mostrou presente em relação aos projetos envolvendo a juventude, principalmente no Esporte do Mangue que, ainda na primeira gestão, aglutinou o segmento em torno de um projeto que garantisse os seus direitos no tocante ao lazer. Mas, ora esse grupo mostrava-se mais disperso, ora mais organizado. Com a conquista de alguns espaços físicos que permitiram o acesso às práticas esportivas, houve um arrefecimento desses grupos durante a segunda gestão. No entanto, não foi difícil se reorganizarem em meados de 2010, com a criação da Secretaria de Juventude que atuou juntamente com a política de esporte e lazer.

A Formação Continuada mostrou-se importante ação para a difusão do referencial pelos atores. Todavia, é caracterizada por uma provisoriidade, visto que todos os profissionais responsáveis pela política ocupavam cargos de confiança, contratados temporariamente ou terceirizados. O conhecimento produzido nessas formações não foi enraizado por dentro da máquina administrativa, denotando que esta ação da política é tão provisória quanto é a gestão municipal. Isso mostra, ainda, que esses doze anos foi pouco tempo para a política ter um enraizamento que pudesse apontar para uma outra direção, haja em vista o enfraquecimento da proposta, na medida em que houve mudança de gestão. De outro lado, mesmo considerando a importância da formação continuada, alguns atores a confundem com o estudo teórico ou como uma dimensão acadêmica, fazendo a dicotomia entre a teoria e a prática muito fortemente. E, é interessante notar que, apesar desse processo de formação, os atores expressaram ter uma dificuldade de compreensão do que era o sentido de uma educação libertadora construída a partir do esporte e lazer no e para o tempo livre.

Buscando traçar uma linha entre as três gestões observamos que, apesar de ser a mesma coalizão política da gestão municipal, a cada mudança de contexto político as mudanças na política iam tomando um rumo que se distanciava da educação no e para o

tempo livre naquela perspectiva marxista, transformadora, consolidando-se mais próxima à perspectiva socialdemocrata de cidadania. Essa política, que nasce a partir do setorial de esporte e lazer do PT, com algumas diretrizes já construídas, força a entrada no governo, mas permanece nas franjas da gestão municipal, enquanto vai lutando para entrar, efetivamente, na gestão. Consegue espaços, que podemos denominar como semi-institucionalizados, e vai construindo, via programas e projetos, ações direcionadas para a população, principalmente de baixa renda, buscando reverter o quadro da política anterior, embora o novo e o velho vão conviver em conjunto até o fim da experiência dos governos petistas.

Cada uma das gestões vai, mais ou menos, corresponder a um (re)desenho da proposta, embora ela guarde elementos de sua origem, só que numa perspectiva muito mais de ampliação de direitos com participação e democratização das oportunidades de lazer, do que o lazer como uma forma de libertação. Até por que, contraditoriamente, a população da periferia do Recife era, predominantemente, uma população de desempregados, então, o tempo livre era contraditório, nesse sentido. Apesar de a política levar essa tendência de valorização de ações democráticas e participativas, de direitos, ela se acentua, mas também vai, voltando, ressurgindo com mais força apontando para a concepção ligada à perspectiva hegemônica do esporte e lazer. Até por que essa concepção estava presente no imaginário nacional e, inserida numa sociedade capitalista as demandas (inclusive as classes populares) dessas atividades são frequentes e, de alguma forma, elas têm que ser atendidas.

No entanto, identificamos e reconhecemos na pesquisa os legados que a política de esporte e lazer analisada deixou. Dentre eles, a própria estrutura física como os equipamentos de esporte e lazer existentes na cidade, a continuação do atendimento à população através do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) pelo Ministério do Esporte, a organização de grupos de idosos, de peladeiros, de jovens em torno das atividades esportivas e de lazer como o skate, a dança e o teatro, dentre outros. Aqui destacamos como avanços: a criação de um programa – Círculos Populares de Esporte e Lazer – que influenciou na criação do PELC; a ampliação e a democratização do acesso às práticas esportivas e de lazer gratuitas e nos espaços públicos da cidade; o estímulo à participação em função dos processos metodológicos dos programas e projetos desenvolvidos; e, a contribuição para a criação da Secretaria de Esporte na gestão posterior (2013-2016).

Quanto aos limites destacamos a compreensão da sociedade, do governo e, em parte, da própria equipe em relação à proposta em desenvolvimento, principalmente no tocante ao tempo livre.

Como contradições ressaltamos o aspecto do referencial da política no tocante à educação no e para o tempo livre propor a transformação da sociedade a partir de uma política setorial municipal, e ainda, pela dificuldade de trabalhar aspectos relacionados à liberdade no tempo livre, com uma população, em sua maioria, desempregada para a qual a ideia de tempo livre, como é trazida pela proposta, não tem sentido; e, o fato dos atores não terem tido força política, nem lutado por instrumentos viabilizar de modo mais institucionalizado a participação, a exemplo da luta pela dinamização de um conselho municipal de esporte e lazer, que poderia, em certa medida, garantir a continuidade dos projetos e programas oferecidos à população.

Julgamos como limites da pesquisa a impossibilidade de entrevistar um contingente mais amplo de atores em função do processo de ruptura interna entre a segunda e a terceira gestão, além do fato de não ter incluído a população beneficiária, os usufruidores da política, como atores alvo da investigação.

Esperamos que esse trabalho possa contribuir para resgatar a memória de uma experiência que procurou reforçar a importância do direito ao esporte e lazer e que possam vir a ser ampliados. Neste sentido, julgamos importante a realização de estudos comparativos entre a política municipal do setor das gestões aqui pesquisadas e das gestões que se sucederam, assim como a comparação entre políticas de diferentes municípios, como meio de ampliar o conhecimento que possa embasar práticas de políticas que tenham como perspectiva o usufruto do esporte e do lazer efetivamente como direitos de cunho social.

Por fim, para encerrar esse trabalho, não podemos deixar de nos referir ao contexto atual da sociedade brasileira onde a perda dos direitos avança a passos largos. Estamos assistindo às reformas propostas e/ou aprovadas pelo atual governo – cuja legitimidade tem sido profundamente questionada. Tais iniciativas constituem imenso perigo para a continuidade da vigência dos direitos no Brasil, ao deixar cair por terra a legislação social no seu conjunto, arduamente conquistada, principalmente com as ameaças que trazem a PEC 55 com limitação de investimento em políticas sociais durante vinte anos, além da proposta de reforma do ensino médio que está por vir. Nesse bojo, está incluída também a perda do direito ao esporte e ao lazer, que nesta reforma deixa de considerar a educação física como algo importante para o conhecimento do corpo e produção de cultura corporal. Portanto, esperamos que esse trabalho possa, ao menos, contribuir para resgatar a memória de uma experiência que procurou reforçar tais direitos que se veem na eminência de serem suprimidos.

REFERÊNCIAS

ADAM, Y. et al. **Desporto e desenvolvimento humano**. Lisboa: Seara Nova, 1977.

AIRES, Maria Cristina A. A dimensão representativa da participação na teoria democrática contemporânea. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 12-38, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/debates/article/download/10884/6846>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

ALCÂNTARA, Bruno C. S. de. **Discursos transformadores e possibilidades para um 'novo organizar' na política de esporte e lazer do Recife**. 2007. 196 f. Dissertação (Mestrado)–Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

ALMEIDA, Brunna Carvalho. **Política de esporte e lazer do Recife**: a elaboração de um instrumento de avaliação. 2010. 142 f. Dissertação (Mestrado em Administração)–Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

_____. Ideology and state apparatuses. In: ALTHUSSER, L. (ed.) **Lenin and philosophy and other essays**. Londres: New Left Books, 1971.

ALVES, José A. B; PIERANTI, Octavio P. O Estado e a formulação de uma política nacional de Esporte no Brasil. **RAE-eletrônica**, São Paulo, v. 6 n. 1, [p. 1-20], jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v6n1/a02v6n1.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Formação histórica da nacionalidade de brasileira**: Brasil 1701-1824. Brasília, DF: CNPq; Recife: Massangana, 2000.

ARRETCHE, Marta T. S. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 7-9, fev. 2003.

_____. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth, M. (Org.). **Avaliação de políticas sociais**: uma questão em debate. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

AVRITZER, Leonardo. Teoria democrática, esfera pública e participação local. Cidadania e democracia, **Sociologias**, Porto Alegre, n. 2, p. 18-41, jul./dez. 1999.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. 3. ed. São Paulo: Autores Associados, 2004.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. Implicações da nova lógica de ação do estado para a educação municipal. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 49-71, set. 2002.

_____. Notas sobre a análise da gestão da educação e da qualidade do ensino no contexto das políticas educativas. **RBPAE**, Porto Alegre, v. 27, n. 3, p. 361-588, set./dez. 2011.

AZEVEDO, Janete M. Lins de; AGUIAR, Márcia A. Políticas de educação: concepções e programas. In: WITTMANN, L.C.; GRACINDO, R.V. (Coord.). **O estado da arte em política e gestão da educação no Brasil: 1991 a 1997**. Brasília: INEP, 1999. p. 43-52

BALL, Stephen J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. **Currículo sem Fronteiras**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 99-116, jul./dez. 2001.

_____. Policy Matters! In: **POLITICS and policy making in education: explorations in policy sociology**. London: Routledge, 1990.

_____. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. **Currículo sem fronteiras**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 10-32, jul./dez. 2006.

_____. **What is policy?** Texts, trajectories and toolboxes. *Discourse*, London, v. 13, n. 2, p. 10-17, 1993.

_____. What is policy? Texts, trajectories and toolboxes. In: **EDUCATION Reform: a critical and post-structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994.

BALL, Stephen J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **How schools do policy**: policy enactments in secondary schools. London: Routledge; New York: Taylor & Francis Group, 2012.

BARBOSA, Letícia Rameh. **Movimento de cultura popular**: impactos na sociedade pernambucana. Recife: Liceu, 2010.

BARREIRA, Maria Cecília. R. N. **Avaliação participativa de programas sociais**. 2. ed. São Paulo: Veras, 2002.

BARREIRA, Maria Cecília R. Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant (Org.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC -SP; Cenpec, 2001.

BARRETO, Túlio V. **A reeleição de João Paulo (PT)**. 2004. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/recife1.pdf>>. Acesso em: 9 jun. 2016.

BARRETO, Túlio V. **Balanco das eleições 2008 no Recife**. 2008. Disponível em: <<http://acertodecontas.blog.br/politica/balanco-das-eleicoes-2008-no-recife/>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

BAUER, Martin W.; AARTS, Bas. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor e SOUSA, Luiza C. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES. **Pesquisa científica do Brasil**. 2016. Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/vufind/Contents/Home?section=what>> Acesso em: 16 jan. 2016.

BITOUN, Jan. et al. Região Metropolitana do Recife no contexto de Pernambuco no Censo 2010. **Observatório das metrópoles**. Recife, 2012. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrolopes.net/download/texto_boletim_recife_final.pdf>. Acesso em: 16 maio 2016.

BITTAR, Jorge. **O modo petista de governar**. 2. ed. São Paulo: Teoria e Debate, 1992.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 13. ed., 4. reimpr. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

BOWE, R.; BALL, S.; GOLD, A. **Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology**. London: Routledge, 1992.

BRAGA, Maria do C. de A.; BRAGA, Sílvia H. F. Gestão democrática no Recife: o uso do Orçamento Participativo como parâmetro de análise. **Humanae**, Recife, v.1, n.2, p. 37-54, dez. 2008.

BRANDÃO, Zaia. A dialética micro macro na sociologia da educação. **Cadernos de Pesquisa**, Rio de Janeiro, n. 113, p. 153-165, jul. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Projovem urbano**. Brasília, [1996?]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pet/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17462-projovem-urbano-novo>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Samu. Brasília, 2016a. Disponível em: <<http://datasus.saude.gov.br/projetos/52-samu>>. Acesso em: 22 maio 2016.

BRASIL. Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União. Glossário. Brasília, 1964. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/glossario/DetalheGlossario.asp?letra=e>>. Acesso em: 27 maio 2016.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Esporte e lazer da cidade**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/esporte-e-lazer-da-cidade>>. Acesso em: 17 mar. de 2016.

_____. **Programa esporte e lazer da cidade PELC**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/arquivos/snelis/esporteLazer/DiretrizesPELC_Edital%202013_09.06.2014.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2016.

_____. Rede CEDES. **Centro de desenvolvimento do esporte recreativo e do lazer**. Brasília, 2016b. Disponível em: <<http://www2.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/cedes/default.jsp>>. Acesso em: 29 set. 2014.

_____. Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer. **Política intersetorial: Pelc e Pronasci**. Brasília: Gráfica e editora Ideal, 2010. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/arquivos/publicacoes/politicaIntersetorialPELCv1.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 12 fev. 2016.

_____. **Lei Complementar N. 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 11 maio 2016.

BRECHT, Vertolt. **Que tempos são estes, em que temos que defender o óbvio?** [1956?]. Disponível em: <<https://pensador.uol.com.br/frase/MTM0NTU4OA/>>. Acesso em: 12 maio 2016.

BRÊTAS, Ângela G. S. **“Nem só de pão vive o homem”**: criação e funcionamento do Serviço de Recreação Operária (1943-1945). 2007. 367 f. Tese (Doutorado)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp089045.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

CAMARGO, Luiz Octavio de Lima. **O que é lazer**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 1990.

CASTELAN, Lia Polegato. **As conferências nacionais do esporte na configuração da política esportiva e de lazer no governo Lula (2003-2010)**. 2011. 187 f. Dissertação (Mestrado)–Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://observatoriodoesporte.org.br/docs/LIA-POLEGATO-CASTELAN.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2016.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação física no Brasil**: a história que não se conta. Campinas, SP: Papirus, 2001.

CASTRO, Maria H. G. Avaliação de políticas e programas sociais. **Cadernos NEPP**, São Paulo, n. 12, p. 1-14, 1989.

CAVALCANTI, Paula. A. **Sistematizando e comparando os enfoques de avaliação e de análise de políticas públicas**: uma contribuição para a área educacional. 2007. Tese (Doutorado em Educação)–Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

CHAUÍ, Marilena S. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CHOMSKY, Noan. Consentimento sem consentimento: a teoria e a prática da democracia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 29, p. 259-276, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v11n29/v11n29a14.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2016.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis: Vozes, 1993.

COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. 2016. Disponível em: <<http://www.cbce.org.br/>>. Acesso em: 28 set. 2014.

COMISSÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DO NÍVEL SUPERIOR. **Banco de teses & dissertações**. Brasília, DF. 2016. Disponível em: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/>>. Acesso em: 16 jan. 2016.

CONEXÃO LOCAL. **Orçamento participativo do Recife**. Relatório Final. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <http://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/conexao-local/orcamento_participativo.pdf>. Acesso em: 10 maio 2016.

COSTA, Frederico Lustosa; CASTANHAR, José Cezar. Avaliação programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 37, p. 969-992, set./out. 2003.

COTTA, Tereza C. Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 49, n. 2, abr./jun. 1998.

COUTINHO, Carlos Nelson. Crítica e utopia em Rousseau. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 38, 1996a.

_____. **A democracia como valor universal**: notas sobre a questão democrática no Brasil. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

_____. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Marxismo e política**: a dualidade de poderes e outros ensaios. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996b.

DAHL, Robert A. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: Edusp, 1997.

_____. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DANAIOLOF, Kátia. “A Educação Physica” nos Parques infantis de São Paulo (1935-1938). **Movimento**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 167-184, abr./jun. 2013.

DE MASI, Domenico. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **O que foi o movimento Manguebeat?** Disponível em: <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/diarinho/2014/02/21/interna_diarinho,490>. Acesso em: 11 jan. 2015.

DIECKERT, Jurguen.; KURZ, Dietrich.; BRODTMANN, Dieter. **Elementos e princípios da educação física**: uma antologia. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1985.

DIJK, Teun A. van. **Prejudice in Discourse**: an analysis of ethnic prejudice in cognition and conversation. Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins, 1984.

DRAIBE, Sonia M. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, Maria C. R. N.; CARVALHO, Maria C. B. (Org.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo, IEE/PUC, 2001. p. 13-42

_____. Uma nova institucionalidade das políticas sociais. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 3-15, 1997.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

DUNNING, Eric. Die Dynamik des Sportkonsums. In: HORAK, R.; PENZ, O. **Sport. kult & kommerz**. Wien: Verlag für Gesellschaftskritik, 1992. p. 203-221.

_____. **Sport Matters**. Sociological Studies of Sport, Violence and Civilization. London und New York: Routledge, 1999.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DUTRA, Any. A questão política da alfabetização no Rio de Janeiro de 1983 a 1987. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 85, p. 33-42, 1993.

ELIAS, Norbert. **Die genese des sports als soziologisches problem**. In: ELIAS, Norbert; DUNNING, E. Sport im Zivilisationsprozess. Münster: Lit, 1984. p. 9-46,

ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER. 19., 2007. Recife. **Anais...** Revista do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer/UFMG, Minas Gerais, v. 10, n. 2, 2007. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/licere/article/view/676>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

ESPÍRITO SANTO FILHO, Edson do. **O esporte no Brasil do século XXI: balanço crítico da política do ministério do esporte no período 2003-2012**. 2013. 171 f. Dissertação (Mestrado)–Faculdade de Educação, Salvador, 2013.

FAIRCLOUGH, Norman. A análise crítica do discurso e a mercantilização do discurso público: as universidades. In: MAGALHÃES, Célia M. **Reflexões sobre a análise crítica do discurso**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001a. p. 31-81

_____. **Discourse and social change**. Londres: Longman, 1992.

_____. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001b.

FAIRCLOUGH, Norman. **Language and power**. Londres: Longman, 1989.

FARIA, Carlos A. P. A política de avaliação das políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 97-109, out. 2005

FERREIRA, Acácio. **Laser operário**: um estudo de organização social das cidades. Salvador: Progresso, 1959.

FIORI, José L. O cosmopolitismo de cócoras. **Estudos Avançados**, [Rio de Janeiro], v. 14, n. 39, p. 21-32, 2000.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, São Paulo, n. 21, p. 210-259, jun. 2000.

_____. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, São Paulo, n. 21, p. 210-259, jun. 2000.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. Com a colaboração de Rose D. Friedman; tradução de Luciana Carli. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

GASPAR, Lúcia. Movimento de cultura popular. **Pesquisa escolar online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2009. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

GILL, Rosalind. Análise de discurso. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p. 244-270.

GOHN, Maria da G. M. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Educação não-formal e cultura política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Educação não-formal e cultura política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GOMES, Alfredo M. Políticas públicas, discurso e educação. In: GOMES, Alfredo (Org.). **Políticas públicas e gestão da educação**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011.

GOMES, Christianne L.; ISAYAMA, Hélder F. Multiplicidade de olhares sobre o lazer como direito social. In: GOMES, Christianne Luce; ISAYAMA, Hélder Ferreira (Org.). **O Direito social ao lazer no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2015. p. 1-6.

GOMES, Christianne L.; MELO, Victor A. M. Lazer no Brasil: trajetória de estudos, possibilidades de pesquisa. **Movimento**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 23-44, jan./abr. 2003.

GOMES, Cristina Marques. **Pesquisa científica em lazer no Brasil**: bases documentais e teóricas. 2004. Dissertação (Mestrado)—Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. **Selections from the prison notebooks**. Edição e tradução de Q. Hoare & G. N. Smith. Londres: Lawrence and Wishart, 1971.

HALL, Petter. Policy Paradigm, Social Learning na the State. **Comparative Politics**, New York , v. 25, n. 3, p. 275-296, p. 275-296, 1993.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

HAYEK, Friedrich A. von. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal: Exped, 1944.

_____. **O caminho da servidão**. São Paulo : Mises Brasil, 2010.

HIRSCHMAN, Albert. **As paixões e os interesses**: argumentos políticos para o capitalismo antes de seu triunfo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. Tradução Rosina D'Angina; consultor jurídico Thélío de Magalhães. 7. reimpr. São Paulo: Martin Claret, 2011.

HOLFLING, Eloisa de M. Estado e Políticas (públicas) sociais. **Caderno Cedes**, São Paulo, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

INOJOSA, Rose Marie. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersetorialidade. **Cadernos Fundap**, São Paulo, n. 22, p. 102-110, 2001.

JOBERT, Bruno; MULLER, Pierre. **L'Etat en action**: politique publiques et corporatismes. Presses: Universitaires de France, 1987.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 25-36, jan./abr. 2004.

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. São Paulo: Claridade, 2003.

LANFANT, Marie Françoise. **Sociologia del ocio**. Barcelona: Edicione Península, 1978.

LARRAIN, J. **The concept of ideology**. Londres: Hutchinson, 1979.

LAVAREDA, Antônio; TELLES, Helcimara de S. (Org.). **Como o eleitor escolhe seu prefeito**: campanha e voto nas eleições municipais. São Paulo: Editora FGV, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Trad. de Eduardo Frias. São Paulo: ed. Moraes, 1991.

LINHALES, Meily Assbú. **A trajetória política do esporte no Brasil**: interesses envolvidos, setores excluídos. 1996. 242 f. Dissertação (Mestrado em ciência política)–Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996. Disponível em: < <http://cev.org.br/arquivo/biblioteca/4019029.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2016.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil**. [Petrópolis, RJ: Vozes, 2001?]. Disponível em: <http://www.xr.pro.br/IF/LOCKE-Segundo_Tratado_Sobre_O_Governo.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2016.

_____. _____. São Paulo: Nova Cultural, 1978. (Coleção Pensadores).

LOPES, Alice C. Relações micro e macro na pesquisa em currículo. **Cadernos de Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 136, p. 619-635, set./dez. 2006.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MACPHERSON, C. B. **A democracia liberal**: origens e evolução. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MAGALHÃES, Célia M. A análise crítica do discurso enquanto teoria e método de estudo. In: MAGALHÃES, Célia M. **Reflexões sobre a análise crítica do discurso**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2001. p. 15-30.

MAGNANE, Georges. **Sociologia do esporte**. São Paulo: Perspectiva, 1969.

MAINARDES, Jefferson. A pesquisa sobre a organização da escolaridade em ciclos no Brasil (2000-2006): mapeamento e problematizações. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 7-23, jan./abr. 2009.

_____. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

MAINARDES, Jefferson. MARCONDES, Maria I. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n.106, p. 303-318, jan./abr. 2009.

MANNHEIM, Karl. **Liberdade, poder e planificação democrática**. São Paulo: Mestre Jou, 1972.

MANZINI, Eduardo J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1991.

MARCELINO, Nelson Carvalho. **Estudos do lazer: uma introdução**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

_____. **Lazer e humanização**. 1. ed. Campinas: Papirus, 1983.

_____. Subsídios para uma política de lazer: o papel da administração municipal. In: MARCELINO, Nelson C. (Org.) **Política públicas de lazer**. Campinas - SP: Editora Alínea, 2008.

MARINHO, Inezil Penna. **Educação física, recreação e jogos**. Rio de Janeiro: Tip. Baptista de Souza & Cia, 1957.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MELO, Rosicleide Araújo de. **Juventude, participação e cidadania: um estudo sobre a experiência do Projovem urbano em Recife/PE**. 237 f. Tese (Doutorado)-Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/11707/TESE%20Rosicleide%20Ara%C3%BAjo%20de%20Melo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 13 maio 2016.

MELO, Vitor Andrade de. **História comparada do esporte**. Rio de Janeiro: Sharpe, 2009.

_____. Por uma história comparada do esporte: possibilidades, potencialidades e limites. In: MELO, V. A. (Org.). **História comparada do esporte**. Rio de Janeiro: Shape, 2007. p. 13-32.

_____. Por uma história do conceito esporte: diálogos com Reinhart Koselleck. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 32, n. 1, p. 41-58, set. 2010.

MENEZES, Vilde G. de. **Gestão desportiva municipal: análise da experiência na Região Metropolitana do Recife, Brasil, no período 2002-2008**. 2009. 366 f. Tese (Doutorado)—Faculdade de Desporto da Universidade do Porto. Porto, Portugal, 2009. Disponível em: <<http://www.fade.up.pt/cifi2d/files/vilde-menezes.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

MILL, John Stuart. **Considerações sobre o governo representativo**. “Clássicos da democracia”. São Paulo: Ibrasa, 1964.

MIRANDA, Nicanor. **200 jogos infantis**. 11. ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1993.

MISES, Ludwig. **Ação humana: um tratado de economia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995.

MULLER, Pierre. L’analyse cognitive des politiques publiques: vers une sociologie politique de l’action publique. In: **REVUE Française de Science Politique**, Paris, v. 50, n. 2, p.189-208. 2000. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/rfsp_0035-2950_2000_num_50_2_395464>. Acesso em: 22 abr. 2016.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. **Análise das políticas públicas**. Pelotas: Educart, 2002.

MUNNÉ, Frederick. **Psicosociología del tempo libre: um enfoque crítico**. Mexico: Trillas, 1980.

NUNES JUNIOR, P.; AMARAL, Franco S. Entrevista com Frederic Munné: o percurso da psicossociologia do tempo livre nos estudos do lazer. **Licer**, Belo Horizonte, v.13, n. 1, mar. 2010.

OLIVEIRA, Marília de Lucena. **Governamentalidade e inclusão pela gestão dos riscos nas políticas de juventude: um estudo a partir dos egressos do Projovem**. 2011. 197 f. Dissertação (Mestrado em Educação)—Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/3901/arquivo188_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 nov. 2015.

OLIVEIRA, Paulo Santos de. **A noiva da revolução**: o romance da república de 1917. 2. ed. Recife: Comunigraf, 2007.

OLIVEIRA, Sávio Assis de. **Esporte e lazer na cidade do Recife**: reflexões sobre políticas públicas. Recife, 1998. (Mimeo).

OLSEN, Mark; CODD, John; O'NEILL, Anne-Marie. **Policy as text and policy as discourse**: a framework for analysis. In: EDUCATION Policy: globalization, citizenship and democracy. London: Sage, 2004.

PARKER, Stanley Robert. **A sociologia do lazer**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PARTIDO DOS TRABALHADORES (BRASIL). Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais. **O modo petista de governar**. São Paulo: Teoria & Debate, 1992. (Cadernos de teoria e debate)

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PÊCHEUX, M. **Language, semantics and ideology**. Londres: Macmillan; Campinas: Editora Unicamp, 1988.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Bras. E.P. Orlandi et al. Campinas: Editora Unicamp, 1988.

PEIXOTO, Elza. Levantamento do estado da arte nos estudos do lazer: (Brasil) séculos XX e XXI – alguns apontamentos. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 99, p. 561-586, ago. 2007.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. A intersectorialidade das políticas sociais na perspectiva dialética. In: MONNERAT, Giselle Lavinias; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; SOUZA, Rosmary Gonçalves de (Org.). **A intersectorialidade na agenda das políticas sociais**. Campinas, SP: Papel Social, 2014. p. 23-39.

PETRAS, James; VELTMAYER, Henry. **Brasil de Cardoso**: a desapropriação do país. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

PINTO, Leila. M. S. M. Políticas públicas de esporte e lazer: caminhos participativos. **Motrivência**, Florianópolis, SC, v. 10, n. 11, p. 47-68, jul. 1998. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/4986/20400>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

PINTO, Leila. M. S. M. Políticas públicas de lazer no Brasil: uma história a contar. In: MARCELLINO, Nelson. (Org.). **Políticas públicas de lazer**. Campinas: Alinea, 2008.

_____. Uma leitura do pensamento de Paulo Freire sobre recreação/lazer. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Maringá, v. 14, n. 2, p. 85-90, jan. 1993.

PISTRAK, Moisey. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

POULANTZAS, Nicos Ar. **O Estado, o poder, o socialismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

POWER, Sally. O detalhe e o macro-contexto: o uso da teoria centrada no Estado para explicar práticas e políticas educacionais. **Olhar de Professor**, Paraná v. 9, n. 1, p. 11-30, 2006. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=68490102>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

PREFEITUA DO RECIFE. **Recife cidade saudável**: plano plurianual 2002-2005. Lei 16.687/2001. Recife, 2001. v. 1. Disponível em: <http://transparencia.recife.pe.gov.br/uploads/pdf/ppa_2002-2005.pdf>. Acesso em: 17 maio 2015.

_____. Diretoria Geral de Esportes – Secretaria de Turismo e Esportes. **Relatório do encontro de professores de educação física dos centros sociais urbanos**. 2001. Disponível em: <http://transparencia.recife.pe.gov.br/uploads/pdf/ppa_2002-2005.pdf>. Acesso em: 10 maio 2015.

_____. **Plano de ação da política municipal de esporte e lazer (2001-2004)**. 2002.

_____. **Lei orçamentária anual 2003**. Recife, 2003. Disponível em: <http://transparencia.recife.pe.gov.br/uploads/pdf/loa_2003_2f9d84ecfd2e4bdc95015f3a5cee246c.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2015.

_____. **Lei orçamentária anual 2004**. Recife, 2004. Disponível em: <http://transparencia.recife.pe.gov.br/uploads/pdf/loa_2004_246fbfcb8fb9bf2c7c89dd58c089f166.pdf>. Acesso em: 10 maio 2015.

_____. Notícia do Diário Oficial de 01 de janeiro de 2001a.

_____. Notícia do Diário Oficial de 11 de janeiro de 2001b.

_____. Notícia do Diário Oficial de 04 de julho de 2001c.

PREFEITURA DO RECIFE. Notícia do Diário Oficial de 06 de dezembro de 2001d.

_____. Notícia do Diário Oficial de 22 de julho de 2003e.

_____. **Plano integrado de atenção à problemática do uso do crack do Recife.** Recife: [s.n], 2011.

_____. **Plano plurianual 2010-2013.** Lei 17.586/2009. Recife, 2009. v.1. Disponível em: <http://transparencia.recife.pe.gov.br/uploads/pdf/ppa_2010-2013.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2015.

_____. **Programa círculos populares de esporte e lazer:** construindo uma proposta pedagógica. Diretoria Geral de Esportes – Secretaria de Turismo e Esportes, 2002.

_____. Torneio de futebol tem início no Bueirao. **Diário Oficial [da] Prefeitura do Recife,** Notícias, Recife, 22 jul. 2003f. v. 399, Notícias. Disponível em: <<http://www.recife.pe.gov.br/diariooficial-acervo/exibemateria.php?cedicacodi=399&aedicaano=2003&ccadercodi=1&csecaocodi=1&cmatercodi=2&QP=&TP=>>>. Acesso em: 22 jul. 2015.

PROGRAMA Círculos Populares de Esporte e Lazer: construindo uma proposta pedagógica. Diretoria Geral de Esportes – Secretaria de Turismo e Esportes, 2002.

RECIFE. **Notícia do Diário Oficial de 11 de janeiro de 2001.** Recife, 2001. Disponível em: <<http://www.recife.pe.gov.br/diariooficialacervo/exibemateria.php?cedicacodi=6&aedicaano=2001&ccadercodi=1&csecaocodi=1&cmatercodi=9&QP=&TP=>>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

REDE BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **Brasília Teimosa:** ocupação urbana intervenção popular. Recife, [2016?]. Disponível em: <<http://www.rbcnews.com.br/especiais/brasil-teimosa/>>. Acesso em: 16 maio 2016.

RELATÓRIO de planejamento. Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães (Geraldão) – Secretaria de Educação, Esporte e Lazer, 2005.

REQUIXA. Renato A. Q. de S. **Renato Reiquxa (depoimento, 2001).** Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte – ESEF/UFRGS, 2004.

_____. **Sugestão de diretrizes para uma política nacional de lazer.** São Paulo: SESC, 1980.

RICO, Elizabeth, M. (Org). **Avaliação de políticas sociais:** uma questão em debate. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RIESMAN, David. **A Multidão solitaria**. São Paulo: Perspectiva, 1971. (Coleção debates. Ciências sociais ; 41).

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos**. São Paulo: Makron Books, 1996.

ROMÃO, Maurício Costa. **Pesquisa IPMN no Recife**: João da Costa e Mendonça lideram empatados e cenários são de segundo turno. Recife, 2012. Disponível em: <<http://mauricioromao.blog.br/pesquisa-ipmn-no-recife-joao-da-costa-e-mendonca-lideram-empatados-e-cenarios-sao-de-segundo-turno/>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

ROUSSEAU, JeanJacques. **Do contrato social**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores, 24).

_____. **O contrato social**. Tradução Pulo Neves. Porto Alegre, RS: L&M, 2011.

RUA, Maria das G. **Análise de políticas públicas**: conceitos básicos. Brasília: ENAP, 1997.

SABATIER, P. A.; JENKING-SMITH, H. (Dir.), **Policy Change and Learning, Boulder**. An Advocacy Coalition Approach. Boulder: Westview Press, 1993.

SADER, Emir. Brasil, de Getúlio a Lula. In: GARCIA, Marco Aurélio; SADER, Emir (Org.) **Brasil entre passado e o futuro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Boitempo, 2010. p. 11-30.

_____. **Estado e política em Marx**: para uma crítica da filosofia política. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

SANTOS, Antônio T. L. A.; BIANCHI, Ana M. Além do Cânon: mão invisível, ordem natural e instituições. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 37, n. 3, p. 632-662, julho-setembro, 2007.

SARTORI, G. **A teoria da democracia revisitada**: o debate contemporâneo. São Paulo: Ática, 1987.

_____. **Partidos e sistemas partidários**. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SELL, Carlos E. **Introdução à sociologia política**: política e sociedade na modernidade tardia. Patrópolis/RJ: Vozes, 2006.

SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER: retrospectiva histórica, Amazonas: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009. Disponível em: <<http://www2.esporte.gov.br/arquivos/snelis/esporteLazer/cedes/seminarioNacionalPolíticasPublicasEsporteLazer.pdf>>. Acesso em: 8 abr. 2016.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. 2016. Disponível em: <www.sesc.com.br>. Acesso em: 27 mar. 2016.

SILVA, J.; SILVA, K. **Círculos populares de esporte e lazer**: fundamentos da educação para o tempo livre. Recife: Bagaço, 2004.

SILVA, Jamerson A. A. **Política de esporte e lazer como educação emancipatória da juventude**: contradições e possibilidades das políticas democráticas e populares. 2005. 280 f. Tese (Doutorado)–Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/11085/1/Jamerson%20da%20Silva.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

SILVA, Joanna L. F. **Sociologia processual de uma política pública de esporte e lazer**. 2013. 235 f. Tese (Doutorado)–Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

SILVA, Katharine N. P. **Formação de trabalhadores em lazer**: por uma educação no e para o tempo livre. 2005. 195 f. Tese (Doutorado)–Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SILVA, Maria Ozanira S. **Avaliação de políticas públicas e programas sociais**: aspectos conceituais e metodológicos. In: SILVA, Maria Ozanira S. (Org.) Avaliação de políticas públicas e programas sociais: teoria & prática. São Paulo: Veras, 2001.

SILVA, Rossana. Nuteses: núcleo brasileiro de dissertações e teses em educação, educação física e educação especial. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO ESPORTIVA. 1., Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF, 2006. Disponível em: <<http://cev.org.br/biblioteca/nuteses-nucleo-brasileiro-dissertacoes-teses-educacao-educacao-fisica-educacao-especial/>>. Acesso em: 16 jan. 2016.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigações sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. v. 1

SOARES, Carmem Lúcia **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

SORJ, Bernardo. **A nova sociedade brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

SOUZA JÚNIOR, Marcílio B. M. et al. Coletivo de autores: a cultura corporal em questão. **Revista Brasileira de Ciências e Esporte**, Florianópolis, v. 33, n. 2, p. 391-411, abr./jun. 2011.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

SPINK, Peter; TEIXEIRA, Marco Antônio. A disponibilidade de ser controlado: o controle social da administração pública visto como base no Programa Gestão Pública e Cidadania. In: GUEDES, Álvaro Martins e FONSECA, Francisco (Org.). **Controle social da administração pública**: cenário, avanço e dilemas no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SUSSEKIND, Arnaldo. **Trabalho e recreação**: fundamentos, organização e realizações do SRO. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1946.

TAYLOR, Sandra et al. **Doing policy analysis**. In: EDUCACIONAL policy and the politics of change. London: Routledge, p. 36-53, 1997a.

_____. **What is policy?** In: EDUCACIONAL policy and the politics of change. London: Routledge, p. 22-35, 1997b.

TONET, Ivo. Socialismo e democracia. **Práxis**, Belo Horizonte, n. 8, mar./jun. 1997. Disponível em: <www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/socialismo_e_democracia.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2016.

TUBINO, Manuel J. G. **Dimensões sociais do esporte**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **O esporte no Brasil**. São Paulo: Ibrasa, 1996

VAZ, Alexandre F. Teoria crítica do esporte: origens, polêmicas e atualidades. **Esporte e Sociedade**, [S.l.], v. 3, n. 7, 2008.

VAZ, Lúcio. Cartolas decidem na constituinte: atletas ficam de fora outra vez. **Correio Brasiliense**, Brasília, n. 8794, p. 26, 1987. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/130925>>. Acesso em: 17 set. 2016.

VERONEZ, Luiz F. C. **Quando o Estado joga a favor do privado**: as políticas de esporte após a Constituição de 1988. 2005. 386 f. Tese (Doutorado em Educação Física)—Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=vtls000366711>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

WAICHMAN, Pablo. **Tempo livre e recreação**. Campinas, SP: Papirus, 1997.

WAICHMAN, Pablo. **Tempo livre e recreação**: um desafio pedagógico . 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.

WAMPLER, Brian. Orçamento participativo: os paradoxos da participação e governo no Recife. **Caderno de Estudo Sociais**, Recife. v. 15, n. 2, p. 343-374, jul./dez., 1999.

WERNECK, Christianne L. G. **Lazer, trabalho e educação**: relações históricas, questões contemporâneas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

_____. **Lazer, trabalho e educação**: relações históricas, questões contemporâneas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

WODAK, Ruth. (Ed.), **Language, power, and ideology**: studies in political discourse. Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins, 1989.

YIN, Roberto K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A - Roteiro da entrevista

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
Doutorado em Educação
Doutoranda: Brunna Carvalho Almeida Granja

Prezado(a) Entrevistado (a),

Através do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação da Profa. Dra. Janete Maria Lins de Azevedo vimos, através desta, apresentar a pesquisa da doutoranda Brunna Carvalho Almeida Granja cujo título é: **Política de Esporte e Lazer do Recife, no período de 2001 a 2012: avanços, limites e contradições.**

Esse é um projeto de cunho acadêmico, cujo objetivo central é analisar a política de esporte e lazer do Recife, no período supracitado.

A sua participação é fundamental de modo a viabilizar dados necessários à pesquisa desenvolvida, contribuindo para o desenvolvimento dos estudos da comunidade acadêmica.

Grato (a) pela atenção e disponibilidade. Colocamo-nos à disposição para maiores informações.

Atenciosamente,
Brunna Carvalho

ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Primeiramente, foi solicitado ao (à) entrevistado (a) que fizesse uma pequena apresentação, com nome, idade e função atual.

1. Quando você se aproximou da Política de Esporte e Lazer do Recife e como se deu esse engajamento?
2. Que função (ões) ocupou e quais eram suas atividades/atribuições?
3. Durante a execução das atividades vocês se relacionavam com a política partidária? Como se dava esse envolvimento?
4. Essa política era norteadada por uma proposta político-pedagógica que evidenciava a educação no e para o tempo livre. O que você entende por educação no e para o tempo livre?
5. As atividades que desempenhou se ligavam a essa proposta? De que forma?
6. Durante o tempo que você passou trabalhando na política quais as dificuldades que você enxergou? E as facilidades, quais foram?
7. Na sua percepção, hoje, o que ficou dessa política, qual o seu legado?
8. Você considera que a política tenha sido continuada? Por quê?